

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR EM SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO DO
RIO GRANDE DO SUL: UMA DETERMINAÇÃO POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DO
ENSINO PÚBLICO E/OU FERRAMENTA DE GESTÃO?**

Jesus Rosemar Borges

São Leopoldo RS, Março de 2014

Jesus Rosemar Borges

**LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR EM SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO DO
RIO GRANDE DO SUL: UMA DETERMINAÇÃO POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DO
ENSINO PÚBLICO E/OU FERRAMENTA DE GESTÃO?**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Educação, História e Políticas

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Flávia Obino Corrêa Werle

São Leopoldo, Março de 2014

B732I Borges, Jesus Rosemar
Levantamento da situação escolar em sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul: uma determinação política de financiamento do ensino público e/ou ferramenta de gestão? / Jesus Rosemar Borges – 2014.
304 p. :il. ; 30cm.
Tese (doutorado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2014.
Orientadora: Profa. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle.
1. Política educacional. 2. Levantamento da situação escolar. 3. Escola - Infraestrutura. I. Título. II. Werle, Flávia Obino Corrêa.

CDU 37.014

Catalogação na Publicação:
Bibliotecário Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

Jesus Rosemar Borges

**LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR EM SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO DO
RIO GRANDE DO SUL: UMA DETERMINAÇÃO POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DO
ENSINO PÚBLICO E/OU FERRAMENTA DE GESTÃO?**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor, pelo Programa de
Pós-Graduação em Educação da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em: 25 de Março de 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Flávia Obino Corrêa Werle – UNISINOS (Orientadora)

Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar – UNICAMP

Prof^a. Dr^a. Marta Luz Sisson de Castro – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Beatriz Terezinha Daudt Fischer – Unisinos

Prof^a. Dr^a. Berenice Corsetti – UNISINOS

À Júlia, ao Otávio e à Angela
Pelo amor, compreensão e apoio.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Flávia Obino Correa Werle, pela orientação, dedicação e apoio constante;

À todos os professores e equipe do PPGEDU-UNISINOS, pelos ensinamentos e colaboração;

Aos membros da Banca Examinadora, pelas valiosas contribuições para o aprimoramento da pesquisa e do pesquisador;

À Profa. Cláudia Schiedeck Soares de Sousa, Reitora do IFRS, pela oportunidade dessa qualificação profissional;

Aos membros do Projeto Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática – Núcleo em Rede, pelo aprendizado e troca de experiências;

A todos os colegas de curso e de trabalho, aos familiares e amigos pelo carinho e pelo incentivo.

A escola não é:

sua quadra de esportes (abandonada ou ampliada),
um conjunto de salas de aula (sufocantes ou arejadas),
suas paredes (sujas ou limpas),
suas janelas (abertas ou fechadas),
suas portas (com cadeados ou não),
seus armários (vazios ou cheios),
suas escadas (perigosas ou seguras),
seus computadores (novos ou obsoletos),
suas bibliotecas (reais ou fictícias).

A escola não é apenas um espaço físico.

Não é um lugar onde haja ou não vagas.

Não é apenas lugar de encontro.

A escola não é o que vemos.

A escola não é clube, não é feira,

não é igreja, não é partido.

Mas então o que é a escola?

Alguém sabe?

(trecho do poema do Prof. Gabriel Perissé)

RESUMO

Esta pesquisa está situada no campo das políticas educacionais e desenvolve um conhecimento a respeito das políticas de avaliação da educação básica, com foco na infraestrutura escolar. Especificamente, trata do sistema de Levantamento da Situação Escolar (LSE) como uma ferramenta desenvolvida pelo FNDE/MEC para diagnosticar as condições de funcionamento das escolas das redes públicas e a posterior identificação dos seus indicadores de infraestrutura frente aos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola (PMFE). O objetivo geral do estudo foi analisar o processo de LSE nos sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul e suas descontinuidades, a partir da metodologia de diagnóstico desenvolvida pelo FNDE, com perspectivas em problematizar a questão da determinação política e/ou ferramenta de gestão. Para tanto, desenvolveu-se os seguintes objetivos específicos: discutir a adesão ao LSE e as estratégias locais para dar conta da sua realização; identificar a realidade escolar ou as condições de funcionamento de escolas municipais através da pontuação obtida no LSE frente aos PMFE; analisar a interação entre as condições de funcionamento das escolas e o IDEB; e descrever os encaminhamentos de gestão vinculados ao LSE e ao Plano de Ações Articuladas. Para subsidiar essa investigação foram realizados estudos nas legislações relacionadas à área da educação e nos documentos oficiais que tratam do LSE, como o formulário do diagnóstico escolar, os manuais de orientação, os relatórios de consultores do FNDE, entre outros. Também foram realizadas consultas eletrônicas ao FNDE/MEC e entrevistas semiestruturadas com os gestores municipais e escolares. A abordagem da questão da infraestrutura escolar foi desenvolvida em um campo empírico que reuniu sete municípios gaúchos e dezessete escolas municipais, caracterizando-se um estudo de casos múltiplos. Entretanto, apresenta-se também um panorama nacional das ações de capacitação e de implementação da política nos entes federativos municipais e estaduais. O estudo revelou um processo de descontinuidade pela ruptura de uma política em implantação e o conseqüente desperdício de recursos públicos, além da insatisfação dos gestores locais pelo esforço empreendido, não obtenção dos resultados do diagnóstico e não implementação de melhorias para qualificar suas redes de ensino motivado pela falta de regime de colaboração com a União. Portanto, a política do LSE não se efetivou como uma determinação legal e tampouco como uma ferramenta de gestão.

Palavras-chave: Levantamento da Situação Escolar; Condições de Infraestrutura das escolas; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This study is situated at policy education area and develop a knowledge regarding assessment policies of basic education, related aspect of school infrastructure. Specifically, it refers to the Diagnostic System of School Reality (LSE) as an instrument developed by the FNDE/MEC for diagnosing operating conditions of public schools and the subsequent identification of its infrastructure indicators in relation to the Minimum Standards of Operation School (PMFE). The overall objective of the study was to analyze the process of LSE in municipal education systems of Rio Grande do Sul/Brazil and its discontinuities, from diagnosis methodology developed by FNDE with prospects to discuss the political will and/or management tool. So, we developed the following specific objectives: to discuss joining the LSE and local strategies for their achievement; identify the school environment or the working conditions of municipal schools through the score obtained in the LSE regarding PMFE; analyze the interaction operating conditions of schools with IDEB; and describe the actions linked to the management and the LSE Joint Action Plan (PAR). As support for this research studies the laws related to education and in official documents that deal with the LSE, for example, the form of school diagnosis, guidance manuals, reports of consultants FNDE were performed and others. Electronic consultations to FNDE/MEC and interviews with municipal and school managers were also performed. The approach of the school infrastructure was developed in a reality that met seven municipalities in Rio Grande do Sul and seventeen public schools, characterizing a Multiple Case Study. However, it also presents a national overview of training activities and policy implementation in the states. The study revealed a process of discontinuity by rupture of a policy implementation and the consequent waste of public resources, and the dissatisfaction of local managers for its efforts, not obtaining the results of diagnosis and not implementing improvements to qualify their schools due to lack of procedure for cooperation with the Government. Therefore, the LSE policy was not effective as a legal determination and not as a management instrument.

Keywords: Diagnosis of School Reality; Conditions of Infrastructure of schools; Educational Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização dos municípios de Getúlio Vargas, Ibiraiaras, Flores da Cunha, Dois Irmãos, Araricá, Cachoeirinha e Jaguarão	67
Figura 2. Imagens das instalações da EMEF Prof. Martim Frederico Raschke de Araricá/RS	103
Figura 3. Imagens das instalações da EMEF Alzira Silveira de Araújo de Cachoeirinha/RS ..	115
Figura 4. Imagens das instalações da EMEF Carlos Antônio Wilkens de Cachoeirinha/RS ...	118
Figura 5. Imagens das instalações da EMEF Fidel Zanchetta de Cachoeirinha/RS	122
Figura 6. Imagens das instalações da EMEF Natálio Schlain de Cachoeirinha/RS	125
Figura 7. Imagens das instalações da EMEF Portugal de Cachoeirinha/RS	130
Figura 8. Imagens das instalações da EMEF Presidente Costa e Silva de Cachoeirinha/RS..	134
Figura 9. Imagens das instalações da EMEF Primavera de Dois Irmãos/RS	147
Figura 10. Imagens das instalações da EMEF Professor Paulo Arandt de Dois Irmãos/RS ...	151
Figura 11. Imagens das instalações da EMEF São José de Flores da Cunha/RS	160
Figura 12. Imagens das instalações da EMEF Antônio Zambrzycki de Getúlio Vargas/RS	172
Figura 13. Imagens das instalações da EMEF Pedro Herrerias de Getúlio Vargas/RS	176
Figura 14. Imagens das instalações da EMEF João Dal Piva de Ibiraiaras/RS	185
Figura 15. Imagens das instalações da EMEF General Antônio de Sampaio de Jaguarão	194
Figura 16. Detalhe do canal de esgoto na rua em frente à EMEF General Antônio de Sampaio de Jaguarão/RS	195
Figura 17. Alagamento em rua próximo à EMEF Manoel Pereira Vargas de Jaguarão/RS	198
Figura 18. Imagens das instalações da EMEF Manoel Pereira Vargas de Jaguarão/RS	199
Figura 19. Imagens das instalações da EMEF Marcílio Dias de Jaguarão/RS	202
Figura 20. Instalações destinadas à prática de escovação dos dentes na EMEF Marcílio Dias de Jaguarão/RS	203
Figura 21. Imagens das instalações da EMEF Padre Pagliani de Jaguarão/RS	207

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Série histórica do IDEB na rede pública do Estado do Rio Grande do Sul	90
Gráfico 2 . Série histórica do IDEB no município de Araricá/RS	99
Gráfico 3. Série histórica do IDEB na EMEF Prof. Martim Frederico Raschke de Araricá/RS	101
Gráfico 4. Série histórica do IDEB do Município de Cachoeirinha/RS	109
Gráfico 5. Série histórica do IDEB na EMEF Alzira Silveira de Araújo de Cachoeirinha/RS ..	112
Gráfico 6. Série histórica do IDEB na EMEF Carlos Antônio Wilkens de Cachoeirinha/RS ...	117
Gráfico 7. Série histórica do IDEB na EMEF Fidel Zanchetta de Cachoeirinha/RS	121
Gráfico 8. Série histórica do IDEB na EMEF Natálio Schlain de Cachoeirinha-RS	125
Gráfico 9. Série histórica do IDEB na EMEF Portugal de Cachoeirinha/RS	129
Gráfico 10. Série histórica do IDEB na EMEF Presidente Costa e Silva de Cachoeirinha/RS	133
Gráfico 11. Série histórica do IDEB do Município de Dois Irmãos/RS	142
Gráfico 12. Série histórica do IDEB na EMEF Primavera de Dois Irmãos/RS	146
Gráfico 13. Série histórica do IDEB na EMEF Professor Paulo Arandt de Dois Irmãos/RS ...	150
Gráfico 14. Série histórica do IDEB do Município de Flores da Cunha/RS	156
Gráfico 15. Série histórica do IDEB na EMEF São José de Flores da Cunha/RS	159
Gráfico 16. Pontuação Relativa (%) de Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas Municipais de Getúlio Vargas/RS	166
Gráfico 17. Série histórica do IDEB do Município de Getúlio Vargas/RS	168
Gráfico 18. Série histórica do IDEB na EMEF Antônio Zambrzycki de Getúlio Vargas/RS	170
Gráfico 19. Série histórica do IDEB na EMEF Pedro Herrerias de Getúlio Vargas/RS	174
Gráfico 20. Pontuação Relativa (%) de Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas Municipais de Ibiraiaras/RS	180
Gráfico 21. Série histórica do IDEB do Município de Ibiraiaras/RS	181
Gráfico 22. Série histórica do IDEB na EMEF João Dal Piva de Ibiraiaras/RS	184
Gráfico 23. Pontuação Relativa (%) de Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas Municipais de Jaguarão/RS	189
Gráfico 24. Série histórica do IDEB do Município de Jaguarão/RS	190
Gráfico 25. Série histórica do IDEB na EMEF General Antônio de Sampaio de Jaguarão/RS	192
Gráfico 26. Série histórica do IDEB na EMEF Manoel Pereira Vargas de Jaguarão/RS	197
Gráfico 27. Série histórica do IDEB na EMEF Marcilio Dias de Jaguarão/RS	201
Gráfico 28. Série histórica do IDEB na EMEF Padre Pagliani de Jaguarão/RS	205
Gráfico 29. Pontuação Relativa (%) de Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas Municipais de Getúlio Vargas, Ibiraiaras e Jaguarão	214
Gráfico 30. Série histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental de todos os municípios	224
Gráfico 31. Série histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas Séries Finais do Ensino Fundamental de todos os municípios	225

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Indicadores e variáveis formadoras do índice PMFE	46
Quadro 2. Pontuações máximas finais de cada índice de PMFE	46
Quadro 3. Escolas que apresentam a série histórica completa do IDEB nos municípios que concluíram o LSE	65
Quadro 4. Relação dos municípios e suas respectivas escolas pesquisadas	66
Quadro 5. Descrição da metodologia conforme cada objetivo específico	71
Quadro 6. Demonstrativo dos municípios em relação aos dados do IDEB e do QGMPFE	77
Quadro 7. Panorama dos quantitativos de capacitação e de aplicação do LSE por região e por estado até o primeiro semestre de 2010	83
Quadro 8. Quantitativos e percentuais da aplicação do LSE até o primeiro semestre de 2010 nas escolas estaduais e municipais em todas as regiões brasileiras	85
Quadro 9. Capacitação e realização do LSE no Rio Grande do Sul em 2010 e 2012	86
Quadro 10. Intervalo da Pontuação relativa dos PMFE de Escolas Municipais dos estados das 5 regiões do país	88
Quadro 11. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF Antônio Zambrzycki de Getúlio Vargas-RS	171
Quadro 12. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF Pedro Herrerias de Getúlio Vargas-RS	175
Quadro 13. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola Municipal de Ibiraiaras-RS que apresenta resultados do IDEB	184
Quadro 14. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF General Antônio de Sampaio de Jaguarão-RS	193
Quadro 15. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF Manoel Pereira Vargas de Jaguarão-RS	198
Quadro 16. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF Marcílio Dias de Jaguarão-RS	202
Quadro 17. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF Padre Pagliani de Jaguarão-RS	206
Quadro 18. QGPMFE de todas as escolas que apresentam IDEB nos três municípios gaúchos constantes nos documentos técnicos dos consultores do FNDE	215

LISTA DE SIGLAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Conselho Escolar
CEB	Câmara de Educação Básica
CIDA	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
CMA	Comando Militar da Amazônia
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPM	Círculo de Pais e Mestres
DIRPE/FNDE	Diretoria de Programas e Projetos Educacionais do FNDE
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDESCOLA	Fundo de Fortalecimento da Escola
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LSE	Levantamento da Situação Escolar
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PAPE	Programa de Adequação de Prédios Escolares
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PISA	Programme for International Student Assessment
PL	Projeto de Lei

PMFE	Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola
PMOE	Padrões Mínimos de Oportunidades Educacionais
PMQSE	Padrões Mínimos da Qualidade do Serviço Educacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPP	Projeto Político Pedagógico
QGPMFE	Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC/RS	Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul
SME	Secretaria Municipal de Educação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
II INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	27
III DESCRIÇÃO DO ESTUDO	62
3.1 Definição da temática e escolha do objeto	62
3.2 Metodologia adotada na coleta dos dados	68
3.3 Sistematização e análise dos dados da pesquisa	75
IV PANORAMA NACIONAL DO PROCESSO DE LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR	80
V CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO	95
5.1 MUNICÍPIO DE ARARICÁ	95
5.1.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização	96
5.1.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos .	97
5.1.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica	98
5.1.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas	99
5.1.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Martim Frederico Raschke: ...	100
5.2 MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA	103
5.2.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização	106
5.2.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos	107
5.2.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica	108
5.2.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas	110
5.2.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental Alzira Silveira de Araújo:	110
5.2.6 Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Antônio Wilkens:	114
5.2.7 Escola Municipal de Ensino Fundamental Fidel Zanchetta:	119
5.2.8 Escola Municipal de Ensino Fundamental Natálio Schlain:	122
5.2.9 Escola Municipal de Ensino Fundamental Portugal:	126
5.2.10 Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Costa e Silva:	130
5.3 MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS	134
5.3.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização	136
5.3.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos	139
5.3.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica	139

5.3.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas.....	141
5.3.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental Primavera:	142
5.3.6 Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Paulo Arandt:.....	146
5.4 MUNICÍPIO DE FLORES DA CUNHA.....	150
5.4.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização	151
5.4.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos	152
5.4.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica.....	153
5.4.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas.....	154
5.4.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental São José:.....	155
5.5 MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS	158
5.5.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização	161
5.5.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos	162
5.5.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica.....	164
5.5.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas.....	166
5.5.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Zambrzycki:	166
5.5.6 Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Herrerias:	170
5.6 MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS	174
5.6.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização	175
5.6.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos	176
5.6.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica.....	177
5.6.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas.....	179
5.6.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental João Dal Piva:.....	179
5.7 MUNICÍPIO DE JAGUARÃO.....	183
5.7.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização	184
5.7.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos	185
5.7.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica.....	187
5.7.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas.....	188
5.7.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental General Antônio de Sampaio:.....	188
5.7.6 Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Pereira Vargas:	192

5.7.7 Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcílio Dias:	196
5.7.8 Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pagliani	200
VI POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO DO LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR COM OS INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	205
6.1 Adesão dos municípios ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização.....	205
6.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos.....	209
6.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica	219
6.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas	226
VII CONSIDERAÇÕES FINAIS: Determinação Política e/ou Ferramenta de Gestão?	229
VIII REFERÊNCIAS	235
Apêndice 1. Especificações para formação dos índices de PMFE	240
Apêndice 2. Quadro Geral de PMFE e relatórios gerenciais de reestruturação física, de aquisições e custos	286
Apêndice 3. Relatório de acompanhamento das ações do LSE no Estado do Rio Grande do Sul emitido em 28/05/2012.....	289
Apêndice 4. Roteiro das entrevistas semi-estruturadas com as perguntas básicas dirigidas aos Secretários de Educação e aos Diretores Escolares.	302
Apêndice 5. Relação dos Documentos Técnicos sobre o LSE conforme a ordem cronológica de elaboração.	304

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa desenvolve um conhecimento a respeito das políticas de avaliação e financiamento da educação básica brasileira, com foco na infraestrutura escolar.

Especificamente, trata do sistema de Levantamento da Situação Escolar (LSE) como uma ferramenta desenvolvida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC) para diagnosticar as condições de funcionamento das escolas das redes públicas de educação básica e a posterior identificação dos seus indicadores de infraestrutura frente aos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola (PMFE).

Entretanto, para contextualizar o desenvolvimento e a aplicação desse sistema, discute-se a metodologia de realização do diagnóstico, as implicações da sua utilização nos sistemas de ensino, as possibilidades de adequação ou de ressignificação dos procedimentos propostos e as principais políticas públicas no âmbito da educação, cujos objetivos estão focados na melhoria dos indicadores educacionais do Brasil.

A metodologia do LSE existe desde o final da década de 90, mas o FNDE intensificou as ações referentes a essa ferramenta de diagnóstico a partir do final da última década com a contratação de diversos Técnicos Consultores para promoverem eventos de capacitação aos técnicos dos entes federativos e para acompanharem o andamento, em nível nacional, da realização do levantamento das condições físicas das escolas de educação básica. Nesta mesma época, o MEC condicionou a prestação de apoio técnico e o repasse de recursos aos municípios e estados à realização do LSE. A princípio, esse outro tipo de diagnóstico, complementar às avaliações em larga escala de desempenho, traria uma importante contribuição para o cenário educacional e serviria de subsídio para as tomadas de decisão em relação aos investimentos em infraestrutura com vistas a elevar as condições de funcionamento das escolas públicas.

Os resultados das principais avaliações em larga escala nos últimos anos têm gerado uma preocupação generalizada com a qualidade da educação entre educadores, governo, políticos, sociedade civil, meios de comunicação, empresários, artistas, entre outros, pois todos se sentem incomodados com o precário desempenho dos nossos alunos verificados em testes comparativos e no baixo nível de conhecimento que demonstram ao chegar à Universidade.

A despeito de críticas ou insatisfações da população com a valorização ou a atenção que é dispensada à educação pelos órgãos competentes, é inegável a intensificação de inúmeras ações governamentais que buscam corrigir as distorções ou recuperar a qualidade e

o desempenho do sistema educacional como um todo. Entretanto, convém ressaltar que resultados na área da educação dificilmente ocorrem em curto prazo ou, muitas vezes, se dão de forma indireta que acabam não sendo percebidos de imediato por todos.

Por outro lado, as estatísticas educacionais nos mostram que o país, praticamente, já resolveu o problema de acesso à educação básica obrigatória, mas ainda precisa avançar significativamente em termos de qualidade da oferta educacional. São inúmeras as publicações que discutem o tema de qualidade da educação e os próprios documentos oficiais, sistematicamente, fazem referência em padrões de qualidade, mas talvez ainda esteja faltando uma definição clara ou o estabelecimento de indicadores capazes de medir a existência ou a ausência de qualidade em uma determinada instituição ou em um sistema de ensino.

Um dos aspectos que podem interferir na qualidade do ensino está relacionado às condições de funcionamento das escolas, como adequação e conservação de seus prédios e a disponibilidade de equipamentos e materiais didáticos em quantidade e qualidade adequadas ao uso dos alunos. O Conselho Nacional da Educação através da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, estabelece a exigência de “um padrão mínimo de insumos, que tem como base um investimento com valor calculado a partir das despesas essenciais ao desenvolvimento dos processos e procedimentos formativos, que levem, gradualmente, a uma educação integral, dotada de qualidade social” (Art. 10, inciso IV, § 2º). Para se chegar a essa educação integral é preciso viabilizar determinados pré-requisitos e um deles, segundo o CNE, diz respeito a “condições de infraestrutura e adequados equipamentos”.

A princípio, o FNDE, ao desenvolver um sistema de levantamento da situação escolar, cujos resultados permitem identificar a situação da escola frente a padrões mínimos de funcionamento e planejar ações de melhorias das suas condições físicas, está demonstrando um esforço público para definir indicadores para uma educação de qualidade e para recuperar e qualificar a rede escolar.

Algumas dessas questões são discutidas nesta tese, que tem como objetivo geral analisar o processo de Levantamento da Situação Escolar dos sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul e suas discontinuidades, a partir da metodologia de diagnóstico desenvolvida pelo FNDE, com perspectivas em problematizar a questão da determinação política e/ou ferramenta de gestão. Com o propósito de dar conta desse objetivo geral desenvolveu-se os seguintes objetivos específicos: discutir a adesão ao Levantamento da Situação Escolar e as estratégias locais para dar conta da sua realização; identificar a realidade escolar ou as condições de funcionamento de escolas municipais do Rio Grande do Sul através da pontuação obtida no Levantamento da Situação Escolar frente aos Padrões Mínimos de Funcionamento; analisar a interação entre as condições de funcionamento das

escolas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; e descrever os encaminhamentos de gestão vinculados ao Levantamento da Situação Escolar e ao Plano de Ações Articuladas.

Para subsidiar essa investigação foram realizados estudos nas legislações relacionadas à área da educação e nos documentos oficiais que tratam do levantamento da situação escolar, como o formulário do diagnóstico escolar, os manuais de orientação, as legislações pertinentes, os relatórios de consultores do FNDE, entre outros. Também foram realizadas consultas ao FNDE via correio eletrônico, no endereço eletrônico do MEC e entrevistas semiestruturadas com os gestores municipais de educação e com os gestores escolares.

A abordagem da questão da infraestrutura das escolas foi desenvolvida em um campo empírico que reuniu sete municípios gaúchos e dezessete escolas municipais, caracterizando-se um estudo de casos múltiplos.

Antes de mergulhar na discussão do objeto de estudo desta pesquisa considera-se necessário fazer menção ao contexto contemporâneo das políticas educacionais, o qual está sempre presente e enredando a realidade local, regional, nacional e internacional. Um contexto que se apresenta amplo, complexo e conflituoso no qual as políticas se alternam, são criadas, se desenvolvem e, muitas delas, desaparecem, em movimentos ora de continuidade, ora de descontinuidade, ora de atenção às necessidades locais, ora de cegueira frente às especificidades das situações.

Embora, as políticas públicas brasileiras atuais relacionadas à educação, como o Plano de Desenvolvimento da Educação, a definição dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola e a aplicação das avaliações externas demonstrem um compromisso do governo em enfrentar o problema da qualidade escolar, faz-se necessário, entretanto, adotar um olhar crítico a essas políticas nacionais, pois qualquer país que esteja aberto ao mercado e às políticas internacionais, independente de estar geograficamente em posição central ou periférica e de ter governos neoliberais, progressistas ou nacionalistas, sofrerá forte influência ou imposições das políticas econômicas e educacionais elaboradas pelos organismos multilaterais.

Segundo Beech (2012, p. 418-419), a transferência de conhecimento educacional é um dos principais papéis da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Banco Mundial (BM) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O autor explica que, através de seus programas de empréstimos, o BM encoraja os governos a dar maior prioridade a determinadas reformas ou a privilegiar o ensino primário em detrimento do ensino superior. Assim, quando o BM declara que seu objetivo fundamental em educação é “ajudar os países que fazem empréstimos a reduzir a pobreza e melhorar o padrão de vida”, o uso da expressão “países que fazem

empréstimos” não implica apenas empréstimos de recursos financeiros. Isso quer dizer que, quando os países recebem do BM um empréstimo para fins educacionais, esse ato é também uma transferência educacional.

Silva (2003, p. 294) explica que a relação de dependência dos governos com o BM se dá da seguinte forma:

[...] para desenvolver alguns projetos sociais, ambientais, de infraestrutura, transporte e agricultura, o governo federal e os estaduais, em diferentes momentos históricos, recorreram ao Banco Mundial e solicitaram empréstimos; comprometeram-se com as regras exigidas pelo Banco. E, em todos os acordos, assinaram o termo de compromisso, portanto temos uma dívida com os donos do Banco Mundial.

A autora complementa com a explicação de que o BM, na condição de credor, designa “comissários que avaliam o que está sendo feito e se temos capacidade de pagamento em dia para o montante solicitado” (p. 295). Portanto, para cumprir seus compromissos nacionais, o governo se submete às regras do BM e permite a sua atuação nas questões de políticas para a educação em todo o país.

Entretanto, Mainardes (2006, p. 49) ao apresentar uma contribuição para a análise de políticas educacionais, através da abordagem do ciclo de políticas, elaborada por Stephen Ball e Richard Bowe (1992), nos aponta caminhos possíveis de resignificação, interpretação e aplicação prática das políticas propostas.

Para Mainardes (2006, p. 49) “a abordagem do ciclo de políticas destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais”.

Por sua vez, Ozga (2000, p. 203), considera que as políticas educacionais devem ser entendidas “no seu contexto político, social e econômico” e que estes “também necessitam de estudo por causa das diferentes maneiras como moldam a política educativa”. Além disso, há também que se explorar “os efeitos das ideologias predominantes na política educacional”. Neste contexto, Werle (2010, p. 57) complementa a idéia, ao destacar que

A educação como uma política pública social situa-se temporal, cultural e espacialmente no interior de uma determinada forma de Estado, sofrendo interferências do mesmo, embora não pensada somente por seus organismos, mas pela sociedade, suas instituições e grupos de interesses e influenciada por organismos internacionais.

Aqui faz necessário refletir sobre o que se entende por política, pois segundo Ozga (2000, p. 20), alguns entendem esse termo como “as ações de um Governo que visam a consecução de determinados objetivos”, mas em sua opinião, trata-se de algo mais abrangente, ou seja, encara-o como um processo mais do que um produto, envolvendo negociação, contestação ou mesmo luta entre diferentes grupos não envolvidos diretamente na elaboração oficial da legislação.

Segundo Akkari (2011, p. 11), as políticas educacionais abrangem quatro componentes principais que são legislação (leis e regulamentação escolar), financiamento (recursos e orçamento), controle da execução (administração e gestão das instituições de ensino) e relações com a economia e a sociedade civil (coordenação e articulação).

Akkari (2011, p. 12), explica que uma política educacional é um conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola. Uma política educacional visa assegurar a adequação entre as necessidades sociais de educação e os serviços prestados pelos sistemas educacionais por meio de três eixos principais: estabelecimento de regras e mecanismos de controle aos quais o sistema educacional deve se submeter; incentivo de inovações educacionais pertinentes; e garantia da gestão administrativa e financeira do sistema.

Entretanto, o mesmo autor questiona se ainda existiriam políticas nacionais de educação, dada a influência das discussões em nível internacional no âmbito dessas políticas (p. 14). Segundo ele, “o processo de internacionalização produz tensões nas políticas nacionais de educação, tornando difícil a articulação entre as exigências nacionais e os imperativos internacionais” (p. 15), ou seja, as organizações internacionais gradualmente entraram em jogo nas políticas nacionais de educação, colocando em questão o papel dos atores históricos em educação: o estado e a sociedade civil. Por outro lado, a presença de sindicatos de professores fortes e capazes de se mobilizarem para defender os interesses da profissão pode explicar os contornos, no plano nacional, de um conceito em voga no cenário internacional de reformas educacionais como o da descentralização ou avaliação docente.

No contexto da influência no ciclo das políticas é onde os grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado (Mainardes, 2006, p. 51). Também é aqui que ocorrem as influências ou imposições dos organismos internacionais ou agências multilaterais, como o BM, a OCDE, a UNESCO e o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujas influências podem ser recontextualizadas e reinterpretadas pelo Estado-Nação, caracterizando uma relação dialética entre o global e o local (Mainardes, 2006, p. 52).

Assim, em países que praticam relações comerciais, políticas e culturais com outros países, principalmente aqueles que estão numa condição de dependência econômica, sofrem influência direta dos efeitos da globalização e dos modos de regulação transnacional, mas que, de certo modo, podem adaptar suas políticas para o contexto local.

O contexto da produção de textos representa a política, que podem ser textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, etc. (Mainardes, p. 52). Os textos políticos também sofrem disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política (Bowe et al., 1992 *apud* Mainardes, 2006, p. 52).

O terceiro contexto proposto por Ball e Bowe (Bowe et al., 1992, *apud* Mainardes, 2006, p. 53), parece ser o mais estratégico, porque é na prática que existe maior possibilidade de mudanças e transformações na política original. Destacam que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, suas histórias, experiências, valores, propósitos e interesses têm implicações para o processo de implementação das políticas.

Além destes exemplos de implicações na implementação das políticas, Elmore (1996, p. 251) destaca que os estudiosos sobre os processos de implementação argumentam que durante a formulação das políticas é necessário considerar os possíveis problemas no contexto da prática. Segundo o autor, estes estudiosos consideram que as políticas teriam maior sucesso se aqueles que as formularam pensassem sobre a viabilidade de implementação antes de estabelecer os procedimentos. Para esses pesquisadores, os decisores políticos cometem o erro de não levar em conta, de forma permanente e sistemática, os problemas de implementação.

Rein & Rabinovitz (1996, p. 148-149) explicam que a implementação das políticas compreendem uma declaração de preferências do governo, que é mediada por vários atores e que gera um processo caracterizado por relações de poder e negociações recíprocas. Por conta disso, os atores devem levar em consideração a existência de três aspectos potencialmente conflitantes: a obrigação legal de cumprir com o requisito legislativo, a decisão racional para colocar em prática aquilo que é possível fazer ou o que é defensável em termos racionais e a possibilidade do estabelecimento de acordo entre as partes interessadas nos resultados.

Todas essas contribuições nos mostram as várias possibilidades de modificação ou resignificação das intenções dos políticos. No âmbito educacional, os professores e os alunos também podem exercer muita influência em um processo de implementação de uma determinada política, pois a sua construção ou a sua resignificação podem se dar em outros

espaços (prática na sala de aula, na escola, no sindicato, etc.), além daquele espaço da elaboração da política.

Entretanto, Ozga (2000, p. 143) ao discutir o impacto do contexto político no trabalho de investigação em política da educação, salienta que essas investigações podem ser controladas politicamente, ou seja, serem governadas por necessidades preestabelecidas e pela linguagem dos políticos. Sendo que a investigação autônoma, ao contrário, permitiria aos investigadores definir as suas próprias agendas e o seu relacionamento com a política.

Um exemplo de controle político em investigações educacionais é apresentado por Ozga (2000, p. 145) quando traz para discussão os estudos realizados por Simon Marginson no início da década de 1990, o qual destaca que pesquisas americanas concluíram que não há qualquer relação entre turmas pequenas e o aumento do sucesso escolar, medido por testes padronizados e também salienta a influência que este artigo teve na economia da educação, pois apoiaria os objetivos dos políticos de reduzir os gastos públicos.

Alguns exemplos de práticas adotadas por governos brasileiros podem corroborar com estes estudos, como a enturmação, o aumento da relação aluno/professor e a elevação da carga horária docente. Todos eles importantes e devem ser considerados quando se estuda as condições de funcionamento das escolas, pois refletem na qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade.

Segundo Akkari (2011, p. 28-30), as Nações Unidas, através da UNESCO e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o BM, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a OCDE, exercem três tipos de influências possíveis, seja nos países desenvolvidos ou nos emergentes. A primeira influência acontece na concepção das políticas educacionais, pois o surgimento de estudos comparativos do tipo PISA (Programme for International Student Assessment) colocam os sistemas educacionais sob a mesma metodologia de análise. Apesar de grandes diferenças persistirem entre os países, lidamos cada vez mais com a emergência de uma agenda global de educação. A segunda ocorre na avaliação dos sistemas educacionais, onde especialistas da OCDE ou do BM examinam e redigem relatórios sobre o que funciona ou o que precisa ser melhorado. A terceira influência se dá na questão do financiamento, principalmente em relação aos países em desenvolvimento. O fato de financiar o setor educacional permite ao mesmo tempo o exercício de uma pressão sobre esses países para que apliquem as orientações desejadas. A concessão de ajuda se faz geralmente em função de interesses de ordem econômica, política ou histórica.

Segundo Teodoro (2008, p. 21), organizações internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU), UNESCO, FMI e BM, deram um forte impulso à internacionalização das problemáticas educacionais. Assim, a formulação de políticas educacionais nos países de

periferia passou a depender cada vez mais de assistência técnica desses organismos internacionais. Permitindo assim, a partir da década de 60, o estabelecimento de leis e eventos que guiaram a ação reformadora da educação e proporcionaram permuta de informações e conhecimento entre autoridades.

Castro (2012, p. 559) relaciona os princípios atuais do BM que, de uma forma ou de outra, influenciam o empréstimo para a educação: políticas baseadas em evidências (a evidência controlada é o teste de realidade); contabilidade dos custos (é preciso saber quanto custa); quantificação (quanto mais quantificação, melhor); eficiência (fazer mais com menos recursos é um objetivo permanente); meritocracia (os melhores são escolhidos e recompensados); concorrência (crença na mão invisível); incentivos de mercado (compensações e penalidades são os incentivos mais poderosos); nenhum subsídio (os preços devem refletir custos reais); e privatização (a propriedade privada aumenta a eficiência).

Para Kendall (2012, p. 509), os países que recebem recursos para o desenvolvimento são identificados como menos desenvolvidos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e, portanto, recebedores de ajuda. Segundo a autora, esses termos dão a impressão de que certos países e organizações doam recursos a países menos ricos e mais carentes, entretanto, a maior parte do financiamento internacional na forma de ajuda volta diretamente ao país doador. Além disso, boa parte da ajuda é vinculada, ou seja, o dinheiro deve ser utilizado pelos governos recebedores para adquirir produtos do governo doador, como por exemplo, a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) fornece recursos a um ministério da educação para imprimir e distribuir livros didáticos a todas as escolas públicas do país, mas a impressão deve ser feita por uma editora canadense.

Porém, para a autora, o aspecto mais sério ainda é o conceito de “doação”, que normalmente sugere que alguém doa ou contribui para uma causa assistencialista, mas o financiamento internacional para o desenvolvimento é concedido com maior frequência com propósito de ganhos geopolíticos, para manter ou promover relações neocoloniais ou para gastar os recursos das chamadas organizações doadoras, sem levar em conta as necessidades dos chamados recebedores.

Rizvi & Lingard (2012, p. 532) informam que os conceitos centrais do trabalho educacional da OCDE no período 1960-1990, tais como a igualdade educacional e a coesão social, não foram abandonados, mas profundamente reformulados, ou seja, ganharam novo significado, tornando-se instrumentos de políticas econômicas associadas a um novo vocabulário da economia do conhecimento. Segundo os autores (p. 534) a perspectiva da eficiência econômica passa a dominar o trabalho educacional da OCDE, um trabalho cada vez

mais técnico e baseado em dados, substituindo o debate normativo anterior sobre os propósitos múltiplos da educação.

Um dos exemplos apontados por Silva (2003, p. 288) sobre a presença e a atuação dos diretores, técnicos e conselheiros do BM nas decisões educacionais brasileiras diz respeito ao programa de combate à má qualidade do ensino e para a reorganização curricular denominado de Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), implementado através de um acordo de empréstimo com o BM no final da década de 90. Foi através desse programa que o FNDE desenvolveu o sistema de Levantamento da Situação Escolar e estabeleceu os Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas Públicas do Ensino Fundamental, os quais fazem parte de nossa temática de investigação.

Portanto, é neste contexto de influências internacionais que políticas públicas educacionais brasileiras voltadas para infraestrutura das escolas de educação básica foram propostas. Neste sentido, as análises realizadas nesta investigação se processaram no espaço da prática no âmbito do ciclo de políticas, pois foi levantada a percepção do diretor sobre a infraestrutura das escolas e, ao mesmo tempo, seu ponto de vista foi cotejado com a percepção do Secretário de Educação que também está neste espaço de prática, mas ao mesmo tempo sofre a determinação legal da hierarquia do sistema educacional brasileiro.

Para dar conta dos objetivos anteriormente apresentados, desenvolveu-se este relatório de pesquisa em sete capítulos, incluindo a introdução.

No segundo capítulo discute-se a qualidade da educação e a influências das condições físicas nesta qualidade. Apresenta-se o IDEB e o PMFE como exemplos de indicadores usados para aferir desempenhos e estabelecer índices que identificam ou se propõem a identificar o nível de qualidade atingido pela escola. Por fim, discute-se os encaminhamentos de gestão, a partir da identificação dos indicadores, relacionados ao planejamento de ações sistematizadas no Plano de Ações Articuladas (PAR) ou no Projeto Político Pedagógico (PPP).

No terceiro capítulo apresenta-se a descrição do estudo com a definição da temática e os critérios estabelecidos para a escolha do objeto; a metodologia adotada na coleta dos dados que foi marcada por muitos desencontros e mudanças de estratégias de cercamento do objeto por conta da dificuldade de acesso aos dados; e a sistematização e análise dos dados da pesquisa que seguiu um critério de cruzamento entre as percepções dos gestores, o desempenho no IDEB e a identificação das condições físicas das escolas.

No quarto capítulo apresenta-se um panorama nacional do processo de levantamento da situação escolar, com dados referentes à realização de capacitações na metodologia do LSE em todas as regiões brasileiras e aos primeiros resultados sistematizados pelos Consultores sobre os desempenhos das escolas frente aos PMFE. Neste capítulo também se

discute as percepções dos Consultores do FNDE em relação a essa política e apresenta-se as suas ações de planejamento e de difusão do diagnóstico.

No quinto capítulo estão sistematizados todos os resultados relacionados aos casos investigados na tese, compreendendo os sete municípios e as dezessete escolas. Nesta sistematização, apresenta-se as condições de funcionamento das redes municipais de ensino pesquisadas, fazendo-se uma discussão com o IDEB e com a percepção dos gestores locais.

No sexto capítulo discute-se a possibilidades de articulação do levantamento da situação escolar com os indicadores de qualidade da educação. Neste capítulo são retomados alguns tópicos dos casos municipais que se mostraram relevantes nesta discussão, relacionando-os com cada um dos objetivos específicos propostos na investigação.

No sétimo e último capítulo apresenta-se algumas considerações a respeito da descontinuidade da política de avaliação das condições físicas das escolas públicas e problematiza-se a sua intencionalidade como determinação política ou como ferramenta de gestão.

II INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O termo qualidade da educação é extremamente difuso e depende do ponto de vista de quem o conceitua. Por isso, praticamente não há consenso e faltam parâmetros para medir essa qualidade. Basta analisarmos as legislações educacionais, as quais tratam do tema, mas não especificam, não aprofundam e não estabelecem indicadores específicos.

Vejamos o que diz a CAPES (2010, p. 160) em seu Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) a respeito da questão da qualidade educacional:

O conceito de qualidade adotado atualmente parece muito mais abrangente do que o utilizado no passado e impõe que a educação, para ser considerada de qualidade, deve preencher um leque significativamente grande de atribuições, dentre elas a de garantir o acesso e a permanência dos alunos à escola, promover as aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento individual, atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais, com diferentes capacidades e interesses e tratar de forma diferenciada os estudantes, com vistas a obter aprendizagens e desenvolvimentos equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação. (PNPG, 2010, p. 160)

Segundo Akkari (2011, p. 16-17), o BM define como emergente o sistema educacional vigente na América Latina, Ásia e África do Norte. Nesse sistema, a taxa de escolarização é elevada e o crescimento do setor privado é favorecido. No entanto, alguns setores da população se deparam com serviços educacionais de baixa qualidade.

Um dos motivos da baixa qualidade da educação básica no Brasil pode estar relacionado ao montante de recursos financeiros investido neste nível de ensino. Na opinião de Akkari (2011, p. 65), o investimento público nos diferentes níveis de ensino é modesto e privilegia o ensino superior público. Em 2008, o investimento público para os primeiros quatro anos do ensino fundamental foi cinco vezes menor que o investimento público no ensino superior (p. 66).

Por outro lado, o mesmo autor reconhece que está havendo maior investimento público na educação básica da rede pública, mas ressalta a importância de se considerar que é difícil melhorar a qualidade do ensino, visto que sua degradação ocorre há muito tempo (p. 80).

A “garantia de padrão de qualidade” é um dos princípios do ensino brasileiro, previsto na Constituição Federal (art. 206, inciso VII), a qual é reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases

da Educação: “o dever do estado com a educação pública será efetivado mediante a garantia de (...) padrões mínimos de qualidade de ensino” (art. 4º, inciso XI).

A LDB também destaca no seu art. 40 que “o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos com a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”.

Portanto, como preconiza a própria LDB, um dos aspectos que podem interferir na qualidade do ensino está relacionado às condições de funcionamento das escolas, como adequação e conservação de seus prédios e a disponibilidade de equipamentos e materiais didáticos em quantidade e qualidade adequadas ao uso dos alunos. O Conselho Nacional da Educação através da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, estabelece a exigência de “um padrão mínimo de insumos, que tem como base um investimento com valor calculado a partir das despesas essenciais ao desenvolvimento dos processos e procedimentos formativos, que levem, gradualmente, a uma educação integral, dotada de qualidade social” (Art. 10, inciso IV, § 2º). Para se chegar a essa educação integral é preciso viabilizar determinados pré-requisitos e um deles, segundo o CNE, diz respeito a “condições de infraestrutura e adequados equipamentos”.

Vários fatores podem interferir no padrão de qualidade das escolas, mas focando-se a análise somente nos aspectos relacionados à infraestrutura, disponibilidade e qualidade dos equipamentos e mobiliários escolares, constata-se, através de outras investigações, que estas variáveis apresentam-se relevantes na qualidade da oferta dos serviços escolares, bem como na aprendizagem dos seus alunos.

Para Sátyro & Soares (2007, p. 7),

A infraestrutura escolar pode exercer influência significativa sobre a qualidade da educação. Prédios e instalações adequadas, existência de biblioteca escolar, espaços esportivos e laboratórios, acesso a livros didáticos, materiais de leitura e pedagógicos, relação adequada entre o número de alunos e o professor na sala de aula e maior tempo efetivo de aula, por exemplo, possivelmente melhorem o desempenho dos alunos.

A hipótese apontada por esses autores foi confirmada em pesquisa desenvolvida por Schneider & Gouveia (2011, p. 80), pois constataram que as 25% maiores proficiências dos alunos no SAEB de 2003 em escolas públicas do Paraná, estão nas escolas com as melhores condições materiais. Tal fator aponta uma tendência, pois, apesar de se ter proficiências altas em escolas com baixos pontos nos itens analisados, as melhores notas estão em escolas com boas pontuações no que se refere às condições materiais da escola.

Soares & Sátyro (2008), ao publicar artigo para discussão sobre “O Impacto da Infraestrutura Escolar na Taxa de Distorção Idade-Série das Escolas Brasileiras de Ensino Fundamental – 1998 a 2005”, destacam como principal resultado que

Insumos escolares importam sim para o desempenho educacional, principalmente no caso de escolas com maior precariedade das condições Infraestruturais (p. 5).

Com base nos resultados de sua pesquisa, esses autores afirmam que “no Brasil, a infraestrutura tem um impacto forte no desempenho escolar”.

Pode-se assim inferir que, caso não tivesse havido o investimento que houve na última década em infraestrutura nas escolas, os resultados educacionais seriam ainda piores (p. 5).

Por fim, eles sugerem que outros estudos levem em conta a interação dos efeitos de infraestrutura com variáveis de gestão, ou político-pedagógicas, como autonomia escolar, expectativas, participação dos pais, e assim por diante, pois acreditam que estas sejam potencializadas ou potencializem as variáveis de insumos tratadas no artigo.

Dentre os vários motivos que prejudicam o desempenho dos estudantes ou o seu interesse com a escola, há os aspectos relacionados com o conforto que os ambientes escolares lhes proporcionam. Lula & da Silva (2011, p. 2) destacam que

O conforto ambiental está associado às seguintes variáveis: ruído, iluminação, temperatura, umidade, pureza e velocidade do ar, radiação, estado físico, tipo de vestimenta, entre outras. Cada uma delas representa uma parcela importante no bem-estar de trabalhadores e na qualidade dos serviços, como também na satisfação de alunos que precisam de ambientes escolares saudáveis.

Teixeira (2009, p. 232-233), baseado em outras pesquisas realizadas da primeira década do século XXI constatou que essas pesquisas “indicam que, no Brasil e em outros países da América Latina, ao contrário dos países desenvolvidos, a infraestrutura física da escola e os recursos escolares aparecem como aspectos fundamentais para o desempenho escolar dos alunos, mesmo quando os resultados são controlados pelo nível socioeconômico dos estudantes”. Ressalta ainda que “dentre esses aspectos físicos da escola, destaca-se a infraestrutura do prédio, a presença, o estado de conservação e a utilização de espaços didático-pedagógicos tais como bibliotecas, salas de leitura, salas de aula e pequenas bibliotecas no interior das salas de aula”.

Em se tratando de identificação das condições físicas, Schneider & Gouveia (2011, p. 63), sinalizam que “a ação ou a ausência de ação do poder público na questão das condições

materiais e estruturais da escola pode ser mensurada de forma objetiva, considerando a descrição dos ambientes escolares”. Afirmam ainda que “o papel das condições materiais e estruturais da escola não é irrelevante e apresenta-se como bastante significativo, não só na questão da aprendizagem propriamente dita, mas das ações e atitudes dos alunos”.

No início da década de 1990, Xavier et al. (1992) apresentaram uma proposta de alocação de recursos para o Ensino Fundamental articulada a um “conjunto de condições de acesso, permanência e desempenho que permitem um produto educacional de qualidade” (p.77), chamado pelos autores de padrões mínimos de oportunidades educacionais (PMOE). Os autores propunham que os PMOE fossem definidos a partir dos princípios de eficiência (otimização de recursos) e equidade (justiça distributiva) educacionais.

Para tanto, a definição preliminar deveria ser a de padrões mínimos da qualidade do serviço educacional (PMQSE), referindo-se a “um aspecto restrito e estratégico do PMOE: a escola e as condições mínimas para o seu funcionamento” (p.78), ou seja, a definição de condições básicas de funcionamento das escolas para que todas as crianças tivessem acesso a um mínimo pactuado de educação formal (Oliveira & Araújo, 2005, p. 18-19).

Os pesquisadores consideram que este estudo serve de ponto de partida para analisarmos o papel dos insumos na configuração de um ensino de qualidade, pois suas conclusões destacam que o aumento de recursos ou a definição de insumos são condições necessárias, mas insuficientes, por si mesmas, para gerar qualidade, visto que existe uma série de variáveis que compensam o efeito negativo das adversas condições socioeconômicas e culturais, contribuindo para que os alunos possam alcançar bons resultados.

Diante disso, é possível concluir que essas variáveis têm relação não só com insumos, mas também com a cultura, as atitudes, as práticas e as inter-relações entre professores, alunos, diretores e demais membros da comunidade escolar.

Assim, embora a redefinição de políticas de financiamento e alocação de recursos para a educação brasileira seja urgente e necessária, é preciso pensar de forma articulada num conjunto de indicadores que permita configurar uma escola e um ensino de qualidade numa perspectiva que abranja insumos, clima e cultura organizacional e avaliação. Ou seja, é preciso pensar numa política de melhoria da qualidade de ensino que articule insumos e processos (Oliveira & Araújo, 2005, p. 19-20).

Esses autores nos ajudam a compreender que, quando estamos tratando de qualidade da escola, não estamos nos referindo somente a prédios bem conservados e boa disponibilidade de mobiliário e equipamentos, mas que o clima escolar também é primordial. Brighouse & Woods (2010, p. 163) opinam que

O clima da escola é captado nos corredores, na maneira como as pessoas se comportam umas às outras, nas portas que são mantidas abertas ou fechadas descuidadamente na nossa cara, em adultos e membros do corpo de funcionário que têm tempo para dar um sorriso ou uma conversa rápida com os alunos ou que passam sem piscar ou reconhecer um membro da comunidade.

Por outro lado, apesar do processo de ensino e aprendizagem ocorrer em um espaço específico, onde ocorrem interações pedagógicas e avaliativas, relações interpessoais e hierárquicas, não se pode deixar de considerar que o rendimento escolar, bem como o clima da escola, são dependentes das condições em que se encontram a infraestrutura física, o mobiliário, os equipamentos e os materiais didáticos. Para conhecer essa realidade escolar, é necessário realizar processos de avaliação da situação escolar focados na infraestrutura e nos serviços prestados pela escola para permitir o conhecimento de suas condições de funcionamento.

Os achados em pesquisas relacionados aqui nos apontam para a importância do prédio escolar na qualidade do ensino, ou seja, sem condições mínimas de prédio a qualidade do ensino pode estar ameaçada.

Além disso, há diversos destaques sobre a infraestrutura escolar nos principais documentos oficiais de planejamento em âmbito nacional, como por exemplo, o Plano Decenal de Educação para Todos de 1993, o Plano Nacional de Educação 2001-2011, o Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007, o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 e o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020.

Segundo o MEC (1993, p. 12), o objetivo mais amplo do Plano Decenal de Educação para Todos foi assegurar, até o ano 2003, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam a necessidades elementares da vida contemporânea. Além disso, visava responder ao dispositivo constitucional que determinava “eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental” nos dez anos que se seguiam. Vale lembrar que este plano foi preparado de acordo com as recomendações da reunião organizada pela UNESCO em Jomtien, na Tailândia, em 1990.

Em levantamento realizado pelo próprio MEC, por ocasião do lançamento do plano decenal, foi constatado que cerca de 4,6 milhões de alunos estudavam em escolas que funcionavam com três e quatro turnos, em jornadas escolares reduzidas. Além disso, cerca de 180 mil escolas não contavam com os equipamentos e materiais mínimos para efetivação do ensino. Nas 50 mil escolas com mais de quatro salas de aula e seriação completa, haviam problemas de conservação dos prédios e de qualidade das instalações e dos meios

instrucionais, com falta de tecnologias complementares e potencializadoras para o aumento do rendimento e qualidade do ensino.

Para o MEC, um dos obstáculos a ser enfrentado é o “nível insatisfatório de qualidade do ensino, expresso em modestos índices de desempenho escolar, decorrente de insuficientes condições infraestruturais e pedagógicas para a realização do processo de ensino” (1993, p. 31) e o outro obstáculo que também interfere nas condições físicas das escolas é a “dispersão e ineficiência na alocação e na gestão de recursos destinados a investimentos para desenvolver o sistema e para operar e manter as unidades escolares e insuficientes controles sociais sobre a sua efetividade e pertinência” (p. 32).

No capítulo do plano decenal que trata das estratégias para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo, foram definidos vários objetivos gerais de desenvolvimento da educação básica e, dentre os quais, destacou-se aqueles que, de alguma forma, se referem às condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino:

[...] Universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento: assegurando a todas as unidades de ensino padrões básicos de provisão de ambiente físico, de recursos e tecnologias instrucionais, de competências pedagógicas e de gestão, para o desenvolvimento de processos de ensino de boa qualidade (p. 38).

[...] Ampliar os meios e o alcance da educação básica: [...] enriquecendo o acervo de recursos e tecnologias de apoio à escola e aos professores e dirigentes (p. 39).

[...] Incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação (p. 40).

Complementarmente a estes objetivos foram traçadas metas globais que buscavam alcançar em dez anos, ou em períodos intermediários, os seguintes escopos mínimos:

[...] elevar a, no mínimo, 94% a cobertura da população em idade escolar (p. 42); [...] dotar todas as escolas de ensino fundamental, urbanas e rurais, estaduais e municipais, de condições básicas de funcionamento (p. 43).

Para alcançar esses objetivos e metas, uma das linhas de ação planejada correspondia à atuação sobre a oferta com “qualidade e equidade” (p. 44). Para tanto, foi enfatizado, dentre outras ações, o estabelecimento de padrões básicos para a rede pública, através da garantia de condições básicas de oferta a todas as escolas. Essas condições básicas seriam definidas e pactuadas pelos diversos níveis de governo, para assegurar ambiente apropriado ao desenvolvimento do processo de ensino.

O documento elaborado pelo MEC em 1993 que apresenta o Plano Decenal de Educação para Todos, traz em anexo alguns trechos da Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (1990) e um dos artigos da Declaração Mundial alerta que é necessário expandir o enfoque na luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Faz-se necessário, portanto, “torná-lo mais abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais, dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes”. Este enfoque abrangente compreende, dentre outros, “propiciar um ambiente adequado à aprendizagem” (p. 74).

A Declaração Mundial propõe a equidade na educação, mas desde que seja possível o atendimento de diversas condições, como o oferecimento “a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem” (p. 75).

Mais tarde, o Plano Nacional de Educação (2001-2011) que começou a tramitar nas esferas políticas e governamentais em 1998, se constituiu em uma infinidade de diretrizes, objetivos e metas para os diversos níveis e modalidades de educação. Especificamente sobre a infraestrutura necessária para a oferta dos serviços escolares, pode-se perceber que há diversos destaques nesse planejamento.

Para a Educação Infantil, o documento destaca a necessidade de “elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos de Infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo”. Nesse objetivo são destacados alguns aspectos relacionados à infraestrutura, equipamentos e mobiliário, como por exemplo, espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário; instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças; instalações para preparo e/ou serviço de alimentação; ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar; mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos; e adequação às características das crianças especiais.

O documento ainda estabelecia o prazo de cinco anos para que todos os prédios de educação infantil estivessem adaptados conforme os padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos.

Para a etapa do Ensino Fundamental foi estabelecido o prazo de um ano, para a elaboração de “padrões mínimos nacionais de Infraestrutura, compatíveis com o tamanho dos

estabelecimentos e com as realidades regionais”, incluindo: espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente; instalações sanitárias e para higiene; espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar; adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais; atualização e ampliação do acervo das bibliotecas; mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos; telefone e serviço de reprodução de textos; e informática e equipamento multimídia para o ensino.

Também foi estabelecido prazo, em duas etapas, para atendimento dos itens previstos nessa meta, ou seja, em cinco anos, todas as escolas deviam atender os quatro primeiros itens e, em dez anos, a sua totalidade.

Na última etapa da educação básica, o PNE trouxe como objetivo a formulação e a implementação progressiva de “uma política de gestão da Infraestrutura física na educação básica pública, que assegure”: o reordenamento, a partir do primeiro ano deste Plano, da rede de escolas públicas que contemple a ocupação racional dos estabelecimentos de ensino estaduais e municipais, com o objetivo, entre outros, de facilitar a delimitação de instalações físicas próprias para o Ensino Médio separadas, pelo menos, das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental e da Educação Infantil; e a expansão gradual do número de escolas públicas de Ensino Médio de acordo com as necessidades de infraestrutura identificada ao longo do processo de reordenamento da rede física atual.

Além disso, foi estabelecido o prazo de um ano para a elaboração de padrões mínimos nacionais de Infraestrutura para o Ensino Médio, compatíveis com as realidades regionais, incluindo: espaço, iluminação, ventilação e insolação dos prédios escolares; instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene em todos os edifícios escolares; espaço para esporte e recreação; espaço para a biblioteca; adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais; instalação para laboratórios de ciências; informática e equipamento multimídia para o ensino; atualização e ampliação do acervo das bibliotecas incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos; equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula; e telefone e reproduzidor de texto.

Como nas outras etapas do nível da educação básica, o documento estipulou o prazo de cinco anos, para adaptação das escolas existentes, de forma a atender aos padrões mínimos estabelecidos; para que todas as escolas estivessem equipadas, pelo menos, com biblioteca, telefone e reproduzidor de textos e; para que, pelo menos 50%, e, em 10 anos, a totalidade das escolas dispusessem equipamentos de informática para modernização da administração e para apoio à melhoria do ensino e da aprendizagem.

Além disso, o documento previu a adoção de medidas para a universalização progressiva de todos os padrões mínimos, incentivando a criação de instalações próprias para esse nível de ensino, para o período de vigência do plano e também a criação de mecanismos, como conselhos ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas.

Também em relação à Educação Especial, foram destacadas as seguintes metas: estabelecer, no primeiro ano de vigência do plano, os padrões mínimos de infraestrutura das escolas para o recebimento dos alunos especiais; a partir da vigência dos novos padrões, somente autorizar a construção de prédios escolares, públicos ou privados, em conformidade aos requisitos de infraestrutura para atendimento dos alunos especiais; adaptar, em cinco anos, os prédios escolares existentes, segundo aqueles padrões; ampliar o fornecimento e uso de equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do educando com necessidades especiais, inclusive através de parceria com organizações da sociedade civil voltadas para esse tipo de atendimento; e assegurar, durante a década, transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldade de locomoção.

Sinteticamente, estes foram os destaques relacionados às condições materiais e infraestruturais das escolas da educação básica definidos no Plano.

No Plano Nacional de Pós Graduação, sistematizado pela CAPES, que é um órgão vinculado ao MEC, há o reconhecimento de que o PNE, “apesar de apresentar-se como mais uma das tentativas de implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade social da educação”, não conseguiu efetivar-se na prática, pois “várias pesquisas apontam, por exemplo, que menos de 30% de suas metas foram atingidas” (PNPG, 2010, p. 162).

Durante a vigência do PNE 2001-2011, o Governo Federal instituiu o Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, o qual dispõe sobre “a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (COMPROMISSO), pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica” (MEC, 2007).

O Ministério da Educação, a partir dos resultados da Prova Brasil, realizou dois tipos de pesquisa. A primeira delas, em parceria com o UNICEF, examinou escolas que obtiveram bons resultados, a despeito das adversidades locais encontradas. E em parceria com o BM, o MEC examinou também sistemas municipais que apresentavam resultados de qualidade, em comparação ao baixo desempenho obtido por municípios com as mesmas características socioeconômicas.

Das duas pesquisas resultaram as boas práticas que, em todo ou em parte, são adotadas tanto por escolas como por sistemas municipais que obtiveram bons resultados de aprendizagem de seus alunos. Essas boas práticas foram sistematizadas em 28 diretrizes que integram o Decreto como orientações aos sistemas estaduais e municipais que aderiram ao Compromisso Todos pela Educação. Na verdade, o COMPROMISSO nada mais é do que um programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) composto por essas vinte e oito diretrizes educacionais.

Saviani (2009, p. 5) considera esse decreto o dispositivo legal que põe em vigência o PDE, o qual abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC.

Segundo o MEC, o COMPROMISSO

[...] inaugurou um novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes federativos sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Sendo um compromisso fundado em vinte e oito diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas e efetivas, compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Dentre as vinte e oito diretrizes estabelecidas no Decreto, praticamente não há nenhum destaque referente às condições físicas das escolas. Apenas uma diretriz fala em “firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas” (diretriz XVII).

Por outro lado, mesmo não tendo maiores destaques sobre a infraestrutura nas diretrizes do decreto, o fato do PDE prever a elaboração de um Plano de Ações Articuladas para que haja transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, entende-se que o aspecto das condições físicas está indiretamente contemplado, haja visto que uma das dimensões do PAR está relacionada à Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Em se tratando de aferição da qualidade da educação, o Decreto apresenta, em seu Art. 3º a seguinte redação: “A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).”

Em termos gerais, o PDE definiu ações para todos os níveis e modalidades de ensino. Dentre as ações definidas para a educação básica, destacam-se aquelas relacionadas à formação de professores, ao piso salarial, ao financiamento, à avaliação, ao plano de metas e ao planejamento da gestão educacional.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (2010) destaca que vários estudos têm demonstrado que os gestores educacionais em geral vêm realizando grandes esforços para aperfeiçoar a qualidade dos sistemas de ensino. Segundo o documento, “este esforço contempla ações para o aperfeiçoamento da gestão educacional, a melhoria da infraestrutura das escolas, a construção de creches e escolas, laboratórios e bibliotecas, a extensão da merenda escolar, a melhoria do transporte escolar e a formação de professores” (p. 164).

A CAPES considera os padrões mínimos de qualidade da educação “um assunto que pode servir de ponto de partida e que merece ser estudado pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação na perspectiva da melhoria da qualidade da educação básica, o qual diz respeito aos insumos oferecidos às escolas para o seu funcionamento” (PNPG, 2010, p.166).

Embora muitas políticas públicas têm sido implementadas para tentar corrigir as desigualdades educacionais entre regiões e entre classes sociais, a CAPES alerta que a condição de aprendizagem oferecida para os alunos varia de região para região e de escola para escola, atestando, portanto, que não há equidade da oferta (PNPG, 2010, p. 167).

A Constituição Federal afirma no seu artigo 30 que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “construir uma sociedade livre, justa e solidária”.

Porém, a CAPES questiona esse objetivo ao refletir sobre o cenário atual da educação básica brasileira:

É possível a educação escolar contribuir para construção de um país mais justo e igualitário se as condições de oferta são tão díspares? É correto estabelecer mecanismos de classificação das escolas com base nos resultados alcançados se as condições de trabalho são tão variadas? (PNPG, 2010, p. 167)

Para que haja a garantia do padrão mínimo de qualidade preconizado pela Constituição Federal e pela LDB, a CAPES recomenda que hajam “estudos aprofundados para o estabelecimento do investimento público por aluno/ano de modo a garantir as condições de funcionamento adequado de todas as escolas da educação básica” (PNPG, 2010, p. 168).

Por último, o Projeto de Lei do Plano Nacional da Educação para o interstício 2011-2020 (PL 8.035/2010), embora ainda encontre-se parado no Congresso há mais de três anos e parece que tramita sem prazo para conclusão, traz uma série de considerações a respeito das condições de funcionamento das escolas públicas de educação básica.

O Conselho Nacional da Educação (CNE), ao elaborar indicações para subsidiar a construção do PNE 2011-2020 destaca dez desafios a serem enfrentados e superados. Um deles refere ao estabelecimento de padrões de qualidade para cada etapa e modalidade da educação, com definição dos insumos necessários à qualidade do ensino, delineando o custo-aluno-qualidade como parâmetro para seu financiamento.

Aparentemente, no novo PNE estão previstas ações mais objetivas e pontuais voltadas para as condições de funcionamento das escolas e articuladas com as metas de melhoria da qualidade educacional. Embora esteja previsto que o IDEB “será utilizado para avaliar a qualidade do ensino” (art. 11), o parágrafo segundo deste artigo destaca que “o INEP empreenderá estudos para desenvolver outros indicadores de qualidade relativos ao corpo docente e à infraestrutura das escolas de educação básica”.

Dentre as diversas metas e estratégias constantes neste Projeto de Lei (PL), destaca-se a seguir aquelas que tratam mais diretamente dos aspectos relacionados à infraestrutura das escolas e as condições e disponibilidade de mobiliário e equipamentos.

Na Meta 1 que trata da universalização, até 2016, do atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliação, até 2020, da oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos, foram estabelecidas três estratégias relacionadas a padrão de qualidade ou condições de funcionamento:

a) definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais;

b) manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas;

c) avaliar a Educação Infantil com base em instrumentos nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola.

Em relação à universalização do Ensino Fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos (Meta 2), também estão previstas três estratégias com enfoque nas condições de oferta do ensino:

a) ampliar programa nacional de aquisição de veículos para transporte dos estudantes do campo, com os objetivos de renovar e padronizar a frota rural de veículos escolares, reduzir a evasão escolar da educação do campo e racionalizar o processo de compra de veículos para o transporte escolar do campo, garantindo o transporte intracampo, cabendo aos sistemas

estaduais e municipais reduzir o tempo máximo dos estudantes em deslocamento a partir de suas realidades;

b) manter programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas do campo, bem como de produção de material didático e de formação de professores para a educação do campo, com especial atenção às classes multisseriadas;

c) universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

A Meta 3 trata da universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevação, até 2020, da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária. Para tal, foram definidas as seguintes estratégias:

a) institucionalizar programa nacional de diversificação curricular do ensino médio a fim de incentivar abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, discriminando-se conteúdos obrigatórios e conteúdos eletivos articulados em dimensões temáticas tais como ciência, trabalho, tecnologia, cultura e esporte, apoiado por meio de ações de aquisição de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores;

b) universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas da rede pública de ensino médio.

O PL também prevê uma meta (Meta 4) de atendimento escolar aos estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, através das seguintes estratégias:

a) implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais;

b) manter e aprofundar programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);

c) fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

A Meta 6 que é “oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica”, necessita de adequações substanciais nas atuais condições de funcionamento da maioria das escolas das redes públicas no país. Para habilitar fisicamente essas escolas no atendimento dessa meta, foi proposta a estratégia de institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

A Meta 7 trata da elevação das médias nacionais para o IDEB, com a adoção das seguintes estratégias voltadas à situação escolar:

a) formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da Infraestrutura física da rede escolar;

b) garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

c) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, tendo em vista a equalização regional das oportunidades educacionais.

d) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas de ensino fundamental e médio.

e) Informatizar a gestão das escolas e das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação.

f) Assegurar, a todas as escolas públicas de educação básica, água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a

espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.

A Meta 10 visa proporcionar um estímulo à educação de jovens e adultos ao tentar garantir a oferta de, no mínimo, 25% das matrículas nessa modalidade na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, através da estratégia de institucionalizar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

Portanto, tomando-se como referência apenas o que prevê o PL do PNE 2011-2020, percebe-se que a preocupação com a qualidade da educação tem aumentado o destaque aos aspectos relacionados com os espaços escolares, numa intenção de se instrumentalizar as instituições de ensino para que as ofertas dos serviços educacionais se deem com maior qualidade.

Por outro lado, para que todo esse processo de planejamento, implementação e avaliação de ações voltadas para a questão da qualidade da educação se deem com maior abrangência possível (dado o tamanho do sistema educacional brasileiro), torna-se imperativo o estabelecimento de alguns parâmetros de referência que, na sua grande maioria, são convertidos em indicadores numéricos, tanto de metas quanto de resultados.

Segundo Jannuzzi (2009, p. 15), um indicador significa uma medida, em geral, quantitativa e dotada de significado social substantivo, que é usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato e de interesse teórico (para a pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). Segundo o autor, trata-se de um recurso metodológico empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Figari (1996, p. 110), ao explicitar o conceito de indicador, refere-se como um elemento que mostra um outro elemento ou que diz onde se encontra esse outro elemento, ou seja, que indica, mas que esse indicador permite chegar a uma probabilidade e não a uma certeza. Hadji (1994, p. 187), por sua vez, descreve o indicador como uma característica particular que é um testemunho da existência de um fenômeno predeterminado e, portanto, se reconhece a presença de um efeito esperado.

Dentre os indicadores mais conhecidos pela sociedade brasileira, especificamente no âmbito da qualidade da educação, destaca-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse indicador sintetiza dois conceitos: fluxo escolar (promoção, repetência e evasão), obtido no Censo Escolar e média de desempenho dos estudantes em língua

portuguesa e matemática, obtida nas avaliações do SAEB e da Prova Brasil. As avaliações aplicadas aos alunos compreendem dois tipos:

Avaliação Nacional da Educação Básica: abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas do país, localizados na área rural e urbana e matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada Unidade da Federação, Região e para o Brasil como um todo;

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar: é aplicada censitariamente a alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Nesse estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil e oferece resultados por escola, município e Unidade da Federação.

A série histórica de resultados do IDEB iniciou em 2005 e foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas pelo país, pelos estados, pelos municípios e pelas escolas. Cada instância tem sua própria meta de evolução de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE, ou seja, a meta é atingir um IDEB de 6,0 na primeira fase do Ensino Fundamental em 2022, ano do bicentenário da Independência.

Segundo Bento (Produto 5, 2010, p. 52), a definição de uma meta nacional para o IDEB em 6,0 para os anos iniciais do Ensino Fundamental, significa que o país estará atingindo o nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e rendimento, da média dos países desenvolvidos observada atualmente. Essa comparação internacional foi possível devido a uma compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no PISA e no SAEB.

Encontramos em Gatti et al (2011, p. 40) a explicação dos propósitos do IDEB:

Com o propósito de agregar qualidade social às medidas de desempenho, para que o IDEB de uma escola ou de uma rede cresça, é preciso que o conjunto dos alunos adquira aprendizagens significativas, frequente as aulas assiduamente e não repita o ano. Busca-se, assim, combinar as evidências de rendimento dos alunos com a capacidade da escola de manter o conjunto do alunado estudando e com bom aproveitamento. O IDEB coloca, desse modo, um desafio às redes, que é a obrigação de se empenharem para que todos, indiscriminadamente, aprendam aquilo que a prova mede. Estabelece também metas de rendimento e estipula prazo, até 2022, para que os estudantes das escolas brasileiras atinjam os padrões de desempenho apresentados pelos sistemas escolares dos países desenvolvidos, referenciando-se nos resultados do PISA.

Akkari (2011, p. 33-34) problematiza essa ideia de comparação dos sistemas educacionais entre países ao questionar: “Em que medida a comparação do desempenho dos sistemas educacionais dos países da OCDE influencia as políticas educacionais?”

Para o autor, a tendência global que favorece uma visão econômica da educação, conduzem as políticas educacionais a engajar reformas para melhorar o desempenho do sistema educacional no contexto da competitividade econômica internacional. Além disso, o fato da OCDE reconhecer a educação com um serviço, “pressupõe uma série de orientações exclusivamente econômicas, que se distanciam, especialmente, da concepção histórica humanista da escola enquanto um direito ou bem público” (p. 34).

Porém, o INEP (2007, p. 16) considera que esse indicador “incentiva as unidades escolares (escolas e redes de ensino) a operarem com baixas taxas de reprovação, a não ser que repetências tenham um forte impacto positivo no aprendizado dos alunos”.

Para o então Presidente do INEP em 2007, esse indicador “possui a vantagem de ser de fácil compreensão, simples de calcular, aplicável às escolas e explícito em relação à “taxa de troca” entre probabilidade de aprovação e proficiência dos estudantes. Ou seja, o indicador torna claro o quanto se está disposto a perder na pontuação média do teste padronizado para se obter determinado aumento na taxa média de aprovação” (Fernandes, 2007, p. 16).

Por sua vez, Bento (Produto 1, 2009, p. 59), ao tecer suas considerações em prol da sistemática do IDEB, destaca que um sistema educacional que reprova com frequência seus alunos, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino no período correto, não é de interesse, caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem.

Por outro lado, mesmo que existam estes aspectos positivos e já seja senso comum a sociedade brasileira olhar para esse indicador como expressão da qualidade da educação, o IDEB tem recebido inúmeras críticas com argumentos que se opõem à ideia de vincular o seu valor como um indicativo de qualidade e desenvolvimento, pois a realidade escolar é muito mais complexa do que um valor sintético e de poucas variáveis. Entretanto, o fato de ser sintético, facilita o debate e a comparação e, por isso, desperta interesse da mídia e da população em geral.

Portanto, devido à ampla divulgação e ao senso comum entorno do IDEB, há o risco desse indicador ser considerado como a única representação da qualidade da educação

brasileira, sem entrar no debate as condições de funcionamento das escolas inseridas nos diferentes contextos socioeconômicos do país.

Uma saída para essa possibilidade de se ter o IDEB como o principal ou único indicador educacional brasileiro para avaliar a qualidade da educação básica, trata-se dos indicadores de Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola.

O PMFE é uma metodologia desenvolvida no âmbito do programa FUNDESCOLA, o qual entrou em vigor mediante um Acordo de Empréstimo de nº 7.122 firmado entre o FNDE e o BM. Em junho de 1998 teve início a primeira fase do FUNDESCOLA nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (FNDE/LSE, 2006, p. 5), o qual perdurou por três anos e depois foi renovado por mais duas edições. Este programa destinava-se à melhoria da qualidade de escolas de ensino fundamental dessas três regiões, como ferramenta de apoio a outro programa denominado de PAPE (Programa de Adequação de Prédios Escolares). Foi também nesta fase de implantação do FUNDESCOLA que o FNDE estabeleceu os PMFE, que depois passou por atualizações para incorporar a avaliação de toda a educação básica.

Em síntese, o FUNDESCOLA foi um programa conjunto do MEC, estados, municípios e BM, que buscava dar efetividade às políticas educacionais, tomando como eixo a gestão educacional de qualidade, enfocando o fortalecimento das escolas e das instituições responsáveis. Sua missão era melhorar o desempenho dos alunos no ensino fundamental das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aumentando a eficácia e a equidade das escolas e dos sistemas educacionais, oferecendo serviços e produtos educacionais de qualidade e assistência técnico-financeira para o fortalecimento das escolas públicas e das Secretarias de Educação (Bento, produto 5, 2010, p. 146).

Embora o projeto tenha sido finalizado, as ações ou produtos por ele desenvolvidos continuaram a ser implementados e passaram a ter abrangência nacional, atendendo também às regiões Sul e Sudeste.

O FNDE (2006, p. 5), destaca no Manual de implantação do FUNDESCOLA que

O PMFE expressa a presença de um conjunto de insumos e condições necessários para a realização das atividades escolares – instalações físicas, equipamentos, recursos pedagógicos, recursos humanos, currículo e gerenciamento. Aparentemente simples, o conceito envolve, na verdade, um amplo conjunto de condições humanas, materiais e organizacionais ou de insumos e processos. São as condições básicas e o conjunto de insumos necessários para a realização dos serviços escolares essenciais e para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma adequada.

Assim, o objetivo de identificação dos PMFE é preparar o ambiente escolar para o desenvolvimento da educação, pois uma das premissas que fundamentam o FUNDESCOLA é que o desempenho educacional dos alunos sofre influência decisiva da qualidade das escolas que frequentam (FNDE/PMFE, 2006, p. 7).

Para Xavier *et al* (1998, *apud* Waiselfisz, 2000, p. 19) os PMFE objetivam

reverter o quadro de ineficiência e iniquidade, visando garantir um mínimo de educação de qualidade a todos, (...) dizem respeito a um aspecto restrito e estratégico do que pode ser chamado de padrões mínimos de oportunidades educacionais. Estes podem ser entendidos como o conjunto de condições de acesso, permanência e desempenho que permitem garantir um serviço educacional de qualidade. Os padrões mínimos permitem contemplar três aspectos julgados centrais: a garantia de recursos financeiros para escolas situadas em áreas prioritárias de atendimento educacional; o estabelecimento das necessidades mínimas e previsíveis de recursos financeiros para os municípios; e a utilização de critérios técnicos para as transferências de recursos, para reduzir a autoridade discricionária dos políticos e dos administradores educacionais.

Segundo Parente (2009, p. 11), o índice de PMFE, assim como o IDEB, é mais um balizador da situação em que se encontram as redes de escolas públicas de educação básica. O índice PMFE refere-se à qualidade dos insumos educacionais disponíveis nas escolas da rede pública de ensino, enquanto que o IDEB refere-se aos resultados dos sistemas em termos de aprendizagem e eficiência do fluxo escolar. Com esses dois índices poderão ser feitas análises comparativas entre PMFE e IDEB.

Um Consultor do FNDE, ao elaborar relatório de trabalho sobre esse tema em 2010, destacou que a identificação do PMFE era uma medida da política educacional brasileira que vinha se desenvolvendo nas últimas décadas. Ele explica que o PMFE busca a garantia de oportunidades de aprendizagem adequada, igual e universal, ou seja, o que se procura não é apenas uma educação de qualidade, mas que atinja a todos os alunos e crianças do país e, mais além, que reduza a desigualdades na utilização de serviços e infraestrutura escolares em todas as redes de ensino do país (Maganini, produto 1, 2010, p. 14).

Para subsidiar a definição dos PMFE, o FNDE/PMFE (2006, p. 7) estabeleceu o foco nos “serviços aos quais todo e qualquer aluno tem direito, independentemente dos meios adotados pelas escolas e pelos sistemas de ensino para ofertá-los”. Para tanto, foram selecionados os seguintes serviços:

a) Com foco direto no aluno: docência, promoção do acesso à informação, apoio educacional, alimentação, saúde e higiene e promoção da convivência;

b) Com foco indireto no aluno: suporte pedagógico à docência, administração, manutenção, conservação e segurança e integração com a comunidade.

O FNDE define serviços como os produtos oferecidos pela escola a alunos, pais, professores, funcionários e comunidade local. Para a prestação desses serviços é preciso realizar as funções que são etapas do processo de oferta do serviço, ou seja, é preciso que elas sejam executadas para viabilizar a oferta do serviço. Por exemplo, planejar aulas e desenvolver aulas são duas funções essenciais para a oferta do serviço de docência. Por fim, cada função pode ser dividida em partes específicas que são as atividades, ou seja, são as ações necessárias para dar sentido a cada uma das funções. Por exemplo, o serviço de alimentação é viabilizado pela função de preparo dos alimentos em que são executadas as atividades de desembalar, higienizar e preparar tais alimentos.

Para permitir a realização das atividades que dão conteúdo às funções que, por sua vez, viabilizam a oferta dos serviços é necessária a disponibilidade de ambientes adequados. Ambiente é o espaço físico criado e organizado para abrigar as mais diversas atividades de indivíduos e grupos. Em se tratando de escola, são os espaços educativos organizados, com ou sem móveis e equipamentos, dependendo do ambiente.

O índice PMFE é calculado a partir do somatório dos resultados da avaliação de 15 indicadores sintéticos (Quadro 1) conformados por 369 variáveis pesquisadas em cada unidade escolar.

Quadro 1. Indicadores e variáveis formadoras do índice PMFE.

Indicador	Área	Especificação do indicador	Quantidade de variáveis
I	Cadastro da Escola	Serviços oferecidos	42
II	Características do Prédio	Infraestrutura Básica	21
III		Acessibilidade	15
IV		Avaliação do prédio	16
V		Entorno da escola	19
VI	Características físicas dos ambientes	Utilização	36
VII		Condições dos elementos da edificação	8
VIII		Aspectos gerais	13
IX		Componentes construtivos	11
X		Acessibilidade	4
XI	Material didático	Da escola	43
XII		Atividades práticas	41
XIII		Aluno com cegueira	3
XIV	Equipamento	Em geral	59
XV	Mobiliário	Em geral	38
TOTAL		15	369

Fonte: Parente (2009, p. 12)

Para cada indicador espera-se um somatório de pontos que a unidade escolar deverá alcançar para cumprir o PMFE, de acordo com a etapa ou nível de ensino ofertado pela escola.

Por exemplo, a soma dos pontos atribuídos às variáveis formadoras do indicador I deve alcançar 52 pontos, representando 9,46% do PMFE em escolas que ofertam Educação Infantil (Quadro 2). O peso máximo de cada indicador é o resultado do somatório de pontos atribuídos a cada uma das variáveis formadoras do indicador (Parente, produto 3, 2010, p. 14).

Quadro 2. Pontuações máximas finais de cada índice de PMFE

Índice	ETAPAS DE ENSINO													
	EI		EF		EM		EIXEF		EIXEM		EFxEM		EIXEFxEM	
	PM	%	PM	%	PM	%	PM	%	PM	%	PM	%	PM	%
I	52	9,46	52	8,55	57,2	8,44	52	8,01	57,2	7,90	57,2	8,34	57,2	7,87
II	72	13,10	72	11,84	72	10,63	72	11,09	72	9,95	72	10,50	72	9,91
III	60	10,92	60	9,86	60	8,86	60	9,24	60	8,29	60	8,75	60	8,26
IV	48	8,74	48	7,89	48	7,09	52	8,01	52	7,19	48	7,00	52	7,16
V	23	4,19	23	3,78	23	3,40	23	3,54	23	3,18	23	3,35	23	3,16
VI	38,5	7,01	38,5	6,33	49	7,23	49	7,55	59,5	8,22	49	7,14	59,5	8,19
VII	40	7,28	40	6,58	40	5,90	40	6,16	40	5,53	40	5,83	40	5,50
VIII	40	7,28	40	6,58	40	5,90	40	6,16	40	5,53	40	5,83	40	5,50
IX	40	7,28	40	6,58	40	5,90	40	6,16	40	5,53	40	5,83	40	5,50
X	40	7,28	40	6,58	40	5,90	40	6,16	40	5,53	40	5,83	40	5,50
XI	13,5	2,46	42	6,90	42	6,20	46,5	7,16	51	7,05	49,5	7,22	54	7,43
XII	0	0,00	0	0,00	36,9	5,45	0	0,00	36,9	5,10	36,9	5,38	36,9	5,08
XIII	0	0,00	33	5,42	49,5	7,31	33	5,08	49,5	6,84	49,5	7,22	49,5	6,81
XIV	45	8,19	42,3	6,95	42,3	6,24	47,7	7,35	48,6	6,72	43,2	6,30	48,6	6,69
XV	37,5	6,82	37,5	6,16	37,5	5,54	54	8,32	54	7,46	37,5	5,47	54	7,43
SOMA	550	100	608	100	677	100	649	100	724	100	686	100	727	100

Fonte: Parente (produto 3, 2010, p. 14)

A pontuação máxima (PM) a ser recebida por cada um dos indicadores e suas respectivas variáveis conformadoras representa, em última instância, o padrão mínimo esperado. Na medida em que uma variável recebe uma avaliação abaixo do padrão estabelecido a pontuação indicativa é considerada nos cálculos que o sistema realizará para efeito de quantificar as necessidades físicas e os custos necessários ao alcance do padrão mínimo (Parente, produto 3, 2010, p. 16).

No Apêndice 1 estão sintetizadas todas as especificações para formação da pontuação em cada uma das 369 variáveis conformadoras dos indicadores de PMFE. Os 15 quadros referentes aos 15 indicadores sintéticos foram adaptados do documento técnico elaborado por Parente (produto 3, 2010). Segundo o Consultor, este documento foi concebido para dar conhecimento aos gestores educacionais dos indicadores sintéticos e suas respectivas variáveis consideradas no cálculo do PMFE. O objetivo principal deste documento foi mostrar o PMFE expresso pela pontuação máxima que uma variável pode receber. O documento incorpora trabalhos da equipe de consultores e dos especialistas em Tecnologia da Informação do FNDE (Parente, produto 3, 2010, p. 8).

Estas variáveis são avaliadas, conforme o tipo de ambiente que lhe é afeta ou conforme a atividade que é desenvolvida neste ambiente. Segundo Parente (2009, p. 11), foram identificados seis tipos de ambientes escolares, onde os serviços educacionais são oferecidos:

1. Ambiente tipo A: Para atividades coletivas com, no máximo, uma turma de alunos/crianças, com professores e funcionários ou com pais.
2. Ambiente tipo B: Para atividades coletivas, com várias turmas de alunos/crianças, com ou sem a participação da comunidade local.
3. Ambiente tipo C: Para promoção do acesso à informação.
4. Ambiente tipo D: Para atividades administrativas.
5. Ambiente tipo E: Para atividades de preparo de alimentos/ para atividades de limpeza.
6. Ambiente tipo F: Para atividades de higiene pessoal.

Porém, para que o sistema escolar possa avaliar cada um destes ambientes e identificar a situação em que as escolas da rede se encontram frente aos PMFE, o FNDE desenvolveu a metodologia informatizada denominada de Levantamento da Situação Escolar.

O LSE é uma metodologia de orientação das atividades de coleta de dados, informações e de avaliação do estado em que se encontra a infraestrutura física, o mobiliário, os equipamentos e os materiais didáticos das escolas públicas, que com o apoio de um sistema informatizado realiza uma comparação destes com os PMFE e emite relatórios de suporte à gestão das redes escolares, estimando as necessidades e os investimentos necessários à sua adequação e melhoria.

A primeira versão da tecnologia do LSE foi desenvolvida em 1998 no âmbito do Programa FUNDESCOLA. Com base nos resultados do LSE eram tomadas as decisões referentes aos investimentos a serem feitos em salas de aula e/ou nas chamadas áreas molhadas das escolas: banheiros e cozinhas (Parente, 2010, p. 11). Na época, o LSE foi aplicado em 4.304 escolas do ensino fundamental de 80 municípios localizados nas regiões Norte e Centro-Oeste. Numa segunda fase, foram pesquisadas mais 9.266 escolas, distribuídas em 167 municípios dos estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com exceção do Amapá e Roraima (Britto, produto 1, 2010, p. 7).

Nestes levantamentos, eram identificadas as condições físicas dos prédios escolares e a disponibilidade de mobiliário, equipamento e material pedagógico existente. Estas informações eram utilizadas para verificar a situação das escolas frente aos PMFE e para o estabelecimento de prioridades de atendimento no âmbito do Projeto de Adequação do Prédio Escolar (PAPE) e do Programa de Melhoria da Qualidade do Mobiliário e equipamento. O PAPE era um projeto que visava estabelecer nas edificações escolares, condições de

segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade, priorizando os ambientes das salas de aula e sanitários dos alunos para que alcançassem os padrões construtivos mínimos e dispusessem de condições para a utilização adequada do mobiliário e equipamento escolar (Bento, produto 5, 2010, p. 146).

Vale esclarecer que a metodologia do LSE é apenas um instrumento de diagnóstico que serve para fornecer os dados necessários à identificação da pontuação das escolas frente aos PMFE.

Para a realização da coleta dos dados, o FNDE orienta que a composição de equipes de campo sejam formadas por um profissional da área de engenharia civil ou arquitetura, um da pedagogia e um da informática. Além da equipe de campo, deve ser composta uma equipe de escritório para registro e sistematização dos dados.

O LSE pode ser realizado por equipes de técnicos das Secretarias Municipal e Estadual de Educação ou outros órgãos parceiros. A Resolução nº 15, de 7 de junho de 2010 do FNDE atribuiu à Diretoria de Programas e Projetos Educacionais (DIRPE) a missão de disseminar o LSE, em parceria com as Universidades Federais, os Institutos Federais de Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, mediante a promoção de eventos de capacitação de pessoal e a produção de materiais instrucionais distribuídos para estados e municípios.

A possibilidade de parceria com outras instituições externas às escolas para a coordenação das ações do LSE pode garantir a confiabilidade dos dados levantados, pois, segundo Saviani (2009, p. 1), as manifestações contrárias, por ocasião do lançamento do PDE (que abriga todos os programas atuais do MEC e, dentre eles, o LSE), se referiam à falta de clareza dos mecanismos de controle, alegando a possibilidade de as administrações dos entes federativos manipularem esses dados para garantir o recebimento de recursos. Como consequência, essa atitude poderia mascarar o desempenho efetivo e prejudicar a busca pela melhoria da qualidade.

Neste aspecto, a aplicação do LSE nas escolas poderia ter sua prática ressignificada de acordo com os limites e possibilidades dos sistemas de ensino. Se por um lado o critério do FNDE de constituição de equipes especializadas externas ao sistema de ensino tenha uma origem burocrática por considerar que o técnico externo pode levantar dados mais verídicos do que aquele que está dentro da organização, por outro lado este último pode se posicionar tendo em vista nem tanto as condições físicas e materiais, mas tendo em vista os recursos que pode deixar de receber. Se a direção disser que a sua escola está em boas condições de funcionamento, deixará de receber apoio financeiro ou técnico do Governo Federal.

Entretanto, em muitos casos, a dificuldade de constituir equipe externa, obriga o sistema de ensino a compor as equipes de campo com o próprio pessoal interno ao sistema. Portanto, essa é uma realidade do contexto da prática que descumpra a norma, mas que, às vezes, pode ser a única saída que os gestores educacionais encontram para atender as determinações legais e não inviabilizarem a sua participação nos projetos governamentais.

A realização do trabalho completo do LSE compreende três etapas: capacitação das equipes, o levantamento propriamente dito e inclusão dos dados no sistema do MEC/FNDE.

O formulário para preenchimento durante as visitas nas escolas está estruturado em sete blocos, conforme descrição resumida a seguir dos itens que são analisados em cada bloco:

Bloco I - cadastro da escola:

Neste bloco, são levantados os dados cadastrais da escola (nome, endereço e contatos), caracterização como dependência administrativa (municipal, estadual, federal), localização (urbana, rural, área remanescente de quilombo, área de assentamento, terra indígena ou outros), natureza de ocupação do prédio (próprio, alugado, cedido ou conveniado), entidade proprietária do imóvel (federal, estadual, municipal ou particular), existência de documentação da propriedade, unidade executora (associação de pais e mestres, conselho da escola, caixa escolar ou outra).

Além dos dados cadastrais e sua caracterização, devem ser informados a ocupação do prédio escolar:

Quantidade de profissionais e alunos que atualmente estão matriculados, inclusive relacionados à educação especial, como quantidade de alunos com necessidades educacionais especiais e, especificamente, com cegueira;

Outros estabelecimentos de ensino que funcionam no prédio com seus respectivos códigos do INEP, referentes à educação infantil, ao ensino fundamental, à educação profissional, ao ensino médio e à outras atividades;

Quantidade de alunos de todos os níveis e modalidades de ensino, número de turmas e turno de funcionamento das aulas em ambientes inadequados, como circulação, corredor, varanda, pátio coberto, quadra de esportes ou outros ambientes no prédio, exceto quando em aulas de educação física e artes;

Quantidade de alunos de todos os níveis e modalidades de ensino, número de turmas e turno de funcionamento das aulas em salas de aula localizadas em outros prédios.

A oferta e a qualidade da oferta das 11 funções essenciais da educação básica definidas pelo FNDE também são informadas no bloco I:

Docência: planejamento e desenvolvimento de aulas, práticas pedagógicas, planejamento e desenvolvimento de aulas práticas;

Promoção do acesso à informação: catalogação e guarda de materiais, disponibilização de meios e condições para veiculação de informações e realização de campanhas educativas;

Apoio ao estágio e às atividades empreendedoras: coordenação de estágio, incentivo aos projetos de empreendedorismo e realização de parcerias com empresas;

Alimentação: armazenamento e controle de gêneros alimentícios, preparo ou recebimento e distribuição da alimentação escolar, higienização de equipamentos e utensílios;

Saúde e higiene: assistência à saúde, higiene corporal e atendimento às necessidades fisiológicas;

Promoção da convivência: realização de eventos, lazer e recreação e apoio ao Grêmio Estudantil;

Suporte pedagógico à docência: coordenação pedagógica para todos os níveis da educação básica e disponibilização de materiais e equipamentos didáticos;

Administração: planejamento e coordenação geral, administração da vida escolar dos alunos, administração e desenvolvimento de recursos humanos, administração de recursos financeiros, apoio administrativo, manutenção de arquivos e fornecimento de informações;

Manutenção, conservação e segurança: manutenção predial, da área descoberta, de mobiliário e de equipamentos, limpeza e vigilância;

Integração com a comunidade: manutenção de colegiados e instituições escolares, realização de eventos, cessão de ambientes e divulgação de informações;

Apoio educacional: assistência diária, acompanhamento e orientação.

Bloco II – características da escola:

No bloco II são descritas as características da escola, com informações sobre o ano de construção, ampliação e/ou reforma, bem como os serviços executados na última reforma. São apontadas as dimensões do terreno, da construção, da área disponível para ampliação e o tamanho da frente do lote.

Em relação à infraestrutura básica, como abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e destinação do lixo, são conferidos se existe o serviço, se é suficiente ou não e a forma como esse serviço é prestado. Também é verificado se existe sistema de proteção contra descargas atmosféricas e contra incêndio e pânico e se atendem às normas da ABNT e legislações específicas.

São feitas avaliações sobre a situação da água consumida, ou seja, se existe tratamento ou se essa água é filtrada.

Quanto à avaliação dos aspectos estruturais e das instalações prediais são informadas as condições em que se encontram cada elemento, como fundação, estrutura do prédio e da cobertura, instalações hidráulica, sanitária, elétrica, telefônica e da rede lógica.

Na avaliação dos aspectos externos são considerados diversos elementos da edificação e os materiais empregados na sua confecção. Os elementos analisados são: telhado da cobertura, revestimento externo, pintura externa, muros, parque infantil, solário, pavimentação externa (calçadas e passeios) e quadra de esportes descoberta. Além dos elementos da edificação, são avaliadas a existência e as condições em que se encontram de outros elementos externos da escola, como gramado, bancos, mesa de jogos, bicicletário, equipamentos de ginástica, jardim, horta para alimentação ou não dos alunos, estacionamento para veículos com ou sem existência para PNE.

O diagnóstico feito no bloco II também contempla aspectos gerais do entorno da escola, como o tipo de uso predominante nas proximidades (residencial, institucional, comercial, industrial, agropecuária ou extrativista), existência e tipo de barreiras naturais ou artificiais no trajeto do aluno até a escola, existência e tipo de transporte público para a comunidade em geral, existência e tipo de transporte gratuito para os alunos, tipos de via para tráfego do transporte, infraestrutura no acesso à escola (pavimentação das ruas, iluminação pública, rebaixamento adequado nas calçadas no entorno da escola e ocorrência de enchentes ou alagamentos).

As características das circulações também devem ser consideradas no diagnóstico, no que concerne à área, pé-direito, largura e seus elementos como piso, parede, revestimento, forro, cobertura e pintura.

Há uma atenção especial aos aspectos da infraestrutura relacionada à acessibilidade para PNE, como acessos, estacionamentos, circulações, quadro branco/giz e áreas molhadas. Especificamente, são realizados registros sobre a existência de placas informativas, com boa visibilidade, indicando nome, função e número da escola, existência de comunicação visual e tátil adequada para PNE, existência e adequação de barras de apoio, existência de pavimentação adequada do portão principal ao prédio da escola, existência de rota acessível do estacionamento até o acesso principal do prédio da escola, largura do portão da escola que deve ser igual ou superior a 80cm, existência de desníveis ou degraus maiores que 1,5 cm nas circulações e entre o portão e o prédio da escola, existência de rampas com inclinação máxima de 8,33%, piso antiderrapante, largura e corrimãos adequados, existência de escadas com corrimãos em ambos os lados, dimensões adequadas e piso antiderrapante, existência e

funcionamento de elevador ou plataforma elevatória, existência de sanitário acessível e adequado para PNE, existência de piso antiderrapante nas áreas molhadas, bebedouros acessíveis a crianças e cadeirantes, instalação dos quadros branco/giz dentro da faixa de alcance manual entre 0,80 e 1,20m do piso.

Bloco III – características físicas dos ambientes:

Este bloco trata da análise individual dos ambientes da escola, informando-se para qual tipo de atividade determinado ambiente foi projetado ou adaptado permanentemente e qual atividade está sendo realizada no mesmo ou se não está em uso. Depois de obter-se as suas dimensões é feita uma avaliação da sua estrutura, identificando-se a situação de seus elementos construtivos, como por exemplo, o tipo de material empregado e o estado de conservação do piso, parede, cobertura, forro, pintura e revestimento.

Neste item também identifica-se a existência de barras de proteção, com o tipo de material empregado, sua altura e tipo de pintura. No caso da educação infantil, observa-se se há barra de proteção auxiliar e espelho a partir do piso.

Em relação às janelas, são feitos apontamentos sobre o seu estado de conservação, o material empregado, a área de ventilação natural, área de iluminação natural, a altura do peitoril, existência de tela de proteção e existência de grade de proteção.

Se houver elemento vazado, deve ser informada a área de abertura e a altura do menor peitoril e também se há ventilação cruzada.

Da mesma forma que as janelas, são identificadas as condições de conservação das portas, o material empregado e a existência de tela e grade de proteção.

Em cada ambiente é feito o diagnóstico sobre o funcionamento, quantidade e tipo de instalação elétrica e iluminação artificial.

Cada tipo de ambiente é composto por componentes construtivos específicos como lavatório, lavatório infantil, pia, tanque, torneira, balcão, recipiente para sabonete líquido, bacia sanitária, bacia sanitária infantil, mictório e chuveiro. Neste campo, são feitos apontamentos da situação do ambiente em relação aos seus componentes construtivos, informando-se a quantidade existente e a quantidade em condições de uso.

Quanto à acessibilidade, é feita a verificação do ambiente em relação à NBR 9050, especificamente na largura do vão livre da porta ou acesso, na altura do desnível entre os ambientes, se a maçaneta da porta é tipo alavanca e se existe comunicação visual e tátil.

Bloco IV – material didático e escolar:

Neste bloco são levantadas informações sobre a quantidade existente, a quantidade em condições de uso e a quantidade em condições de recuperação do material didático da escola, como acervo multimídia, brinquedos, conjunto de mapas, dicionários, dicionários para PNE, gramáticas, livros, material didático para PNE, materiais didáticos diversos e modelos anatômicos.

Também são levantados os materiais didáticos da escola para atividade prática, marcando-se a existência ou não de conjuntos de materiais científicos que trabalham com todos os assuntos previstos nos conteúdos de biologia, física, matemática e química.

Por fim é feito o levantamento da quantidade existente, quantidade em condições de uso e quantidade em condições de recuperação do material escolar do aluno com cegueira, como kit reglete, soroban e laptop adaptado.

Bloco V – equipamento e mobiliário:

Neste bloco são informados a quantidade existente, a quantidade em condições de uso e a quantidade em condições de recuperação dos equipamentos existentes no ambiente específico, como equipamentos de cozinha e afins, equipamentos voltados aos PNE, equipamentos de informática, equipamentos de comunicação e suporte a comunicação e equipamentos diversos.

Da mesma forma é feito em relação ao mobiliário existente em cada ambiente, como mobiliário para sala de repouso e afins, para sala de aula e afins, diversos e outros para educação infantil.

Bloco VI – utilização das salas de aula/atividades:

Neste bloco são levantados o horário de funcionamento, a etapa e a modalidade de ensino, a forma de organização, a fase, o número de alunos, o número de professores para a educação infantil e outras atividades nos turnos da manhã ou integral, tarde, noite e intermediário.

Bloco VII – notas e validação:

Este bloco do formulário apenas apresenta orientações sobre o tipo de documentação de propriedade do imóvel e os códigos para identificar os turnos de funcionamento, a qualificação das funções exercidas pela unidade escolar, a especificação dos serviços executados na última reforma da unidade escolar, as normas da ABNT referenciadas para sistemas de proteção contra incêndio e pânico, a qualificação das condições de elementos da edificação e o tipo do ambiente levantado. Por fim, para validação dos dados, são identificados os técnicos responsáveis pelo preenchimento do formulário, através do CPF e assinatura.

De posse de todos esses dados diagnosticados nos 6 blocos do formulário, são calculados os índices de cada levantamento, que posteriormente serão comparados com os PMFE. O sistema informatizado do LSE disponibiliza os seguintes relatórios, cujos exemplos estão demonstrados no Apêndices 2:

a) Quadro Geral do Padrão Mínimo de Funcionamento da Escola (QGPMFE): contém os resultados da análise dos 15 indicadores sintéticos compostos por 369 variáveis que indicam as condições da escola frente aos PMFE e a posiciona de acordo com a pontuação alcançada. Assim como hoje cada escola tem seu IDEB, com o LSE terá também o seu índice PMFE que classifica cada escola segundo sua maior ou menor distância do PMFE.

b) Reestruturação Física: oferece ao gestor as necessidades e os custos estimados para adequar sua rede aos PMFE. Este relatório disponibiliza informações desagregadas sobre as necessidades de cada escola e do conjunto de escolas da rede, possibilitando ao gestor público uma tomada de decisão com base em dados e fatos. É constituído de dois relatórios:

- Estimativas de custo para reforma dos espaços analisados pelo LSE, indicando o percentual de inadequação da estrutura física e da acessibilidade. O relatório traz custos discriminados por espaços, por exemplo: salas de aula, diretoria, sala de professores, sanitários de alunos, sanitários de funcionários;

- Estimativas de custo para a ampliação dos espaços considerados inadequados.

c) Aquisições: informa, com base nos dados levantados em cada uma das escolas, uma estimativa de custos para adquirir os mobiliários, equipamentos e materiais didáticos e escolares necessários ao alcance do PMFE.

d) Orçamento sintético: agrega todas as necessidades e os custos estimados para adequar a rede escolar; sintetiza as informações dos dois relatórios anteriores, estimando os custos para a reestruturação física e aquisições para que a rede atinja o PMFE. Com este relatório o gestor tem um panorama completo das necessidades e dos investimentos globais que sua rede necessita para se adequar aos PMFE.

Com base nesta descrição do processo de realização do LSE, no detalhamento dos relatórios produzidos ao término do diagnóstico e com o envolvimento de equipe técnica com formação específica e treinada, considera-se que a aplicação desta metodologia se impõe como relevante no processo de diagnóstico da realidade escolar.

Além disso, este diagnóstico faz parte da metodologia de estabelecimento do PMFE, pois os dados advindos do levantamento são utilizados para a realização dos cálculos dos 15 indicadores sintéticos usados para formar o quadro geral de padrões mínimos de funcionamento das escolas. Da mesma forma, os relatórios gerenciais de reestruturação física

com estimativas de custo para reforma e para ampliação, de aquisições de mobiliário e equipamentos e de orçamento são importantes subsídios para a definição das ações na elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Tanto que o próprio MEC chegou a estabelecer o LSE como condição obrigatória para a elaboração do PAR pelos entes federativos.

O Decreto que instituiu o PDE estabelece que o planejamento para adequação e melhoria das redes escolares deve ser sistematizado em um Plano de Ações Articuladas, que é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo MEC, que visa o cumprimento das metas do COMPROMISSO e a observância das suas diretrizes.

A dinâmica do PAR tem três etapas: o diagnóstico da realidade da educação e a elaboração do plano são as primeiras etapas e estão na esfera do município/estado. A terceira etapa é a análise técnica, feita pela Secretaria de Educação Básica do MEC e pelo FNDE. Depois da análise técnica, o município assina um termo de cooperação com o MEC, do qual constam os programas aprovados e classificados segundo a prioridade do ente federativo. Neste termo de cooperação consta o detalhamento da participação do MEC, que pode ser com assistência técnica por um período ou pelos quatro anos de vigência do PAR e assistência financeira.

Este modelo de planejamento está estruturado em quatro grandes dimensões: Gestão Educacional; Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação; e Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Cada dimensão é composta por áreas de atuação, e cada área apresenta indicadores específicos. Esses indicadores são pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis de prioridade. A pontuação gerada para cada indicador é fator determinante para a elaboração do PAR, ou seja, apenas critérios de pontuação 1 e 2, que representam situações insatisfatórias ou inexistentes, podem gerar ações, conforme detalhamento a seguir:

a) Critério de Pontuação 4: a descrição aponta para uma situação positiva. O que a Secretaria Municipal de Educação (SME) faz cotidianamente é suficiente para manter uma situação favorável;

b) Critério de Pontuação 3: a descrição aponta para uma situação que apresenta mais aspectos positivos do que negativos, significando que o município desenvolve, parcialmente, ações que favorecem o bom desempenho no indicador em questão. A SME pode ajustar algum procedimento interno ou implementar alguma ação para melhorar a situação do indicador;

c) Critério de Pontuação 2: a descrição aponta para uma situação insuficiente, com mais aspectos negativos do que positivos. Em geral o município precisará implementar um conjunto

de ações (que no PAR chamam-se “subações”) para melhorar os resultados do indicador. Essas subações poderão ser de execução pelo próprio município, ou contar com o apoio técnico e/ou financeiro do MEC;

d) Critério de Pontuação 1: a descrição aponta para uma situação crítica. O município precisará implementar um conjunto de ações imediatas para melhorar os resultados do indicador. Essas ações (ou subações, de acordo com o PAR) poderão ser de execução pelo próprio município, ou contar com o apoio técnico e/ou financeiro do MEC.

O relatório disponibilizado após o preenchimento dos dados no formulário do PAR apresenta uma síntese por indicador, que é o resultado detalhado da realização do diagnóstico; a síntese da dimensão, que é o resultado quantitativo da realização do diagnóstico; a síntese do PAR, que apresenta o detalhamento das ações e subações selecionadas por cada estado ou município; o Termo de Cooperação, que apresenta a relação de ações e subações que contarão com o apoio técnico do MEC; e a liberação dos recursos, que apresenta a relação de ações que geraram convênio, ou seja, a liberação de recursos financeiros.

Os dados fornecidos pelo LSE são importantes subsídios para o planejamento das ações previstas na dimensão do PAR que trata da Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, a qual tem como linhas de ação a ampliação e melhoria da rede física e aquisição de recursos tecnológicos. Os itens previstos para atendimento desta dimensão são: Construção, reforma e ampliação de prédios escolares que ofertam Educação Básica; Aquisição de recursos tecnológicos que promovam a inovação e melhoria de práticas pedagógicas; e Aquisição de mobiliários e equipamentos para aparelhamento e reaparelhamento das escolas de Educação Básica e Educação Profissional (Bento, produto 5, 2010, p. 56).

Portanto, os sistemas de ensino, ao elaborar os seus planos deveriam buscar as informações disponíveis no diagnóstico do LSE, cujos dados foram obtidos com critérios técnicos e sofreram um processo de tratamento para produção de vários indicadores relacionados aos serviços e aos ambientes escolares. Além disso, acredita-se que o LSE e a consequente definição dos índices escolares frente aos PMFE permitem estabelecer, a partir de dados concretos, relação entre condições materiais, desempenho escolar e aprendizagem dos alunos.

Outro aspecto muito importante na metodologia do LSE, apontado por Parente (produto 5, 2010, p. 11), está relacionado ao registro de imagens dos problemas identificados nos espaços escolares e dos arquivos em aplicativo gráfico das plantas baixas, cortes e fachadas de todas as escolas, que ficam armazenados na base de dados do FNDE. Este recurso garante a guarda de um importante acervo que pode ser disponibilizado aos gestores estaduais

e municipais, sempre que solicitado, evitando as tradicionais perdas e custos de reconstituição das plantas, principalmente nos períodos de transição de governo.

Na medida em que os resultados do LSE podem ser acessados pelos gestores dos três níveis de governo, Federal, Estadual e Municipal, eles se constituem em mediador e facilitador do diálogo e das negociações intergovernamentais, garantindo critérios e racionalidade ao processo decisório e ao estabelecimento das parcerias, favorecendo a prática do regime de colaboração (Parente, produto 5, 2010, p. 10).

Com base nessa premissa, o Consultor do FNDE destacou em seu relatório de trabalho no ano de 2009 que o LSE seria o instrumento preferencial de diálogo do MEC/FNDE com Estados e Municípios na operacionalização do regime de colaboração e nas ações de cumprimento das metas do IDEB estabelecidas pelo INEP (Parente, produto 1, 2009, p. 22).

Quanto a outros encaminhamentos de gestão, além da elaboração do PAR, Parente (produto 1, 2009, p. 22) explica que os dados disponibilizados pelos relatórios do sistema poderão auxiliar o gestor municipal a estabelecer estratégias adequadas às disponibilidades orçamentárias e financeiras, às possibilidades de captação de recursos externos e ao apoio da comunidade local. Além disso, de acordo com os anseios da comunidade escolar, o poder público local poderá definir estratégias de ação que possibilitem o equacionamento de problemas em toda a rede, como por exemplo, adequação de todos os banheiros escolares, adequação de todas as salas de aula; adequação de todas as escolas às normas e exigências legais de acessibilidade; dentre outros.

No âmbito da escola as informações do PMFE e dos outros relatórios gerenciais podem ser discutidas em reuniões com a comunidade escolar ou com suas entidades representativas, como o Círculo de Pais e Mestre e o Conselho Escolar. Os encaminhamentos advindos dessas discussões podem ser sistematizados no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para que possam ficar documentados e auxiliar o gestor nas tomadas de decisão e na apresentação de demandas à hierarquia do Sistema.

Entende-se que discutir PPP é considerá-lo como ferramenta de gestão e de planejamento, capaz de indicar uma direção para o trabalho coletivo ou um compromisso de ação. Portanto, o PPP pode ser entendido como um espaço de construção coletiva e de direcionamento das práticas educativas em busca de valores e da educação necessária a um determinado contexto, ou seja, é uma direção para ação. Se a escola tem como meta melhorar a qualidade do ensino, é essencial que se crie um espaço no qual o coletivo possa opinar, elencar prioridades e deliberar ações no sentido de contribuir eficazmente para o sucesso do ensino oferecido. Portanto, para viabilizar o PPP da escola, a gestão escolar deve prever e

proporcionar formas democráticas de organização e de seu funcionamento, incluindo as relações de trabalho no seu interior, capazes de envolver seus principais atores.

Por outro lado, não basta boa vontade e o empenho da comunidade escolar na busca da qualidade do ensino, pois é preciso que o poder público compreenda a educação como fator determinante para a transformação social. A LDB estabelece em seu Art. 12 que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica”, deixando explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa.

O PPP é a síntese dos princípios, diretrizes e prioridades estabelecidas pela equipe escolar a partir dos objetivos educacionais e da definição dos resultados a serem atingidos, sempre voltados para a melhoria da aprendizagem dos alunos e do desempenho da escola. Em outras palavras, pode-se dizer que é a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade.

Um PPP corretamente construído não garante que a escola se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência do caminho a trilhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas. Além disso, exige da equipe diretiva, que é parte do coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução.

Muitas políticas governamentais destinadas à educação não estão presentes na comunidade escolar, como o próprio Levantamento da Situação Escolar, então faz-se relevante traduzi-lo em um PPP, no qual todos devem ter acesso, conhecer e, principalmente, participar através das suas representações colegiadas. Nele estão contidas todas as intenções da comunidade e as estratégias para a implementação das ações, as quais visam superar as deficiências ou dificuldades escolares, cujo resultado principal deve ser a melhoria do aprendizado dos alunos e conseqüentemente a elevação nos resultados dos indicadores considerados nas avaliações externas.

O Governo Federal atual, através do Plano Nacional de Pós-Graduação (2010, p. 174) sintetiza o significado e a importância desse projeto para a escola:

O PPP da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base no diagnóstico dos alunos e nos recursos humanos e materiais disponíveis, sem perder de vista as orientações curriculares nacionais e as orientações dos respectivos sistemas de ensino. É muito importante que haja uma ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na

definição das orientações imprimidas aos processos educativos. Este projeto deve ser apoiado por um processo contínuo de avaliação que permita corrigir os rumos e incentivar as boas práticas.

Portanto, o PPP não pode ser um texto burocrático, mas um instrumento facilitador da gestão democrática, pois se a escola não o discute com a sua comunidade, os trabalhos acabam sendo desenvolvidos de forma isolada que, em geral, têm baixa eficiência.

Em relação à importância da participação da comunidade escolar, vejamos o destaque feito no PNPG de 2010 (p. 174-175):

É possível alcançar melhorias significativas da qualidade de ensino desenvolvendo boas práticas, adequadas à situação da comunidade de cada escola. Em outras palavras, existem diferentes caminhos para se desenvolver uma educação de qualidade social, embora todas elas passem pelo compromisso da comunidade e da escola. Sempre que, através do desenvolvimento de um projeto educativo democrático e compartilhado, os professores, a direção, os funcionários e a comunidade unem seus esforços, a escola chega mais perto da escola de qualidade.

É com base nessa visão social, comprometida e participativa que a escola deve desenvolver ações de diagnóstico, de planejamento e de execução das atividades, tendo como referencial o que foi estabelecido e aceito por todos em seu PPP.

Mesmo que atualmente as políticas de apoio técnico e financiamento do Governo Federal convirjam para a adoção uma metodologia de diagnóstico da situação escolar padronizada e a elaboração de um plano de ações articuladas, cujas diretrizes estão pré-estabelecidas, acredita-se que a escola e a rede escolar possam desenvolver estratégias próprias para melhor atender suas especificidades. Entretanto, é imprescindível que haja o envolvimento da comunidade local e que o compromisso seja firmado através da construção coletiva de um PPP da escola ou de um plano da rede de educação.

Vale destacar que, para a realização do LSE, há necessidade de envolvimento de muitas pessoas do sistema de ensino. Com isso, acabam conhecendo melhor sua realidade e facilitando as tomadas de decisão de forma mais coerente, correta ou prioritária. Neste sentido, os resultados do LSE podem ser considerados como um importante subsídio para as tomadas de decisão, pois fornecem ao gestor informações precisas das condições físicas de suas escolas. Os índices obtidos pelas escolas frente aos PMFE permitem a organização das ações de reforma dos prédios, a realização do micro planejamento, a definição de áreas disponíveis para ampliações, entre outros.

Portanto, segundo Bento (produto 1, 2009, p. 104), os gestores que estão à frente da educação no país, devem se conscientizar que o LSE é um instrumento de gestão e não

apenas um levantamento para que estados e municípios consigam recursos federais para melhoria da infraestrutura de suas escolas. Para ilustrar essa linha de pensamento, Parente, (produto 1, 2009, p. 2), explica que os resultados do LSE expressos em seus múltiplos relatórios permite ao Prefeito ter uma visão completa e realista da situação de funcionamento da sua rede, utilizar os dados do sistema no processo de elaboração do orçamento anual e lançar mão dos resultados para elaborar projetos de captação de recursos junto aos governos Estadual e Federal.

Por outro lado, mesmo que se avalie com precisão e se estabeleça uma criteriosa pontuação em todos esses indicadores, entende-se que isso não é suficiente para melhorar a qualidade educacional, ou seja, é preciso ação com vontade política para elevar ou tornar satisfatórios os índices obtidos nestas avaliações, pois todas as atividades da escola e a sua gestão deverão estar articuladas a esse propósito.

III DESCRIÇÃO DO ESTUDO

Para apresentar os procedimentos metodológicos da investigação, estruturou-se este capítulo em três tópicos, iniciando-se pela descrição do estudo com a definição da temática e os critérios estabelecidos para a escolha do objeto. A Seguir, apresenta-se a metodologia adotada na coleta dos dados que foi marcada por muitos desencontros e mudanças de estratégias de cercamento do objeto por conta da dificuldade de acesso aos dados. Por último, descreve-se a sistematização e análise dos dados da pesquisa que seguiu um critério de cruzamento entre as percepções dos gestores, o desempenho no IDEB e a identificação das condições físicas das escolas.

3.1 Definição da temática e escolha do objeto

O aspecto relacionado às carências da infraestrutura escolar sempre esteve muito presente em nossa trajetória estudantil ou profissional, pois a cada condição de contexto, o prédio escolar apresentava um determinado tipo de necessidade, ou seja, as benfeitorias e as condições de infraestrutura nem sempre atendiam às demandas das questões pedagógicas.

Esta afirmativa baseia-se na realidade vivenciada desde a etapa de alfabetização em que se deu em uma sala anexa à residência da professora, depois a sequência dos estudos ocorreu em outra escola com sala multisseriada e sem banheiro, mais tarde passou-se a frequentar as aulas em uma escola mais distante em que não havia oferta de transporte escolar e, assim, se sucederam os anos de estudos em outras escolas públicas, sempre carentes de manutenção ou de instalações necessárias ao pleno processo de ensino e aprendizagem.

O início da atividade profissional, como docente em cursos técnicos, se deu em uma instituição profissionalizante, cujos prédios haviam sido construídos há mais de 40 anos e não dispunham de plantas arquitetônicas, as quais são imprescindíveis para projetos de reforma ou ampliação e para realização de estudos de ocupação dos espaços físicos.

Mais tarde, com a atribuição de gestão em uma escola em implantação, surgiram outras necessidades com este mesmo enfoque, pois os recursos disponíveis aos alunos encontravam-se inacabados, como por exemplo, falta de calçamento e estacionamento, pouco acervo bibliográfico, falta de espaço de convivência e lazer, poucas salas de aula e sem climatização, laboratórios em fase de instalação, laboratórios de informática sem acesso à rede mundial de computadores e poucos recursos didáticos e pedagógicos.

Portanto, estas condições de contexto mostram o quanto o aspecto da infraestrutura das instituições de ensino é perceptível aos olhos dos sujeitos que as frequentam. Neste sentido, com base no modelo de diagnóstico do Levantamento do Sistema Escolar, acredita-se que estas escolas não dispunham de condições fundamentais ou não estariam dentro dos padrões mínimos de funcionamento para desenvolver suas funções educativas com qualidade.

Esta breve reminiscência nos ajuda a justificar e dar significado à pesquisa desenvolvida nesta tese, pois o ato de pesquisar, bem como os interesses do pesquisador decorrem muito da sua trajetória de vida ou das suas experiências e dependem também do quanto alguma realidade vivenciada ou observada lhe causa estranhamento ou inquietação. Neste sentido, enquanto estudante ou enquanto docente, pode-se afirmar que as condições de oferta dos serviços escolares sempre se apresentaram como motivos de desconforto. Por isso, esta temática nos instiga a desenvolver estudos sobre a realidade de condições físicas das escolas públicas, a partir do referencial de diagnóstico e de identificação de padrões mínimos de funcionamento desenvolvido pelo Ministério da Educação e difundido a todos os sistemas de ensino de educação básica do país.

Os nossos primeiros contatos com esta política ocorreu em 2011, quando a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS) e o FNDE apresentaram o LSE aos três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Estado e os convidaram para coordenar a realização do diagnóstico em toda a rede estadual de educação, mediante descentralização de recursos financeiros do FNDE para subsidiar os trabalhos de campo e a remuneração das equipes técnicas.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul aderiu ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação no ano em que o plano foi lançado pelo Governo Federal, porém somente em 2011, no lançamento do Pacto Gaúcho Todos pela Educação, através do Decreto 47.789, de 07 de abril de 2011, foi assinado um protocolo de intenções com o MEC, onde uma das ações previstas era a aplicação do LSE na rede estadual de ensino.

Assim, em 14 de março de 2011, foi realizada a primeira reunião de trabalho com os Reitores dos IFs, a coordenadora do LSE no FNDE e o Secretário de Educação do Estado. Na ocasião ficou decidido que os três IFs elaborariam o projeto para realização do LSE, sendo que cada um ficaria responsável pela execução junto a um terço das escolas estaduais. Este projeto seria enviado ao FNDE para aprovação e descentralização de recursos financeiros para custeio do trabalho de campo. Porém, em 2012 ocorreram mudanças políticas no FNDE e houve a decisão de interromper descentralizações de recursos aos entes federativos para

realização do LSE¹. Em seguida foi publicada a Resolução nº 11 de 06 de junho de 2012, revogando o “critério de utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio da União aos entes federativos que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”.

Ao publicar essa resolução, o FNDE divulgou uma nota na página inicial do sistema web do LSE, constando o seguinte:

O Levantamento da Situação Escolar - LSE é uma tecnologia do MEC voltada para o planejamento das redes municipais e estaduais que dá suporte ao processo de coleta de dados, por meio de um Sistema informatizado que armazena informações pedagógicas e de infraestrutura física. O preenchimento dos dados no sistema LSE não é condição pré-estabelecida para repasse de recursos, pois é uma ferramenta de gestão que auxiliará os gestores estaduais e municipais a levantarem a real necessidade da adequação dos prédios escolares ou então da necessidade de aquisição de equipamentos e materiais didáticos a partir dos resultados gerados no Sistema. Assim, a resolução CD/FNDE nº 11, de 06 de junho de 2012, revoga as resoluções CD/FNDE de nº 15, de 07 de junho de 2010 e de nº 34, de 08 de julho de 2011 que determinavam o prazo para o preenchimento das informações no Sistema e que disciplinavam a aprovação dos critérios para utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio da União aos entes federativos que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Como tecnologia, o Sistema continuará disponível no site do FNDE/MEC para preenchimento dos dados e para suporte na avaliação institucional a partir de relatórios gerenciais que poderão ser gerados pelos gestores municipais e estaduais após realizado o Levantamento Escolar em seu estado ou município.

Diante do exposto, no dia 22 de junho de 2012, véspera de reunião agendada para dar prosseguimento aos trabalhos, o Diretor Geral Adjunto da SEDUC/RS envia ao IFRS a seguinte mensagem via correio eletrônico: “[...] Com isso cancelamos a reunião, visto que seu objeto estaria esvaziado e poderíamos não encontrar alternativas. Vamos fazer contato com o FNDE, para estudarmos se a viabilidade de financiamento permanece. Caso contrário buscaremos outra alternativa”. Desde então, esse assunto não foi mais tratado entre as equipes gestoras dos IFs e da SEDUC.

Naquela época, nossa intenção era de aproveitar a riqueza do material empírico sobre as condições físicas das escolas estaduais para o desenvolvimento da tese de doutoramento,

¹ Segundo informações obtidas via telefone em maio de 2012 com a coordenadora do LSE, o FNDE decidiu interromper o repasse de recurso para realização do diagnóstico e para investimento em infraestrutura no ano de 2012, pois somente seriam priorizados os projetos para construção de creches.

mas diante do impasse provocado pelas mudanças ocorridas no FNDE, decidiu-se delimitar o campo empírico nas redes municipais de educação que já haviam concluído o processo de diagnóstico.

Primeiramente, foram identificados os municípios do Rio Grande do Sul que haviam concluído o processo de Levantamento da Situação Escolar em toda a sua rede de ensino e depois foram identificadas as escolas desses municípios que apresentavam a série histórica completa do IDEB nas duas etapas do Ensino Fundamental, pois um campo empírico que reunisse o Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola (QGPMFE) e o IDEB nas duas etapas no Ensino Fundamental em todas as edições da Prova Brasil era a alternativa que mais se aproximava da finalidade de nossa pesquisa.

Portanto, partindo-se da definição de trabalhar com os municípios que concluíram o LSE no Rio Grande do Sul, conforme o relatório disponibilizado pelo FNDE em 28 de maio de 2012 (Apêndice 3) foram identificados aqueles que atendiam a esta condição. Como um dos objetivos foi analisar a interação entre as condições de funcionamento das escolas e o IDEB, buscou-se na página eletrônica do INEP a série histórica desse indicador nesses municípios desde a primeira edição da Prova Brasil. Entretanto, percebeu-se que em alguns municípios não havia resultados do IDEB, outros não tinham a série histórica completa e outros apresentavam resultados em determinadas edições apenas para uma das etapas do Ensino Fundamental. Neste caso, optou-se em separar somente os municípios que apresentassem a série histórica completa. Com isso, a quantidade se resumiu em quatro municípios.

Em cada um desses quatro municípios, procurou-se identificar todas as escolas que apresentassem a série histórica completa do IDEB para podermos acompanhar a evolução do desempenho e subsidiar a discussão sobre os possíveis investimentos nas condições de funcionamento e a melhoria nas avaliações. Portanto, de todas as escolas que apresentaram resultado do IDEB, separou-se aquelas que têm a série histórica completa (Quadro 3).

Entretanto, quando esses municípios foram contatados, descobriu-se que nenhum deles tinha conhecimento sobre os relatórios do diagnóstico e também não estavam mais conseguindo acessar o sistema informatizado do LSE. Após diversos contatos com o FNDE durante o ano de 2012, via telefone e e-mail, recebeu-se a informação de que o sistema estava indisponível por motivo de manutenção e que não havia previsão de quando seria reativado. Porém, desde então o sistema não voltou mais a funcionar e, por coincidência, foi nesta mesma época que o FNDE publicou a resolução revogando o critério de utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio previstas no PAR.

Quadro 3. Escolas que apresentam a série histórica completa do IDEB nos municípios que concluíram o LSE.

Município	Escola	4ª série / 5º ano				8ª série / 9º ano			
		2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
Araricá	EMEF Prof. Martim Frederico Raschke	4.0	4.2	4.3	4.5	3.2	3.8	4.2	4.0
Cachoeirinha	EMEF Alzira Silveira de Araújo	3.6	3.9	3.7	4.7	3.0	3.3	3.3	4.0
	EMEF Carlos Antonio Wilkens	4.0	4.3	4.5	4.3	3.4	4.3	3.5	4.0
	EMEF Fidel Zanchetta	4.1	4.4	4.7	4.3	3.1	3.1	3.9	3.3
	EMEF Natálio Schlain	3.6	3.9	3.7	4.6	2.8	3.3	3.7	4.0
	EMEF Portugal	4.3	4.7	4.3	4.9	3.3	4.4	3.5	4.1
	EMEF Presidente Costa e Silva	4.7	4.0	3.8	4.8	3.3	3.1	3.8	3.1
Dois Irmãos	EMEF Primavera	5.1	5.7	6.1	5.9	4.9	4.6	4.2	4.1
	EMEF Prof Paulo Arandt	4.5	4.3	4.8	5.9	4.5	3.9	3.8	4.4
Flores da Cunha	EMEF São José	5.7	5.8	6.0	6.2	5.3	5.3	5.2	6.3

Fonte: INEP (2014)

Com isso, solicitou-se diretamente ao FNDE o envio dos relatórios com a justificativa de que seriam utilizados para fins de pesquisa acadêmica. Mesmo assim, o FNDE exigiu a emissão de uma autorização dos municípios para a liberação dos dados. A autorização foi enviada, mas foram fornecidos apenas os microdados usados pelo sistema informatizado para a realização dos cálculos e a geração dos relatórios, portanto não tiveram nenhuma utilidade para a pesquisa.

Por conta desse impasse, foram realizadas diversas buscas em um banco de dados (<ftp://ftp.fnde.gov.br>) disponível na página eletrônica do FNDE e foram encontrados vários relatórios produzidos pelos consultores contratados para coordenar as ações do LSE. Alguns desses documentos apresentavam dados sobre o andamento da aplicação do diagnóstico nas redes municipais e estaduais de educação. Dentre estes dados, constavam os QGPMFE de vários municípios que haviam concluído o LSE entre os anos de 2009 e 2010.

No Rio Grande do Sul há quatro municípios analisados pelos consultores nos referidos documentos técnicos, mas nenhum deles faz parte do grupo definido inicialmente na ocasião da elaboração do projeto. Dentre os quais, considerou-se três deles para acrescentar na pesquisa, pois suas escolas apresentam dados do IDEB, necessários para a análise da interação entre as condições de funcionamento das escolas e o seu IDEB. Por isso, os municípios de Getúlio Vargas, Ibiraiaras, e Jaguarão (Quadro 4) foram incluídos na investigação, entretanto, apenas sete escolas apresentam resultados do IDEB, mas em nenhuma delas há a série histórica completa, cuja situação limitará uma análise mais detalhada na evolução do desempenho nas avaliações, a partir dos investimentos em melhorias feitos nas redes de ensino.

Quadro 4. Relação dos municípios e suas respectivas escolas pesquisadas

Situação do município quanto ao IDEB	Município	Escola
Série histórica completa	Araricá	EMEF Professor Martim Frederico Raschke
	Cachoeirinha	EMEF Alzira Silveira de Araújo
		EMEF Carlos Antônio Wilkens
		EMEF Fidel Zanchetta
		EMEF Natálio Schlain
		EMEF Portugal
		EMEF Presidente Costa e Silva
	Dois Irmãos	EMEF Primavera
		EMEF Professor Paulo Arandt
	Flores da Cunha	EMEF São José
Série histórica incompleta	Getúlio Vargas	EMEF Antônio Zambrzycki
		EMEF Pedro Herrerias
	Ibiraiaras	EMEF João Dal Piva
	Jaguarão	EMEF General Antônio de Sampaio
		EMEF Manoel Pereira Vargas
		EMEF Marcilio Dias
		EMEF Padre Pagliani

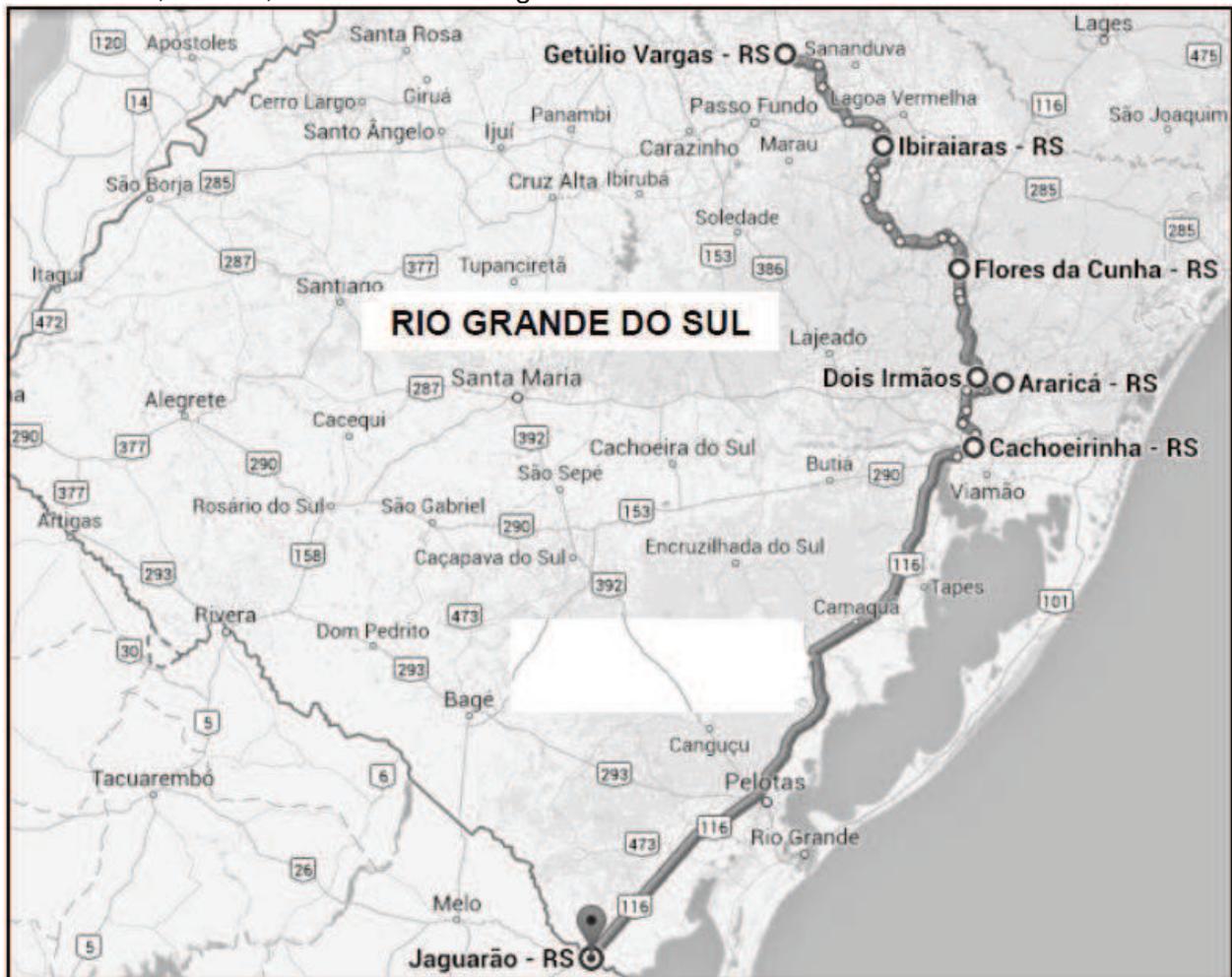
Fonte: o autor (2014)

Portanto, mantém-se os objetivos da investigação, mas com a abrangência empírica ampliada, pois os municípios de Araricá, Cachoeirinha, Dois Irmãos e Flores da Cunha continuaram fazendo parte do campo empírico por termos reunido os seus dados de IDEB e por termos feito entrevista com os Secretários de Educação e os Diretores de suas escolas, cujas informações são muito ricas em termos realização do LSE, condições de funcionamento das redes, desempenho nas avaliações externas e encaminhamentos de gestão em relação às melhorias na infraestrutura das escolas.

Com a inclusão de mais três municípios, como objetos da investigação, o campo empírico ficou assim constituído: 7 municípios e 17 escolas (10 escolas com série histórica completa do IDEB e sem QGPMFE; 7 escolas sem série histórica completa do IDEB e com QGPMFE).

Através da Figura 1, pode-se visualizar a localização aproximada desses municípios no Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1. Mapa de localização dos municípios de Getúlio Vargas, Ibiraiaras, Flores da Cunha, Dois Irmãos, Araricá, Cachoeirinha e Jaguarão.



Fonte: GoogleMaps (disponível em <<https://www.google.com.br/maps>>)

3.2 Metodologia adotada na coleta dos dados

Para analisar o processo de levantamento da situação escolar dos sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul e suas discontinuidades, com perspectivas em problematizar a questão da determinação política e/ou ferramenta de gestão, a investigação foi desenvolvida com o subsídio de informações quantitativas de dados secundários a partir da análise dos indicadores de desempenho e de infraestrutura escolar e de informações qualitativas a partir da sistematização de entrevistas realizadas com gestores municipais e escolares. Além disso, aproveitando-se a realização das visitas às escolas para entrevistar as direções, foram realizadas observações aleatórias e fotografias de alguns ambientes e do pátio escolar, que contribuíram para aprofundar o olhar nas análises dos dados.

As consultas documentais foram realizadas nos relatórios de consultores do FNDE, nos índices do IDEB, em legislações relacionadas à área da educação e nos documentos oficiais que tratam do LSE, como o formulário do diagnóstico, os manuais de orientação, as legislações

pertinentes, entre outros. Também foram realizadas consultas ao FNDE via correio eletrônico e no endereço eletrônico do MEC.

A decisão em realizar a análise documental a partir da reunião de diversas fontes encontra apoio em Corsetti (2006, p. 5) que considera o cruzamento e confronto das fontes como uma operação indispensável para nos possibilitar uma compreensão real e contextualizada, pelo cruzamento entre fontes que se complementam em termos explicativos.

Segundo Pimentel (2001, p. 13), dependendo do objetivo da pesquisa, a análise de documentos pode se caracterizar como instrumento complementar ou ser o principal meio de concretização do estudo. No caso desta pesquisa, a análise de documentos foi um importante método empregado em todo o percurso da investigação, compreendendo o estudo de literatura pertinente e a análise dos documentos legais, como a legislação voltada para assuntos educacionais e focada na política específica, bem como os documentos técnicos elaborados pelos consultores do FNDE.

A realização da entrevista semiestruturada, complementar à análise documental, se mostrou muito relevante nesta investigação na medida em que nos auxiliou a compreender a realidade vivenciada pelos entes federativos na adoção dessa política educacional em regime de colaboração com a União, onde os atores para os quais ela foi proposta adotaram diferentes estratégias para dar conta da sua execução. Os depoimentos dos entrevistados puderam apontar as descontinuidades da proposta, as ressignificações na sua aplicação, as dificuldades de execução e a efetiva existência ou não do regime de colaboração tão enfatizado nos documentos oficiais.

Além disso, quando estamos trabalhando com a entrevista, temos o caso concreto exposto pelo indivíduo pela situação vivenciada no local de interesse da investigação, enquanto que os dados quantitativos são, muitas vezes, generalizações absolutas de diferentes casos concretos.

Por outro lado, Rocha *et al.* (2013, p. 4) alertam para se tomar cuidado com a crença de que o dito equivale a uma informação com valor de verdade revelada, pois dificilmente a situação de entrevista corresponde a uma conversa neutra.

Além disso, essa idéia da informação do entrevistado como verdade acaba sendo associada à noção de fidedignidade. Szymanski (2002, p. 14-15), embora reconheça que o significado é construído na interação, acredita que a realização da entrevista é uma forma de aprimorar fidedignidade. Entretanto, nem sempre as respostas obtidas refletem a realidade, pois depende do nível de apropriação do entrevistado sobre o assunto e da tendenciosidade da informação prestada, além da própria interferência do entrevistador na formulação da pergunta e durante a condução da entrevista. Por outro lado, a adoção de outras técnicas ou alguns

recursos complementares durante a coleta dos dados, como por exemplo, a observação, o aumento do número de entrevistados e o formato ou o tipo da pergunta, pode ser uma saída viável para minimizar as distorções das informações prestadas pelo entrevistado.

Um exemplo de nossa pesquisa que serve para corroborar com essa discussão, aconteceu na entrevista realizada com um dos Secretários Municipais, em que ele praticamente elimina qualquer problema de qualidade das escolas de sua rede, pois considera que pode ser referência para o Brasil e ainda diz que há potencial para avançar mais. Portanto, se utilizarmos somente a técnica da entrevista, que muitas vezes é realizada no gabinete do gestor, os dados da investigação ficarão limitados a esse viés exposto pela opinião do Secretário de Educação. Entretanto, em nossa investigação foram adotadas outras estratégias metodológicas, como por exemplo, a realização de entrevista com os diretores, a observação, o registro de fotografias, a análise do IDEB e a análise do QGPMFE.

Vale registrar que a escolha dos sujeitos para a entrevista não se deu de forma probabilística, mas em função dos cargos ocupados no momento da pesquisa, ou seja, os Secretários de Educação e os Diretores das Escolas com IDEB.

O primeiro contato com cada Secretaria e cada escola foi feito por telefone, pelo qual se deu o agendamento da visita. Durante as entrevistas, foi entregue a cada entrevistado uma carta de apresentação com uma breve explicação sobre os objetivos da pesquisa e foi solicitado a assinatura de um termo de consentimento para uso das informações prestadas para fins de pesquisa acadêmica.

Foram elaboradas 22 questões para os Secretários Municipais de Educação e 12 questões para os Diretores Escolares. Não houve delimitação de tempo para a realização de cada entrevista, sendo que a sua duração dependeu do desenvolvimento da conversa com o entrevistado, considerando-se que as respostas a cada uma dessas perguntas pré-definidas poderiam provocar a inclusão de outros questionamentos. Além disso, procurou-se respeitar a livre expressão do entrevistado, mesmo quando incluía outros assuntos fora do enfoque da questão inicial. O roteiro das entrevistas semiestruturadas com as perguntas básicas encontra-se no Apêndice 4.

O cronograma das entrevistas ocorreu entre os meses de novembro de 2012 e agosto de 2013 e até este último momento nenhum município havia recebido qualquer retorno sobre os resultados do diagnóstico de suas redes de ensino, inclusive aqueles que haviam concluído o lançamento dos dados ainda em 2010. Segundo informações obtidas diretamente com a Coordenadora Nacional do LSE, os relatórios estavam à disposição dos municípios para consulta na página eletrônica do sistema informatizado, entretanto, os Secretários não dispunham dessa informação. A situação mais agravante ocorreu a partir do final do primeiro

semestre de 2012, quando a realização do LSE deixou de ser condição obrigatória para elaboração do PAR, pois todas as informações referentes aos resultados dos diagnósticos realizados no país inteiro se tornaram indisponíveis para acesso e consulta. Inclusive, os contratos com os técnicos consultores do FNDE foram encerrados e, atualmente, o sistema informatizado está desativado e não há nenhum profissional de carreira com conhecimento para operar esse sistema e gerar os relatórios para os municípios ou para o público interessado.

Esta é uma situação no mínimo contraditória em um país que se orgulha pela disponibilidade de acesso às informações governamentais, sendo que o Portal da Transparência do Governo Federal já recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais e é considerado um dos mais completos e detalhados *sites* de transparência do mundo (CGU, 2011). Vale lembrar que a Lei de Acesso à Informação nº 12.527 de 18/11/2011 regulamentou o inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal, que trata do acesso às informações sob a guarda de órgãos e entidades públicas, como um direito fundamental do cidadão e dever do Estado.

Segundo Rocha *et al.* (2013, p. 10), há textos que se produzem em um circuito bastante restrito e que oferecem um grau mais acentuado de fechamento a terceiros por razões de diferentes ordens, como por exemplo, privacidade da matéria discutida, intimidade das confissões que se fazem, natureza dos temas abordados e riscos iminentes diante da divulgação de estratégias acordadas, mas entende-se que não há nenhuma razão para que os relatórios gerenciais e os quadros gerais de padrões mínimos deste municípios sejam consideradas informações sigilosas. Ademais, nem as partes diretamente interessadas, que são os próprios municípios e os estados que concluíram o LSE, estão tendo a oportunidade de conhecer o desempenho de suas escolas frente aos PMFE e de obter os relatórios gerenciais de reestruturação física e de aquisições de equipamentos e mobiliário.

Por se tratar de uma política educacional recente do Governo Federal, os dados empíricos relacionados ao LSE foram obtidos a partir de 2009, porque foi o ano em que se deu o efetivo investimento do Governo Federal para a adoção desta metodologia de diagnóstico pelos entes federativos. Foi nessa época também que o instrumento de diagnóstico informatizado tornou-se disponível a todos os estados e municípios e que ocorreu o esforço para realização de capacitações, principalmente nos anos de 2009 e 2010. Acredita-se que houve esse esforço neste período devido à decisão do FNDE de condicionar o repasse de recursos à realização do LSE, tanto que em junho de 2010 publicou a resolução concedendo um prazo de apenas 12 meses para os entes federativos concluírem os seus levantamentos.

Considerando-se a característica desta investigação em que a delimitação do campo empírico convergiu para o estudo aprofundado de sete redes municipais de ensino e suas respectivas escolas que apresentassem dados do IDEB e do LSE, define-se o seu tipo como sendo um Estudo de Caso, cuja definição apresentada por Lüdke & André (1986, p. 17) “é o estudo de uma realidade social bem delimitada e constitui uma unidade de um sistema mais amplo”.

Boyd & Stasch (1985 *apud* Campomar 1991, p. 96) explicam que o estudo de caso envolve a análise intensiva de um número pequeno de situações ou de apenas um caso. Segundo os autores, é dada ênfase à completa descrição e ao entendimento do relacionamento dos fatores de cada situação, não importando os números envolvidos. Além disso, o mesmo autor se apóia em Yin (1990) para lembrar que o uso de mais de um caso deverá ser determinado pela conveniência e oportunidade e não para aumentar a possibilidade de inferências (p. 97).

Algumas características do método de estudo de caso, como por exemplo, a interpretação contextual, o uso de várias fontes de informação onde o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes, foram empregadas na nossa pesquisa através da coleta de diversos dados quantitativos secundários, a realização de entrevista com diversos secretários de educação e diversos diretores, os registros fotográficos das escolas e as observações *in loco*. Em alguns momentos, houve interação com as considerações do entrevistado, evitando-se restringir somente à pergunta e o registro da resposta, mas por outro lado, foi tomado o cuidado de não causar interferência nas suas opiniões, pois nossa postura foi sempre na tentativa contribuir com a fala do entrevistado, detalhando alguma informação que ele não tinha muita clareza.

No Quadro 5, apresenta-se a metodologia principal desenvolvida na investigação com vistas a atingir cada um dos objetivos definidos no projeto.

Como mencionado anteriormente, além da análise documental e da realização de entrevistas como as principais técnicas adotadas na coleta dos dados, devido à natureza de nosso objeto de estudo, foram sendo adotadas outras estratégias metodológicas conforme se apresentava a realidade ou as condições vivenciadas no transcorrer da investigação. Dentre elas, destacam-se a realização de observações nos espaços físicos das escolas e no seu entorno para identificar as condições de contexto onde estas escolas estão inseridas e a realização de fotografias com o objetivo de retratar visualmente a realidade das condições físicas em determinados ambientes escolares e, dentre eles, priorizou-se os registros

fotográficos de sala de aula, laboratório, biblioteca, refeitório, espaço para prática de educação física e fachada principal do prédio escolar.

Quadro 5. Descrição da metodologia conforme cada objetivo específico.

Objetivos	Metodologia
Discutir a adesão ao Levantamento da Situação Escolar e as estratégias locais para dar conta da sua realização.	Realização de entrevista semiestruturada com Secretários Municipais de Educação.
Identificar a realidade escolar ou as condições de funcionamento de escolas municipais do Rio Grande do Sul através da pontuação obtida no Levantamento da Situação Escolar frente aos Padrões Mínimos de Funcionamento Escolar.	Levantamento e sistematização do QGPMFE e dos relatórios gerenciais de reestruturação física, aquisições e orçamento sintético gerados pelo sistema informatizado do LSE; Realização de entrevista semiestruturada com Secretários Municipais de Educação.
Analisar a interação entre as condições de funcionamento das escolas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.	Cruzamento entre as condições de funcionamento das escolas identificadas através do seu QGPMFE e os indicadores de desempenho e de fluxo escolar identificados através do seu IDEB; Realização de entrevista semiestruturada com Secretários Municipais de Educação.
Descrever os encaminhamentos de gestão vinculados ao Levantamento da Situação Escolar e ao Plano de Ações Articuladas.	Realização de entrevista semiestruturada com Secretários Municipais de Educação e com os Diretores das Escolas selecionadas.

Fonte: o autor (2012)

Convém ressaltar que as observações e os registros das fotografias não foram planejados durante a definição da metodologia e não houve o preparo de nenhuma ficha com detalhamento dos aspectos a serem observados, mas a ida até a escola para a realização das entrevistas foi um elemento a mais que ajudou a expressar a percepção, embora superficial da realidade vivida pela comunidade escolar. Da mesma forma, as fotografias não visaram avaliar o estado de conservação das instalações físicas, mobiliário e equipamentos, mas sim registrar alguns ambientes importantes numa escola de educação básica para ajudar a ilustrar os dados dos padrões mínimos e as opiniões dos gestores, entretanto houve a preocupação de registrar os mesmos tipos de ambientes em todas as escolas.

Portanto, no decorrer da investigação e com a necessidade de cercar o objeto investigado, fomos construindo o nosso próprio percurso de pesquisa. Em alguns momentos,

ocorreu praticamente um processo de “garimpagem”, principalmente na busca dos documentos relacionados aos dados de padrões mínimos das escolas pesquisadas.

Julgou-se pertinente descrever e explicar os diferentes processos seguidos nas etapas de investigação, porque a realidade que ora se apresentava no percurso para o cercamento do objeto foi bastante dificultosa pela falta de acesso aos documentos que eram imprescindíveis para a realização da etapa de análise documental. Em outras palavras, no cenário desta pesquisa ocorreram diferentes idas e vindas, principalmente na relação com o FNDE, pois raramente havia retorno sobre as demandas apresentadas por e-mail ou por telefone e, quando ocorria esse retorno, a informação era incompleta ou inútil para o desenvolvimento da investigação. Inclusive tentamos agendar uma entrevista com algum gestor do FNDE para obtermos informações sobre a elaboração, difusão, implementação e interrupção da política do LSE, mas não obtivemos sucesso nessa tratativa, já que os contatos mantidos se restringiram a servidores administrativos do órgão.

Neste sentido, pode-se afirmar que o cercamento do objeto seguiu por múltiplos caminhos e a sua descrição se mostra relevante para demonstrar a complexidade que se apresenta a prática durante um processo investigativo, para além dos métodos e técnicas descritos nas referências sobre metodologia. Na verdade, a metodologia adotada foi ajudando a construir o nosso objeto e a explicá-lo, pois algumas estratégias metodológicas foram adotadas porque as primeiras não deram certo e um caminho foi abrindo espaço para outro até se atingir os objetivos.

Essas nossas considerações encontram apoio em Gatti (2007, p. 11), quando a autora diz que “a pesquisa não é de modo algum, na prática, uma reprodução fria das regras que vemos em alguns manuais. O próprio comportamento do pesquisador em seu trabalho é-lhe peculiar e característico”.

Em síntese, a coleta de dados ocorreu de muitas maneiras: levantamento da documentação sobre o LSE, entrevistas com os gestores locais, sistematização dos índices do IDEB, observações, fotografias, correspondências e telefonemas com o FNDE e a própria tentativa de se fazer entrevista com os coordenadores no MEC/FNDE.

Portanto, entende-se que as várias estratégias de abordagem do objeto adotadas nesta pesquisa se aproximam da idéia de triangulação metodológica discutida na literatura sobre metodologia da pesquisa. Segundo Duarte (2009, p. 11), a triangulação seria uma forma de combinar metodologias em uma investigação e refere-se à combinação de vários métodos qualitativos entre si ou à articulação entre métodos quantitativos e qualitativos.

De qualquer forma, conseguiu-se reunir dados suficientes para se fazer uma descrição do processo que estava sendo previsto e organizado, inclusive com os dados parciais de custos para difusão e aplicação da metodologia de diagnóstico.

Portanto, a descrição de todo esse processo se revela como um texto original e que precisa ser divulgado, pois são informações que ficaram restritas no âmbito das pessoas que participaram das principais ações e não foram trazidas para a academia ou para outros espaços de domínio público. A pertinência da divulgação e discussão sobre essa política se justifica pelo simples fato da mesma ter sido implementada e ter ocorrido um momento de intensificação das ações, mas devido a mudanças de foco e de pessoas dentro do FNDE, ela foi simplesmente abandonada sem a prestação de contas ou apresentação de justificativas aos entes envolvidos direta ou indiretamente.

3.3 Sistematização e análise dos dados da pesquisa

Na etapa que antecedeu a análise dos dados procedeu-se a organização e a sistematização de cada um desses dados, conforme a sua natureza quantitativa ou qualitativa. Desta forma, a série histórica do IDEB foi organizada em gráficos por etapa do Ensino Fundamental em cada escola e em cada município para demonstrar a evolução do desempenho ao longo das quatro edições da Prova Brasil, o QGPMFE de todas as escolas avaliadas em cada município foi apresentado em gráfico para facilitar a comparação entre escolas e entre municípios e para demonstrar o distanciamento de cada escola em relação ao Padrão Mínimo, os documentos dos consultores do FNDE foram organizados em ordem cronológica (Apêndice 5) para permitir o acompanhamento das produções técnicas na fase em que houve intensificação das ações envolvendo o LSE e as entrevistas gravadas em áudio foram transcritas e sistematizadas em quadros com o agrupamento de cada uma das questões e a reunião de todas as escolas do mesmo município, juntamente com as respectivas fotografias para facilitar a análise dos depoimentos dos entrevistados.

Segundo Rocha *et al.* (2013, p. 14), sempre se produz material excedente em uma entrevista, pois no encontro do entrevistador com o entrevistado há menção a fatos que não foram perguntados, assim como digressões, retificações e outros. Neste caso, acaba ocorrendo a interferência do pesquisador ao estabelecer a priorização de determinados fragmentos em detrimento de outros que não lhe parecem relevantes. Portanto, na etapa de sistematização das entrevistas é o momento da decisão a respeito daquilo que nos interessa para a pesquisa e tomamos essa decisão em função de diferentes critérios (teóricos, metodológicos, de viabilidade de realização da pesquisa em função do tempo que se dispõe, entre outros).

Além disso, organizar o material significa processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e manuseio (Pimentel, 2001, p. 184).

Esta organização do material empírico em um processo investigativo se faz necessário para criar as condições de realização das análises da forma mais eficiente possível, extraíndo-se dele todas ou a maioria das informações mais relevantes para se atingir dos objetivos propostos.

De acordo com Lüdke & André (1995, p. 2)

Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre um determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Em geral, isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita sua atividade de pesquisa a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento.

Além disso, de certa forma devemos estar cientes que todas as informações coletadas e explicitadas no transcorrer de uma investigação são limitadas, na medida em que estão permeadas por escolhas, conhecimentos e concepções próprias. Entretanto, reconhecendo-se este limite, devemos fazer com que essas informações sejam legitimadas pelas observações, falas e produções dos sujeitos envolvidos, na tentativa de ser o mais fiel possível à realidade apreciada.

A partir da sistematização de todas as informações recolhidas para a pesquisa, a análise dos dados se processou conforme cada objetivo proposto, compreendendo as informações obtidas através do estudo das legislações, os relatórios do LSE, os indicadores do IDEB e dos PMFE e as entrevistas realizadas com os gestores municipais e com os diretores escolares.

Portanto, foram desenvolvidas análises específicas com o propósito de se atingir cada um dos objetivos:

1. Discutir a adesão ao Levantamento da Situação Escolar e as estratégias locais para dar conta da sua realização: a partir das respostas obtidas nas entrevistas foram realizadas sínteses interpretativas em relação à decisão ou motivação do município em realizar o LSE, o cronograma em que foram desenvolvidas as atividades, a constituição das equipes, as estratégias metodológicas, o processo de capacitação, as dificuldades encontradas e os resultados do diagnóstico.

2. Identificar a realidade escolar ou as condições de funcionamento de escolas municipais do Rio Grande do Sul através da pontuação obtida no Levantamento da Situação Escolar frente aos Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas: a partir dos relatórios produzidos após a validação dos dados no sistema informatizado do LSE foram realizadas discussões sobre as pontuações relativas atingidas pelas escolas no Quadro Geral do Padrão Mínimo de Funcionamento da Escola, identificando-se os percentuais de aproximação do cumprimento do índice PMFE. Além disso, foram identificadas, junto ao poder público municipal, as estratégias para adequar sua rede aos PMFE, buscando-se informações sobre as necessidades de cada escola e do conjunto de escolas da rede.

3. Analisar a interação entre as condições de funcionamento das escolas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: a partir do cruzamento entre as condições de funcionamento das escolas e os indicadores de desempenho e de fluxo escolar foi verificada a relação entre esses dois indicadores para promover a discussão sobre o IDEB, o nível alcançado pelas escolas e a sua interação com as condições físicas do ambiente escolar.

4. Descrever os encaminhamentos de gestão vinculados ao Levantamento da Situação Escolar e ao Plano de Ações Articuladas: neste objetivo foi verificado se os dados e relatórios gerados a partir do LSE estavam sendo considerados na elaboração do PAR, bem como as estratégias de atuação do poder público municipal e das direções das escolas para tornar esse diagnóstico e o posterior planejamento de ações conhecidos por todos os envolvidos com a educação municipal.

Por último, foi realizada uma discussão sobre a possibilidade de articulação do LSE, como um possível instrumento capaz de qualificar o espaço escolar ao produzir indicadores que medem a qualidade da oferta dos serviços educacionais, com os indicadores de desempenho e de fluxo escolar. Para subsidiar essa discussão, foi considerado todo o processo de levantamento da situação escolar, problematizando-se as suas discontinuidades, os entraves ou dificuldades, as apropriações pelos entes federativos, as possibilidades de ressignificação da metodologia e da própria política federal e o seu propósito como determinação política e/ou ferramenta de gestão.

Não foram estabelecidas categorias de análise dos dados de cada município, pois as condições de análise foram distintas devido à variação na quantidade de escolas com as informações de interesse disponíveis, ou seja, os diferentes casos estudados ficaram constituídos conforme o Quadro 6.

Nesta investigação não se pretendeu realizar um ranqueamento entre melhores e piores condições de infraestrutura das redes de ensino, embora o comparativo seja inevitável, mas

promover reflexões sobre a realidade vivenciada pelas diferentes escolas públicas de educação básica.

Quadro 6. Demonstrativo dos municípios em relação aos dados do IDEB e do QGPMFE

	Com série histórica completa do IDEB	Com série histórica incompleta do IDEB
Com QGPMFE	-----	Getúlio Vargas – 2 escolas Ibiraíaras – 1 escola Jaguarão – 4 escolas
Sem QGPMFE	Araricá – 1 escola Cachoeirinha – 6 escolas Dois Irmãos – 2 escolas Flores da Cunha – 1 escola	-----

Fonte: o autor (2014)

Portanto, as análises de cada caso se processaram individualmente, fazendo-se uma discussão comparativa entre os desempenhos no IDEB, as respostas dos gestores, as fotografias, as observações e os dados de PMFE (quando disponível). Entretanto, eventualmente foram apresentadas algumas considerações entre as realidades das escolas dentro de um mesmo município ou entre municípios, com vistas a subsidiar e aprofundar as discussões dos casos específicos.

Além disso, embora tenha se trabalhado com dados quantitativos, o foco principal de análise foi uma discussão qualitativa e mais complexa, mais integrada e mais contextualizada das questões da infraestrutura, pois o enfoque dado aos objetivos não era uma discussão da infraestrutura em si, mas a sua relação com outros dados e aspectos intervenientes na qualidade da educação.

Complementarmente aos dados levantados e sistematizados durante a investigação, foram considerados alguns aspectos de determinadas políticas educacionais, como por exemplo, as relações do FNDE com outras esferas públicas no âmbito da educação, que se propunham a regular todo um sistema relativo a questões de infraestrutura, até mesmo para nos ajudar a elucidar certos caminhos ou descaminhos dessas políticas.

Então, o nosso ato de pesquisar durante esta investigação foi pautado pelo manejo de uma complexidade que transitou entre a visão do indivíduo que está no concreto do sistema e a norma legal que traz uma definição de procedimentos que devem abranger a todas as escolas e ser traduzido no contexto da prática pelas pessoas que estão na etapa de execução da política em questão. Com isso, essa complexidade refere-se ao fato de se trabalhar tanto com dados qualitativos (de opinião ou de percepção dos indivíduos que estão numa delimitada realidade) e, ao mesmo tempo, com dados secundários levantados via instrumentos que criam

indicadores, os quais, de acordo com Jannuzzi (2009, p. 27) precisam demonstrar relevância social, validade, confiabilidade e ter um grau de cobertura adequado aos propósitos a que se presta.

Portanto, esse conjunto de dados abrange diferentes contextos do ciclo de políticas de Stephen Ball, desde o contexto da formulação das políticas com o planejamento detalhado de insumos, custos e cronograma do LSE, até o contexto da prática, tanto nas estratégias de aplicação do diagnóstico nos municípios e estados quanto na não adesão à metodologia proposta pelo FNDE em outros municípios e estados, pois a própria negação à política pode ser entendida como uma manifestação do interesse em modificar as intenções de determinadas propostas apresentadas pelos formuladores das políticas.

IV PANORAMA NACIONAL DO PROCESSO DE LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR

A proposta da investigação apresentada no projeto de pesquisa trazia como campo empírico apenas alguns municípios gaúchos, mas o levantamento dos dados mostraram a necessidade de se divulgar a implementação da política em âmbito nacional, pois foi um movimento que mobilizou os sistemas de ensino de todo o país. Por outro lado, manteve-se o recorte com uma discussão pormenorizada desses municípios para ilustrar a realidade vivenciada por alguns casos específicos.

Portanto, pode-se afirmar que esta investigação teve uma abrangência mais ampla e não tão regionalizada, pois os problemas apresentados se refletem em âmbito nacional, ou seja, representam a realidade dessa situação de precariedade geral, já que os dados mostraram que o melhor desempenho dentre todas as escolas analisadas pelos consultores do FNDE chegou ao máximo em 70% do PMFE.

Com isso, ao longo deste capítulo são apresentados os principais resultados de capacitação e de realização do LSE em todos os estados brasileiros, durante os anos de 2009 e 2010, pois foi neste período que os consultores realizaram os estudos sobre o andamento de todas as ações pertinentes a esta política do Ministério da Educação.

Na pesquisa realizada no banco de dados do FNDE, foram encontradas 17 publicações (Apêndice 5) de 7 diferentes consultores contratados para atuarem no projeto do LSE. Estes documentos tratam da proposta, conceitualização, metodologia e cronograma para o desenvolvimento dos estudos e projetos relacionados à disseminação do LSE; guia com orientações para o Prefeito e o Secretário Municipal de Educação; planejamento detalhado das atividades, dos insumos e dos custos e cronogramas para capacitação e realização do LSE em todo o país, em parceria com outras Instituições Públicas Federais ou Estaduais e o detalhamento das atividades a serem processadas para a institucionalização dessas parcerias; consolidação e atualização das especificações dos PMFE; resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE; resultados das análises dos índices de cumprimento do PMFE; análise da situação atual dos PMFE nas escolas cadastradas no LSE; e metodologia para avaliação da aplicação dos resultados do LSE no planejamento e gestão da rede escolar.

Não há possibilidade de se fazer uma análise e discussão a respeito de todos esses documentos, mas foram compilados os principais dados quantitativos de capacitação e aplicação do LSE, pontuações de PMFE e planos de trabalho com estimativas de custos para capacitação e/ou realização do LSE em parceria com outras instituições.

Segundo Bento (produto 1, 2009, p. 92-99), foram planejadas diversas edições de capacitação, entre outubro de 2009 e maio de 2010. Nesse planejamento foram previstos 30 eventos de capacitação em 23 estados distribuídos nas 5 regiões do país para atender 4.801 municípios e 21 estados. Além disso, estavam previstas capacitações para os novos consultores do LSE e para Sargentos dos Pelotões de Fronteira subordinados ao Comando Militar da Amazônia (CMA), para aplicação do LSE nas escolas das regiões de fronteira e indígenas.

Quanto ao custeio financeiro para viabilizar toda a logística destas capacitações, Bento (produto 2, 2010, p. 4) informou que o FNDE prestaria auxílio financeiro aos estados para a realização das capacitações e alguns municípios mais carentes também receberiam auxílio financeiro e cooperação técnica para a execução do LSE. Para a realização destas capacitações e execução do LSE, foi elaborado, em conjunto com as Universidades e Institutos Federais e o Exército Brasileiro, planos de ação com a identificação das atividades, público alvo, orçamento detalhado, metodologia, especificação dos materiais a serem utilizados, resultados esperados e cronograma.

Com isso, até junho de 2010, o FNDE com o apoio dos consultores contratados pela UNESCO e pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) capacitou técnicos de 1.823 municípios para aplicarem a tecnologia do LSE, compreendendo, principalmente, os municípios considerados prioritários para atendimento no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Parente, produto 4, 2010, p. 09).

Segundo Bento (produto 2, 2010, p. 52), nos planos de trabalho foram elaboradas planilhas orçamentárias para verificar os custos de descentralização para as Instituições Federais e o Exército Brasileiro.

O orçamento previsto para a capacitação de 2.529 municípios foi de R\$ 4.021.110,00, tendo ficado de fora somente os municípios dos estados de Amazonas, Tocantins, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. Além disso, o custo previsto para a realização do LSE em 124.302 escolas de 3.303 municípios foi de R\$ 35.887.095,00, totalizando um orçamento R\$ 39.908.205,00.

Em julho de 2009 foi realizado o planejamento orçamentário do CMA para material permanente, diárias, material de consumo, passagens e serviços, totalizando R\$ 954.067,15. Com esse recurso seriam capacitados 68 sargentos (Bento, produto 2, 2010, p. 91).

O projeto da Universidade Federal do Ceará (UFCE) previa a capacitação dos 184 municípios do Estado do Ceará na metodologia do LSE (Bento, produto 2, 2010, p. 113). Cujo plano de trabalho previu oficinas de capacitação na metodologia do LSEweb para técnicos de 100% dos municípios e de técnicos da Secretaria Estadual de Educação. A meta previa a

capacitação de 652 pessoas, entre técnicos do estado e dos municípios, coordenadores estaduais, professores e alunos da UFCE. O custo total estimado foi de R\$288.475,00 englobando passagem, hospedagem, material de consumo, reprodução de material e infraestrutura do local do evento (Bento, produto 2, 2010, p. 114).

Conforme relato de Bento (produto 2, 2010, p. 141), para agilizar a realização dos trabalhos as equipes fariam uso de veículos locados, computadores portáteis, máquinas digitais, trenas e softwares específicos com a finalidade exclusiva de atender ao projeto do LSE.

Além das despesas para capacitação, a UFCE elaborou também uma estimativa de custos para a execução do levantamento, que chegou ao montante de R\$ 1.890.440,00 (Bento, produto 2, 2010, p. 144).

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) elaborou uma proposta de capacitação e previu um custo de R\$ 74.400,00 a ser repassado para uma instituição privada sem fins lucrativos para a execução das ações (Bento, produto 2, 2010, p. 179).

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte, apresentou uma proposta para a execução do LSE em sua rede de ensino e nos seus 167 municípios. Para a realização do trabalho de campo, a UFRN previu a contratação de profissionais e alunos dos cursos de Arquitetura, Engenharia Civil e Pedagogia (Bento, produto 2, 2010, p. 185). O valor orçamentário total previsto neste convênio foi de R\$ 799.515,00 entre serviços de terceiros pessoa física, serviços de terceiros pessoa jurídica, bolsa para estudantes, ajuda de custo para estudantes, diárias, material de consumo e material permanente.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) elaborou uma proposta de capacitação de 801 Técnicos de 267 Municípios do Estado de Santa Catarina e execução, em regime de colaboração/assessoramento, do LSE nas 603 escolas municipais e estaduais da zona urbana dos 61 municípios do Estado do Amazonas.

Para a execução do LSE no Estado do Amazonas, a UFAM previu a constituição de equipes formadas por 1 Engenheiro Civil, 1 Pedagogo, 2 alunos de Engenharia Civil, 2 alunos de Pedagogia que visitariam cada escola onde seria realizado o levantamento de infraestrutura física e pedagógica. Os profissionais se deslocariam para os municípios em veículos locados, barcos ou avião, com todos os materiais necessários (câmeras digitais, GPS, bússolas, trenas metálica, a laser e de nylon) para realização do LSE (Bento, produto 2, 2010, p. 198).

Neste plano de trabalho da UFAM não constava as estimativas de custos, mas acredita-se que, dado o volume de trabalho e a quantidade de pessoas envolvidas, o montante financeiro seria bem expressivo.

Segundo Parente (2011, p. 16), um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do Sistema foi a disponibilidade, nos quadros do FNDE, de especialistas para trabalhar nas atividades de concepção e de desenvolvimento do Sistema. Porém, este obstáculo foi superado com a contratação de consultores no âmbito de um Acordo de Cooperação Técnica do MEC com a OEI.

O Sistema enfrentou também obstáculos de ordem tecnológica relacionados com a insuficiência de equipamento para armazenamento de imagens e devido ao volume de dados a serem processados considerando o universo de 200.000 escolas de educação básica. O primeiro problema foi solucionado com a aquisição de equipamentos específicos para o LSE e o segundo implicou, no curto prazo em um planejamento dos horários de processamento dos dados do LSE, de tal forma a não sobrecarregar o sistema do FNDE e no médio prazo na avaliação de aumento da capacidade de processamento do parque tecnológico do FNDE.

Portanto, no âmbito da concepção e desenvolvimento do Sistema, o FNDE utilizou profissionais do seu quadro de pessoal, profissionais terceirizados e consultores, cujo responsável pelo desenvolvimento e implantação do Sistema era um dos Diretores do FNDE. Na área de concepção do Sistema foram contratados cinco consultores técnicos. Além disso, foram alocados doze profissionais para a área de Tecnologia da Informação, compreendendo administração de dados, administração de banco de dados, infraestrutura de TI (rede, servidores e segurança), testes, configuração, relacionamento e escritório de projetos (parente, 2011, p. 10).

Para esta fase de desenvolvimento, os recursos financeiros investidos pelo FNDE no período de 2009 a junho de 2011 totalizaram R\$ 1.633.000,00, divididos em R\$ 623.000,00 com pessoal de concepção, R\$ 800.000,00 com pessoal de TI e R\$ 210.000,00 com equipamentos.

Quanto a recursos materiais e tecnológicos, o FNDE disponibilizou toda a sua base material, equipamentos instalados e outros recursos regularmente operados pela instituição para apoiar o desenvolvimento do Sistema (Parente, 2011, p. 11).

Estes são apenas alguns exemplos de investimentos e de projetos de parceria elaborados e firmados com o FNDE em torno das ações do LSE. Como os relatórios dos consultores não apresentaram a totalidade dos convênios, ações e custos para a difusão dessa política, não há possibilidade de se precisar essas informações, entretanto, foi possível apresentar uma idéia da dimensão desse projeto em todo o país e do enorme contingente de pessoas envolvidas e de recursos públicos investidos.

Em termos práticos, todo esse movimento de difusão e capacitação de equipes permitiu o levantamento de dados preliminares sobre o andamento das atividades relacionadas ao LSE em todo o país (Quadro 7).

Quadro 7. Panorama dos quantitativos de capacitação e de aplicação do LSE por região e por estado até o primeiro semestre de 2010.

Região/Estado	Total Municípios	Capacitação			LSE iniciado	
		Data	Qde.	%	Qde	%
CENTRO-OESTE	466	-	308	66,1%	43	9,2%
Distrito Federal	1	NC	0	0%	0	0%
Goiás	246	Junho de 2010	176	71,5%	8	3,2%
Mato Grosso	141	Maio de 2010	132	93,6%	35	24,9%
Mato Grosso do Sul	78	NC	0	0%	0	0%
NORTE	449	-	300	66,8%	48	10,7%
Acre	22	NC	0	0%	0	0%
Amapá	16	NC	0	0%	0	0%
Amazonas	62	NC	0	0%	0	0%
Pará	143	Junho de 2010	125	87,4%	8	5,6%
Rondônia	52	2009	47	90,4%	17	31,8%
Roraima	15	NC	0	0%	0	0%
Tocantins	139	NI	128	92,1%	23	16,5%
NORDESTE	1.793	-	554	30,9%	344	19,2%
Alagoas	102	NC	0	0%	0	0%
Bahia	417	NC	0	0%	0	0%
Ceará	184	NC	0	0%	0	0%
Maranhão	217	NI	206	94,9%	103	47,5%
Paraíba	223	NC	0	0%	0	0%
Pernambuco	185	NI	181	97,8%	154	83,3%
Piauí	223	NC	0	0%	0	0%
Rio Grande do Norte	167	NI	167	100%	87	52,1%
Sergipe	75	NC	0	0%	0	0%
SUDESTE	1.668	-	165	9,9%	48	2,9%
Espírito Santo	78	NI	66	84,6%	25	32,1%
Minas Gerais	853	NI	97	11,4%	23	2,7%
Rio de Janeiro	92	NC	0	0%	0	0%
São Paulo	645	NC	2	0,3%	0	0%
SUL	1.188	-	550	46,3%	209	17,6%
Paraná	399	NI	201	50,4%	37	18,3%
Rio Grande do Sul	496	2009	323	65,1%	166	33,4%
Santa Catarina	293	NI	26	8,9%	6	2,0%
BRASIL	5.564	-	1.877	33,7%	692	12,4%

NI – Não Informado; NC – Não Capacitado.

Fonte: Bento (produto 3, 2010, p. 19 e 20; 27-29); Bento (produto 4, 2010, p. 26-27; 35-36); Bento (produto 5, 2010, p. 59; 73-77); Bento (produto 6, 2010, p. 44; 54-55)

Convém ressaltar, que os quantitativos e percentuais divulgados pelos consultores ocorreu praticamente durante a fase inicial de intensificação dessa política. Além disso, foi somente em 07 de junho de 2010 que o FNDE publicou a Resolução nº 15, onde estabelecia o uso dos resultados do LSE como um dos pré-requisitos para aprovação das ações de

assistência técnica e financeira no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Através do Quadro 7, pode-se perceber que, na maioria dos estados onde houve eventos de capacitação, os percentuais de municípios capacitados são bem elevados, com exceção dos municípios de Minas Gerais. Entretanto, os percentuais de início da execução do LSE são irrisórios. Portanto, naquele momento, todo o esforço empreendido pelo FNDE em prol da implementação dessa metodologia de diagnóstico ainda não tinha apresentado bons resultados.

Alguns relatos apresentados pelos consultores comprovam o quanto houve negação dessa política por parte de vários entes federativos, que simplesmente não enviaram seus técnicos para capacitação ou então aqueles que enviaram não deram início aos trabalhos de execução do diagnóstico. Portanto, em muitos casos, a promoção da capacitação resultou em desperdício de tempo e de recursos públicos.

Segundo Bento (produto 6, 2010, p. 45), a Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul não respondeu aos vários contatos do FNDE para agendar a capacitação para os técnicos estaduais e os técnicos dos 78 municípios do estado.

A mesma situação aconteceu em outros estados, pois a Consultora destacou que a adesão foi menor em Goiás do que em Mato Grosso, porque os municípios não atenderam às insistentes chamadas de convocação feitas pela equipe de planejamento da Secretaria Estadual de Educação.

Outros exemplos ilustram claramente a total inércia dos entes federativos frente à determinação federal, como é o caso do estado do Espírito Santo que tem 916 escolas estaduais e até o momento da consulta ao sistema não havia executado o LSE em nenhuma de suas escolas. Em Minas Gerais, a Consultora do FNDE tenta justificar que estava ocorrendo baixo desempenho na execução do LSE porque a grande maioria dos seus municípios não tinha recebido capacitação, mas reconheceu que dentre os capacitados o desempenho também era muito baixo (Bento, produto 5, 2010, p. 69-70).

Na região Sul, dos 1.188 municípios, foram capacitados 550 o que representa 46,3% do total. No estado do Paraná foram capacitados 50,4% dos municípios e no Rio Grande do Sul 323 municípios receberam capacitação, o que representam 65,1% do total, sendo que este percentual não foi maior porque os municípios não compareceram às chamadas do FNDE, pois 80% foram convocados. Para o estado de Santa Catarina houve apenas um evento de capacitação e o atendimento em relação ao total do estado foi de apenas 8,9% (Bento, produto 5, 2010, p. 60).

Mesmo que o percentual de capacitação seja baixo, mas em números absolutos e aproximados foram capacitados 5.600 técnicos no total de 1.877 municípios. Em termos financeiros, isso significa uma despesa bastante expressiva para os cofres públicos, englobando as despesas de locação do espaço da capacitação, material impresso, equipamentos, honorários dos consultores, passagens e diárias durante três dias para todos os participantes.

No Quadro 8, tem-se um panorama estratificado por dependência administrativa e por zona urbana e rural em cada região brasileira onde aparecem os percentuais de execução do LSE, tanto de início quanto de conclusão da atividade. Pode-se perceber claramente que as redes estaduais foram as que menos imprimiram esforços para dar início aos trabalhos de diagnóstico. A única região em que houve certa mobilização foi no Nordeste, mas os resultados foram insignificantes.

Quadro 8. Quantitativos e percentuais da aplicação do LSE até o primeiro semestre de 2010 nas escolas estaduais e municipais em todas as regiões brasileiras

Região/ Estado	Total Escolas	Dep. Adm.	%	Urbana		Rural		LSE iniciado				LSE concluído			
				Qde	%	Qde	%	Urbana		Rural		Urbana		Rural	
								Qde	%	Qde	%	Qde	%	Qde	%
CENTRO- OESTE	8.680	Estadual	33,03	2.504	87,34	363	12,66	7	0,28	0	0	2	0,08	0	0
		Municipal	66,97	3.285	56,51	2.528	43,49	106	3,23	56	2,22	66	2,01	165	6,53
NORTE	28.108	Estadual	15,51	2.502	57,39	1.858	42,61	16	0,64	1	0,05	0	0	0	0
		Municipal	84,49	3.882	16,35	19.866	83,65	107	2,76	209	1,05	11	0,28	157	0,79
NORDESTE	89.487	Estadual	10,02	6.936	77,33	2.033	22,67	144	2,08	32	1,57	38	0,55	215	10,58
		Municipal	89,98	17.660	21,9	62.858	78,1	2.702	15,30	7.319	11,64	132	0,75	1.425	2,27
SUDESTE	51.615	Estadual	25,84	11.221	84,12	2.118	15,88	6	0,05	0	0	0	0	0	0
		Municipal	74,16	21.650	56,56	16.626	43,44	279	1,29	273	1,64	48	0,22	253	1,52
SUL	24.650	Estadual	26,55	4.781	73,06	1.763	26,94	0	0	0	0	0	0	0	0
		Municipal	73,45	9.825	54,26	8.281	45,74	812	8,26	547	6,61	90	0,92	574	6,93

Fonte: Bento (produto 3, 2010, p. 22); Bento (produto 4, 2010, p. 29); Bento (produto 5, 2010, p. 62; 71 e 72); Bento (produto 6, 2010, p. 51-53).

A baixa realização do LSE detectada pelos consultores em suas análises, lhes motivou a emitirem um comunicado a todos os entes federativos solicitando o imediato início das atividades, como no exemplo a seguir redigido por Rodrigues (produto 1, 2010, p. 14):

Prezado (a) Secretário (a), sou Consultor do FNDE e responsável pelo monitoramento das ações do município em relação ao LSE. Venho através deste, informar que o município foi capacitado em Agosto de 2009, e ainda não iniciou o cadastramento de nenhum prédio escolar no sistema LSE. Favor consultar no site do FNDE a Resolução nº 15 de 07/06/2010, que "Aprova o critério de utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio da União aos entes federativos que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação".

Fazendo-se uma análise mais detalhada da evolução dessa política no Rio Grande do Sul por ser o Estado onde estão inseridos os municípios investigados neste estudo de caso, percebe-se que o panorama se assemelha muito ao restante do país, pois a Secretaria Estadual de Educação não enviou seus técnicos para os eventos de capacitação, apesar dos vários convites realizados pelo FNDE.

Por outro lado, Bento (produto 5, 2010, p. 72) destacou que houve uma parceria muito valiosa com as associações de municípios na organização dos eventos de capacitação que ocorreram no ano de 2009, entretanto a execução estava muito baixa até aquele momento (Quadro 9).

Entre maio de 2009 e março de 2010 foram realizadas 14 edições de capacitação na região Sul, sendo 9 em 6 municípios gaúchos, 4 em 2 municípios paranaenses e 1 em Santa Catarina, totalizando 543 municípios e 1.437 técnicos capacitados (Pinto, produto 2, 2010, p. 27).

Quadro 9. Capacitação e realização do LSE no Rio Grande do Sul em 2010 e 2012.

Data	Classificação dos municípios	Capacitação		Realização do LSE nas Escolas Municipais								
		Sim	Não	Qde Escolas	Iniciadas		Justificadas		Concluídas		Não iniciadas	
					Qde	%	Qde	%	Qde	%	Qde	%
2010	Capital	0	1	93	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Grandes cidades	2	9	781	27	3,46%	1	0,3	0	0,0	753	96,41%
	Priorizados*	31	14	759	48	6,32%	19	2,50%	21	2,77%	671	88,41%
	Abaixo da média*	62	40	1.435	193	13,45%	74	5,16%	0	0%	1.168	81,39%
	Outros	231	107	4.023	601	14,94%	313	7,78%	13	0,32%	927	76,96%
	Total	326	171	7.091	869	12,25%	407	5,74%	34	0,48%	5.781	81,53%
2012	Capital	-	-	93	0	0%	0	0%	0	0%	93	100%
	Grandes cidades	-	-	786	175	22%	11	1%	48	6%	552	70%
	Priorizados*	-	-	768	127	17%	55	7%	72	9%	514	67%
	Abaixo da média*	-	-	1.440	268	19%	172	12%	138	10%	862	60%
	Outros	-	-	4.152	917	22%	633	15%	627	15%	1.975	48%
	Total	-	-	7.239	1.487	21%	871	12%	885	12%	3.996	55%

* Conforme desempenho no IDEB

Fonte: adaptada de Bento (produto 5, 2010, p. 78-143) e Bento (2012).

Analisando-se o Quadro 9, percebe-se que os percentuais de realização do LSE nas escolas municipais do Rio Grande do Sul eram extremamente baixos em 2010, pois haviam apenas 12,25% de escolas iniciadas e 0,48% concluídas. Mais tarde, em 2012, a partir de um levantamento obtido diretamente com a Coordenadora nacional do LSE e recebido via correio eletrônico, foi possível contabilizar um percentual de 21% de escolas iniciadas e 12% concluídas. Portanto, mesmo tendo havido evolução durante este período de dois anos, entende-se que esses resultados ainda eram muito baixo frente a um cenário de mais de 7.000 escolas municipais gaúchas. Vale lembrar que as 2.553 escolas estaduais ficaram de fora

deste levantamento, pois não estavam participando do processo de Levantamento da Situação Escolar, por decisão do governo estadual da época. No entanto, o governo atual se mobilizou em prol do LSE, mas como dependia de apoio financeiro do FNDE para implementar as ações não conseguiu dar início aos trabalhos, primeiro pela falta desta contrapartida e depois motivado pelas mudanças preconizadas dentro do próprio Ministério da Educação que decidiu abandonar totalmente esta política.

Convém ressaltar que, durante todo esse período, havia a obrigatoriedade de realização do diagnóstico como um dos pré-requisitos para recebimento de recursos federais. Além disso, houve desperdício de recursos públicos para a realização da capacitação, pois, possivelmente, depois de tanto tempo as pessoas que participaram já não tinham mais o domínio de operacionalização do processo e do uso da ferramenta informatizada ou então não trabalhavam mais na rede.

Outro aspecto também relevante é que um novo PAR estava por ser elaborado e tinha o LSE como pré-requisito, mas a maioria não estava realizando o diagnóstico ou não tinha previsão do seu término. Uma hipótese que pode ser lançada é a possível descrença nas nossas políticas públicas, ou seja, seria mais uma determinação governamental que não precisaríamos cumpri-la. De qualquer forma, a hipótese foi confirmada com a retirada da obrigatoriedade em 2012.

Portanto, mesmo que a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação tenha sido assinada por todos os entes federativos e que o Governo Federal tenha estabelecido que o LSE passaria a ser pré-requisito para a celebração de novos convênios de apoio técnico e financeiro, houve uma inércia da maioria dos municípios. No caso do Rio Grande do Sul, o Estado e mais 283 municípios não haviam iniciado o processo até 28 de maio de 2012 e outros 193 não haviam concluído, caracterizando um descrédito ou dificuldade de cumprir com a atual política pública relacionada ao financiamento federal na educação e também um possível desconforto político e insatisfação dos municípios que se mobilizaram para cumprir a determinação e o prazo estabelecidos pelo FNDE.

Por outro lado, ao dizer que houve uma inércia não se está afirmando que o problema está nos municípios e estados, pois pode-se apontar a hipótese de que não avançou, principalmente, pela descontinuidade das políticas federais. Na verdade, essas descontinuidades acabam recaindo no montante de recursos financeiros que deveriam ser repassados para as redes, carentes de apoio para melhoria de suas condições de funcionamento, então pode ter sido uma forma do Governo Federal se eximir dessa responsabilidade.

Quanto aos resultados preliminares de PMFE compilados do sistema informatizado pelos consultores do FNDE, tem-se o panorama sistematizado no Quadro 10. Não há nenhum caso em que tenha atingido o padrão mínimo de funcionamento, pois os melhores resultados foram observados em uma escola de Rondonópolis-MT e Getúlio Vargas-RS, mas mesmo assim ficaram 30% abaixo deste padrão de qualidade física definido pelo próprio Ministério da Educação.

Quadro 10. Intervalo da Pontuação relativa dos PMFE de Escolas Municipais dos estados das 5 regiões do país.

Região	UF	Município	Total de escolas com PMFE	PR (%) do PMFE
Centro-Oeste	MT	Rondonópolis	52	36,24 a 69,02
		Itaúba	05	39,86 a 52,53
		União do Sul	01	59,50
		Mirassol D'Oeste	04	42,36 a 54,61
Nordeste	MA	Imperatriz	02	49,90 a 54,04
		São Luis Gonzaga do Maranhão	01	28,57
	PE	Floresta	25	5,79 a 60,08
		Sanharó	03	24,64 a 31,88
	RN	São Pedro	01	36,65
Norte	RO	Cabixi	01	48,65
	TO	Itaguatins*	25	ERRO
Sudeste	ES	Barra de São Francisco	01	39,00
		Vila Velha	03	44,31 a 59,76
Sul	PR	Bituruna	01	61,89
		Campo Mourão	03	47,39 a 55,98
		Porecatú	07	41,72 a 55,50
		Rio Branco do Ivaí	01	35,00
		Toledo	02	47,84 a 63,56
	RS	Getúlio Vargas	05	54,56 a 69,79
		Ibiraiaras	04	45,39 a 60,89
		Jaguarão	21	25,33 a 55,27
	Tupanci do Sul	03	46,58 a 58,68	

* Erro ao gerar o relatório, pois os percentuais da pontuação relativa das escolas do município de Itaguatins estão idênticos aos PMFE das escolas do município de Floresta-PE.

Fonte: adaptado de Bento (Produto 3, 2010, p. 38 e 39); Bento (produto 4, 2010, p. 59 e 60); Bento (produto 5, 2010, p. 152-168); Bento (produto 6, 2010, p. 80-94); Parente (produto 4, 2010, p. 17-27)

Contrariamente à afirmação de Parente (produto 04, 2010, p. 31) em que destaca que com esta pequena amostra foi possível identificar as desigualdades inter-regionais da infraestrutura das redes de escolas públicas de educação básica, não se percebe esta diferenciação tão acentuada. Por outro lado, o que chama muito a atenção é a grande disparidade entre as escolas de uma mesma rede em alguns municípios, como é o caso do próprio município de Rondonópolis que apresentou uma das mais altas pontuações relativas, mas a menor foi de apenas 36,24%. Além deste, houve uma disparidade muito grande também no município de Jaguarão no Rio Grande do Sul, mas a pior situação de todas ocorreu no

município de Floresta em Pernambuco em que o PMFE de suas escolas variou de 5,79 a 60,08%.

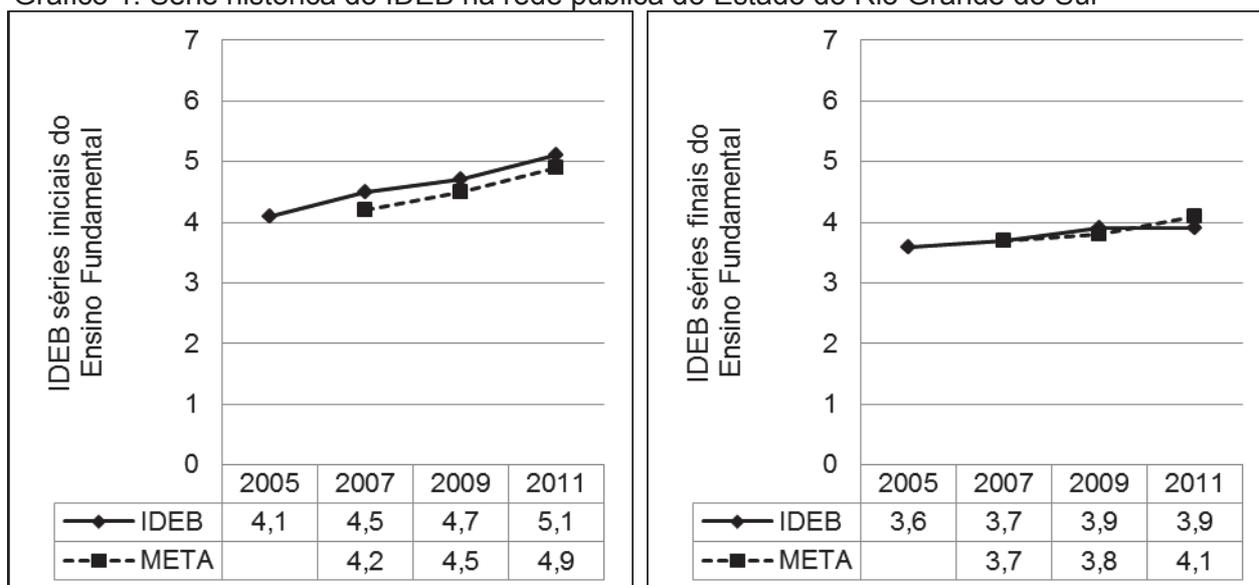
Não dispõe-se de informações se o MEC ou os próprios municípios adotaram ou têm adotado medidas para melhorar a precariedade demonstrada neste levantamento ou, pelo menos, para tentar corrigir essas distorções observadas nas redes de ensino. Entretanto, Bento (produto 6, 2010, p. 28) destacou que o MEC previu no PDE que até o final de 2009 todos os municípios com IDEB abaixo da média nacional teriam um plano de trabalho estabelecido a ser acompanhado e monitorado pelas equipes locais e de Brasília. Portanto, a afirmação do MEC que com isso se estaria cumprindo uma determinação constitucional sobre a equalização das oportunidades educacionais no país, pode ser entendida como a intenção em realizar investimentos nas condições de funcionamento das escolas públicas.

Voltando-se novamente o foco da discussão para o Rio Grande do Sul, destaca-se que este Estado é o terceiro da federação em número de municípios (496), ficando atrás somente de Minas Gerais (853) e São Paulo (645). Portanto, comparativamente a outros estados, o Rio Grande do Sul se apresenta como um dos maiores em termos de divisão municipal e educacional, onde a rede estadual de educação é dividida em trinta coordenadorias regionais e conta, atualmente, com 2553 escolas de educação básica e profissional (SEDUC/RS, 2011). Segundo dados do FNDE (2012), existem 7239 escolas administradas pelos sistemas municipais de ensino, somadas aquelas que não fazem parte da rede municipal, mas que são conveniadas com o município.

Por outro lado, a qualidade educacional da rede pública no Rio Grande do Sul medida pelo IDEB tem perdido espaço para outros estados brasileiros. Os resultados da edição 2011 (Gráfico 1) mostram que o estado atingiu a meta estabelecida para as séries iniciais do Ensino Fundamental na rede pública, porém ficou abaixo da meta para as séries finais, cujo índice foi inferior a valores observados em estados como Acre, Mato Grosso e Tocantins, que apresentam condição socioeconômica menos favorecida que o estado gaúcho.

Segundo dados do IBGE (2011), o Rio Grande do Sul ocupou a quarta posição em concentração do Produto Interno Bruto brasileiro (6,7%) no período de 2005 a 2009, ficando atrás de São Paulo (33,5%), Minas Gerais (10,9%) e Rio de Janeiro (8,9%). Portanto, os dados mostram que se tem um cenário de condição econômica favorável, mas em termos educacionais os resultados não são bons. A princípio, um estado que detém um dos maiores PIB do país, teria condições de destinar mais recursos para a educação que, conseqüentemente, poderia resultar em maior qualidade do seu sistema de ensino medida através do desempenho de seus alunos e da eficiência do fluxo escolar.

Gráfico 1. Série histórica do IDEB na rede pública do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Embora a realização do LSE tenha sido, até junho de 2012, pré-requisito para os entes federativos receberem apoio técnico e financeiro do Governo Federal, a rede estadual do Rio Grande do Sul não havia realizado nenhuma ação relacionada a esse diagnóstico. Apenas no ano de 2011 foi assinado um protocolo de intenções com o MEC, onde uma das ações previstas era a aplicação do LSE na rede estadual de ensino, entretanto isto acabou não ocorrendo, mas desta vez a falta de ação foi motivada pelas mudanças preconizadas pelo próprio FNDE. Portanto, sem intenção de se elaborar uma defesa ou apresentar uma justificativa para essa situação, acredita-se que a interrupção dos trabalhos ou a mudança de planos, não foi por vontade política do gestor estadual, mas por falta de condições de constituir suas equipes, por falta de apoio do órgão superior e por mudança nas regras estabelecidas pelo Governo.

O resultado prático de tudo isso, foi a renovação do PAR para o período 2011-2014 sem o devido conhecimento das reais condições de funcionamento das 2553 escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul que seriam demonstradas através dos relatórios gerenciais de reestruturação física, aquisições e manutenções e dos índices frente aos PMFE.

Uma das mudanças preconizadas pelo Governo Federal em 2012 foi a priorização de investimento na educação infantil, o que pode ser entendido como uma tentativa de melhorar as condições educacionais desde os primeiros contatos da criança com a escola, ou seja, subsidiar os municípios na infraestrutura da educação infantil para que se vá elevando a qualidade desde a pré-escola. Se por um lado, isso é uma justificativa aceitável, por outro lado, essa mesma informação mostra uma descontinuidade por parte do governo no apoio ao Ensino Fundamental, porque, na verdade, está interrompendo o apoio a uma etapa do ensino para priorizar a outra.

Portanto, percebe-se que o contexto nacional das políticas educacionais não é um contexto de apoio de fato aos diferentes níveis, mas é de distribuição de recursos entre os níveis, ou seja, de repente tem-se uma política que privilegia a Educação Infantil, que de fato precisa de investimentos, mas tira o recurso do Ensino Fundamental, como se este estivesse resolvido.

A situação apontada nestes dados nos revela que as exigências, imposições e pré-requisitos do Governo Federal quanto ao apoio técnico, financeiro e quanto à realização do LSE não foram respeitados no tempo previsto e por todos os agentes dos sistemas, ocorrendo descontinuidades nessas políticas e o desencontro de ações e prioridades entre os níveis federal, estaduais e municipais.

O Governo Federal afirma que o COMPROMISSO “inaugurou um novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes federativos sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais”, mas por outro lado faz imposições, define pré-requisitos, coloca exigências dentro de um determinado prazo e depois volta atrás num momento em que outros agentes já tinham se envolvido no processo, o que acaba causando, efetivamente, um grande desencontro. Diante do exposto, pode-se dizer que isso não se caracteriza como regime de colaboração.

Mesmo assim, o discurso oficial insiste que “com o PDE cresceu muito o regime de colaboração entre o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais de educação, pois hoje o MEC faz suas políticas ouvindo estados e municípios e isso significa que o MEC está praticando o que manda a Constituição Federal” (Bento, produto 1, 2009, p. 72).

Entretanto, será que podemos chamar de regime de colaboração diante da realidade vivenciada pelos estados e municípios em relação a essa política do LSE? Nossa intenção aqui é questionar as possibilidades de colaboração dentro do funcionamento político brasileiro, pois tem-se uma ferramenta de diagnóstico da realidade escolar que não consegue a operacionalidade suficiente para tornar a gestão da escola ou dos sistemas de ensino mais eficiente, para suportar uma gestão mais qualificada, com padrões mais racionais, ou seja, há problemas no próprio sistema e há problemas na política com as suas descontinuidades.

Por outro lado, a equipe do FNDE que estava diretamente envolvida com esta política demonstrava grande expectativa e até mesmo entusiasmo com os ganhos qualitativos que poderiam advir para as redes públicas de ensino a partir da sua implementação. Segundo Pinto (2010, p. 103), com a publicação da Resolução nº 15 de 07/06/2010 cresceu o interesse dos municípios em serem capacitados e também em concluir o LSE. Por conta dessa resolução, o Consultor tinha certeza que em breve haveria crescimento do número de escolas concluídas

em todo o território nacional. Sua convicção era tanta que em seu relatório fez a seguinte consideração:

A dinâmica de capacitação aperfeiçoa-se dia a dia. Percebe-se isso através das fichas de avaliação, onde cada vez menos surgem críticas aos trabalhos. O corpo de consultores responsáveis pelas capacitações também está cada vez mais integrado ao Sistema Educacional e com conhecimento cada vez maior da realidade das escolas do país, conhecimento este, adquirido durante os debates e questionamentos que costumam ocorrer nos encontros do LSE. Em um breve balanço do LSE, se pode afirmar com certeza, que esse é um importante canal para a melhoria do ensino do país (Pinto, 2010, p. 104).

Além disso, esse modelo de avaliação das escolas de educação básica foi inscrito no Prêmio Inovação na Gestão Pública Federal no ano de 2011. Para responder à questão: “por que a iniciativa pode ser considerada uma inovação em gestão?” o consultor Parente (2011, p. 17) apresentou a seguinte justificativa:

O LSE é uma inovação por propiciar aos gestores públicos uma radiografia completa da situação em que se encontram suas redes escolares e uma estimativa dos custos para melhorá-la na direção de cumprimento do PMFE, condição necessária à oferta de oportunidades iguais para todos os jovens cidadãos. Pela primeira vez o MEC disponibiliza, para todas as redes públicas, uma ferramenta informatizada capaz de mostrar o estado em que operam as escolas públicas e cujos resultados poderão: (i) subsidiar os processos de planejamento e orçamentários; (ii) subsidiar a elaboração de planos de investimento; (iii) estimular a mobilização das comunidades escolares e da sociedade civil para a melhoria da escola pública; e, (iv) fundamentar os sistemas de acompanhamento e manutenção das escolas.

Portanto, até aquele momento, não havia dúvidas no âmbito do MEC que esta política tinha vindo para ficar e que era uma grande contribuição que o Governo Federal estava colocando à disposição de todos os entes federativos.

Tanto que um dos últimos documentos elaborados em 2010 foi uma proposta de metodologia para avaliação da aplicação dos resultados do LSE no planejamento e gestão da rede escolar, ou seja, o FNDE já queria saber quais eram os encaminhamentos de gestão adotados pelos municípios e estados a partir dos resultados do diagnóstico.

Parente (produto 5, 2010, p. 6), esclarece que a metodologia de avaliação visava investigar até que ponto os gestores estavam fazendo uso dos resultados do sistema na gestão e/ou no planejamento da rede escolar e, desta forma, identificar boas práticas que estavam sendo usadas no sentido de elevar o PMFE e de melhorar as condições de funcionamento das

redes escolares, com o fim de promoção da equidade na oferta dos serviços educacionais e de melhoria da qualidade da educação pública.

Segundo o Consultor, as impressões sensoriais já poderiam desencadear ações imediatas de correções de inadequações graves e que exigissem providências urgentes tais como problemas relacionados com telhado, energia, água, estrutura básica das edificações, segurança e outras. Além disso, os dados contidos no formulário também apresentam elementos que podem ser usados pela escola no seu Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) e na utilização dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), assim como despertar a atenção dos gestores municipais para questões específicas que lhes eram desconhecidas. Por fim, com base nos relatórios gerenciais da rede os gestores têm ao seu dispor um panorama de demandas priorizadas, quantificadas e orçadas possibilitando-lhes o estabelecimento de diferentes estratégias de ataque aos problemas a serem enfrentados para assegurar o alcance dos PMFE para todas as escolas. (Parente, produto 5, 2010, p. 8).

Como referência à avaliação dos usos dos resultados do LSE, o Consultor relacionou alguns processos e instrumentos de gestão e planejamento que podem ser embasados nestes resultados, como por exemplo, o orçamento anual, o plano municipal de educação, o planejamento das reformas e ampliações, o planejamento das aquisições e distribuições dos equipamentos e materiais didáticos, a elaboração de projetos específicos para infraestrutura física, a definição das estratégias e investimentos para manutenção das escolas, o plano de desenvolvimento da escola, a regularização dos documentos de propriedade das escolas e a atualização das plantas escolares.

Além disso, no campo da gestão podem ser estabelecidas estratégias para obter os documentos de propriedade das escolas, atualizar ou elaborar as plantas arquitetônicas e os projetos básicos de infraestrutura, definir sistemática de manutenção dos prédios, equipamentos e mobiliário, definir estratégia de suprimento, compor ou readequar quadros de profissionais e formular demandas ao poder municipal relacionadas ao entorno da escola (Parente, produto 5, 2010, p. 10).

Portanto, com base nestas considerações e sugestões do Consultor, pôde-se perceber que muito poderia ter sido feito no âmbito do poder público local, sem necessariamente ficar aguardando o FNDE informar os próximos passos ou disponibilizar os relatórios gerenciais e os índices de padrões mínimos. De qualquer forma, isto não exime o Governo Federal da responsabilidade em apresentar a sua contrapartida, entretanto, parece-nos que também faltou um pouco de pró-atividade dos entes federativos para o efetivo sucesso desta política, pelo menos até o momento em que deixou de ser prioridade para o Ministério da Educação.

V CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO

Este capítulo se organiza a partir de entrevistas que foram prestadas pelos Secretários Municipais de Educação e pelos Diretores das Escolas definidas pelos critérios descritos anteriormente. Apresenta-se os resultados por cada município e suas respectivas escolas, mantendo-se a identidade de todos. A percepção através dos depoimentos dos entrevistados é cotejada com os dados do IDEB e com as condições de funcionamento das escolas.

Mesmo que a discussão dos casos estudados tenha resultado em um relatório extenso, julgou-se relevante manter todos no corpo do capítulo, pois em cada condição de contexto há aspectos ou informações relevantes que merecem ser divulgadas e discutidas. Neste sentido, todas as falas dos gestores estão sistematizadas na forma de relato no decorrer do capítulo, portanto, estão contempladas na discussão de cada caso. Por conta disso, julgou-se desnecessário apresentar as transcrições literais das entrevistas no apêndice da tese, as quais ultrapassam 100 páginas digitadas.

5.1 MUNICÍPIO DE ARARICÁ

O município de Araricá é classificado como de pequeno porte, tem uma população de 4.858 habitantes, pertence à microrregião de Porto Alegre e está distante 65 km da capital.

Em termos educacionais o município totalizou 1.304 matrículas em 2013 em 5 escolas municipais urbanas, sendo 2 exclusivas de Educação Infantil e 3 de Ensino Fundamental (INEP, 2014). Destas, apenas a Escola Professor Martim Frederico Raschke faz parte da pesquisa por conter os dados completos do IDEB.

Na entrevista realizada com a Secretária de Educação de Araricá, ao ser solicitada que expusesse sua visão sobre a qualidade da educação brasileira, ela disse que o Brasil ainda tem muito a melhorar em questão de educação para se chegar a um patamar ideal. Entretanto, pelos seus anos de experiência, percebe que vem melhorando a formação dos professores e também vem crescendo os investimentos do governo nessa área.

Dentre os fatores que a Secretária considera importantes para a qualidade da educação, ela entende que a infraestrutura é fundamental para podermos dar uma boa aula, pois é preciso espaços adequados que forneçam segurança e abrigo aos alunos, que permitam que os professores possam desenvolver plenamente seu trabalho e que tenham biblioteca, sala de aula, ginásio, refeitório, dentre outros, ou seja, tudo isso é importante para que o aluno possa se sentir bem e para o professor desenvolver seu trabalho com maior prazer e se sentir mais valorizado. Porém, a Secretária chamou a atenção de que o aproveitamento dessas boas

condições depende muito da qualificação dos professores. Por isso, considera que a infraestrutura física, embora sendo fundamental para a qualidade do ensino, não é a parte principal no processo educacional.

Quanto às condições de infraestrutura da rede municipal de Araricá, a Secretária relatou que o município precisou adaptar as escolas para implantar o turno integral do Programa Mais Educação. Segundo seu ponto de vista, uma situação ideal seria ter a escola disponível para as aulas regulares em um turno e no outro turno ficar disponível para a realização das oficinas.

Pelo conhecimento que dispõe da sua rede escolar, devido às visitas frequentes que realiza nas escolas, a Secretária informou que elas apresentam problemas pontuais de infraestrutura, pois em geral são escolas muito boas, já que todos os finais de ano passam por reformas e ampliações. Além disso, são escolas novas, pois uma escola do programa Pró-infância foi construída há 2 anos, outra escola de educação infantil tem 4 anos e uma escola de ensino fundamental tem 1 ano. Apenas duas escolas de ensino fundamental são mais antigas, mas foram reformadas em 2011.

Algumas dessas escolas se caracterizam como o centro cultural do bairro, onde são realizadas festas, jogos e campeonatos da comunidade. As aulas acontecem durante o dia e esses eventos ocorrem à noite e aos finais de semana, portanto não há nenhum tipo de interferência nas atividades com os alunos e também não há nenhum problema no entorno das escolas que mereçam destaque.

5.1.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização

Segundo a Secretária, é importante sempre estarmos fazendo diagnósticos para sabermos o que pode continuar e o que precisa mudar em determinadas ações ou projetos. Portanto, o LSE veio ao encontro dessa visão, pois foi preciso ir até à escola e verificar juntamente com a equipe diretiva e professores como eles veem a infraestrutura da sua escola e o que eles acham que precisam melhorar. Essa foi a principal motivação para o município decidir pela realização do LSE e também pela sua condição de pré-requisito para a elaboração do PAR.

As principais ações municipais envolvendo a realização do diagnóstico ocorreram a partir do início de 2011, quando foram realizadas as pesquisas nas escolas, em que cada equipe diretiva ficou responsável pelo levantamento dos dados, realização das fotos e identificação do que precisava melhorar. A partir do segundo semestre, a SME começou a abastecer o sistema de dados do LSE, que ficou sob a responsabilidade da Diretora Pedagógica.

Com o diagnóstico da parte pedagógica pronto, a SME solicitou orientações do Secretário de Obras sobre o que precisava fazer ou melhorar na parte da infraestrutura, já que no formulário do LSE era solicitada uma série de informações que precisava do apoio dessa secretaria.

A equipe que assumiu a responsabilidade de realizar o diagnóstico não participou da capacitação, então foi preciso estudar o manual disponibilizado pelo FNDE e desenvolver estratégias próprias para dar conta da aplicação nas escolas da rede municipal. Apesar de que é do conhecimento da gestão atual que houve uma capacitação em 2010, quando outra pessoa que trabalhava no setor pedagógico da Secretaria participou de uma capacitação, a qual aconteceu no município de Canela. Entretanto, como houve reformulação do sistema LSEweb nesta época, o FNDE prometeu nova capacitação, mas esta nunca ocorreu.

Por causa disso, a gestão municipal teve que agir por conta própria para se apropriar da metodologia e para realizar o levantamento, então foi preciso acessar o manual que estava disponível na internet, estudá-lo e realizar o diagnóstico de acordo com o conhecimento obtido. Por outro lado, houve bastante presteza por parte dos técnicos do FNDE em repassar as orientações ou esclarecimentos de dúvidas quando eram feitas solicitações via correio eletrônico ou telefonemas, pois o LSE é muito minucioso e contém diversos termos técnicos ou terminologias que não são do conhecimento das equipes municipais.

Apesar dos desencontros e das dificuldades enfrentadas pelo município, a Secretária acredita que o sistema proposto pelo FNDE é válido e que deveria ter continuidade e retorno para o município, pois a realização de um diagnóstico obriga a gestão municipal a olhar como estão as escolas da rede, a identificar o que precisa melhorar e a perceber certos problemas que no dia a dia não chamam a atenção.

Por outro lado, a Secretária comentou que é muito decepcionante saber que todo esse trabalho caiu no esquecimento, pois o município nunca recebeu nenhum retorno, nem com informações sobre possíveis inconsistências cometidas durante a alimentação dos dados no sistema informatizado do LSE.

Uma estratégia adotada pelo município para não tornar todo esse trabalho em vão foi a utilização dos dados informados no LSE para a realização do PAR, como por exemplo, a solicitação de reformas ou novas construções. Portanto, na ausência dos relatórios gerenciais sistematizados pelo FNDE, foi apenas nesse sentido que o LSE contribuiu para o poder público municipal.

5.1.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos

O município não tinha tomado conhecimento sobre os resultados do diagnóstico do LSE até a época da entrevista com a Secretária de Educação que ocorreu no mês de novembro de

2012. Portanto, a análise dos relatórios gerenciais de reforma, ampliação, aquisição e condições de funcionamento das escolas da rede municipal frente aos PMFE ficou inviabilizada.

Entretanto, a Coordenadora Nacional do LSE no âmbito do FNDE informou via telefone que os relatórios estavam à disposição dos municípios para consulta diretamente no sistema *on-line* do LSE, mas a Secretária declarou que não dispunha dessa informação. Como consequência desse desencontro de informações, não houve qualquer ação de socialização e discussão sobre os indicadores dos PMFE no município de Araricá. Da mesma forma, devido ao desconhecimento das estimativas de reestruturação física e aquisições que seriam apontadas nos relatórios do LSE, o município não adotou nenhuma estratégia para adequar a rede escolar aos PMFE.

Por outro lado, ao ser questionada sobre a política municipal de melhoria da infraestrutura da sua rede escolar, a Secretária relatou que os prédios são todos novos e recentemente foi apresentada uma demanda de ampliação junto ao FNDE para atender o Programa Mais Educação, cuja implantação se deu através da adaptação de ambientes pré-existentes. Além disso, o município já havia cadastrado no PAR a necessidade de construção de mais duas escolas, para viabilizar a oferta das aulas regulares em um turno e as oficinas no outro turno na mesma sala, com o objetivo de evitar que os alunos fiquem se deslocando de um ambiente para outro. Portanto, há um planejamento até o ano de 2014, porque este é o período de duração do novo PAR e a intenção do município é dispor da infraestrutura ideal para a oferta da educação integral, cuja política é prioridade na gestão atual da Secretaria Municipal de Educação.

5.1.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica

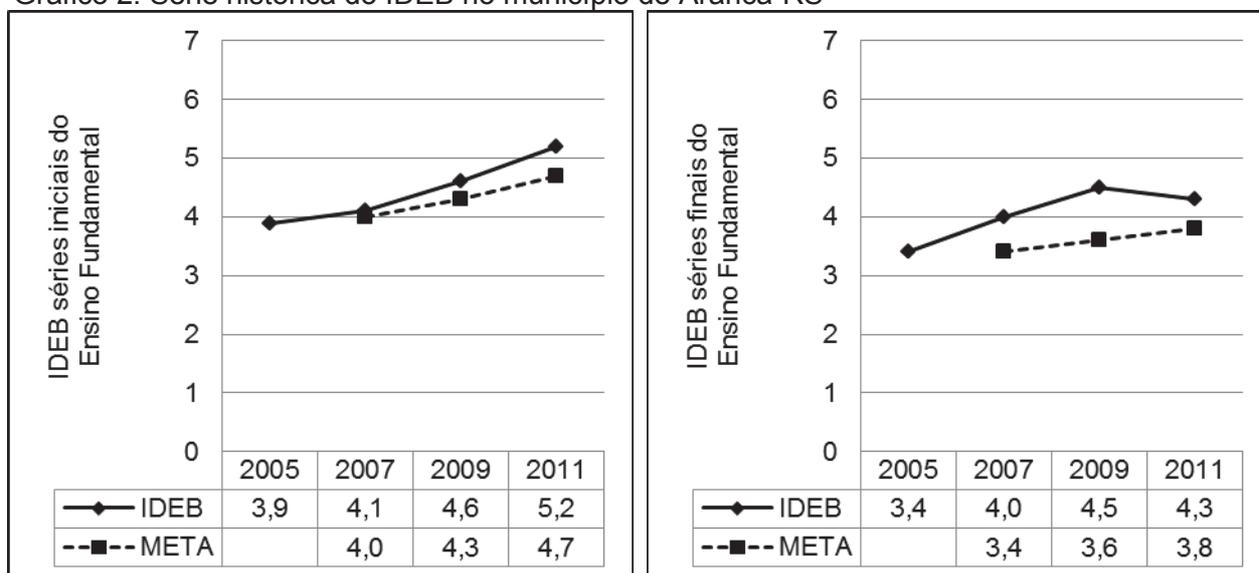
Considera-se que os aspectos de infraestrutura, disponibilidade e qualidade dos equipamentos e mobiliários escolares se apresentam como importantes fatores que podem interferir na qualidade da educação e, conseqüentemente, na aprendizagem dos estudantes. Neste sentido, foi solicitado que a Secretária apresentasse seu posicionamento a respeito da possível interferência das condições físicas das escolas da rede municipal de Araricá no desempenho de seus alunos. Em seu depoimento, ela destacou que a gestão atual tem tentado minimizar essa interferência com a limitação de 18 a 20 alunos por sala de aula, pois há alguns anos as turmas eram de 30 a 40 alunos. Assim, com a adoção de uma quantidade mínima de alunos por sala, o trabalho pedagógico ocorre de acordo com a capacidade da infraestrutura disponível e não sobrecarrega a escola com muitos alunos. Além disso, todas as

escolas de ensino fundamental têm ginásio e saguão, portanto, a gestão municipal considera que a sua infraestrutura está adequada para este nível de ensino.

Como não foi possível obter-se os relatórios do LSE das escolas de Araricá, não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE, mas a análise dos desempenhos do município no IDEB e a entrevista com a Secretária nos permitem apresentar um panorama da sua realidade educacional.

Analisando-se a série histórica da média do IDEB obtido nas escolas municipais de Araricá (Gráfico 2) percebe-se que há evolução positiva e acima da meta nas duas etapas do Ensino Fundamental. Entretanto, nas séries finais, mesmo tendo havido uma ligeira queda na última edição, o desempenho foi superior à meta estabelecida pelo INEP.

Gráfico 2. Série histórica do IDEB no município de Araricá-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Pela declaração da Secretária de Educação, constata-se que há preocupação e atenção da equipe gestora em realizar melhorias nas condições físicas, com o objetivo de elevar o desempenho da rede nos índices do IDEB. Ela informou que há alguns anos uma das escolas municipais obteve um desempenho muito baixo, então foram construídas mais 6 salas de aula para oferecer novos espaços aos alunos e uma destas salas foi destinada ao atendimento de alunos com dificuldade de aprendizagem. Além disso, outra escola foi totalmente reconstruída, pois sua infraestrutura era de madeira e estava bastante precária.

5.1.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas

Como os relatórios do LSE são importantes e necessários subsídios para a dimensão que trata da infraestrutura física e recursos pedagógicos do PAR é de se esperar que os

sistemas de ensino considerem as informações disponíveis nesses relatórios para o planejamento de ações ou para a apresentação de demandas ao MEC. Entretanto, a elaboração do PAR no município de Araricá não foi subsidiada pelos indicadores do LSE, já que não houve acesso aos seus relatórios.

Independentemente disso, a Secretária declarou que as ações de ampliação, reforma e construção de escolas realizadas nos últimos anos visaram a melhoria das condições de ensino e, conseqüentemente, à elevação do desempenho dos alunos no processo de ensino e aprendizagem e nas avaliações externas.

Em relação aos PPPs das escolas, a Secretária destacou que é um documento que está sempre em mudança e que a Coordenadora Pedagógica da Secretaria costuma orientar as equipes diretivas para levarem em consideração todos os diagnósticos disponíveis ao definirem suas metas, cujas discussões são realizadas com a comunidade nas reuniões mensais do Conselho Escolar e do CPM.

Segundo a Secretária, como na elaboração do PAR é preciso fazer um diagnóstico prévio, então foi aproveitado o diagnóstico do LSE que já estava pronto. Com base nesse diagnóstico, foram realizados os pedidos para os anos de 2011 a 2014 sobre infraestrutura, como por exemplo, aparelhos de ar condicionado para as escolas de educação infantil e para algumas salas das escolas de ensino fundamental, laboratório de informática, reforma de refeitório e biblioteca e construção de duas escolas novas.

5.1.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Martim Frederico Raschke:

Esta Escola atende 384 alunos do Ensino Fundamental completo regular e 56 da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O transporte público municipal atende 231 alunos (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, a comunidade escolar é de classe média baixa, pois existem vários alunos com bastante dificuldades financeiras, tanto que, com a adoção do turno integral, muitos salientam a importância de poderem participar do almoço na escola.

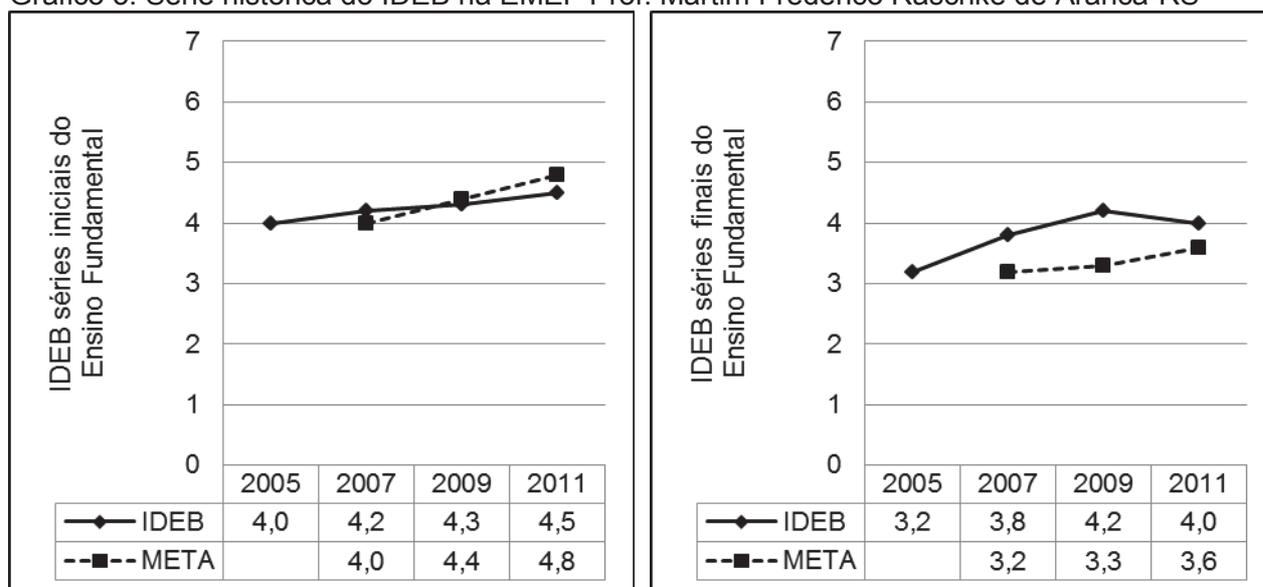
Essa condição socioeconômica das famílias - complementa a Diretora - acaba causando dificuldades no desenvolvimento das atividades escolares. Além disso, os pais não demonstram interesse pela escola e muitas famílias migram de outros municípios por questões de trabalho. O processo de migração provoca um rodízio muito grande de alunos e essa situação interfere no seu desempenho e causa muita evasão, o que acaba prejudicando os índices da escola no IDEB.

O corpo docente apresenta boa titulação, pois quase todos os professores têm graduação e pós-graduação. A maioria deles é concursada, mas existem bastante professores contratados (em torno de 40%) e há muito rodízio desses profissionais.

Além dos docentes, a Escola conta com a participação dos oficinairos que são responsáveis pelo atendimento da educação integral. Esses oficinairos não são capacitados para desenvolver atividades educacionais, pois são estudantes do ensino médio e não recebem nenhuma formação antes ou durante a sua atuação.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Prof. Martim Frederico Raschke (Gráfico 3) percebe-se que há evolução positiva do índice nas séries iniciais do Ensino Fundamental, entretanto, esse incremento no desempenho não foi suficiente para atingir as metas nas duas últimas edições da Prova Brasil. Já nas séries finais, mesmo tendo ocorrido uma ligeira queda na última edição, todos os resultados são superiores às metas estabelecidas pelo INEP.

Gráfico 3. Série histórica do IDEB na EMEF Prof. Martim Frederico Raschke de Araricá-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

A Diretora considera que o baixo desempenho dos alunos está relacionado com o desinteresse pelos estudos, pois eles não têm dado o devido valor para a educação, ou seja, o seu foco não é mais a escola. Muitos já estão trabalhando nos ateliers de calçados, então estudam em um turno e trabalham em outro. Com isso, não conseguem participar de projetos que são desenvolvidos no contra turno. Além disso, muitos estudantes estão na escola devido à obrigatoriedade imposta pela justiça.

Ela conclui que os jovens não veem uma perspectiva de futuro na educação, ou seja, estudarem para aprender ou ter uma profissão, pois se preocupam somente em atender suas necessidades imediatas e não pensam num resultado em longo prazo.

Outro aspecto também apontado pela Diretora como causador da baixa qualidade da educação diz respeito à falta de comprometimento do corpo docente com a profissão e com os alunos, pois tem percebido que as turmas que rendem mais são aquelas em que os seus professores os escutam. Isso gera uma relação de afetividade e contribui para o seu rendimento. Além disso, os pais se envolvem mais nessas turmas em que os professores participam da vida particular dos alunos.

Portanto, a fala da Diretora demonstra claramente a sua visão sobre as causas que interferem na qualidade da educação, destacando a ausência dos pais, o desinteresse dos alunos, a condição socioeconômica das famílias e o descomprometimento dos professores.

Por outro lado, a Diretora não relativiza a importância das condições físicas como um dos aspectos determinantes para a qualidade educacional. Segundo ela, a infraestrutura é tudo, pois o projeto das salas ambientes (história, matemática e ciências) implementado na sua escola contribuiu muito para a participação dos alunos nas oficinas e na sua integração com outras turmas, pelo fato de serem ambientes compartilhados. Portanto, um ambiente preparado para as atividades propostas é fundamental para estimular o envolvimento das crianças.

Não foi possível acessar os relatórios do LSE deste município, portanto não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE. Por outro lado, a visita na escola e a entrevista realizada com a Diretora, permitem-nos discutir a sua situação frente a esses indicadores de desempenho e de qualidade física do prédio escolar.

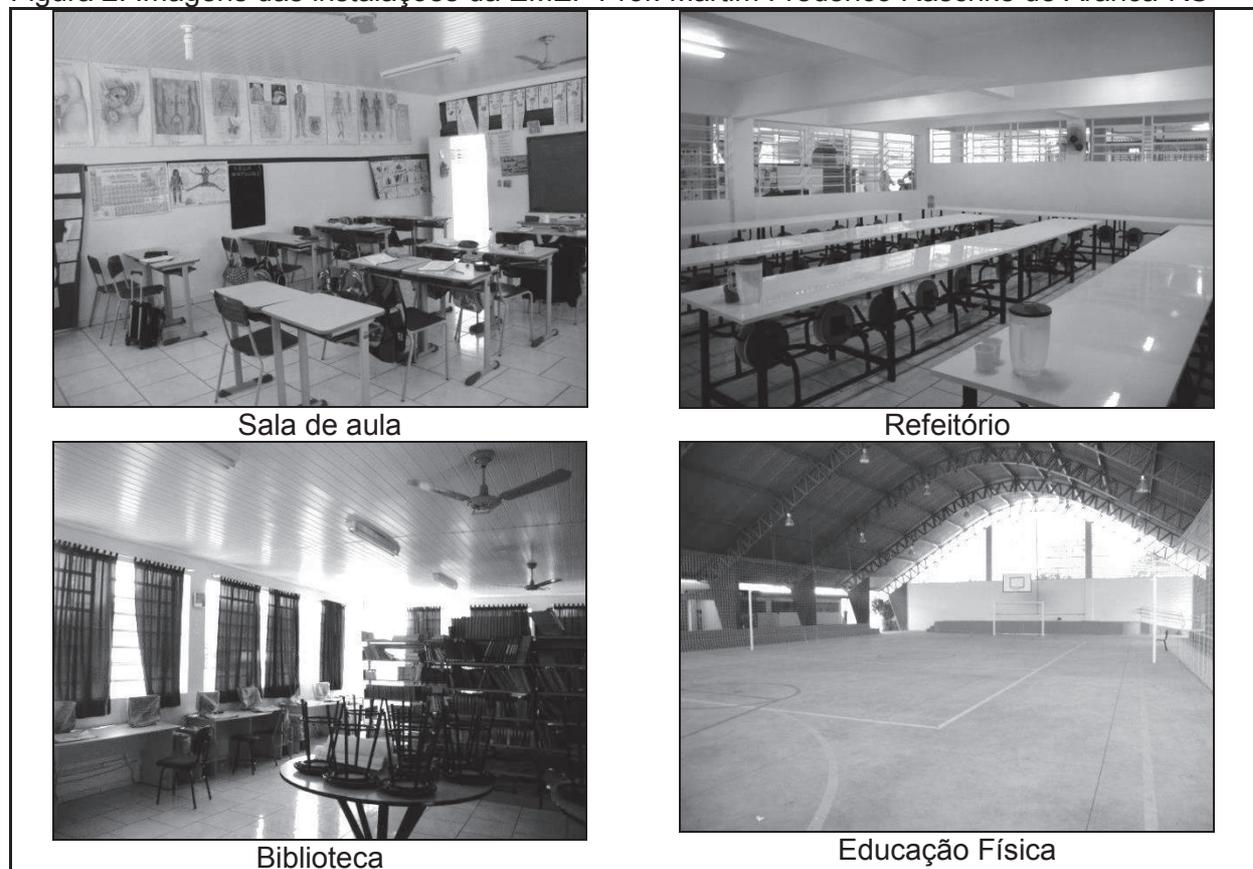
Em relação às instalações físicas e situação dos mobiliários e equipamentos, acredita-se que a escola está bem cuidada e oferece boas condições para o conforto e aprendizagem dos seus alunos. Algumas imagens registradas durante a visita ajudam-nos a confirmar essa percepção (Figura 2). Além disso, a Diretora relatou que foram realizados diversos investimentos com recursos do PDE Escola, como por exemplo, construção de rampas, adaptação dos banheiros para a acessibilidade e construção de banheiros no segundo pavimento. Um motivo de orgulho para a comunidade e considerado uma grande conquista para a escola foi a construção da quadra de esportes coberta, a qual é utilizada para as atividades de educação física e como local de reuniões e eventos em geral.

Esta escola participa do Programa Mais Educação, entretanto, para atendimento do turno integral, a Diretora aponta que é preciso construir 12 salas de aula, sala para multimídia e laboratório de informática, instalar condicionador de ar, construir uma passarela coberta e adaptar a parada de ônibus com recuo na calçada. Além disso, embora o prédio escolar tenha pouco mais de um ano e ainda não necessite de reformas, os aspectos de acessibilidade não foram considerados plenamente, pois falta rampa de acesso ao segundo piso.

Outro problema que prejudica os alunos no segundo piso do prédio escolar é o excesso de calor, obrigando os professores a desenvolverem as atividades com seus alunos no pátio da escola nos dias muito quentes. Entretanto, a Diretora reconhece que todas as escolas

apresentam muitas demandas para a Secretaria de Educação e de Obras e, por isso, o atendimento das necessidades de cada uma não é imediato.

Figura 2. Imagens das instalações da EMEF Prof. Martim Frederico Raschke de Araricá-RS



Fonte: o autor

Essas demandas são fundamentadas nas sugestões da comunidade em pesquisas e reuniões pedagógicas para atualização do PPP, o qual é aberto no início de cada ano letivo para apresentação das metas e das prioridades que foram elencadas nas pesquisas realizadas com os pais. Além desses subsídios para a revisão do PPP e realização de planejamentos, a Diretora destacou que durante a execução do LSE foram verificadas muitas situações que precisavam ser melhoradas.

5.2 MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA

O município de Cachoeirinha é classificado como de grande porte, tem uma população de 118.278 habitantes, pertence à microrregião de Porto Alegre e está distante 11km da capital.

Em termos educacionais o município totalizou 11.264 matrículas em 2013 em 33 escolas municipais urbanas, sendo 11 exclusivas de Educação Infantil em atividade e 01

paralisada, 20 de Ensino Fundamental e 01 Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (INEP, 2014). Destas, apenas 06 escolas fazem parte da pesquisa por conterem os dados completos do IDEB, que são as Escolas Municipais Alzira Silveira de Araújo, Carlos Antônio Wilkens, Fidel Zanchetta, Natálio Schlain, Portugal e Presidente Costa e Silva.

Na entrevista realizada com a Secretária de Educação, ao ser solicitada que expusesse sua visão sobre a qualidade da educação brasileira, ela disse que percebe que a qualidade da educação vem se fortalecendo nos últimos anos e acredita que as políticas públicas municipais, estaduais e federais têm qualificado a educação, mas que ainda há muito a melhorar.

A Secretária também traça um comparativo do momento atual com vinte anos atrás e percebe que houve uma melhoria muito significativa, pois muitas ações públicas foram implementadas mais recentemente e isso tem colaborado bastante com a qualificação do ensino. Hoje as condições físicas das escolas melhoraram muito e a formação continuada também colabora bastante para a atuação dos professores. Além disso, as atividades realizadas na educação integral, também têm viabilizado muitas melhorias para aquelas crianças em situação de vulnerabilidade social.

Segundo a Secretária, sempre devemos estar qualificando os espaços escolares para que se consiga ofertar um ensino de qualidade. Neste sentido, o município de Cachoeirinha há muito tempo vem trabalhando e incentivando a gestão democrática, através da eleição de diretores, da descentralização financeira e do orçamento participativo municipal e escolar. No seu ponto de vista, essas ações contribuem para a qualificação dos espaços escolares. Além de todos os investimentos que a prefeitura tem feito em bibliotecas, laboratórios de informática e laboratórios de aprendizagem.

Portanto, ela enfatiza que os espaços foram qualificados e que essa questão é uma condição para que a educação se dê com mais qualidade, pois é importante que o aluno esteja num ambiente bonito e acolhedor ou que disponha de condições mínimas para permanência.

Para dar conta dessa qualificação da rede municipal, a Secretária informou que é feito um trabalho de assessoria bastante forte nas escolas, pois a equipe gestora está sempre realizando visitas ou as direções são chamadas para atendimento na SME. Além disso, a própria Secretária costuma visitar as escolas com bastante frequência, pois todas elas são relativamente próximas entre si e estão localizadas na zona urbana.

Com isso, é possível identificar os principais problemas de infraestrutura da rede, os quais estão concentrados naquelas escolas mais antigas, que foram construídas para atender as demandas da época e eram prédios pequenos e edificadas em terrenos com pouco espaço. Segundo a Secretária, o desafio atual é obter áreas maiores para construir aquilo que está projetado e que contemple a possibilidade de ampliação no decorrer dos anos. Como antigamente não houve essa preocupação, atualmente o município está enfrentando

problemas de falta de espaço em algumas escolas e não há possibilidade de ampliação, devido à indisponibilidade de terreno ao redor. Em alguns casos, a alternativa possível é a desapropriação de outras atividades praticadas no entorno, como por exemplo, em uma das escolas a prefeitura teve que desapropriar um campo de futebol da comunidade para poder realizar a sua ampliação.

Além disso, a Secretária enfatizou a diferença de perfil construtivo entre os prédios antigos e os atuais, pois antigamente bastava ter uma sala de aula para a escola funcionar, mas hoje a escola precisa ter um banheiro adequado para acessibilidade, ter uma cozinha bem montada, ventilada, com bom espaço para refeitório e com acomodações adequadas para servir as refeições, ter salas de apoio, sala de professores, sala para setores administrativos, entre outros. Entretanto, em virtude dessa infraestrutura instalada há muito tempo, não há possibilidade de realização de grandes reformas nas escolas, pois algumas delas foram construídas há mais de 40 anos. Embora existam outras mais recentes, como as 6 escolas novas adquiridas pelo Programa Pró-Infância, mas estas já são bem diferentes das escolas antigas.

Outro aspecto apontado pela Secretária e que se apresenta como um problema de difícil solução para o município de Cachoeirinha diz respeito às irregularidades de ocupação dos terrenos, pois a rede municipal de ensino está localizada basicamente na periferia da cidade, onde há muitos problemas de dominialidade dos imóveis. Algumas escolas foram construídas em áreas verdes ou de invasão, mas para regularizá-las seria necessário regularizar todo o loteamento.

Portanto, a Secretária reconhece que a falta de um plano diretor do bairro desfavorece o trabalho das escolas, pois é um embate diário que precisam enfrentar. Além disso, há os problemas sociais, como o tráfico de drogas que ocorre nos arredores, mas a Prefeitura e o Ministério Público têm feito uma série de atuações e adotado medidas proibitivas para colaborar com o trabalho da escola.

Na opinião da Secretária, esses problemas podem prejudicar o desempenho dos alunos, porque existem muitas possibilidades e quanto mais próximas estão deles maior a chance de se dispersarem. Além disso, ela considera que a realidade atual, devido à universalização do acesso ao ensino fundamental, tem assustado um pouco os sistemas de ensino, pois houve mudança no perfil do aluno e essa é uma situação que precisa ser discutida e refletida entre os gestores e educadores.

Por outro lado, o município procura estabelecer políticas que visam minimizar as dificuldades enfrentadas pelos alunos e suas famílias, como por exemplo, a adoção do sistema de matrículas por zoneamento, através da central de matrículas. Essa medida contribuiu para a redução da necessidade de transporte escolar e para a solução da falta de acesso ao ensino fundamental. Segundo a Secretária, são raras as situações em que a criança não consegue

matrícula dentro do seu zoneamento, mas, nesses caso, a Prefeitura disponibiliza passe livre nos coletivos regulares durante o seu turno de aula.

5.2.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização

A Secretária de Educação informou que o município decidiu realizar o LSE por se tratar de um levantamento abrangente e também por ser um importante subsídio para a elaboração do PAR, mas a sua realização foi muito difícil, devido à grande complexidade do trabalho. Para isso, foi preciso sensibilizar e mobilizar toda a prefeitura em prol do LSE, pois havia a expectativa de que posteriormente seriam repassados recursos através do PAR para viabilizar as condições mínimas previstas pelo FNDE. Entretanto, isso não ocorreu e causou muita frustração, porque foi um esforço muito grande e não houve a contrapartida do Governo Federal.

Para a Secretária, mesmo que a maioria dos municípios não tenha conseguido realizar o diagnóstico, aqueles que concluíram o levantamento deveriam ter recebido algum tipo de apoio ou reconhecimento. Numa próxima deliberação ou solicitação do Governo Federal nem esses municípios vão se comprometer, porque não tiveram os seus esforços reconhecidos, já que foram meses de trabalho de levantamento nas escolas e de lançamento dos dados no sistema do LSE.

A Secretária informou que a equipe de Cachoeirinha recebeu uma capacitação em 2009 no município de Santana do Livramento, onde participaram duas pessoas da Secretaria da Educação e um arquiteto da Secretaria de Planejamento. Na sua avaliação, essa capacitação foi bem aplicada, porém o técnico em informática de Cachoeirinha precisou prestar assessoria, porque a equipe do FNDE estava incompleta.

Posteriormente, essa equipe encaminhou os formulários para preenchimento pelas escolas, que ficou sob a responsabilidade das equipes diretivas. Inicialmente, foi realizado um levantamento prévio das plantas arquitetônicas, da documentação e demais registros. Antes do lançamento das planilhas no sistema, a equipe coordenadora visitou as escolas para confrontar as informações preenchidas e também para levantar outros dados que não eram da alçada da direção.

Além da complexidade do levantamento e da quantidade de pessoas envolvidas, a Secretária informou que houve dificuldade em manter o arquiteto disponível para essa atividade em tempo integral e também ocorreram muitos erros no preenchimento das informações pelas direções das escolas. Portanto, foi um trabalho muito desgastante e demandou dedicação constante da equipe, inclusive aos sábados e domingos.

Por outro lado, a assessoria do FNDE foi constante e sempre eram esclarecidas as dúvidas via e-mail. Apesar de que, depois da conclusão do diagnóstico não houve mais retorno do FNDE e, quando o município conseguia algum contato, os técnicos respondiam que era preciso aguardar os próximos encaminhamentos.

Na avaliação da Secretária, se com um levantamento dessa envergadura não se faz nada, então o mesmo não deveria ter sido realizado. Por outro lado, se há um levantamento e ele é usado para qualificar o ensino, então deve ser recomendado e até mesmo se tornar obrigatório, pois se todos os municípios tivessem feito, teríamos um panorama da infraestrutura das escolas brasileiras e poderíamos pensar ações operacionais para melhorar essa questão. Portanto, se esse diagnóstico tivesse uma continuidade, ainda que nem todos o adotassem, mas se aqueles que fizeram, tivessem um retorno e recebessem um investimento, os outros entes federativos tomariam providências, ou seja, despertariam interesse ao perceberem que estaria havendo apoio técnico e financeiro por parte do Governo Federal.

Apesar disso, a Secretária acha que o diagnóstico ajudou a aumentar o conhecimento sobre a rede escolar, pois é um dado a mais que deve ser levado em conta. Porém, ela reafirmou que o LSE gerou uma expectativa que não foi concretizada, ou seja, não foram disponibilizados recursos para melhoria dos problemas detectados e não adianta apenas conhecer a realidade sem adotar uma prática efetiva de melhorias.

5.2.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos

O município não tinha tomado conhecimento sobre os resultados do diagnóstico do LSE até a época da entrevista com a Secretária de Educação que ocorreu no mês de novembro de 2012. Portanto, a análise dos relatórios gerenciais de reforma, ampliação, aquisição e condições de funcionamento das escolas da rede municipal frente aos PMFE ficou inviabilizada.

Como consequência disso, a SME não promoveu nenhuma ação de socialização e discussão sobre os indicadores dos PMFE no município de Cachoeirinha. Da mesma forma, devido ao desconhecimento das estimativas de reestruturação física e aquisições que seriam apontadas nos relatórios do LSE, o município não adotou nenhuma estratégia de melhoria visando à adequação da rede escolar aos PMFE.

Por outro lado, ao ser questionada sobre a política municipal de melhoria da infraestrutura da sua rede escolar, a Secretária relatou que os recursos disponibilizados para as escolas ocorrem através das descentralizações financeiras diretas e do orçamento participativo. Segundo ela, trata-se de um processo democrático que já está consolidado no município, entretanto o poder público não consegue fazer grandes melhorias e depende de outras fontes de recursos para investimentos mais elevados, como por exemplo, a construção

de quadras esportivas. Foram solicitados recursos através do PAR, mas somente uma escola recebeu a verba para realizar a cobertura de sua quadra de esportes, pois as outras escolas não atenderam alguns critérios estabelecidos pelo FNDE, como por exemplo, o número mínimo de 500 alunos. Portanto, o município sabe das necessidades das suas escolas, mas não dispõe de recursos para atendê-las, pois o dinheiro da descentralização e do OP não é suficiente para suprir todas as demandas.

A Secretária fez questão de esclarecer de que não está transferindo toda a responsabilidade para o Governo Federal, mas destacou que a União e o município poderiam trabalhar em regime de colaboração, pois um ente sozinho não consegue dar conta de atender a todas as necessidades.

Ainda em relação às políticas municipais de financiamento da educação, a Secretária relatou que a Prefeitura propôs uma mudança no orçamento participativo escolar. Esta proposta previa a realização de reformas gerais em poucas escolas a cada ano e, assim, ao final dos 4 anos da gestão municipal, todas as escolas teriam suas necessidades de reformas atendidas. Porém, a proposta não foi aceita pelas comunidades escolares, então o recurso de cada ano é dividido entre todas as escolas e o valor recebido por cada uma delas é insuficiente para realização de grandes reformas, principalmente no caso das escolas mais antigas em que as necessidades de investimento são maiores.

5.2.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica

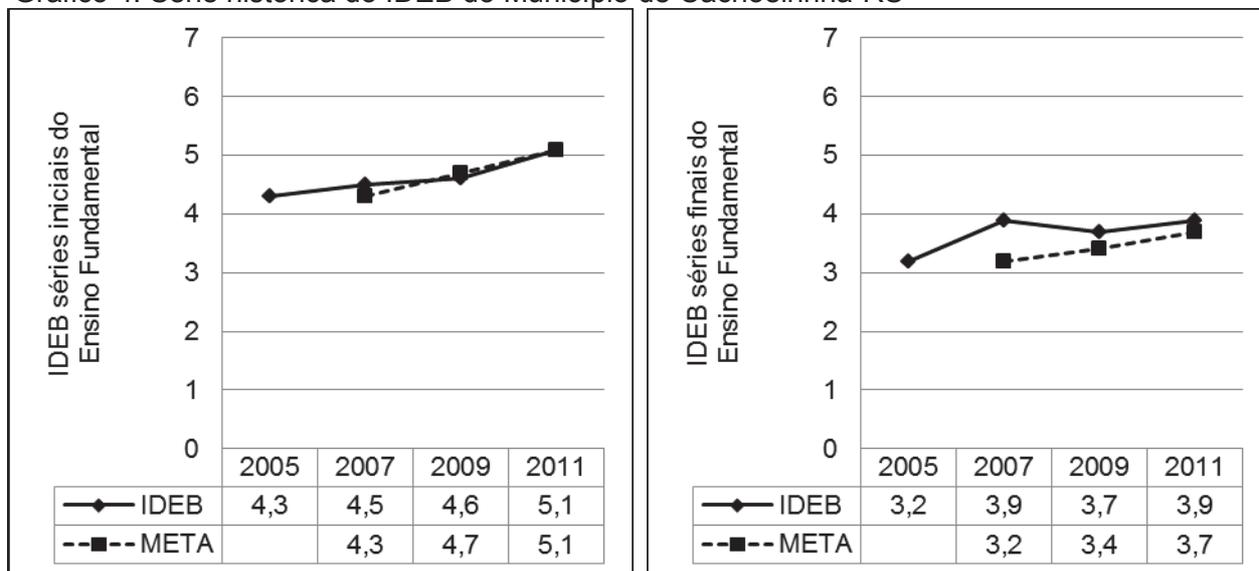
Foi solicitado que a Secretária de Educação apresentasse seu posicionamento a respeito da possível interferência das condições físicas das escolas da rede municipal de Cachoeirinha no desempenho de seus alunos. Em seu depoimento, ela destacou que a infraestrutura não é determinante, mas é importante, pois precisamos ter uma boa condição de infraestrutura e espaços adequados para os professores desenvolverem plenamente suas atividades e para os alunos estudarem e se sentirem bem na escola. Segundo ela, as condições físicas atuais das escolas do município estão melhores, mas ainda necessitam de altos investimentos.

Como não foi possível obter-se os relatórios do LSE das escolas de Cachoeirinha, não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE, mas a análise dos desempenhos do município no IDEB e a entrevista com a Secretária nos permitem apresentar um panorama da sua realidade educacional.

Analisando-se a série histórica da média do IDEB obtido nas escolas municipais de Cachoeirinha, (Gráfico 4) percebe-se que os desempenhos estão sempre muito próximos das metas estabelecidas pelo FNDE nas duas etapas do Ensino Fundamental. Pelo menos, os

resultados são ligeiramente superiores às metas, com exceção da edição de 2009 em que o desempenho nas séries iniciais ficou abaixo da meta para o município.

Gráfico 4. Série histórica do IDEB do Município de Cachoeirinha-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Segundo a Secretária, não há preocupação direta da gestão municipal em realizar investimentos em infraestrutura para melhoria do IDEB. Algumas escolas dispõem de uma infraestrutura muito boa, mas apresentam baixo IDEB. Por outro lado, outras escolas com uma infraestrutura precária apresentam bom desempenho. Então existem outras estratégias adotadas pela escola que contribuem para o aprendizado dos alunos, ou seja, existem questões que talvez sejam mais importantes que a questão da infraestrutura. Por isso, a gestão municipal considera que a infraestrutura é importante, mas não é determinante.

Portanto, a Secretária deixou claro que a preocupação da sua gestão a respeito dos índices educacionais não está ligada à infraestrutura das escolas. Quando são discutidos os índices de avaliação externa, o foco é o trabalho com os professores no que diz respeito à formação continuada, metodologia, vínculo e currículo.

A Secretária explicou que, após a publicação dos resultados do IDEB, são feitos estudos comparativos de todas as edições, levantamento das ações implementadas e identificação do que deu certo para que possa ser compartilhado e o que precisa ser reformulado. São feitas reuniões com as coordenadoras pedagógicas em pequenos grupos para facilitar o relato de experiências. Essa estratégia dá mais trabalho, mas tem sido mais efetiva nessa troca de informações. Portanto, as ações, a partir dos resultados do IDEB, têm sido direcionadas para um trabalho de assessoria pedagógica aos professores.

De qualquer forma, as escolas apresentam suas demandas por melhorias, que vão desde construção de quadras esportivas até pequenas reformas de telhado, drenagens,

ampliação de salas e outros. Essas demandas são apresentadas via OP com a participação da comunidade escolar, através do CPM e Conselho Escolar.

5.2.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas

Como o município de Cachoeirinha não teve acesso aos relatórios gerenciais e ao quadro geral de padrões mínimos de suas escolas a elaboração do PAR não foi subsidiada por este diagnóstico.

Independentemente disso, a Secretária declarou que as escolas levam em consideração a sua condição de infraestrutura nas discussões de revisão do seu PPP. Segundo ela, a própria realização do LSE serviu para despertar atenção a determinados aspectos da infraestrutura escolar.

Quanto à elaboração do PAR, a Secretária informou que a sua sistemática de trabalho prevê a existência de um comitê local que é formado por pais, alunos, professores e uma pessoa da Secretaria. No caso de Cachoeirinha, essa pessoa da Secretaria é quem busca as informações sistematizadas no LSE para o preenchimento dos dados solicitados nos formulários do PAR. Entretanto, ela ressalta que são dados obtidos a partir do olhar da equipe local, ou seja, sem a devida avaliação técnica do FNDE.

Por outro lado, a Secretária afirmou que detém um bom conhecimento sobre a realidade das escolas municipais, pois costuma visita-las com frequência e saberia informar quais as bibliotecas precisam de melhorias sem ter feito ou conferido os dados do LSE. Por isso, considera que é possível elaborar o PAR sem a realização do LSE, mas reconhece que esse detalhamento do LSE poderia favorecer o trabalho da gestão.

Portanto, ela acredita que o aspecto mais importante sobre o LSE seria o conhecimento a respeito da situação das escolas da rede em relação ao padrão mínimo de qualidade.

5.2.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental Alzira Silveira de Araújo:

Esta Escola atende 535 alunos do Ensino Fundamental completo regular e 69 da EJA. Nenhum aluno é atendido por transporte público (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, o nível socioeconômico das famílias é baixo com muitos empregos informais e prestação de serviços. Como é uma comunidade bem afastada do centro da cidade, existem certas dificuldades, como a falta de ônibus e o custo da passagem, então torna-se difícil para as pessoas buscarem capacitação. Por outro lado, muitas pessoas estão tentando estudar e algumas estão fazendo faculdade. Isso faz com que alguns pais incentivem mais os seus filhos a estudarem e a participação das famílias na vida escolar também tem sido maior.

O corpo docente apresenta boa titulação, pois a maioria dos professores tem graduação e especialização, alguns têm mestrado e há uma professora que está fazendo doutorado. A Escola conta com um total de 41 professores efetivos e mais alguns contratados. Por isso, não há quase rotatividade do corpo docente, pois os próprios contratados já são professores efetivos na escola, mas têm outro contrato de complementação de carga horária.

Quanto à questão da qualidade na educação, a Diretora relata que há divergência de opiniões na sua comunidade escolar, mas considera que na escola pública tudo é mais complicado, pois precisamos brigar para termos professores comprometidos, responsáveis e que estejam interessados em realizar um bom trabalho, ou seja, que acreditem na educação. Muitos professores estão acomodados pela sua condição de servidor público e não desempenham um trabalho que poderia ser bem melhor.

Pela sua experiência profissional em escola privada e escola pública, a Diretora destaca que o profissional que atua na primeira não é o mesmo ou não tem o mesmo comportamento na segunda. Esse é um entrave que decepciona e que impedem o alcance dos objetivos, pois as combinações feitas em reunião não são levadas adiante. Alguns professores tem um determinado discurso, mas sua prática é outra. Porém, ela reconhece que independente disso, não podemos desanimar e temos que estar sempre motivando os colegas.

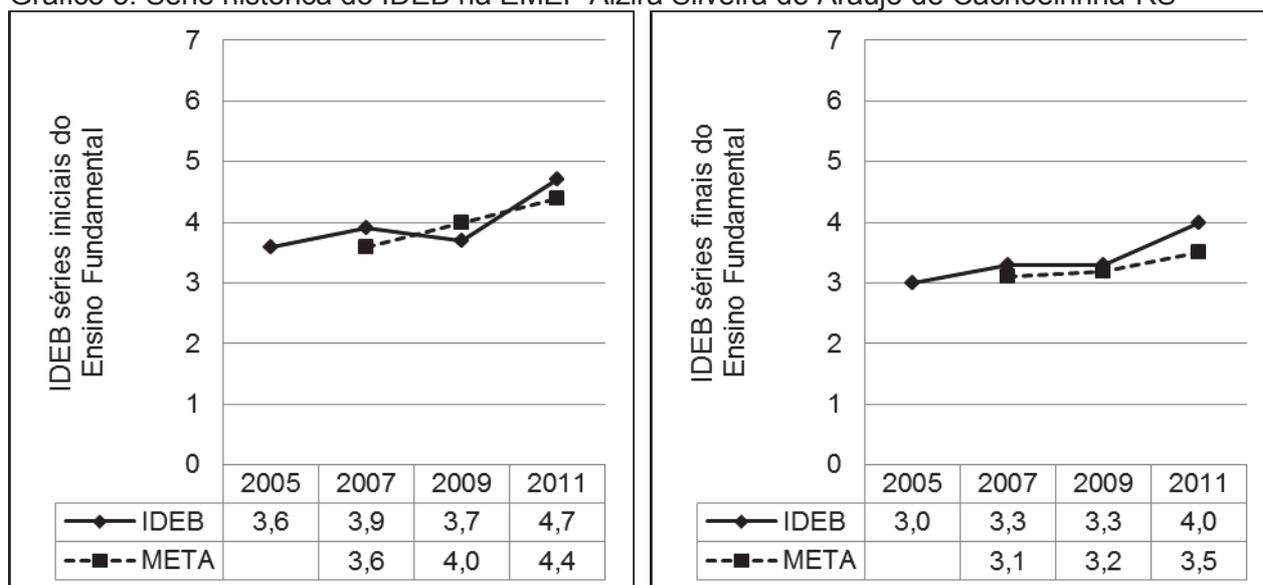
Por outro lado, a Diretora demonstra entusiasmo ao destacar que a sua Escola conta com muitos professores comprometidos, qualificados e que poderiam estar em qualquer Universidade ou no ensino particular, mas que fariam o seu trabalho com a mesma qualidade. Para ela, são esses profissionais que nos motivam a continuar e que nos fazem acreditar que ainda existe alternativa de investimento naquele aluno com dificuldades ou de família carente ou que não tem nenhum interesse em estudar, mas que contam com um professor que faz a diferença.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Alzira Silveira de Araújo (Gráfico 5) percebe-se que as pontuações são baixas, mas com tendência de crescimento e acima das metas, com exceção da edição de 2009 nas séries iniciais do Ensino Fundamental em que o resultado foi inferior à meta estabelecida pelo INEP.

A Diretora informou que a sua escola foi contemplada com o PDE 2009 – 2010 devido ao baixo desempenho no IDEB. Especificamente na parte física, foi equipada a sala de expressões corporais, com espelhos e armários e também houve ampliação do acervo bibliográfico para a formação dos professores, livros de leituras e assinatura de jornal para os alunos. No PDE também foram programados passeios culturais e artísticos.

Não foi possível acessar os relatórios do LSE de Cachoeirinha, portanto não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE. Por outro lado, a visita na escola e a entrevista realizada com a Diretora, permitem-nos discutir a sua situação frente a esses indicadores de desempenho e de qualidade física do prédio escolar.

Gráfico 5. Série histórica do IDEB na EMEF Alzira Silveira de Araújo de Cachoeirinha-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Por se tratar de uma escola localizada em um bairro bastante afastado do centro da cidade e em uma comunidade muito carente, existem diversos problemas sociais e de infraestrutura escolar e urbana. Alguns depoimentos da Diretora corroboram com nossa percepção, a qual destaca os problemas nas calhas que não dão conta do escoamento da água da chuva, o muro que está caindo, as emendas das obras por onde infiltra água para dentro dos ambientes, as goteiras nos telhados, o excesso de umidade em um dos prédios que foi construído sobre uma área alagadiça e as suas vigas não foram bem impermeabilizadas e, por isso, as paredes estão sempre mofadas ou soltando o reboco. Além disso, externamente há problemas com a quadra de esportes que está precisando de manutenção e com o pátio que não tem calçamento, onde ocorre alagamento nos dias chuvosos ou forma muita poeira nos dias secos.

Segundo a Diretora, em reuniões realizadas com os pais para apontar os principais problemas da escola, a infraestrutura é o aspecto que mais se destaca. Porém, a partir de 2001 as verbas passaram a ser administradas diretamente pela escola, que não são suficientes para atender todas as necessidades, pois os R\$24.000,00 repassados anualmente são usados para a compra desde o gás de cozinha até a recarga dos extintores. Portanto, o recurso é suficiente apenas para a manutenção básica, porque a escola é muito grande e foi construída há 42 anos, ocasionando um elevado custo de manutenção. Quando são necessárias obras maiores é preciso concorrer aos recursos do Orçamento Participativo e, mesmo que a demanda da Escola seja aprovada, a verba demora muito a chegar. Atualmente, existem dois projetos aprovados pelo orçamento participativo, que tratam-se da reforma do refeitório e de uma sala de esportes para atender ao Programa Mais Educação, cuja implementação causou mais

dificuldades para a Escola, devido à falta de monitores qualificados e de instalações adequadas para desenvolver as atividades complementares no turno integral.

Na comunidade há muito tráfico de drogas e alguns familiares dos alunos estão envolvidos com esse crime. O bar da esquina próximo à escola está mais tranquilo atualmente, mas, seguidamente causava transtornos com som alto. Algumas ruas não são calçadas e os alunos têm dificuldades para se deslocarem em dias chuvosos. Além disso, alguns precisam atravessar a rodovia RS118 que é bastante movimentada, não tem passarela para pedestres e nem todos os motoristas respeitam o semáforo.

No bairro existe uma boa praça com quadra de areia, mas os alunos não podem frequentar por ser um local de consumo e tráfico de drogas e a presença da guarda municipal não é constante, pois os guardas são remanejados para outros locais para atenderem alguns eventos ou outras demandas do município. Portanto, como não há segurança, a Escola fica impedida de levar os alunos para a praça e de realizar visitas no Horto Municipal que fica nas proximidades.

Outro problema enfrentado pela Escola, devido à sua distância do centro, é a dificuldade em conseguir professores. Por isso, a Prefeitura paga um adicional de 10% sobre o salário para custear o seu deslocamento.

Por outro lado, a Diretora reconhece que problemas desse tipo também ocorrem em outros locais e considera que a vizinhança é boa e valoriza muito a escola, que é um ponto de referência no bairro e é usada para atividades culturais da comunidade.

A despeito destas carências nas condições de funcionamento apontadas pela Diretora, ao fazermos uma análise visual e superficial através das imagens apresentadas na Figura 3, percebe-se um esforço da equipe escolar em manter as instalações limpas e bem cuidadas, embora perceba-se também que são instalações bem simples ou de baixo padrão construtivo.

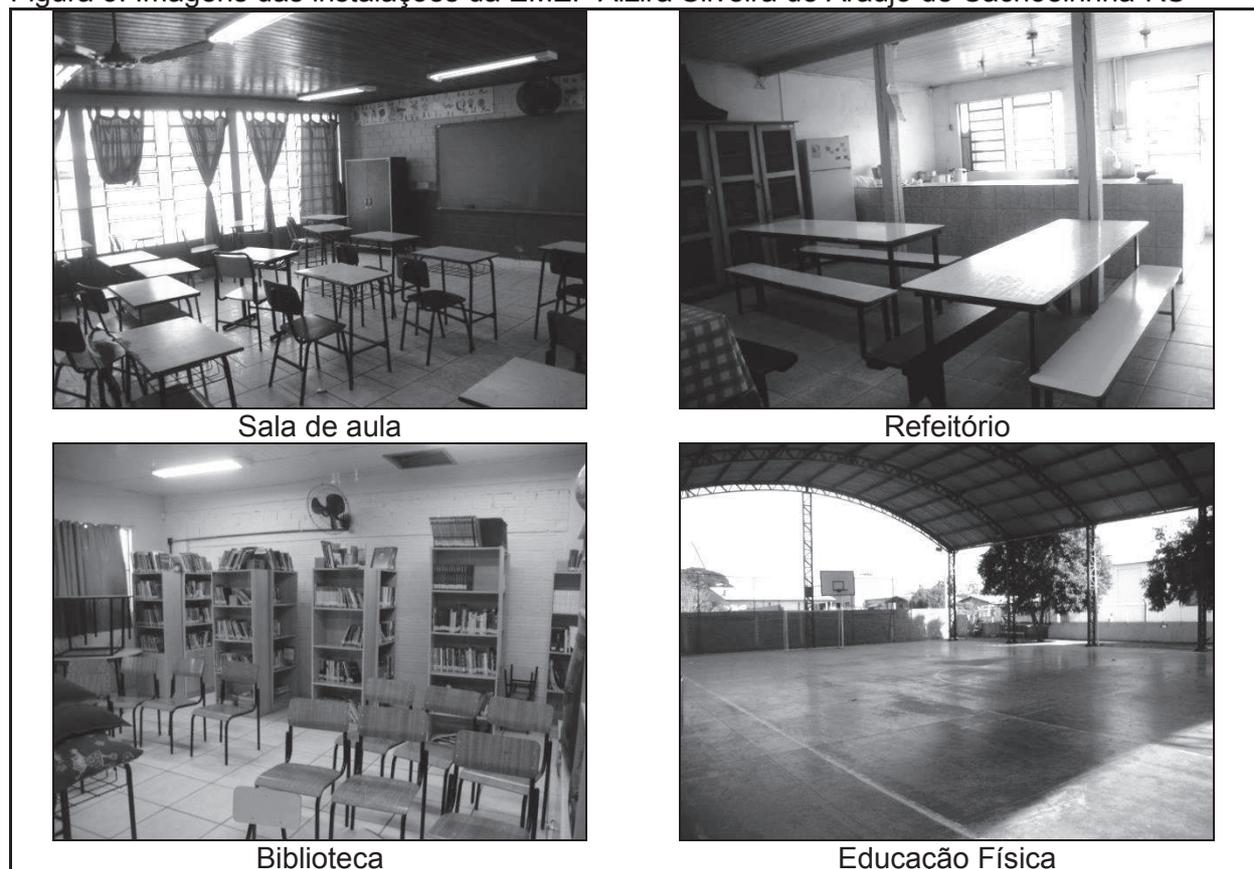
A Diretora considera que uma infraestrutura que se caracterize como um lugar prazeroso, bonito e adequado é fundamental para as crianças terem interesse pela escola. Por conta disso, foram realizados bastante investimentos nos últimos anos em melhorias nas salas de aula, principalmente para séries iniciais do ensino fundamental, como por exemplo, brinquedoteca com prateleiras, jogos e decoração adequados para a idade. Nas salas de aula das séries finais foram implantadas salas temáticas por áreas de conhecimento, pintura de mapas nas paredes e as áreas das ciências exatas e das humanas foram equipadas com jogos.

Quanto à interferência das condições físicas no desempenho dos alunos, a Diretora acredita que as condições do pátio estejam interferindo, pois entende que o processo de aprendizagem não ocorre somente na sala de aula, principalmente em relação às atividades de educação física e às atividades destinadas aos alunos das séries iniciais, como a expressão corporal e o desenvolvimento da coordenação motora. Portanto, ela considera que os aspectos

mais relevantes estão relacionados à área externa e à falta de um vestiário próximo à quadra de esportes, pois os alunos precisam se deslocar pelo pátio para utilizar outro banheiro para vestir os uniformes e acabam atrapalhando os alunos das outras turmas.

Por outro lado, as condições disponíveis ao desenvolvimento do trabalho dos professores são satisfatórias, pois há acesso à internet, datashow, mídias, laboratório de informática, laboratório de aprendizagem e recentemente foi comprada uma tela interativa.

Figura 3. Imagens das instalações da EMEF Alzira Silveira de Araújo de Cachoeirinha-RS



Fonte: o autor

Segundo a Diretora, todos esses investimentos ou o planejamento de outras ações são realizados ouvindo-se os pais, através de reuniões frequentes com o CPM e o Conselho Escolar e também na assembleia geral no início do ano letivo, quando são feitas todas as combinações e planejamentos para o ano, onde entra a revisão do PPP, apresentação e alteração de regras, regimento e realização de levantamentos em geral. Porém, ela reconhece que nem sempre consegue trazer as famílias para dentro da escola.

5.2.6 Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Antônio Wilkens:

Esta Escola atende 368 alunos do ensino fundamental completo e 249 da EJA. Nenhum aluno é atendido por transporte público (INEP, 2014).

Segundo a diretora, a comunidade é pobre, mas alguns alunos camuflam sua condição de pobreza, porque vêm para a escola com tênis e camiseta de marca, porém a sua estratégia é realizar troca das roupas com outros colegas. São de grupos étnicos bem diversificados e seus pais atuam profissionalmente na informalidade ou são autônomos, como por exemplo, mecânicos, pintores, pedreiros e recicladores.

O corpo docente apresenta boa titulação, pois todos têm graduação e a maioria tem pós-graduação. Além disso, não há problema com rotatividade de professores, por serem concursados e pela escola estar localizada em zona central, o que acaba facilitando o seu deslocamento, já que a maioria deles mora em Porto Alegre.

Quanto à questão da qualidade na educação, a Diretora considera que a disponibilidade de equipamentos atrelada ao compromisso e à qualificação do professor contribuem para a qualidade do ensino ofertado pela escola. Um aspecto positivo na gestão municipal é a oferta constante de qualificação ao corpo docente, como por exemplo, cursos de computação para formação de textos, gravação de CD e operacionalização dos aparelhos de som. Esses são alguns exemplos que mostram que a qualidade da educação está melhorando, devido aos investimentos que estão acontecendo em tecnologias que auxiliam a atividade docente e em capacitações oferecidas aos professores.

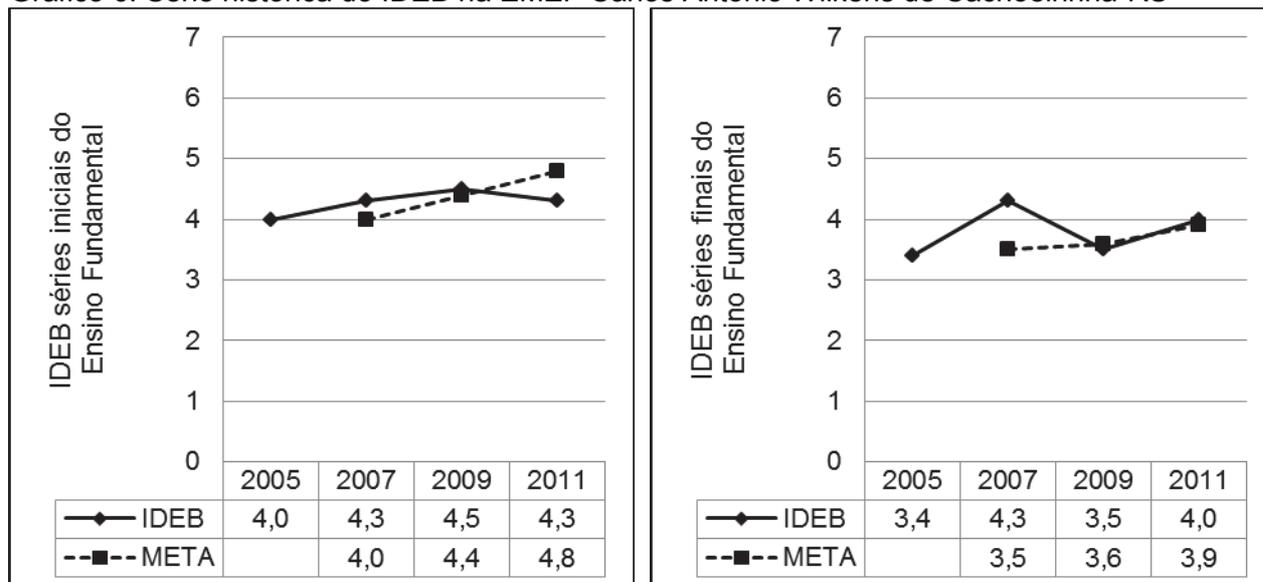
Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Carlos Antônio Wilkens (Gráfico 6) percebe-se que as pontuações oscilam no decorrer das quatro edições da Prova Brasil, entretanto pode-se considerar que são resultados satisfatórios por se manterem bastante próximos das metas estabelecidas pelo INEP.

A Diretora afirma que houve investimentos desde que o IDEB foi criado, pois a Escola tem recebido dinheiro do Governo Federal para a compra de livros de literatura infantil e juvenil, com o objetivo de melhorar a leitura e, conseqüentemente, melhorar o desempenho no IDEB. Além da compra dos livros, também foram destinados recursos para compra de equipamentos para o laboratório de ciências e para compra de uma máquina de escâner para uso dos alunos.

Porém, a Diretora justifica o fato dos resultados dessas melhorias não estarem sendo percebidas de imediato, já que se trata de um processo de longo prazo, onde os professores e os alunos vão se apropriando à medida que o tempo vai passando.

Juntamente com os recursos recebidos do FNDE, a Escola usa a verba trimestral repassada pela Prefeitura para os aspectos de atendimento às necessidades dos professores em sala de aula. Além disso, como a clientela está muito empobrecida e os pais estão cada vez mais se eximindo da responsabilidade, a Escola precisa doar praticamente todo o material escolar aos alunos, para evitar que o professor planeje uma atividade e não possa desenvolvê-la. Com isso, os recursos disponíveis também precisam ser aplicados no apoio aos materiais didático-pedagógicos. Assim, não sobram quase recursos para investimento em infraestrutura e equipamentos.

Gráfico 6. Série histórica do IDEB na EMEF Carlos Antônio Wilkens de Cachoeirinha-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Não foi possível acessar os relatórios do LSE de Cachoeirinha, portanto não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE. Por outro lado, a visita na escola e a entrevista realizada com a Diretora, permitem-nos discutir a sua situação frente a esses indicadores de desempenho e de qualidade física do prédio escolar.

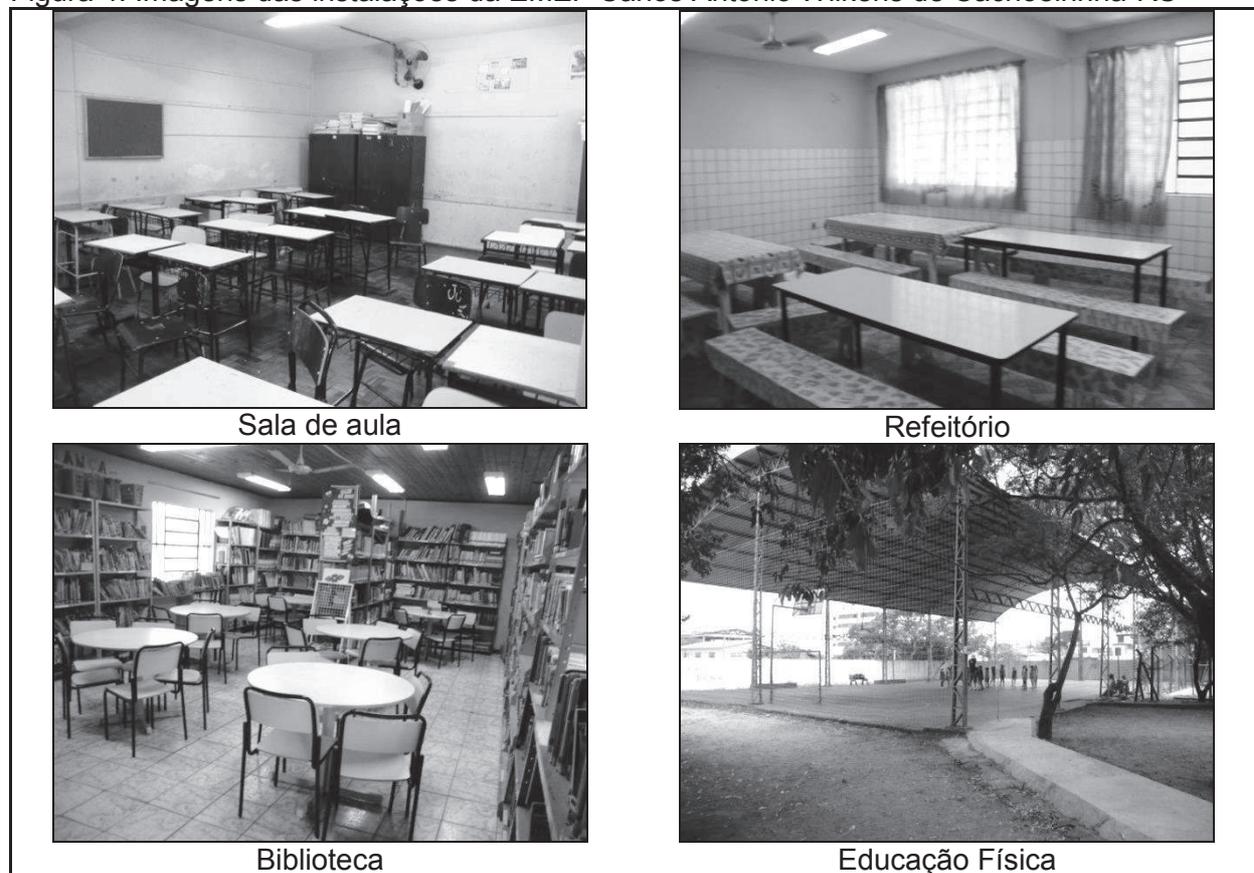
Semelhante à EMEF Alzira Silveira de Araújo, percebe-se (Figura 4) que as instalações da EMEF Carlos Antônio Wilkens estão limpas e bem cuidadas, embora sejam instalações bem simples ou de baixo padrão construtivo. Além disso, durante a visita pôde-se constatar algumas reformas, como por exemplo, a substituição de pisos no salão de reuniões e no pátio.

Na visão da Diretora, boas condições de infraestrutura são importantes por fornecer mais facilidades ao professor no planejamento de sua aula, como por exemplo, uma sala de informática com todos os equipamentos para o desenvolvimento de uma aula diferenciada, uma sala disponível para uma atividade corporal, uma quadra de esportes coberta para as atividades físicas mesmo em dias chuvosos, uma biblioteca com espaço adequado para estudos e exposição adequada dos livros e um refeitório agradável para as crianças realizarem as refeições.

Com base nessa premissa, a Diretora aponta diversas situações de sua Escola que necessitam manutenções ou adequações, como por exemplo, a posição do prédio principal não fornece uma boa visão das salas de aula e do pátio, não foram instalados banheiros no piso superior onde fica a maioria das salas de aula, no piso inferior há somente 4 salas de aula e também não haviam bebedouros até pouco tempo atrás, a falta de elevador não permite a acomodação de turmas com aluno cadeirante no piso superior, o piso do pátio é muito irregular devido ao alastramento das raízes das árvores de grande porte e o muro precisa ser mais alto

para aumentar a segurança e evitar que a bola de futebol seja jogada para fora do pátio, causando risco para as crianças ao atravessarem a rua para buscá-la.

Figura 4. Imagens das instalações da EMEF Carlos Antônio Wilkens de Cachoeirinha-RS



Fonte: o autor

Como a Escola existe há 56 anos, alguns blocos apresentam muitos problemas de conservação, como ataque de cupins nas tesouras e no forro e o telhado está bastante danificado, provocando muitas goteiras. Porém, os recursos destinados pela prefeitura não são suficientes para fazer esse tipo de reforma. Com isso, a Escola precisou mobilizar a comunidade para conseguir a verba via Orçamento Participativo, pois esses recursos são disputados com outra escola ou com outras demandas do município.

Além disso, algumas salas são muito quentes e há muita penetração de sol, então foram instalados ventiladores e bebedouros e a reforma das cortinas precisa ser constante.

A saída da escada fica bem em frente a 2 salas de aula e há muita perturbação pelo barulho, atrapalhando a concentração dos outros alunos. O refeitório também está localizado em frente a 2 salas de aula e ocorre muito barulho no horário do lanche.

Por outro lado, o laboratório de informática é bem estruturado e arejado. Os computadores recebidos do Governo Federal são novos e há ar condicionado na sala. A

quadra de esportes é fechada, o que favorece bastante o ensino e é um espaço que serve também para receber a comunidade.

A última reforma maior que a Escola realizou foi viabilizada através do OP, quando houve o conserto de uma parte do telhado de um dos prédios e foi construído um saguão na frente da lanchonete para permanência dos alunos durante o intervalo, mas esse saguão não comporta todos os alunos e eles ficam circulando pelos corredores.

A Diretora informou que a Escola também enfrenta problemas no seu entorno, pois a rua em frente é estreita e o fluxo de veículos é intenso. Embora exista um quebra-molas, os motoristas não respeitam o limite de velocidade e já houve atropelamento de aluno. Para minimizar esse problema, foi solicitada a transformação do fluxo em mão única, mas a Prefeitura ainda não atendeu esse pedido. Outro problema enfrentado, refere-se à falta de uma sinaleira sonora para travessia da avenida principal próximo à escola, pois um aluno cego precisa atravessá-la ao se deslocar para sua residência. Porém, o pedido de instalação foi realizado há dois anos e a Escola ainda está aguardando a solução.

A despeito desses problemas relatados pela própria Diretora, ela considera que não há nenhuma atividade no entorno da escola que prejudique o desempenho dos alunos.

Em relação ao diagnóstico do LSE, a Diretora relatou que a sua equipe primeiramente fez uma reflexão sobre as condições da Escola e o que o FNDE estava levando em consideração nos formulários. Se fosse algum item em falta na Escola, então era registrada essa situação, pois a comunidade acreditava que a sua necessidade seria atendida, o que acabou não acontecendo e nem ficaram sabendo sobre os resultados dessa avaliação.

Por outro lado, a Escola foi atendida pelo PDE Interativo onde constava uma lista de necessidades, as quais eram muito semelhantes aos itens que tinham sido avaliados no LSE. Com isso, os itens registrados como inexistentes na época da realização do LSE foram solicitados durante o preenchimento do PDE Interativo.

Portanto, a Diretora considera que o LSE apenas contribuiu enquanto reflexão, inclusive no PPP onde é feita uma análise a partir do que se dispõe e do que se deseja. Por exemplo, se a escola almeja o desenvolvimento de um aluno com determinado perfil, é preciso elaborar um PPP de acordo com o aspecto físico que atenda as necessidades da sua formação.

Entretanto, a direção escolar precisa receber o apoio da comunidade nas avaliações das necessidades ou no estabelecimento das prioridades, porque se envolve com muitas tarefas e não consegue analisar ou perceber todas as suas demandas. Por outro lado, a Diretora se queixa que, atualmente, a família está se eximindo muito do compromisso com a escola, ou seja, enquanto a escola vai desenvolvendo suas atividades e não apresenta nenhum problema aparente, a família vai permitindo. Por conta disso, o Conselho Escolar e o CPM são os apoios que a escola dispõe e é aos seus membros que recorre para pedir opinião ou ajuda na definição da aplicação dos recursos, através da realização de reuniões mensais.

5.2.7 Escola Municipal de Ensino Fundamental Fidel Zanchetta:

Esta Escola atende 578 alunos do ensino fundamental completo e 159 da EJA. Nenhum aluno é atendido por transporte público (INEP, 2014).

O Diretor classifica a condição econômica das famílias como classe C, mas destaca que nos últimos anos houve uma aparente melhoria da renda, pois muitas famílias tem carro, casa, outros bens e a maioria tem computador com acesso à internet.

Quanto aos grupos étnicos, ele relata que a maioria se declara branca, mas que existe uma minoria de negros.

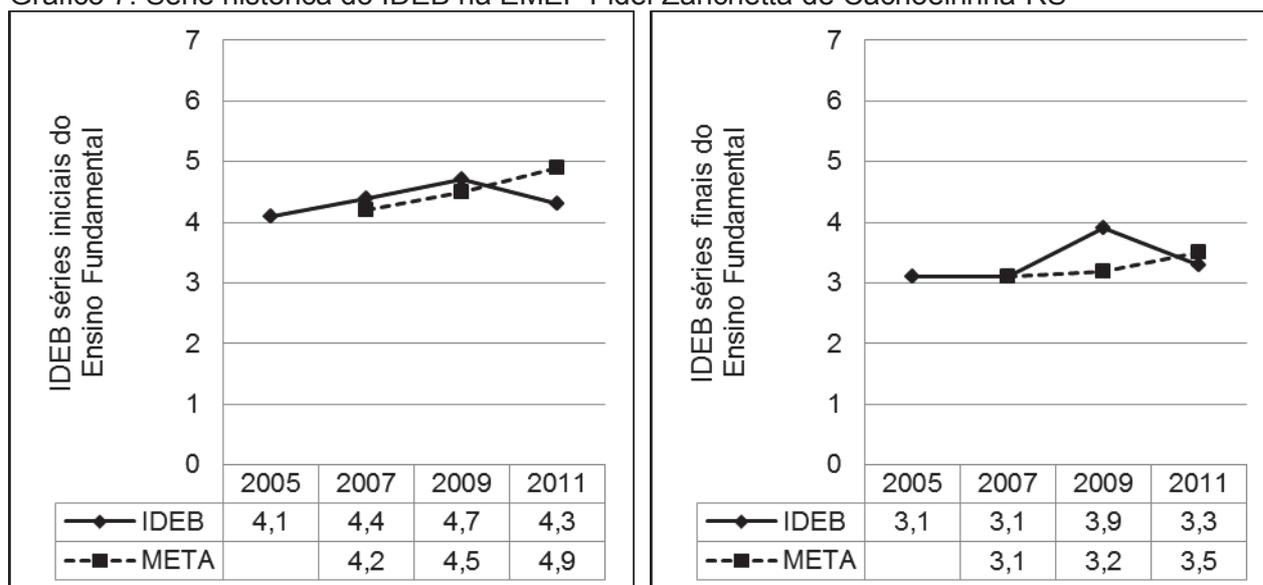
O corpo docente apresenta boa formação, pois a titulação predominante é especialização e há pouca rotatividade de professores, correspondendo a 1 ou 2 profissionais por ano que saem ou entram na escola.

Na opinião do Diretor, a qualidade da educação deixa muito a desejar, pois a escola nos tempos atuais precisa estar muito especializada, com laboratórios de línguas, de ciências, de artes, dentre outros. É necessário que a criança tenha a vivência com esse mundo de transformação tecnológica permanente e de mudanças sociais, pois não basta mais apenas o quadro e o giz. Se o Brasil quiser promover uma mudança na educação vai ter que qualificar a escola nestes aspectos, porque não adianta melhorar somente o salário dos professores ou melhorar a condição dos prédios se não mudar a postura e cumprir o que a lei faculta no que diz respeito a esses espaços tecnológicos qualificados para as pessoas terem acesso.

O Diretor destaca que a infraestrutura é decisiva para a qualidade da educação, pois se não tiver infraestrutura adequada, todo o trabalho ficará comprometido e dificilmente vamos conseguir desenvolver um ensino melhor, além daquele que já está sendo feito. Para ilustrar sua posição, ele usa como referência uma escola de Ensino Médio dos Estados Unidos que já recebeu 8 Prêmios Nobel de química e física, porém é uma escola que dispõe de 14 laboratórios. Portanto, os alunos, independentemente de assistirem uma aula ou outra, têm à sua disposição as condições necessárias para discutir, desenvolver e apresentar o seu projeto. Segundo ele, se o nosso aluno pudesse desenvolver um projeto durante meses na área de mecânica ou na área de coleta e aquecimento d'água ou de construção de um coletor solar, então seria muito interessante, gratificante e o seu aprendizado seria bem mais efetivo.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Fidel Zanchetta (Gráfico 7) percebe-se que as pontuações oscilam no decorrer das quatro edições da Prova Brasil, destacando-se a queda na última edição em que o desempenho nas duas etapas do Ensino Fundamental foi inferior às metas estabelecidas pelo INEP.

Gráfico 7. Série histórica do IDEB na EMEF Fidel Zanchetta de Cachoeirinha-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Não foi possível acessar os relatórios do LSE de Cachoeirinha, portanto não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE. Por outro lado, a visita na escola e a entrevista realizada com o Diretor, permitem-nos discutir a sua situação frente a esses indicadores de desempenho e de qualidade física do prédio escolar.

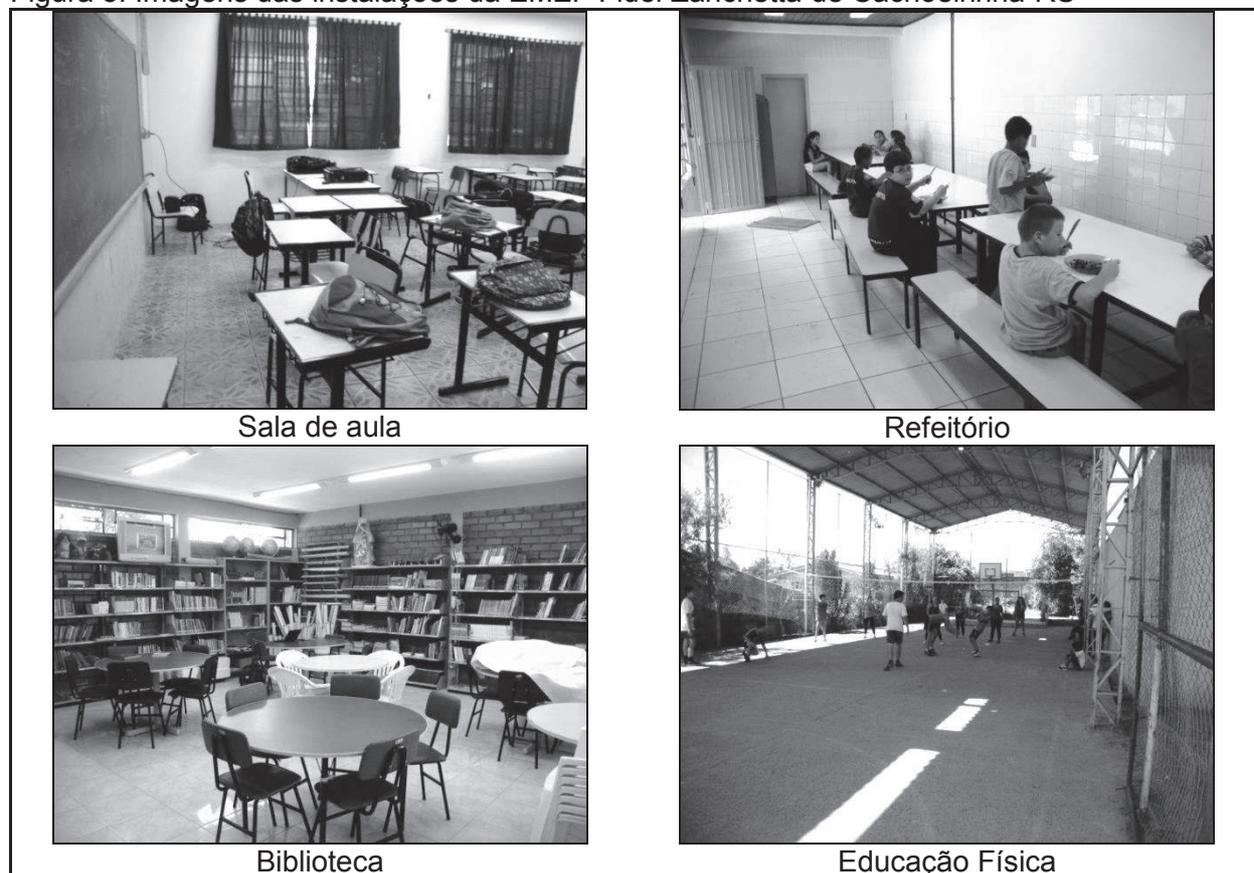
A realidade física da EMEF Fidel Zanchetta é semelhante a outras Escolas Municipais de Cachoeirinha, ou seja, são instalações bem simples ou de baixo padrão construtivo. Além disso, percebe-se (Figura 5) que esta Escola apresenta limitações de espaço físico, pois a pequena quadra de esportes foi construída em uma área limitada do terreno e o refeitório comporta poucos alunos. Ao circular pelas dependências da Escola, pôde-se constatar também muito barulho, pois os espaços disponíveis para recreação são pequenos e muito próximos das salas de aula e salas administrativas. O único ambiente melhor estruturado foi observado na biblioteca, cuja instalação física é recente e há móveis novos.

Para o Diretor, as condições de infraestrutura são muito importantes e decisivas para a qualidade da educação e considera que falta essa qualificação dos espaços físicos em sua Escola, principalmente para as atividades pedagógicas. Segundo ele, faz muita diferença dar aula de inglês num laboratório de línguas do que numa sala de aula e é muito diferente fazer uma atividade ou uma experiência de artes ou de ciências numa sala preparada para esse fim do que numa sala comum. Os principais problemas físicos da Escola vão desde a própria qualidade das salas de aula, referentes à parte elétrica e o telhado, até a falta de espaços específicos, como sala multiuso para projeções, laboratórios de ciências e de línguas e espaço melhor qualificado para a prática esportiva.

Além disso, são instalações muito antigas, pois a escola foi inaugurada em 1969 e as ampliações foram ocorrendo sem planejamento, conforme se estabeleciam as necessidades da

comunidade. Recentemente foram construídas duas salas por iniciativa da escola e da comunidade, através do recurso conseguido via Orçamento Participativo, mas é preciso elaborar um projeto geral, cuja execução ocorra por módulos e a cada ano seja executada uma parte.

Figura 5. Imagens das instalações da EMEF Fidel Zanchetta de Cachoeirinha-RS



Fonte: o autor

Segundo o Diretor, a Escola sempre tem discutido a respeito da necessidade de se planejar o prédio, mas as respostas da Prefeitura são evasivas e o atendimento às demandas não tem sido efetivo. As últimas administrações municipais não têm demonstrado nenhum interesse na transformação das condições físicas das escolas. Embora, houve um momento em que tramitou um projeto de melhoria, mas não foi levado adiante.

Em relação à situação do entorno da Escola, o Diretor relaciona alguns problemas, como por exemplo, horários inadequados do transporte coletivo, pavimentação ruim das ruas, problemas sociais relacionados à drogadição, criminalidade e também ocorre perturbação sonora, devido ao som alto dos veículos que circulam próximos à escola no turno da noite, prejudicando a concentração dos alunos da EJA.

Segundo o Diretor, o maior prejuízo provocado aos alunos está relacionado com as atividades criminosas, embora a guarda municipal e a brigada militar têm agido no combate ao crime no bairro, mas a sensação de insegurança permanece. A guarda municipal intervém com

bastante eficiência nos conflitos entre alunos ou entre menores de idade, através da mediação, conversa e encaminhamento de alguns casos para o judiciário. Por isso, de um modo geral, a atuação da guarda municipal foi um acréscimo muito importante no entorno das escolas.

Quanto à participação da comunidade, o Diretor relata que há certo grau de dificuldade em envolver as pessoas nas atividades da Escola, mas considera que a mobilização da comunidade escolar é um trabalho político importante para haver articulação e cobrança do poder público no atendimento às suas demandas.

5.2.8 Escola Municipal de Ensino Fundamental Natálio Schlain:

Esta Escola atende 36 alunos da educação infantil e 463 do ensino fundamental completo. Nenhum aluno é atendido por transporte público (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, a população é bastante carente, apesar de estar evoluindo muito e rapidamente. A carência se dá em termos materiais e também culturais, pois 70 a 80% dos pais tem ensino fundamental incompleto. O bairro não dispõe de infraestrutura para as crianças praticarem atividades de lazer, então a escola se tornou um espaço de convívio social para a comunidade. A quadra de esportes, apesar de precária, é a única disponível no bairro. Também é um local que enfrenta muitos problemas com a questão das drogas, pois há muito tráfico e envolvimento de alguns alunos. Recentemente a mãe de uma aluna da 8ª Série foi presa por tráfico e isso acaba afetando os demais alunos, pois todos ficam comentando o episódio.

Frequentemente ocorrem assassinatos. Atualmente, a situação está mais tranquila, pois a guarda municipal tem prestado apoio, mas havia tiroteios e pessoas fugindo através da escola. A direção já precisou prestar socorro a pessoas baleadas.

Os grupos étnicos que participam da escola são bem variados e há muita migração de famílias, tanto de chegada quanto de saída do bairro.

O corpo docente apresenta boa formação, pois a maioria dos professores tem especialização. Atualmente, a rotatividade de professores é muito baixa, pois quase todos são concursados.

Quanto à questão da qualidade da educação, a Diretora salienta que a educação é um campo que, por si só, já nos remete à reflexão e que sempre tem muito a mudar e a melhorar. Por outro lado, discorda com o discurso recorrente de que a escola está impossibilitada de fazer o seu trabalho, porque a família não faz o dela. Nesse sentido, disse que costuma questionar os professores sobre o que podemos fazer pela criança dentro da escola, porque se culparmos a família e não promovermos nenhuma mudança, então a nossa crítica não serve para nada. Para muitos alunos, a escola é o segundo mais importante referencial de algo positivo que ele terá na vida ou mesmo o único referencial, dependendo da sua situação familiar. Isso não significa dizer que devemos minimizar a preocupação com a família, mas não

haverá nenhuma mudança se simplesmente ficarmos lhe transferindo a culpa ou a responsabilidade.

Da mesma forma, a Diretora discorda com outro discurso recorrente que diz respeito à desqualificação ou falta de interesse dos professores, pois percebe que muitos deles vão para a escola com muita vontade de trabalhar. Portanto, acredita que o grupo de professores é o que faz a diferença, pois caminhando lado a lado com a direção, formando uma equipe e entendendo a comunidade onde trabalham, contribuem para a melhoria da educação.

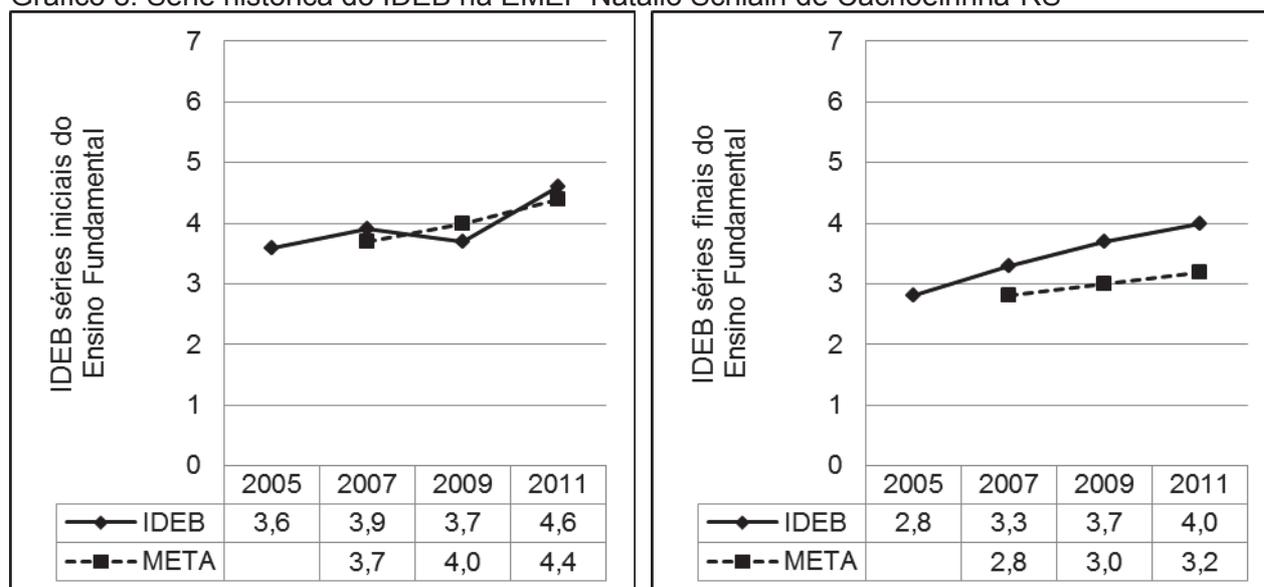
Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Natálio Schlain (Gráfico 8) percebe-se que começou com pontuação baixa, mas foi evoluindo ligeiramente acima das metas estabelecidas pelo INEP, com exceção da edição de 2009 nas séries iniciais em que o resultado ficou abaixo da meta.

Segundo a Diretora, houve alguns planos de ação focados nas séries que apresentavam situações mais críticas de desempenho e ela acredita que isto já tenha surtido algum efeito, pois houve uma melhoria no último resultado do IDEB.

Houve investimentos, através de verbas federais, para aquisição de material de uso didático e pedagógico, pois todos os jogos eram construídos na escola com material reciclado, a Escola não tinha sala de vídeo decente, não tinha datashow e ainda usava retroprojektor.

Não foi possível acessar os relatórios do LSE de Cachoeirinha, portanto não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE. Por outro lado, a visita na escola e a entrevista realizada com o Diretor e com a Secretária de Educação, permitem-nos discutir a sua situação frente a esses indicadores de desempenho e de qualidade física do prédio escolar.

Gráfico 8. Série histórica do IDEB na EMEF Natálio Schlain de Cachoeirinha-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Através da Figura 6, pode-se observar uma precária quadra de esportes sem cobertura e cercada por construções, pois a Escola está prensada entre as residências. A biblioteca é usada também para atividades temáticas e exposição de trabalhos. Por outro lado, o refeitório passou por recente reforma e é um espaço amplo e com bom mobiliário.

Figura 6. Imagens das instalações da EMEF Natálio Schlain de Cachoeirinha-RS



Fonte: o autor

A Diretora considera que a infraestrutura das escolas está totalmente relacionada com a qualidade do ensino e relata que a sua Escola foi se constituindo a partir de “puxadinhos”, pois começou na capela de uma igreja há 30 anos e depois foi sendo ampliada para os fundos sem nenhum planejamento de ocupação do espaço. Por isso, os espaços são pequenos e há sérios problemas de conservação dos telhados, impedindo a utilização do laboratório de informática em dias chuvosos, devido ao excesso de goteiras.

Há dois anos, as salas dos fundos do prédio ficavam totalmente alagadas em dias chuvosos e, por diversas vezes, a direção precisou improvisar pontes de cadeiras para retirar os alunos. No último ano foi realizada uma reforma geral no refeitório para consertar o encanamento e cessou o problema de alagamento.

Outro problema que a escola enfrentava e que também foi resolvido no último ano diz respeito à instalação elétrica, em que a prefeitura fez uma parceria com a concessionária de energia para troca de toda a fiação.

Atualmente, a Escola enfrenta outros problemas, como por exemplo, acesso a internet, linha telefônica, três salas de aula muito antigas de madeira e o pátio é muito pequeno. Além disso, os espaços estão sendo adaptados para acessibilidade, como a construção de rampas, adaptação dos banheiros, instalação de bebedouros acessíveis e compra de classes adaptadas, mas não há possibilidade de alargar alguns corredores que impedem a circulação de cadeirantes. O próprio piso do pátio é irregular e a calçada é revestida com brita, que também impede a passagem de cadeira de rodas.

A Diretora lamenta essa situação precária, questiona “que qualidade teremos numa condição dessas?” e conclui que a infraestrutura não é o único fator da qualidade da educação, mas é muito importante. Destaca que procura manter, pelo menos, a limpeza e a realização de pinturas.

Em sua opinião, as condições de infraestrutura da Escola interferem muito na aprendizagem dos alunos e cita o exemplo do laboratório de informática, pois, para muitos deles, é a única oportunidade que têm de utilizarem um computador. Porém, o laboratório não comporta adequadamente uma turma inteira e isso prejudica muito a qualidade do trabalho pedagógico. Por outro lado, existem outros espaços melhor qualificados que contribuem positivamente para o desempenho dos alunos, como por exemplo, o laboratório de aprendizagem para atendimento dos alunos com dificuldade, um ambiente para alunos de inclusão e a biblioteca que é um espaço bom e amplo.

Para atender as demandas por melhorias, a Secretaria de Educação disponibiliza a mão de obra. Entretanto, as pessoas que trabalham não são especializadas para essas atividades, pois existe um contrato com uma empresa que disponibiliza pessoal para limpeza e para realização de pequenos reparos e reformas, mas não executam obras. Portanto, o atendimento ocorre normalmente para essas pequenas demandas.

Quando a necessidade é mais complexa, a Escola precisa fazer um planejamento com combinação de datas com a Secretaria. Além disso, se for uma construção completa, o recurso só poderá ser viabilizado através do Orçamento Participativo, o que se torna uma situação bem difícil, pois a comunidade não tem muita clareza da importância da sua participação e não conhece muito bem os projetos que deverão votar. Além disso, se sentem desmotivados quando o projeto vencedor custa muito para ser implementado.

Para custear as despesas correntes, a Escola recebe uma verba municipal dividida em 4 parcelas anuais que não é suficiente nem para pagar água, luz e telefone, mas também tem que dar conta da manutenção e da compra do gás para preparar a merenda, de todo o material de limpeza e de expediente, como giz, folha de ofício e toner.

Além dessa fonte municipal, a Escola também recebe recursos do Governo Federal, como por exemplo, as verbas do PDDE, da acessibilidade, da educação integral e da escola aberta. Esses programas, em termos de material, beneficiam muito a escola, pois a compra de

um aparelho de som para a educação integral, também poderá ser aproveitado para as outras atividades do ensino regular.

Em relação à situação do entorno da Escola, a Diretora informou que a pavimentação das ruas principais é boa, mas existem alguns “becos” de difícil acesso; existem problemas de saneamento básico; a escola necessita de ampliação, mas não há espaço disponível, porque está toda cercada por moradias; a maioria dos alunos não depende de transporte escolar, pois são moradores do bairro e aqueles que residem em local mais distante dispõem do passe escolar, mas em dias chuvosos, muitos alunos faltam à aula, porque não tem nem guarda-chuva, bota ou capa de chuva.

Os pontos de tráfico de drogas interferem muito na vida dos moradores, pois estão sempre apreensivos e com medo. Também existe muita briga de vizinho e os seus filhos trazem esses desentendimentos para dentro da escola.

Essa comunidade não é muito participativa nas atividades escolares. Quando são realizadas as assembleias, há pouca presença dos pais e são sempre os mesmos que comparecem. Por outro lado, o Conselho Escolar e o CPM são bem atuantes, cujas reuniões ocorrem mensalmente para definições em termos de demandas e destinação dos recursos disponíveis. Primeiramente, são coletadas as sugestões dos alunos, dos professores e dos funcionários e depois esta lista de sugestões é apresentada ao Conselho para o estabelecimento das prioridades.

Em relação ao diagnóstico do LSE, a Diretora comentou que foi um trabalho bem burocrático e a equipe não tinha muita noção do que se tratava e da sua finalidade. Apenas sabiam que era um questionário que precisava ser respondido, enviado para a coordenadora e que receberiam um pessoal para medir a escola. Isso gerou um tumulto em reunião de direção, porque era um trabalho muito intenso e sem clareza sobre o seu resultado. Além disso, muitos aspectos diagnosticados naquela época já mudaram na escola, até mesmo o uso de determinados ambientes.

5.2.9 Escola Municipal de Ensino Fundamental Portugal:

Esta Escola atende 20 alunos da educação infantil e 1037 do ensino fundamental completo. Nenhum aluno é atendido por transporte público (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, em torno de 80% dos alunos tem um bom nível sócio econômico, pois muitos pais têm lojinhas e minimercados no bairro, são famílias melhores estruturadas e muitas delas têm casa própria. Os outros 20% dos alunos são bem carentes e moram em uma comunidade mais afastada da escola, onde impera o tráfico de drogas, suas famílias são desestruturadas e são os alunos mais problemáticos dentro da escola.

O corpo docente apresenta boa formação, pois todos os professores tem graduação e a grande maioria tem pós-graduação, devido ao incentivo no plano de carreira. A rotatividade dos professores é pequena, pois há uma lei municipal que exige que todos os professores da rede sejam concursados.

Quanto à questão da qualidade da educação, a Diretora reconhece que está havendo incentivo dos governantes, tanto a nível municipal quanto federal, para que haja uma qualificação melhor. Atualmente, o incentivo do Governo Federal tem se dado através do repasse de verbas para a escola e esses recursos são administrados diretamente pela direção, então a autonomia é outro aspecto positivo que tem acontecido. Por outro lado, ela percebe que a preparação do corpo docente ainda precisa melhorar muito, mas para isso será preciso haver mais incentivos dos governantes.

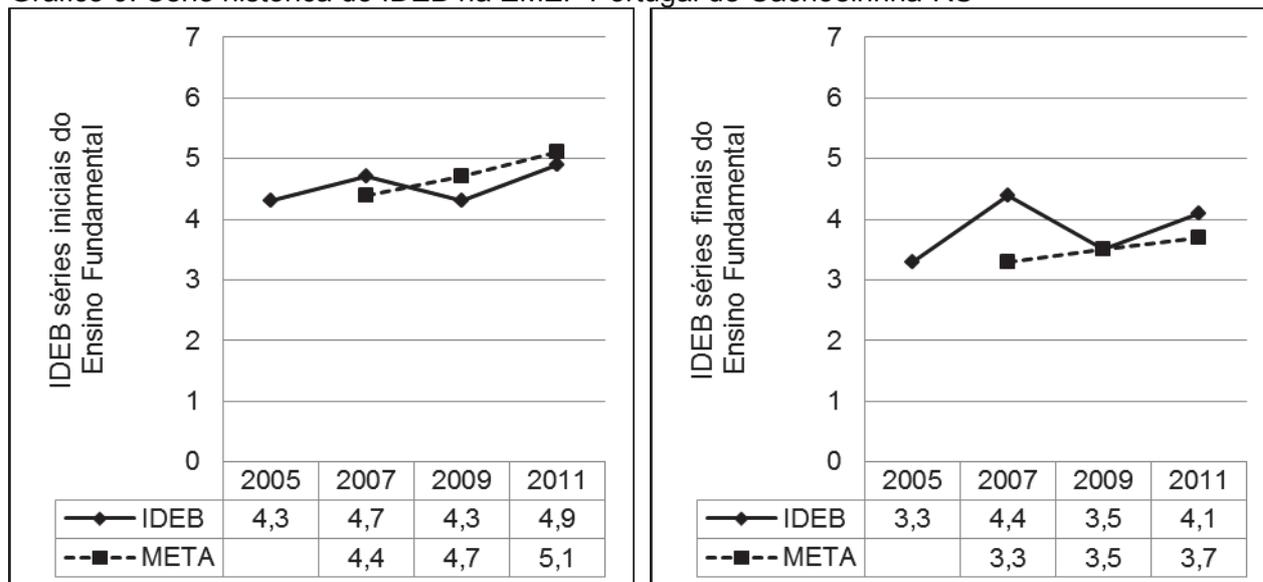
A Diretora entende que há uma relação bem próxima entre infraestrutura e qualidade, pois a oferta de um ensino de qualidade passa pela formação dos professores e pela infraestrutura adequada. Para que o processo educacional tenha êxito, as mantenedoras precisam oferecer, pelo menos, uma infraestrutura básica. Nesse sentido, ela confessa que não há muito que reclamar sobre a infraestrutura da sua escola, pois as condições são muito melhores do que se observa em outras redes.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Portugal (Gráfico 9) percebe-se que no ano de 2009 houve queda na pontuação nas duas etapas do Ensino Fundamental, voltando a crescer na edição de 2011, porém esse crescimento não foi suficiente para superar a meta estabelecida pelo INEP nas séries iniciais.

Segundo a Diretora, a questão do IDEB é muito polêmica, pois muitos professores criticam e relativizam esse indicador como medida da qualidade da educação, já que ele não retrata fielmente a realidade da escola. Os investimentos que são feitos não estão relacionados diretamente com o IDEB, mas a escola costuma apresentar demandas de melhoria da infraestrutura para a Secretaria de Educação, que, de forma geral, tem atendido as solicitações.

As verbas trimestrais que a Escola recebe da Prefeitura são destinadas para material didático pedagógico e não sobra nenhum recurso para aplicar em despesas maiores. Recentemente houve um problema com o muro que estava com rachadura e com risco de tombamento. O conserto foi providenciado com os recursos do CPM, oriundos das vendas na lanchonete da escola. Portanto, a maior dificuldade na questão da infraestrutura é quando surge algum imprevisto que precisa de manutenção imediata. Nesse caso do muro, a Escola dispunha do material, mas faltava a mão de obra, a qual não foi viabilizada pela Secretaria de Educação e nem pela Secretaria de Obras, pois os Secretários entendiam que a ajuda já estava acontecendo através dos repasses trimestrais.

Gráfico 9. Série histórica do IDEB na EMEF Portugal de Cachoeirinha-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

A Escola Portugal é uma das maiores do município e foi fundada em 1979, mas precisaria aumentar o número de salas de aula, pois recebe alunos a partir do 5º ano que são egressos das escolas que oferecem o ensino fundamental incompleto. Entretanto, o apoio por parte da Secretaria para atender as necessidades de construção e ampliação não está acontecendo. A última ampliação ocorreu há uns 6 ou 7 anos em que foram construídos 2 banheiros, a biblioteca e a sala dos professores.

Não foi possível acessar os relatórios do LSE de Cachoeirinha, portanto não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE. Por outro lado, a visita na escola e a entrevista realizada com o Diretor e com a Secretária de Educação, permitem-nos discutir a sua situação frente a esses indicadores de desempenho e de qualidade física do prédio escolar.

Através da Figura 7, pode-se identificar que os ambientes registrados nas fotografias são amplos e bem conservados. Além disso, ao circularmos pelas dependências da Escola, pôde-se constatar que há uma boa infraestrutura e um terreno bem amplo, com possibilidade de receber ampliações da área construída, arborizado, com cultivo de hortaliças, campo de futebol e galpão de tradições gaúchas.

A Diretora acredita que as condições de infraestrutura de sua Escola interferem positivamente no desempenho dos seus alunos e afirma que as condições físicas são boas, pois conta com laboratório de aprendizagem, boa área para educação física e laboratório de informática para atividade com os professores e para os alunos realizarem pesquisas. Porém, na ocasião da entrevista em que faltava um mês para concluir o ano letivo, o laboratório de informática não estava sendo utilizado, porque os monitores estagiários tinham sido demitidos pela Prefeitura.

Figura 7. Imagens das instalações da EMEF Portugal de Cachoeirinha-RS



Fonte: o autor

Conforme informações repassadas pela Diretora, as principais ocupações no entorno da escola são com moradias, minimercados e Lan house. Não há nenhum problema com transporte, a maioria das ruas é pavimentada e não há riscos de alagamento.

Segundo a Diretora, nenhuma dessas ocupações causa problema ao desempenho dos alunos, nem com saídas para a Lan house, pois a direção não costuma liberá-los quando falta algum professor, já que sempre são programadas atividades complementares com o acompanhamento de outro professor.

Quanto à participação da comunidade, ela destaca que é muito baixa. Geralmente os pais participam apenas das reuniões para entrega de boletim. Entretanto, a presença na primeira assembleia do ano, quando é definido o calendário escolar, costuma ser maior.

Por outro lado, quando tem festividades, como o chá do dia das mães, a festa junina ou a festa de natal, a presença dos familiares é bem expressiva.

A Diretora percebe que os pais não têm interesse em participar das reuniões para discutir os problemas da escola ou para fazer planejamentos, ou seja, a família está cada vez mais ausente e está transferindo toda a responsabilidade para a escola. Porém, os pais que participam do CPM e do Conselho Escolar são bem ativos e colaboram muito com a escola.

5.2.10 Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Costa e Silva:

Esta Escola atende 332 alunos do ensino fundamental completo. Nenhum aluno é atendido por transporte público (INEP, 2014).

A Diretora acredita que a maioria das famílias de seus alunos tem uma renda que varia de um salário mínimo a R\$1.000,00 e são trabalhadores assalariados, mas também existem muitos outros alunos em situação de maior carência financeira. A maioria deles são moradores do bairro, mas em torno de 10% são de dois bairros mais afastados.

Os grupos étnicos são bastante misturados, mas tem bastante alunos negros na Escola e uma família com aparência de origem indígena.

O corpo docente apresenta boa formação, pois aproximadamente 90% dos professores tem pós-graduação e apenas 2 professoras estão cursando licenciatura.

Não há quase rotatividade de professores, pois todos são concursados. Existem alguns casos de regime complementar de carga horária em que o docente é de outra escola municipal, mas assume mais algumas horas nessa escola. Há um bom número de professores municipais que fazem esse rodízio nas escolas municipais de Cachoeirinha, mas permanecem somente de março a dezembro e depois se desligam da escola em que estão fazendo complementação de carga horária.

Quanto à questão da qualidade da educação, a Diretora considera que o nível de conhecimento dos alunos está muito baixo, pois a complexidade das olimpíadas nacionais e das avaliações externas está acima da sua capacidade de compreensão. Em geral, está sendo cobrada mais interpretação em detrimento da memorização, através da realização de leituras, interpretação e capacidade de reprodução, mas os alunos ainda não desenvolveram essa capacidade e a situação é nacional. Em Cachoeirinha isso é comum, pois os alunos não conseguem interpretar, não conseguem abstrair, não estudam e não fazem as atividades em casa. Tudo isso é consequência da resistência à leitura, pois se a criança tem o hábito da leitura, ela vai interpretar e abstrair com mais facilidade as informações contidas em um texto.

Segundo a Diretora, existem muitas facilidades e distrações hoje em dia, então a educação vai ficando para trás dentre os interesses dos jovens e eles se satisfazem com o mínimo de desempenho possível para não reprovar. A Escola costuma programar diversas atividades de recuperação, mas os alunos não querem participar e isso é muito desestimulante. Muitas vezes, o baixo desempenho não é consequência da dificuldade de aprendizagem, mas do desinteresse, da falta de perspectiva com a sua formação ou com o seu futuro profissional, pois convivem em um meio que não lhes inspira e não lhes oferece boas referências.

Quanto à relação entre qualidade e infraestrutura, a Diretora acredita que um ambiente bonito e acolhedor ajuda na aprendizagem e no interesse dos alunos em estar na escola. Por

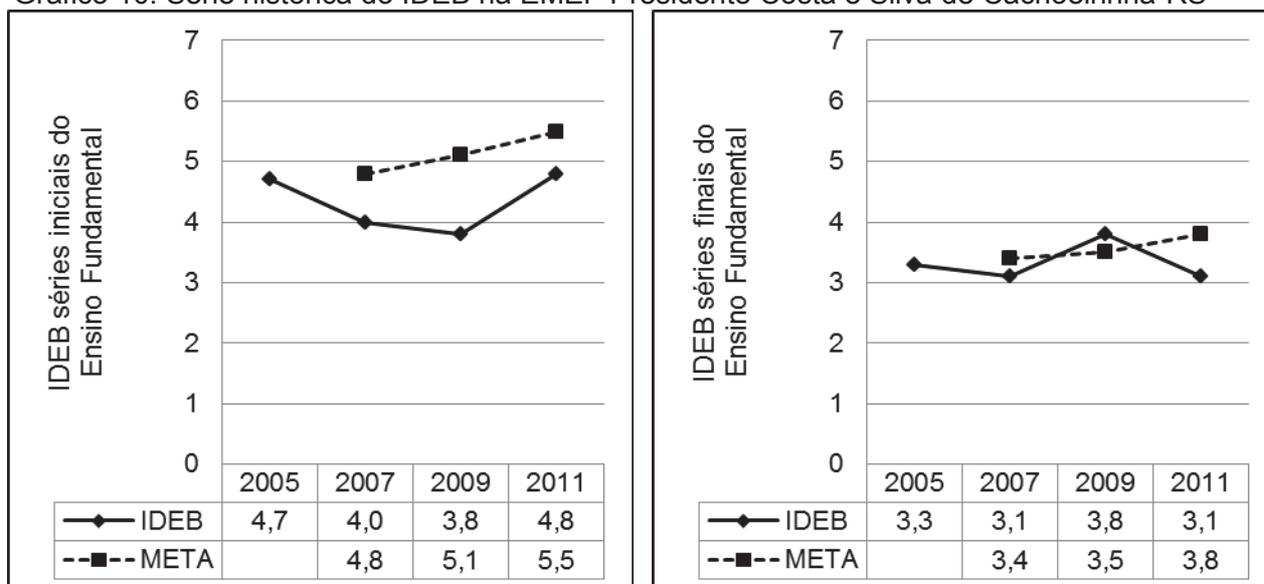
outro lado, não adianta ter salas de multimídia e aparelho de vídeo se não são ocupados ou não são bem aproveitados pelos professores e alunos.

A Diretora relatou que a escola é muito velha, pois foi construída em 1971 e, desde então, foram ocorrendo ampliações sem nenhum planejamento. Por isso é quente, falta circulação de ar e ocorre infiltração de água das chuvas. Essa é uma situação que prejudica e desestimula, pois sua aparência é deprimente e a área de circulação é escura. Se a criança encontra um ambiente limpo e bem conservado, vai se sentir estimulada a mantê-lo nessas condições, porém se ela encontra um vidro quebrado ou as paredes riscadas, pode se sentir no direito de depredar mais um pouco.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Presidente Costa e Silva (Gráfico 10) percebe-se uma boa pontuação na primeira edição da Prova Brasil nas séries iniciais do Ensino Fundamental, mas depois não conseguiu atingir as metas em nenhuma das edições. Nas séries finais houve oscilação nas quatro edições e o último resultado ficou abaixo da meta estabelecida pelo INEP.

A Diretora informou que não foi implementada nenhuma melhoria física em função dos resultados do IDEB. Entretanto, através dos recursos do PDE foi possível realizar investimentos em capacitação dos professores, comprar material como livros, jogos, equipamentos para o laboratório de aprendizagem, ventiladores, dicionários, atlas, equipamento de som, equipamento de basquete e mobiliário para educação infantil e construir rampas de acesso.

Gráfico 10. Série histórica do IDEB na EMEF Presidente Costa e Silva de Cachoeirinha-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Não foi possível acessar os relatórios do LSE de Cachoeirinha, portanto não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE. Por outro lado, a visita na

escola e a entrevista realizada com a Diretora, permitem-nos discutir a sua situação frente a esses indicadores de desempenho e de qualidade física do prédio escolar.

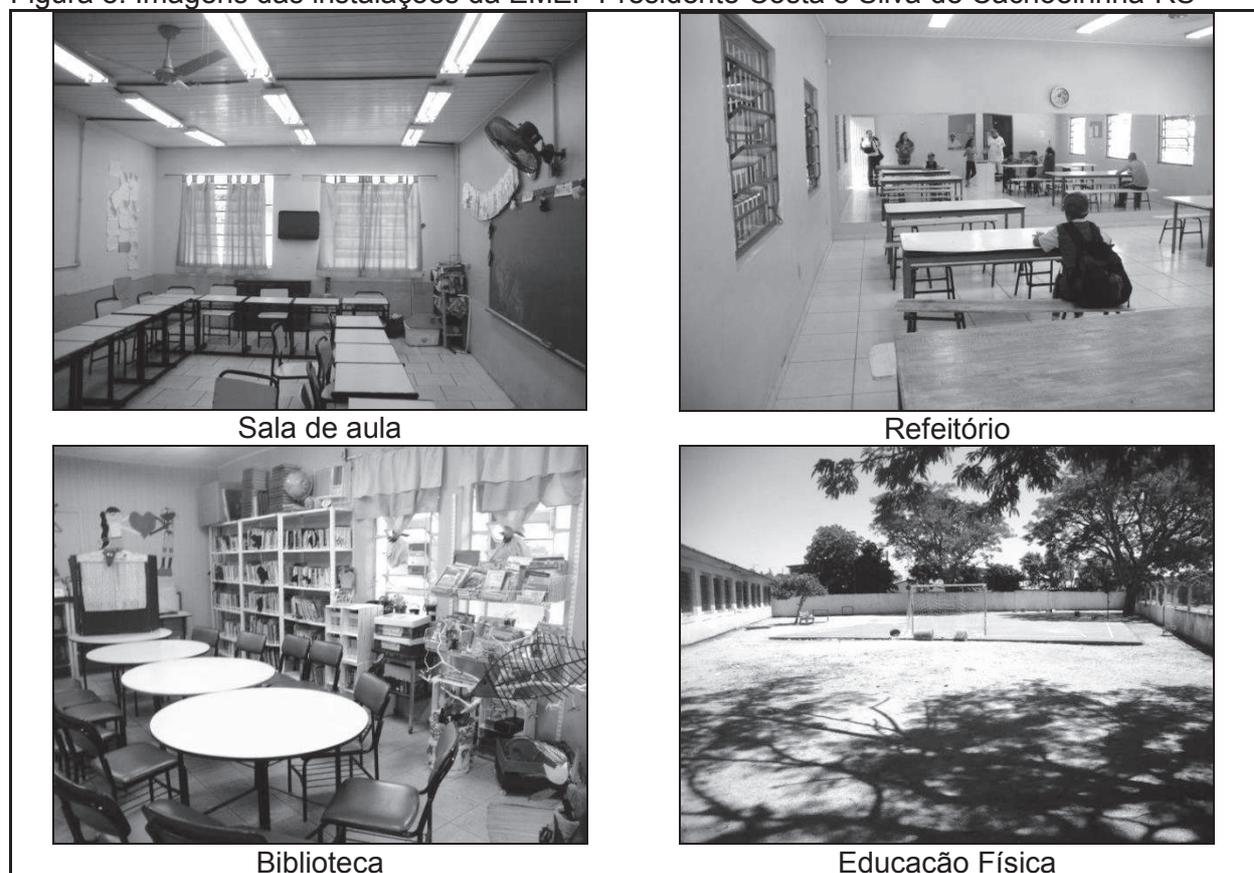
A cobertura dos prédios é muito precária e há falta de ventilação no saguão. Inicialmente eram dois prédios e depois foi construída uma cobertura no vão entre eles para formar um saguão fechado, mas isso cortou a ventilação, ficou feio, escuro, quente e há muitas goteiras.

A quadra de esportes é aberta (Figura 8), então nos dias chuvosos as atividades de educação física e do programa Mais Educação não podem ser praticadas e os alunos precisam “ficar presos” numa sala de vídeo.

A Diretora ressalta que a questão da ventilação é algo complicado, pois no verão é muito quente e as janelas das salas são de basculante. Existem 2 ventiladores por sala que ajudam a dissipar o calor, mas provocam muito ruído. Nesse caso, seria necessário instalar ar condicionado nas salas, mas faltam recursos e a rede elétrica pode não suportar a sobrecarga.

A biblioteca é muito pequena e não é possível acomodar uma turma inteira, mas não há outro espaço disponível na escola. Da mesma forma, o laboratório de informática e a sala de vídeo também não acomodam uma turma inteira. Outro problema no laboratório de informática é o fraco sinal da conexão com a internet, devido à localização da Escola.

Figura 8. Imagens das instalações da EMEF Presidente Costa e Silva de Cachoeirinha-RS



Fonte: o autor

No próprio setor administrativo o espaço é compartilhado com a equipe da educação integral, supervisão, direção, vice-direção e secretaria, ou seja, todos ocupando praticamente o mesmo espaço. Além disso, não há um espaço adequado para receber e atender os pais, inclusive não há nem uma sala de espera.

Mesmo com todas essas carências, não há muito que fazer, pois o terreno não comporta ampliação. A única solução seria a demolição do prédio existente e a construção de outro com estrutura para verticalização.

Outro agravante relatado pela Diretora diz respeito aos dias chuvosos em que ocorre alagamento em uma parte do terreno e a enxurrada corre em direção a algumas salas de aula, há muitas goteiras em outras salas e não há nenhum espaço adequado para a realização de atividades coletivas nesses dias chuvosos, pois a única área coberta e disponível é o precário saguão entre os dois prédios.

Por outro lado, a Diretora percebe que a instalação de brinquedos na praça foi algo positivo para as crianças brincarem e se exercitarem. O plantio de floreiras também contribuiu para melhorar o aspecto visual da escola e para estimular as crianças a respeito da preservação ambiental.

Além disso, têm ocorrido outras melhorias, como por exemplo, a construção de banheiros com recursos do Orçamento Participativo em 2006, a construção do refeitório em 2007 e a construção do pórtico, cobertura da passarela e calçamento do pátio em 2011. Atualmente, as principais demandas que a Escola está batalhando via Orçamento Participativo são a cobertura da área esportiva e o conserto do telhado.

Segundo a Diretora, o município não costuma destinar verba diretamente para parte física das escolas, pois tudo precisa ser disputado via OP. Na regional em que a Escola participa existem 4 escolas concorrentes entre si. Por isso, durante 2 anos consecutivos esta Escola ficou em segundo lugar e a comunidade decidiu não participar da última edição, porque ficou desmotivada pelas duas derrotas anteriores.

Quanto aos aspectos do entorno da Escola, a Diretora relatou que em dias chuvosos alguns alunos têm dificuldade de deslocamento devido ao alagamento em algumas ruas que não são pavimentadas. Apesar disso, não há problemas externos que perturbem os alunos, embora há uns 2 anos eles se reuniam em uma padaria próxima à Escola durante o horário de aula, mas a direção conseguiu dispersá-los com o apoio da guarda municipal.

Quanto à participação da comunidade, a Diretora informou que ocorre através do CPM e do CE e que atualmente está tentando fazer uma gestão mais próxima das famílias, através de reuniões com grupos menores e não somente através de assembleias. Nessas reuniões menores, os pais se colocam à disposição da escola para ajudar no que estiver ao seu alcance. As ações realizadas recentemente com o apoio das famílias foram pinturas e coleta de entulhos.

Especificamente sobre o LSE, a Diretora informou que não há nenhuma ação, pois não obteve nenhum retorno e não foi realizada nenhuma discussão depois que o levantamento foi finalizado. Porém, em todos os anos a sua equipe pensa a qualificação dos espaços para os alunos, como uma pintura, a instalação de ventiladores, a troca de vidros, a colocação de cortinas, a adequação de salas para os professores e os funcionários, a definição de salas para o programa Mais Educação, a troca de sala da cantina, o depósito de material, dentre outros. Por outro lado, o poder público não costuma visitar a Escola para ver como está a sua situação.

5.3 MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS

O município de Dois Irmãos é classificado como de médio-pequeno porte, tem uma população de 27.527 habitantes, pertence à microrregião de Gramado-Canela e está distante 51 km da capital.

Em termos educacionais o município totalizou 3.247 matrículas em 2013 em 12 escolas municipais urbanas, sendo 2 exclusivas de Educação Infantil, 9 de Ensino Fundamental e 1 Centro Integrado de Educação Complementar (INEP, 2014). Destas, apenas as Escolas Municipais Primavera e Professor Paulo Arandt fazem parte da pesquisa por conterem os dados completos do IDEB.

Na entrevista realizada com o Secretário de Educação, ao ser solicitado que expusesse sua visão sobre a qualidade da educação brasileira, ele fez questão de enfatizar a realidade da rede escolar de seu município, que apresenta resultados educacionais muito significativos. Segundo o Secretário, em Dois Irmãos há qualidade de ensino, embora exista potencial para avançar mais. Destacou também que o município tem condições de ser referência em educação em termos de rede de ensino para o Brasil, pois dispõe de condições materiais muito boas e há uma cumplicidade e um protagonismo interessante por parte dos atores envolvidos. Por outro lado, o Secretário manifestou certa preocupação com a rede estadual do Rio Grande do Sul, principalmente pela forma que está estruturada e pelas condições que são disponibilizadas, tanto para professores quanto na estrutura física.

Em relação às condições físicas das escolas, o Secretário considera que nos tempos atuais a infraestrutura faz a diferença, não por ter a centralidade, mas se o professor tiver à sua disposição material pedagógico e equipamentos, bem como infraestrutura física para o desenvolvimento das atividades, certamente vai elevar a qualidade do seu ensino.

O Secretário enfatizou que conhece bem a realidade da rede municipal de ensino, pois mantém uma relação muito próxima com as escolas e realiza visitas frequentes ou participa de eventos artístico-culturais e outras atividades com as famílias. Além disso, há um diálogo

constante com todas as estruturas de organização das escolas e os planejamentos sempre são feitos em reuniões junto com as equipes diretivas. Atualmente, está ocorrendo uma rodada de discussões com os CPMs e os Conselhos Escolares, o que comprova o acompanhamento da SME sobre os problemas e as demandas que surgem nas escolas.

Quanto aos problemas de infraestrutura apresentados pela rede municipal, o Secretário comentou que há alguns anos não se levava em conta o crescimento sistemático das cidades, então se construía escolas para aquela necessidade imediata. Com o tempo, devido à explosão demográfica e ao movimento intenso de famílias que ocorre na região de Dois Irmãos, existem escolas que precisariam melhorar e ampliar sua infraestrutura, mas não há possibilidade devido à indisponibilidade de área física, já que o entorno está todo ocupado com moradias. Assim, não é possível atender ao aumento da demanda e também faltam instalações para viabilizar a implantação do Programa Mais Educação. Portanto, o Secretário conclui que a realidade atual mostra que há necessidade de duplicar toda a infraestrutura ou criar uma nova escola para dar conta do turno integral, pois atualmente as turmas regulares estão ocupando quase todas as salas nos dois turnos.

Por outro lado, o Secretário esclarece que, embora haja uma ou outra escola com salas disponíveis para atender somente 2 ou 3 turmas integrais, não significa que a rede não esteja bem em termos de infraestrutura. Porém, para atender determinados programas do Governo Federal, como o Mais Educação, há necessidade de adequação e ampliação dos espaços físicos, como refeitório, área de esportes, salas e outros.

O Secretário esclarece também que, quando fala que a infraestrutura da sua rede é muito boa, isso significa em termos comparativos com outras redes de ensino. Entretanto, o município tem feito esforço para adquirir novas áreas e ampliar as áreas cobertas, apesar de que em algumas escolas isso não é possível pela indisponibilidade de terreno.

Além disso, o Secretário declarou que a sua gestão pensa a escola como referência para a comunidade em termos de vivências culturais, esportes e lazer, ou seja, como um centro de convivência mais amplo. Nesse sentido e também na perspectiva da educação em tempo integral, ele acredita que, com base no ritmo atual, que daqui a 4 ou 5 anos pode-se dizer que haverá condições próximas do ideal, mas desde que a demanda atual se mantenha estável, como já vem ocorrendo. Apesar de que não há possibilidade de se prever a ocorrência de um expressivo aumento de migrantes em função do mercado de trabalho.

Quanto à idade dos prédios atuais e, conseqüentemente, às necessidades de reforma, o Secretário informou que há 4 ou 5 escolas que tem aproximadamente 20 anos e estão começando a apresentar problemas nos telhados, cujas reformas já começaram, pois a manutenção dos prédios escolares é constante. Atualmente, uma das escolas, que tem mais de 20 anos, está passando por processo de reforma geral, cujo investimento será de R\$400.000,00. No último ano foram realizadas pinturas padronizadas em todas elas.

Segundo ele, são investimentos altos de manutenção e provocam muitos transtornos pela necessidade de tirar os alunos das salas de aula, pois não há tempo hábil de realizar as reformas durante o período de férias escolares. Além disso, o poder público tem enfrentado dificuldades em encontrar empresas interessadas em participar das licitações.

Outro aspecto apontado pelo Secretário diz respeito à estrutura para atender a Educação Infantil, que ainda carece de maiores investimentos, principalmente porque o município está trabalhando na perspectiva de universalizar o atendimento nesta fase da educação básica.

Quanto aos aspectos externos, o Secretário informou que o município tem uma política bem generosa de transporte escolar, pois são atendidas todas as crianças que residem a mais de 1,2 km da escola. Com isso, o investimento acaba sendo muito alto, mas é preciso mantê-lo, pois já é uma situação cultural na comunidade de Dois Irmãos. Entretanto, o maior problema está relacionado à pressão demográfica no entorno das escolas, o que acaba impossibilitando a sua ampliação. Além disso, há carência de espaços de lazer para a comunidade, então o poder público municipal deseja que as escolas sirvam de referência de convívio para as pessoas.

Além disso, o Secretário alertou que há problemas de circulação de drogas em algumas escolas, devido à proximidade com Novo Hamburgo e São Leopoldo, embora não seja com a mesma gravidade com que ocorre nesses centros urbanos maiores. Entretanto, ele não considera que esse e os outros problemas apontados anteriormente possam prejudicar as atividades escolares.

5.3.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização

Segundo o Secretário, quando surgiu este instrumento de diagnóstico do Governo Federal, o município de Dois Irmãos já sabia da necessidade de ampliar as escolas e de adequá-las para a acessibilidade e para oferecer o turno integral. Além disso, apesar de ter condições econômicas próprias e suficientes para fazer tudo isso, a gestão municipal entendeu que, ao fazer esse minucioso levantamento de dados, estaria contribuindo para a União ter uma ideia de quanto teria que auxiliar os municípios nos investimentos necessários.

A realização do diagnóstico em uma rede de ensino maior, ajuda o gestor a se apropriar da realidade e a orientar melhor os investimentos, mas para Dois Irmãos isso não é relevante, porque ocorre o monitoramento da realidade *in loco*. Além disso, ocorrem mudanças constantes, então a realidade atual está diferente daquela encontrada durante a realização do

LSE, como por exemplo, as melhorias realizadas nas bibliotecas, as mudanças nas salas de aula, nos pátios, nas praças, nos banheiros e nas adaptações para acessibilidade.

Por outro lado, embora o município já tivesse a intenção de realizar as adequações dos prédios escolares, havia a expectativa de que o diagnóstico ajudaria a perceber melhor a realidade ao apontar os principais problemas e também havia expectativa em receber os investimentos do Governo Federal.

Portanto, a realização do LSE foi importante para alertar o poder público da necessidade de prestar atenção a determinados aspectos nos ambientes escolares, como por exemplo, a adaptação dos acessos para PNEs. Mesmo que o conhecimento da realidade da rede fosse satisfatório, esse processo estimulou a equipe a desenvolver um olhar mais atento e mais carinhoso a esses detalhes da infraestrutura.

A equipe de Dois Irmãos participou da capacitação em 2009 no município de Canela, através de um representante do setor pedagógico da SME e outro do setor de engenharia da Secretaria de Planejamento. Nessa capacitação, faltaram atividades práticas e as explicações foram muito resumidas. O aprendizado propriamente dito ocorreu durante a execução do levantamento e muitas dúvidas eram esclarecidas com consultas ao manual, realização de reuniões com a engenharia e contatos via e-mail com os técnicos do FNDE. Além disso, as capacitações das equipes de engenharia e do pedagógico foram em ambientes separados. Portanto, faltou oportunidade para dialogar e esclarecer dúvidas em conjunto e, por isso, houve muitas dificuldades que exigiram diversas reuniões para esclarecimentos.

Após à capacitação, foi feita uma análise do quadro de servidores para identificar quem poderia realizar o diagnóstico, já que os dois representantes que participaram da capacitação não poderiam deixar seus postos de trabalho. Com isso, foi capacitada uma terceira pessoa e aumentada sua carga horária para fazer a coleta dos dados. Esse servidor mantinha contato direto com outra pessoa da engenharia para auxiliá-lo nos dados de infraestrutura, mas as informações didático-pedagógicas eram tratadas diretamente com o setor pedagógico da SME e com as direções das escolas.

Durante o trabalho de campo, enquanto era feita a coleta de dados em uma escola, a equipe da engenharia fazia o levantamento arquitetônico em outra. Para isso, o contato da engenharia com a educação precisava ser constante, pois não bastava chegar à escola e simplesmente coletar os dados, mas era preciso conduzir um trabalho sistemático, organizado e bem planejado.

Antes do início dos trabalhos, foram realizadas reuniões com as direções das escolas para estabelecer o cronograma das visitas e explicar “o que” e “como seria feito” o diagnóstico. Durante as visitas havia o acompanhamento de uma pessoa da escola para identificar e auxiliar na medição dos espaços.

O levantamento nas escolas municipais foi concluído em 2010, mas nas 7 escolas conveniadas para atendimento da Educação Infantil, que são prédios do município e terceirizados na gestão, o levantamento foi realizado em 2011.

Quanto às dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Educação para a realização do LSE, o Secretário declarou que a falta de profissionais com carga horária disponível e com perfil e competência para coordenar todo o processo foi a principal dificuldade, principalmente pela necessidade de articulação com outra Secretaria Municipal.

Além disso, o FNDE não tinha argumentos muito convincentes para que os municípios adotassem o LSE imediatamente e havia dúvidas sobre a relevância desse instrumento para contribuir efetivamente com a melhoria da infraestrutura disponível, pois não estava muito claro como seria o apoio do Governo Federal nos investimentos para as devidas adequações aos PMFE.

Portanto, não há clareza da centralidade desse programa no MEC, diante da gama de demandas que existem para melhorar a educação, como por exemplo, as condições de acesso, a produção de resultados, entre outros. Parece que esse programa ganharia importância ou valor se, efetivamente, conseguisse dar algum retorno para o município, senão contribuiria apenas enquanto diagnóstico. Por outro lado, se esse diagnóstico ajudou a orientar o FNDE na estruturação das políticas, então teve utilidade, mas caso contrário, foi perda de tempo.

O Secretário confessou que o município se empenhou em realizar o diagnóstico, porque sempre houve muito rigor na organização do sistema. Para a gestão municipal, o sistema deve estar sempre bem organizado, em pleno funcionamento e nunca deve ser deixado nada para segundo plano, em nenhum aspecto. Nesse caso do LSE, havia a política do FNDE que era importante naquele momento, então a Prefeitura assumiu o compromisso, gastou energia e investiu em recursos humanos para dar conta do diagnóstico. Portanto, é frustrante saber que o programa está paralisado. Além disso, todos os dados do município já disponíveis ao FNDE não estão sendo aproveitados para a realização de planejamentos.

Na avaliação do Secretário, o governo deve ter se dado conta que a realidade está muito distante dos padrões mínimos, então não haveria condições financeiras para a sua adequação. Além disso, se as escolas e os municípios tivessem acesso a essa relação de análise entre o que é padrão com condições mínimas de funcionamento de uma escola e o seu estado atual, isso provavelmente criaria uma série de reivindicações muito bem fundamentadas para fazer ampliação e adequação das escolas, ou seja, criaria um problema para o próprio MEC.

5.3.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos

O município não tinha tomado conhecimento sobre os resultados do diagnóstico do LSE até a época da entrevista com o Secretário de Educação que ocorreu no mês de novembro de 2012. Portanto, a análise dos relatórios gerenciais de reforma, ampliação, aquisição e condições de funcionamento das escolas da rede municipal frente aos PMFE ficou inviabilizada.

Como consequência disso, a SME não promoveu nenhuma ação de socialização e discussão sobre os indicadores dos PMFE no município de Dois Irmãos. Da mesma forma, devido ao desconhecimento das estimativas de reestruturação física e aquisições que seriam apontadas nos relatórios do LSE, o município não adotou nenhuma estratégia de melhoria visando à adequação da rede escolar aos PMFE.

Por outro lado, ao ser questionado sobre a política municipal de melhoria da infraestrutura das escolas municipais, o Secretário declarou que há preocupação constante com a solução dos problemas físicos, por isso as reformas ocorrem regularmente. Há pouco tempo foram realizadas pinturas para padronização das escolas com cores mais alegres e acolhedoras, adequação dos acessos, instalação de bancadas para as salas de informática e melhorias nos espaços de lazer, onde alguns desses espaços são disponibilizados para a comunidade externa no turno da noite e nos finais de semana.

A gestão municipal atual fez um investimento muito grande em bibliotecas nas escolas, com a ampliação do acervo bibliográfico e melhorias na iluminação e ventilação, pois esses ambientes eram escuros e mofados. Por outro lado, como algumas escolas foram construídas há mais tempo, torna-se inviável adequá-las em certos aspectos avaliados pelo LSE, como por exemplo, a área mínima por aluno em sala de aula e as condições de acessibilidade.

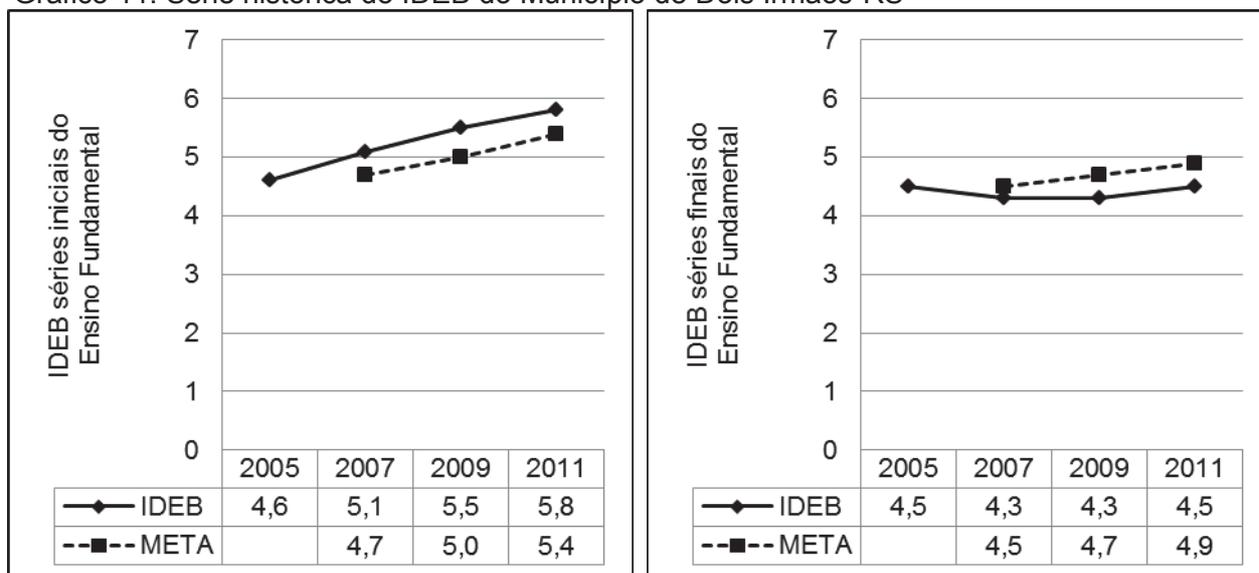
5.3.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica

Dentre os diversos fatores que apresentam alguma relação com o processo educacional, a infraestrutura pode ser considerada como um dos mais importantes, pois a educação formal necessita de um espaço físico edificado, equipado e mobiliado para desenvolver a maioria das ações pedagógicas. Neste sentido, o Secretário foi questionado a respeito da possível interferência das condições físicas da rede municipal de Dois Irmãos no desempenho de seus alunos. Em sua opinião, a infraestrutura é um elemento que contribui, pois um ginásio, uma quadra de esportes coberta, um calçamento e uma sala que tenha boas condições de receber os alunos, fazem muita diferença. Por outro lado, ambientes úmidos, sujos e sem ventilação têm implicação direta na aprendizagem. Além disso, ambientes

inadequados ou apertados podem prejudicar, inclusive, as relações de convivência, gerando situações de conflito. Entretanto, a qualidade da educação também depende de outras variáveis, como a participação das famílias, a qualificação e a permanência dos professores e a condição socioeconômica dos alunos e das demais pessoas da comunidade.

Analisando-se a série histórica da média do IDEB obtido nas escolas municipais de Dois Irmãos, (Gráfico 11) percebe-se melhores desempenhos nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pois os resultados das séries finais estão todos abaixo das metas estabelecidas pelo INEP.

Gráfico 11. Série histórica do IDEB do Município de Dois Irmãos-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

O depoimento do Secretário demonstra que esse indicador não é determinante para a definição das políticas municipais no âmbito da educação, pois ele declarou que a preocupação da sua gestão é que as escolas tenham as condições adequadas para atender plenamente as necessidades de trabalho dos professores, mas não há associação direta dos investimentos aos resultados do IDEB.

Na opinião do Secretário, o IDEB é uma referência usada para medir a qualidade do ensino, mas deve ser relativizado, porque existem outras variáveis muito importantes. Se a escola é bem cuidada, se a equipe diretiva faz e pensa a gestão e se sente gestora, vai se empenhar para melhorar o ambiente e a condição material. Tudo isso vai contribuir para melhorar os resultados da aprendizagem e, conseqüentemente, o professor vai se sentir motivado, porque vê que os ambientes da sua escola estão melhorando. Portanto, a centralidade está no exercício da gestão, uma gestão compartilhada e autônoma pedagógica e financeiramente, pois todos os processos se dão na própria escola, que é onde os processos educacionais realmente se desenvolvem. Para isso, o poder público municipal tem investido

muito na formação continuada e na organização do coletivo para que eles pensem juntos, através das reuniões pedagógicas.

Quanto aos investimentos de recursos financeiros nas condições físicas, o Secretário frisou que esta questão é um dos elementos relevantes na sua gestão, pois entende que é preciso cuidar bem da escola, onde a própria estética é importante para valorizar o ambiente. Por outro lado, uma escola que apresenta problemas gera um tensionamento, pois as pessoas precisam ficar cobrando recursos para trocar um vidro ou uma telha quebrada e isso é muito ruim num ambiente escolar. Portanto, a infraestrutura tem um peso muito significativo para a gestão municipal e todos os anos ocorrem melhorias nas condições das escolas. Atualmente, estão sendo construídas quadras cobertas em duas escolas e um ginásio em outra.

Além desses investimentos, outras demandas apresentadas pelas escolas no último ano foram pinturas, manutenção nos telhados, manutenção em pisos, adequação do tamanho das salas de aula, ampliação e adequação das cozinhas, compra de equipamentos pedagógicos e algumas demandas visando a sustentabilidade como coleta de água das chuvas para irrigação dos jardins.

5.3.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas

Como o município de Dois Irmãos não obteve acesso aos relatórios gerenciais e ao quadro geral de padrões mínimos de suas escolas, a elaboração do PAR não foi subsidiada pelo diagnóstico do LSE.

Na visão do Secretário, a vinculação do PAR com o LSE é muito relevante, na medida em que instrumentaliza o processo de planejamento com informações bastante precisas sobre as necessidades. Além disso, reduziria as demandas equivocadas ou menos relevantes, pois a prioridade de atendimento seguiria as principais necessidades apontadas nos relatórios.

Por outro lado, se o MEC adotasse como referência o diagnóstico do LSE para orientar os programas de investimento, poderia ter problemas internos de gestão, pois existem conflitos de interesse em que os responsáveis por determinados programas querem que o seu ganhe centralidade nas decisões. Além disso, pode-se questionar qual é a centralidade que o próprio LSE tem para o MEC, em detrimento de outros programas ou outras políticas? Apesar de que, o próprio LSE vem ao encontro de outros programas importantes do MEC, como por exemplo, a implementação do Mais Educação nas escolas depende de adequações físicas ou de ampliações da área construída.

Esse é um aspecto bem importante na relação entre as condições físicas e aprendizagem, pois não adianta pensar em programas como o Mais Educação sem realizar os investimentos necessários. Independentemente disso, os investimentos realizados em

infraestrutura no município de Dois Irmãos têm sido planejados na perspectiva de atender adequadamente as crianças em tempo integral.

Segundo o Secretário, na elaboração do PAR de 2011-2014 havia a intenção de incluir as necessidades de ampliações e melhorias das escolas a partir da análise do LSE, mas na ausência dos relatórios sistematizados, apenas foram possíveis elencar alguns aspectos mais lembrados pela comissão que coordenou o diagnóstico. Apesar de que, mesmo com a falta dos relatórios, o LSE promoveu um olhar mais atento a determinados aspectos que, em primeira vista, pareciam menores.

Além disso, se o município tivesse recebido os relatórios do FNDE, então poderia ter se desenvolvido processos de discussão e análise em cada escola. Mesmo assim, existem bastantes solicitações e debates sobre melhorias e todas elas são levadas em consideração na atualização dos PPPs, pois as comunidades tem participação bastante intensa nas demandas de suas escolas, através dos CPMs e Conselhos Escolares.

O município de Dois Irmãos conta com um Conselho Municipal de Educação muito participativo que sempre está fiscalizando e ajudando a orientar as ações educacionais. Este Conselho existe há 25 anos e em 2002 foi criado o Sistema Municipal de Ensino, cujo funcionamento está definido em normativa própria e uma de suas atribuições é a realização de visitas às escolas e elaboração de relatórios sobre suas condições físicas e documentais.

5.3.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental Primavera:

A EMEF Primavera atende 21 alunos da educação infantil e 319 do ensino fundamental completo. O transporte público municipal atende 61 alunos (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, a condição socioeconômica dos alunos é bastante heterogênea, principalmente porque a Escola recebe alunos do bairro São Miguel que são de famílias de classe mais baixa. Dentre os alunos, não há uma predominância de grupos étnicos, porque a Escola também tem recebido muitos alunos de outras regiões do Estado, principalmente do Noroeste, cujas famílias vêm em busca de emprego no setor calçadista e, por esse motivo, as matrículas ocorrem durante todo o ano letivo.

O corpo docente apresenta boa formação, pois a maioria tem graduação e muitos também tem pós-graduação. Além disso, o aperfeiçoamento é constante, pois há incentivos municipais, inclusive através da remuneração no plano de carreira.

Não há problema de rotatividade do corpo docente, pois são poucos professores na condição de contratados. Quando surge uma vaga, primeiramente é dada oportunidade àqueles professores que já são concursados e que tem disponibilidade de aumentar a sua carga horária, pois a proposta do município é que o professor crie um vínculo com a escola e com a comunidade.

Quanto à questão da qualidade da educação, a Diretora percebe que há uma preocupação em qualificar cada vez mais a prática docente, através do comprometimento dos professores. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município tem oferecido cursos de capacitação em todos os anos. Por outro lado, ainda há muita dificuldade em tornar as famílias mais presentes e há um longo caminho pela frente para dizer que existe um ensino de qualidade, mas, apesar das adversidades encontradas nesse caminho, o profissional que é comprometido segue em frente.

Quando se fala em qualidade do ensino, pode-se falar na formação dos atuais professores que estão saindo do Magistério, pois a sua atuação em sala de aula é bem preocupante, inclusive em relação à sua maturidade e à sua falta de comprometimento com a profissão. Entretanto, são esses profissionais que estão à disposição e que, muitas vezes, trabalham descontentes. Isso interfere diretamente na qualidade do ensino, pois pode-se ter uma sala de aula precária, mas se o profissional é comprometido e qualificado, não há infraestrutura ruim que “derrube” isso.

Na opinião da Diretora, uma boa infraestrutura na escola faz diferença, porque muitas vezes o professor quer desenvolver certas atividades, mas não dispõe daquele suporte ou daquele recurso necessários. Portanto, é certo que a infraestrutura interfere na qualidade do ensino. Em relação a este aspecto, ela considera que a sua Escola está numa condição privilegiada e cita várias situações que comprovam suas colocações, como por exemplo, dois laboratórios de informática, sala de recursos para atender alunos com deficiência mais grave e laboratório de aprendizagem para atender alunos com dificuldades gerais. Além disso, há profissionais disponíveis para atender as atividades desenvolvidas em todos esses ambientes. O estado de conservação das instalações e o mobiliário também são muito bons, pois as salas de aula dispõem de quadro branco, classe e cadeiras em bom estado, há cortina nas janelas, entre outros. Para atender as necessidades de acessibilidade, os banheiros são adaptados e há piso tátil. Para as atividades físicas e de lazer, a escola dispõe de um ginásio, duas praças e uma quadra poliesportiva. A Escola também conta com recursos audiovisuais, projetores, brinquedoteca e uma biblioteca em fase de estruturação.

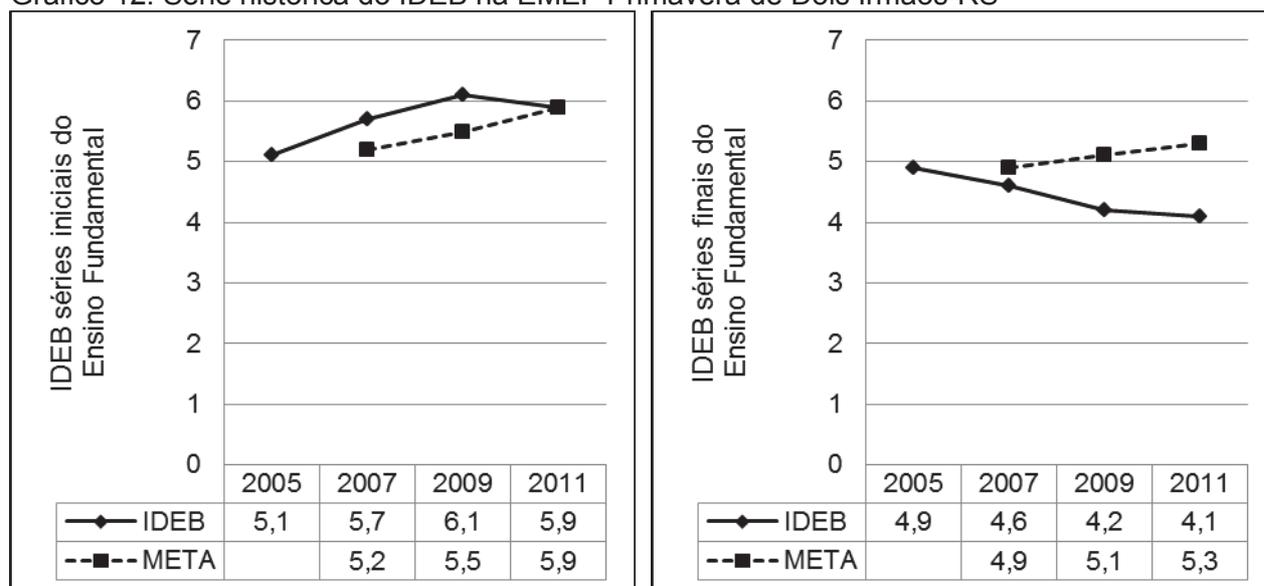
Portanto, a Diretora conclui que infraestrutura e recursos humanos não faltam e considera que isso tudo à disposição dos professores contribui para estimular o seu trabalho e qualificar a sua prática. Entretanto, a utilização de todos esses recursos depende do conhecimento e do interesse dos professores, pois a qualidade do ensino ofertado aos alunos está nas mãos do corpo docente da escola. O professor é a peça principal, pois é ele quem faz a engrenagem andar. Muitas vezes, o aluno vem desinteressado, então o professor precisa apresentar uma proposta que tenha significado para esse aluno e fazer com que ele crie vínculo e valorize a escola.

Outros recursos que a Escola mantém à disposição dos alunos e os incentiva a utilizar são as revistas e jornais. Para isso, são feitas reuniões na biblioteca para que o professor frequente esse espaço. Este é o papel da gestão, que precisa estar constantemente incentivando os professores a utilizarem e aproveitarem os recursos disponíveis.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Primavera (Gráfico 12) percebe-se que a Escola começou com uma boa pontuação na primeira edição da Prova Brasil nas duas etapas do Ensino Fundamental, no entanto o decréscimo foi constante nas séries finais no decorrer das outras edições, tendo ficado sempre abaixo das metas estabelecidas pelo INEP. Nas séries iniciais houve crescimento até a edição de 2009 e decaiu em 2011, mas ainda se manteve dentro da meta para essa etapa do Ensino Fundamental.

Esses resultados preocupam a direção da Escola, pois a Diretora comentou que a sua equipe não está satisfeita com os índices no IDEB. Apesar de que, segundo ela, a Escola sempre caminhou na tentativa de qualificar o espaço e os seus recursos. Sendo assim, as melhorias sempre foram acontecendo, independentemente dos resultados do IDEB.

Gráfico 12. Série histórica do IDEB na EMEF Primavera de Dois Irmãos-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Além disso, existem atividades de reforço escolar no contra turno para atender alunos com dificuldades. As condições físicas da escola dão o suporte para o desenvolvimento dessas atividades, como sala disponível e bastante material didático.

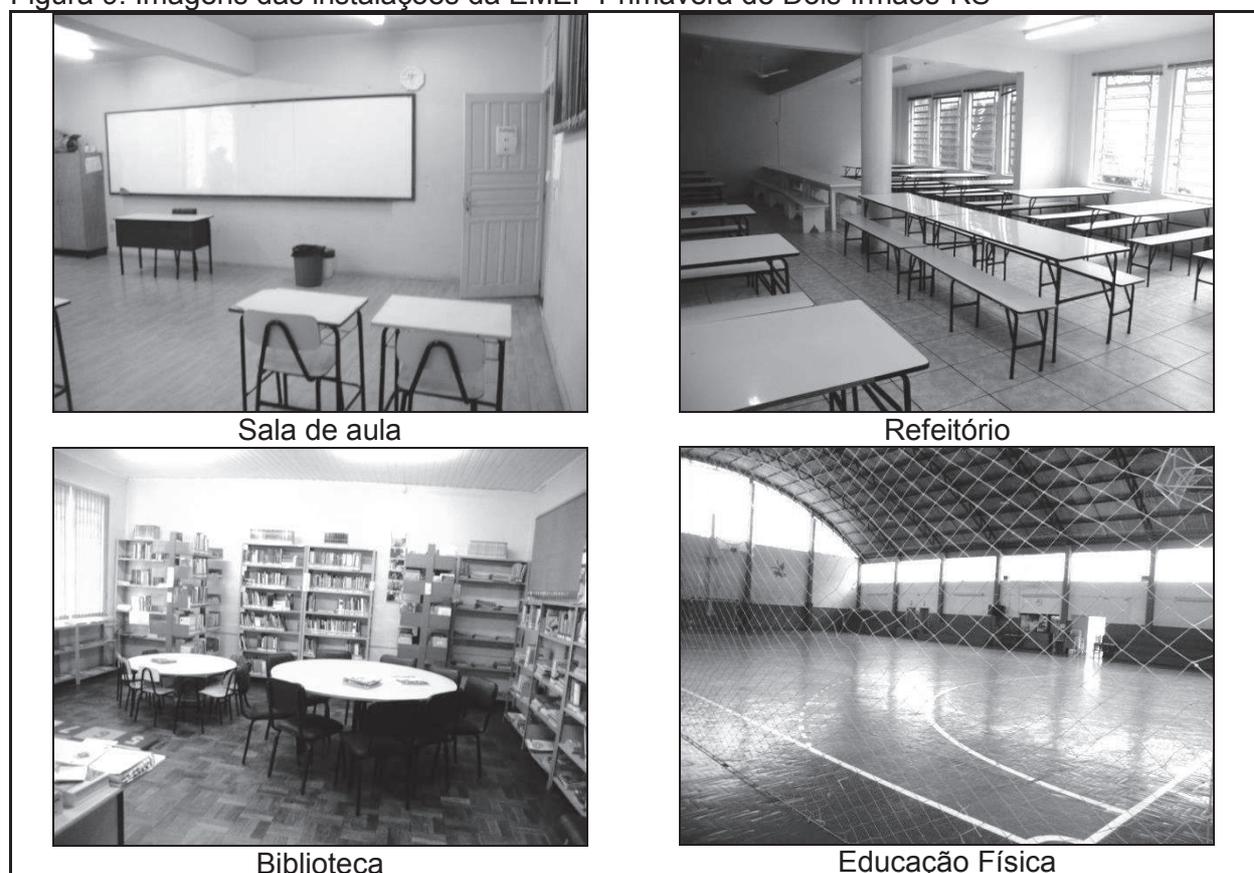
Segundo a Diretora, a atenção do poder público municipal para as demandas de infraestrutura da escola é bastante expressiva e o município também destina uma verba para a escola administrar com autonomia financeira.

A direção, juntamente com os professores e o CPM, define quais investimentos deverão ser feitos e isso tem ajudado muito na qualificação da infraestrutura da escola.

Não foi possível acessar os relatórios do LSE de Dois Irmãos, portanto não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE. Por outro lado, a visita na escola e a entrevista realizada com a Diretora, permitem-nos discutir a sua situação frente a esses indicadores de desempenho e de qualidade física do prédio escolar.

A percepção obtida através da visita a esta Escola foi muito positiva, pois o padrão construtivo e o estado de conservação dos prédios, a disponibilidade e a qualidade de equipamentos e mobiliário à disposição dos alunos são excelentes. Portanto, essa percepção corrobora com a opinião da Diretora, quando ela diz que a sua Escola está numa condição privilegiada. Algumas imagens registradas durante a visita nos dão uma noção das instalações físicas (Figura 9). Entretanto, a Diretora relacionou alguns aspectos que carecem de atenção, como é o caso do laboratório de ciências que esteve desativado e virou depósito por certo período. O motivo que causou essa situação foi a exoneração do professor de ciências e a contratação de quatro professores que não são fixos na escola. Além disso, a Escola existe há 20 anos e, ao longo desse período, foi sofrendo ampliações, mas em nenhuma dessas fases foram considerados os aspectos de acessibilidade, embora a escola disponha de um banheiro acessível e piso tátil. Atualmente existe um aluno cadeirante que utiliza o primeiro piso, mas não haveria possibilidade de utilizar as instalações dos outros pavimentos.

Figura 9. Imagens das instalações da EMEF Primavera de Dois Irmãos-RS



Fonte: o autor

O prédio escolar é composto por três pavimentos e um deles é destinado somente para os projetos, sala de vídeo, laboratório de aprendizagem com atendimento individualizado onde existem cinco computadores e jogos didáticos, sala de artes em fase de estruturação, laboratório de ciências, laboratório de informática e sala de teatro.

Em relação ao entorno da Escola, a diretora considera que o bairro é bem tranquilo e não há nenhum conflito com a comunidade. Nas proximidades existem lojas, restaurantes e está previsto a instalação de um posto de saúde. O ginásio de esportes é muito utilizado pela comunidade, que aluga esse espaço no turno da noite.

Quanto à participação da comunidade, a Diretora informou que ao final do ano as famílias recebem um questionário para avaliação institucional, onde constam questões sobre atendimento aos alunos, qualidade da infraestrutura e do ensino e as ações realizadas no ano letivo. Com base nas respostas dos pais é elaborada a proposta pedagógica e planejado o próximo ano letivo.

Os resultados das assembleias gerais com as famílias também são importantes subsídios para o planejamento das ações com os professores, cujas reuniões ocorrem todas as terças-feiras à noite.

A Diretora ressaltou que procura sempre envolver as famílias, pois a sua presença é importante quando se fala em qualidade. Portanto, para a proposta político pedagógica e o calendário escolar sempre é levado em consideração o que as famílias apontaram na avaliação institucional.

Além disso, existem as reuniões do Conselho Escolar e CPM que são mensais. Nessas reuniões também são discutidas todas as ações da Escola e sempre é ressaltada a importância da parceria e da participação de todos, pois os objetivos são comuns, ou seja, tratam-se do bem-estar e do aprendizado dos alunos. É importante valorizar a opinião da família, para que ela se sinta parte relevante do processo ou se sinta incluída e participe mais ativamente da vida estudantil de seus filhos.

5.3.6 Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Paulo Arandt:

Esta Escola atende 34 alunos da educação infantil, 485 do ensino fundamental completo e 213 da EJA (INEP, 2014). O transporte público municipal atende 202 alunos (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, as famílias dos alunos são de trabalhadores assalariados nas indústrias de calçados e no grupo Herval e sua origem étnica é bastante diversificada. Não há diferença de desempenho em função da sua origem, pois o desempenho é mais dependente do comprometimento das famílias do que das suas origens.

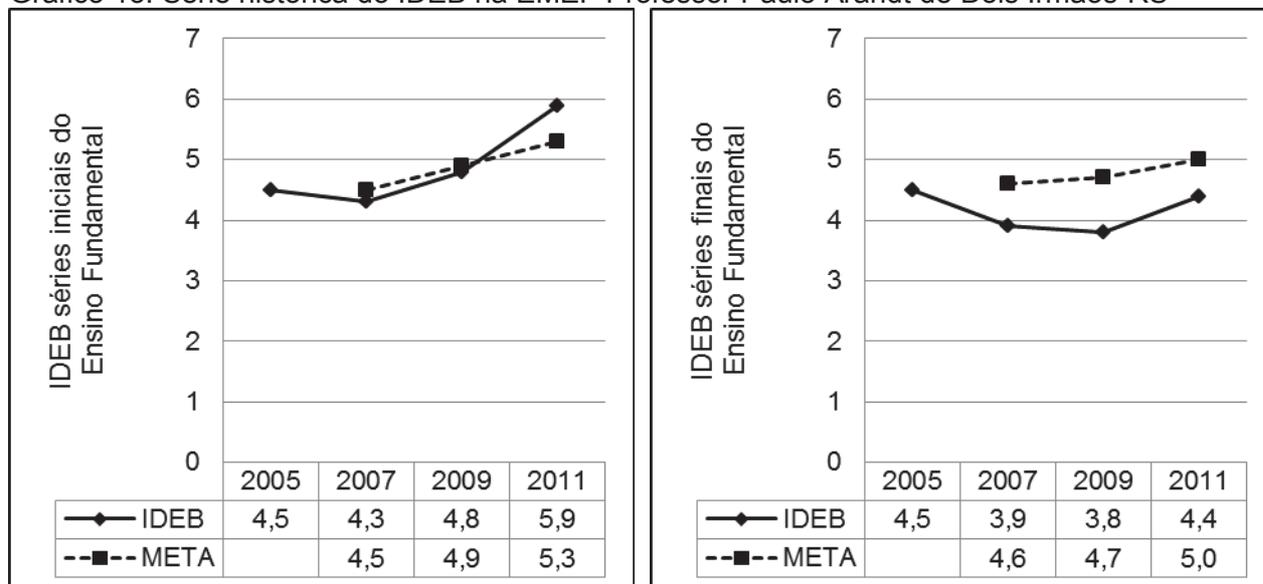
O corpo docente apresenta boa formação, pois todos os professores são graduados e a maioria tem pós-graduação. A rotatividade de professores é mínima, no máximo 10 a 15% nos últimos anos, pois a maioria é concursada.

Na opinião da Diretora, a qualidade da educação poderia estar melhor e depende muito da participação e do comprometimento da família. Não bastam somente as quatro horas que a criança fica na escola, pois é preciso haver um complemento em casa. Percebe-se, claramente, um desempenho melhor daquele aluno em que sua família está mais presente, que acompanha, que se preocupa, que chega ao final do dia e, mesmo estando cansada, ao menos pergunta para o filho como foi a escola. Esse empenho se vê mais nas séries iniciais, pois a dificuldade maior ocorre nas séries finais, que é quando a criança já dispensa a ajuda dos pais.

Apesar disso, a Diretora acha que estamos no caminho para a qualidade, mas ainda temos muito a melhorar, mesmo que já tenhamos avançado e alcançado muitos aspectos positivos.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Prof. Paulo Arandt (Gráfico 13) percebe-se que a Escola apresenta um bom desempenho, considerando-se as séries iniciais do Ensino Fundamental. Já nas séries finais os resultados vinham com uma tendência de queda constante e houve recuperação na última edição, porém não foi suficiente para superar a meta estabelecida pelo INEP.

Gráfico 13. Série histórica do IDEB na EMEF Professor Paulo Arandt de Dois Irmãos-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

A Diretora acredita que o baixo rendimento está mais relacionado com a falta de suporte familiar e destaca que o IDEB de sua Escola nas séries iniciais tem avançado bastante e em 2011 já atingiu a meta prevista para 2013.

Além disso, ela salienta que os investimentos têm acontecido em função da própria demanda natural, independentemente dos indicadores do IDEB e acredita que as condições físicas da Escola não têm interferido no desempenho dos alunos, pois a oferta em termos de qualificação dos professores e espaços físicos é bastante significativa para o desenvolvimento do aprendizado, ou seja, as condições estão muito boas, tanto em material quanto em recursos humanos, pois são oferecidos os espaços necessários para os alunos, com boas salas, datashow, carteiras escolares, salas de vídeo, laboratório de informática e boa biblioteca.

A Escola existe há 26 anos e na época em que foi adquirido o terreno e construído o prédio não havia preocupação com acessibilidade. Atualmente, está muito difícil viabilizar a sua adaptação por causa das características arquitetônicas dos ambientes da escola e das ampliações que ocorreram ao longo do tempo.

As últimas modificações ocorreram em 2006 quando foi adquirida mais uma área para a construção de uma praça e em 2011 quando foi realizada uma pintura geral nos prédios.

Não foi possível acessar os relatórios do LSE de Dois Irmãos, portanto não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE. Por outro lado, a visita na escola e a entrevista realizada com a Diretora, permitem-nos discutir a sua situação frente a esses indicadores de desempenho e de qualidade física do prédio escolar.

As imagens (Figura 10) mostram instalações bem cuidadas, ambientes amplos e limpos e também um bom ginásio de esportes. Portanto, essas imagens ajudam a corroborar com a opinião da Diretora quanto à qualificação dos espaços físicos de sua Escola.

A Diretora comentou que, apesar da Escola não ter recebido os resultados do diagnóstico do LSE, a presença da equipe da SME e a participação da direção no fornecimento de informações permitiu o desenvolvimento de um olhar mais clínico sobre as condições da escola. Além disso, na estruturação do próximo ano letivo é preciso saber quantas salas e outros espaços estarão disponíveis para atender os alunos, quantos alunos cabem na sala de vídeo e quantos alunos estão matriculados, então o LSE contribuiu com essas informações mais detalhadas e mais precisas para a realização desse planejamento.

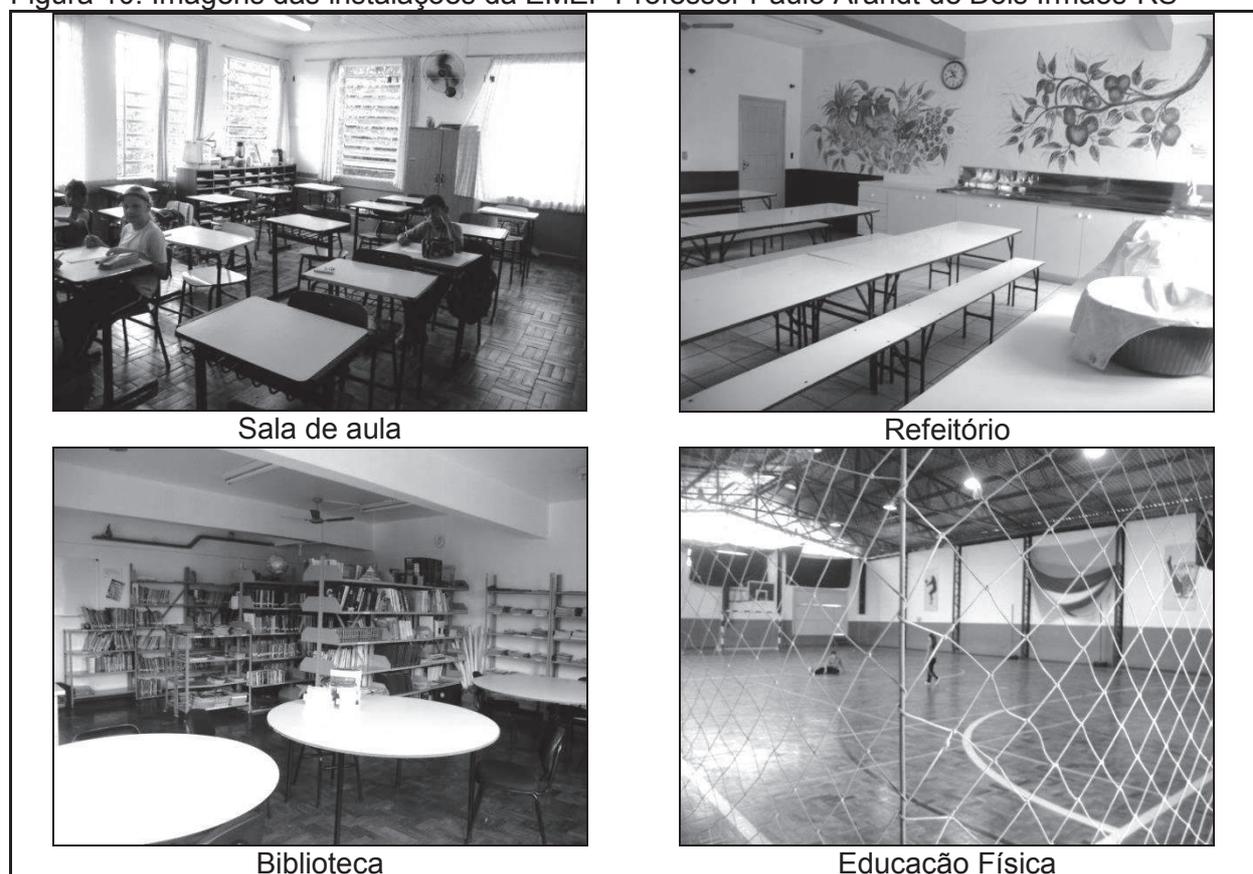
O levantamento das necessidades é feito anualmente, devido às características do prédio que demanda manutenção constante, como por exemplo, conserto de calçada, porta, janela, dentre outros.

Além disso, a direção realizou recentemente a revisão do PPP com a participação do Conselho Escolar e do CPM, cujas reuniões ocorrem mensalmente. Essa revisão ocorreu a partir de dados atuais do Governo Federal e de pesquisas com as famílias.

Neste aspecto da infraestrutura, ela acredita que as condições físicas associadas a outros fatores são relevantes para o desempenho dos alunos, fazendo com que se sintam bem e se comprometam com a conservação das instalações. Além desse aspecto, que está

relacionado com o acolhimento ao aluno, as boas instalações contribuem para melhorias no aprendizado, na medida em que a escola dispõe de laboratórios de informática e de ciências, biblioteca e laboratório de ensino e aprendizagem para alunos que necessitam de um atendimento mais individualizado.

Figura 10. Imagens das instalações da EMEF Professor Paulo Arandt de Dois Irmãos-RS



Fonte: o autor

A Diretora informou que os recursos administrados diretamente pela escola são destinados para pequenos reparos com o objetivo de manter o prédio em condições de uso. Recentemente, foi realizada pintura externa e interna em parceria com a prefeitura, a qual forneceu a tinta e a escola disponibilizou a mão de obra.

Quanto aos aspectos externos à Escola, a Diretora relatou que os alunos do turno da manhã não dispõem de opções de lazer no bairro, então alguns se reúnem no estacionamento em frente à escola no turno da tarde e isso causa preocupação, devido à possibilidade de consumo de drogas. Por outro lado, não há nenhuma outra situação ou atividade no entorno da escola que possa prejudicar as atividades escolares, pois o bairro é muito tranquilo e o acesso é todo pavimentado.

5.4 MUNICÍPIO DE FLORES DA CUNHA

O município de Flores da Cunha é classificado como de médio-pequeno porte, tem uma população de 27.116 habitantes, pertence à microrregião de Caxias do Sul e está distante 148km da capital.

Em termos educacionais o município totalizou 2.245 matrículas em 2013 em 09 escolas municipais urbanas e 03 rurais, sendo 01 exclusiva de Educação Infantil e 08 de Ensino Fundamental (INEP, 2014). Destas, apenas a Escola Municipal São José faz parte da pesquisa por conter os dados completos do IDEB.

Na entrevista realizada com a Secretária de Educação, ao expor sua visão sobre a qualidade da educação brasileira, ela destacou que temos vários problemas, mas que eles ocorrem em função de outros segmentos que dependem das políticas públicas, das famílias, do professor e da própria escola. Segundo ela, se pensarmos em políticas públicas vamos nos deter na questão da valorização do profissional da educação que precisa receber uma boa formação. Em termos de programas governamentais, a educação em turno integral significa um avanço muito grande, pois os filhos de pais que trabalham fora de casa, ficam sozinhos diante do computador, da TV ou mesmo na rua e acabam não tendo limites. Quando falamos em pais, sabe-se que estão cada vez mais distantes. Os pais estão largando muito as suas ocupações para a escola, a qual acaba exercendo o papel de psicóloga, de educadora e de escolarização, cuja situação está ficando muito complicada. Chamam-se os pais para a escola, mas eles não se fazem presentes e, muitas vezes, não conseguem fazer parceria com a escola, porque acreditam demais nos filhos e acham que a escola conspira contra eles. Por não estarem muito presentes com seus filhos, não conhecem o seu comportamento na sociedade.

Por isso, a educação integral é importante para eles desenvolverem socialização e habilidades para o seu futuro. Entretanto, a estrutura física ainda não comporta o turno integral e também faltam professores.

Por outro lado, a Secretária entende que um ambiente escolar bonito e com lousa digital, TV e datashow é importante, mas precisa haver o envolvimento do professor e da família. No caso de Flores da Cunha, as escolas dispõem de boa infraestrutura, pois estão equipadas com lousa digital, sala de informática, coordenação pedagógica, dentre outros, mas ainda é preciso avançar na questão do envolvimento do aluno.

Para manter contato permanente com as escolas e estar ciente da sua situação, a Secretária informou que costuma visitá-las e conversar com as professoras e com a direção. Além disso, as equipes diretivas têm livre acesso na Secretaria de Educação, pois a sua presença e os contatos via telefone ou ofícios, torna a relação com as escolas bem aberta. Também são feitas reuniões mensais com todos os diretores municipais, estaduais e particulares, pois os assuntos que tratam de educação são de interesse de todo o município.

Quanto aos problemas de infraestrutura, a Secretária informou que são resolvidos assim que surgem. Por isso, todas as escolas estão em boas condições para o desenvolvimento das atividades escolares. As reclamações mais frequentes são em relação à conectividade com a internet, principalmente nas escolas da zona rural.

As reformas mais recentes foram a troca do telhado de uma escola e as ampliações em outras quatro escolas, onde em uma delas foi construída a biblioteca. A maioria dessas escolas é da década de 90 e apenas uma delas tem em torno de 100 anos, onde antes funcionava uma escola católica.

Quanto a possíveis problemas externos que possam prejudicar as atividades das escolas, a Secretária informou que nenhuma delas sofre qualquer tipo de interferência. Além disso, há transporte escolar terceirizado que atende a totalidade dos alunos.

5.4.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização

Segundo a Secretária, o LSE era a base de tudo o que estava por vir em termos de investimentos do Governo Federal, a partir da elaboração do PAR. Portanto, a realização do LSE era uma condição obrigatória para o recebimento de qualquer subsídio da União. Por outro lado, como o município tem apenas 8 escolas e todas são pequenas, a gestão municipal já tinha um bom conhecimento da rede e não necessitaria do LSE para conhecê-la. Portanto, o LSE é válido somente para quem não tem o conhecimento da realidade de sua rede municipal.

Quanto ao cronograma envolvendo as ações do LSE, a Secretária informou que a capacitação da equipe formada por profissionais da pedagogia, engenharia e informática ocorreu em 2009 no município de Serafina Correa e a conclusão do levantamento ocorreu em 2010, mas desde então, não houve nenhuma outra ação.

Segundo a Secretária, a capacitação foi bem detalhada e um dia seria suficiente para realizar toda a formação, mas foram gastos dois dias e meio destinados ao estudo do manual e à visita a uma escola. Apesar disso, faltaram explicações a alguns detalhes importantes, como por exemplo, o número de alunos em cada sala de aula e a série que utiliza essa sala, mas nas salas ambientes esse número varia muito, devido ser visitada por alunos de diferentes turmas. Portanto, a capacitação não deu conta de esclarecer as especificidades, mas depois disso foi cada um por si e outros municípios também enfrentaram muitas dificuldades. Por isso, a equipe de Flores da Cunha decidiu anotar todos os passos da sua estratégia metodológica para colaborar com os municípios que estivessem com dúvidas, pois nunca houve retorno do FNDE sobre os pedidos de esclarecimento.

Depois da capacitação foi realizada a divisão do formulário, com a identificação e numeração dos itens destinados à Secretaria de Educação e dos itens destinados à Secretaria

de Engenharia. Foram realizadas visitas a cada uma das escolas para orientações e entregue cópias dos formulários para as equipes diretivas. As diretoras passaram a visitar cada um dos ambientes escolares enumerados previamente com etiquetas e respondiam os itens que lhes cabiam. Se necessário, ligavam para a Secretaria para pedir orientação. O levantamento dos itens específicos de infraestrutura foi realizado por uma arquiteta e uma estagiária da Secretaria de Engenharia.

A Secretária considera que o LSE permitiu ao município um conhecimento mais minucioso da realidade física da rede de ensino, embora as mudanças sejam muito dinâmicas. Por outro lado, como o município não recebeu nenhum retorno do FNDE, não há possibilidade de avaliar se teria outro aspecto positivo com a realização do LSE.

5.4.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos

O município não tinha tomado conhecimento sobre os resultados do diagnóstico do LSE até a época da entrevista com a Secretária de Educação que ocorreu no mês de novembro de 2012. Portanto, a análise dos relatórios gerenciais de reforma, ampliação, aquisição e condições de funcionamento das escolas da rede municipal frente aos PMFE ficou inviabilizada.

Como consequência disso, a SME não promoveu nenhuma ação de socialização e discussão sobre os indicadores dos PMFE no município de Flores da Cunha. Da mesma forma, devido ao desconhecimento das estimativas de reestruturação física e aquisições que seriam apontadas nos relatórios do LSE, o município não adotou nenhuma estratégia de melhoria visando à adequação da rede escolar aos PMFE.

Por outro lado, ao ser questionada sobre a política municipal de melhoria da infraestrutura das escolas municipais, a Secretária declarou que o município procura atender de imediato a todas as demandas que chegam à SME. Quanto às necessidades de ampliações, o município tem projetos e intenções de melhorias, como por exemplo, a demanda de uma escola por um auditório já está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias do município. Nesse sentido, a visão da gestão municipal é de que deve haver melhorias e ampliações para qualificar a rede física de ensino.

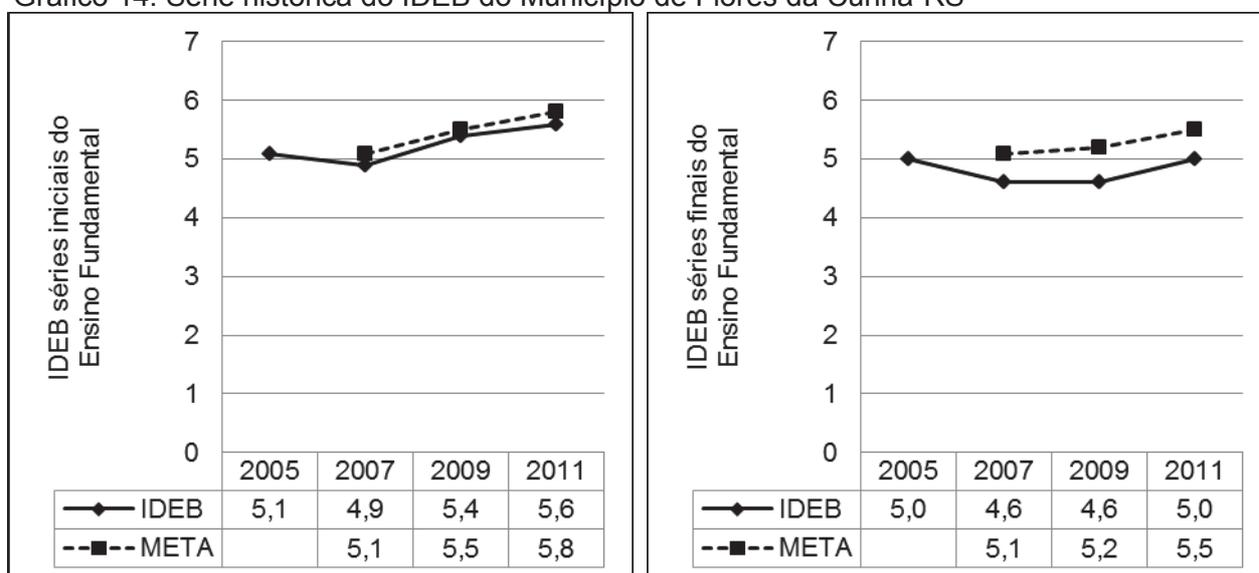
Além disso, a Secretária informou que as direções são bastante envolvidas, tanto nos aspectos pedagógicos quanto na estrutura física das suas escolas. Sempre que surge uma necessidade a cobrança é imediata, tanto que a SME mantém um funcionário em permanente visita às escolas para realizar pequenos reparos.

5.4.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica

Partindo-se da premissa de que os aspectos de infraestrutura, equipamentos e mobiliários escolares são importantes fatores intervenientes na qualidade da educação, foi solicitado que a Secretária apresentasse sua opinião a respeito da possível interferência das condições físicas da rede municipal de Flores da Cunha no desempenho de seus alunos. Segundo ela, as condições de infraestrutura das escolas do município são boas, pois há preocupação da gestão municipal com o bem estar dos alunos em sala de aula, tanto que estão sendo providenciados ventiladores e estufas para proporcionar conforto térmico e contribuir para o processo de aprendizagem.

Analisando-se a série histórica da média do IDEB obtido nas escolas municipais de Flores da Cunha, (Gráfico 14) percebe-se que em todas as edições da Prova Brasil, os desempenhos ficaram abaixo das metas estabelecidas pelo INEP nas duas etapas do Ensino Fundamental. Essa situação ocorreu, porque o desempenho inicial foi muito bom e as metas foram estabelecidas para as edições seguintes com base neste referencial, entretanto a rede não conseguiu evoluir em desempenho suficiente para acompanhar as metas. Em alguns casos, houve redução e em outros estagnação em relação às pontuações anteriores.

Gráfico 14. Série histórica do IDEB do Município de Flores da Cunha-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Segundo a Secretária, desde que o IDEB foi criado houve significativos investimentos em construção em algumas escolas, como a ampliação de salas de aula. Além disso, houve implementação de laboratórios de informática em todas as escolas com contratação de um profissional especializado para atender os alunos em horários agendados. Também foram

instaladas quatro lousas digitais nas escolas maiores e uma das escolas instalou datashow em todas as salas de aula.

A Secretária declarou que há bastante preocupação do município em relação ao resultado do IDEB, por isso foram realizadas várias ações na busca de melhores resultados. Além das melhorias em infraestrutura, o município também tem investido em outras ações importantes, como por exemplo, nos anos de 2010 e 2011 os professores receberam capacitação durante seu horário de trabalho e por área de conhecimento, foi implantado o Fórum Educacional Regional – Educar: Responsabilidade e Limites e em 2012 foi realizada a 4ª edição desse Fórum, o qual é direcionado para pais, professores e alunos. Além disso, está sendo realizada uma ação de alfabetização de adultos, cujo público alvo são os pais de alunos.

O município desenvolve outras ações também relacionadas à melhoria do IDEB com o objetivo de atingir a média 6,0 para as séries iniciais do Ensino Fundamental até 2022, embora o município já esteja obtendo um bom desempenho, pois as séries finais obtiveram média 5,0 e as séries iniciais média 5,6 em 2011. Com isso, percebe-se que houve um bom avanço em relação ao ano de 2009. Entretanto, as reprovações ainda são altas, devido ao elevado número de migração das famílias e isso contribuiu para baixar a média municipal, pois os alunos obtiveram bom desempenho nas avaliações e todas as escolas atingiram média superior a 6,0.

Essa situação de migração ocorre porque o município atrai trabalhadores de outras regiões para atuarem em atividades agrícolas, entretanto é um trabalho sazonal, fazendo com que seus filhos ingressem em algumas escolas do interior do município no decorrer do ano letivo, prejudicando sobremaneira o seu desempenho escolar. A maioria dessas famílias vem do município de Candiota, principalmente dos assentamentos rurais, onde os serviços escolares já são precários, segundo relato das próprias famílias. Com isso, os problemas sociais, que são externos à escola, acabam interferindo no desempenho dos alunos e da própria escola, quando é submetida às avaliações externas.

5.4.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas

O município de Flores da Cunha não obteve acesso aos relatórios gerenciais e ao quadro geral de padrões mínimos de suas escolas, portanto a elaboração do PAR 2011-2014 não foi subsidiada pelo diagnóstico do LSE.

Além disso, a Secretária informou que as pessoas que realizaram o LSE não foram as mesmas que planejaram o PAR e não houve comunicação entre as duas equipes. Com isso, nem os dados levantados durante a realização do LSE contribuíram para a elaboração do PAR.

Por outro lado, como a gestão municipal detém um bom conhecimento sobre a realidade da rede e sempre que surge alguma demanda, imediatamente as direções solicitam o atendimento, então o LSE para Flores da Cunha não foi novidade. Além disso, no preenchimento das informações do PAR e do PDE Interativo foram realizadas visitas às escolas e o lançamento dos dados no sistema foi realizado juntamente com as direções.

Portanto, com base na realidade do município, o LSE não se apresentou como um diagnóstico com muitos avanços, pois o conhecimento já disponível sobre a rede municipal é suficiente para realizar bons planejamentos.

Essa segurança transmitida pela fala da Secretária a respeito do conhecimento sobre a rede escolar pode estar embasada nas estratégias adotadas pela gestão municipal para a obtenção de informações e para envolver a comunidade nos estudos e planejamentos. Segundo a Secretária, no final de cada ano letivo as escolas fazem uma avaliação, através de questionários que são encaminhados aos pais dos alunos para apontarem aspectos positivos e negativos e também sugestões para o ano seguinte, relacionados a questões pedagógicas e de infraestrutura, abrangendo todo o funcionamento da escola.

Além da participação dos pais, também ocorre a participação do CPM através de reuniões mensais para discutir questões gerais sobre a Escola. As demandas elencadas nessas reuniões são submetidas à SME, através da direção escolar para que sejam tomadas as devidas providências, como por exemplo, a Escola São José recebeu melhorias demandadas pelo CPM, o qual também ajudou financeiramente, devido ao bom nível social e econômico das famílias.

5.4.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental São José:

Esta Escola está localizada na zona urbana e atende 41 alunos da educação infantil e 373 do ensino fundamental. O transporte público municipal atende 130 alunos (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, as escolas do município são divididas por zoneamento e a Escola São José fica na área central, cujas famílias moram ou trabalham próximas e a maioria é de classe média e de origem italiana. Além disso, a Escola não recebe alunos das famílias de migrantes, cujo fenômeno é comum em Flores da Cunha por atrair trabalhadores na época da colheita de produtos agrícolas.

O corpo docente apresenta boa formação, pois em torno de 90% têm pós-graduação e alguns docentes já têm ou estão fazendo a segunda pós-graduação. Não há problema de rotatividade, porque a maioria dos professores é concursada, mas existem alguns desdobramentos nas nomeações com complementação da carga horária e alguns docentes também atuam em outro município, na rede municipal ou estadual.

Quanto à questão da qualidade da educação, a Diretora destacou que as escolas vêm acumulando responsabilidades que não fazem parte de suas atribuições regulares, como assistência social, odontológica e psicológica. Com isso, acaba deixando um pouco de lado a parte pedagógica que é a sua essência. Segundo ela, qualquer órgão ou instituição pensa, primeiramente, na escola, quando o objetivo é atingir as famílias ou determinados grupos sociais.

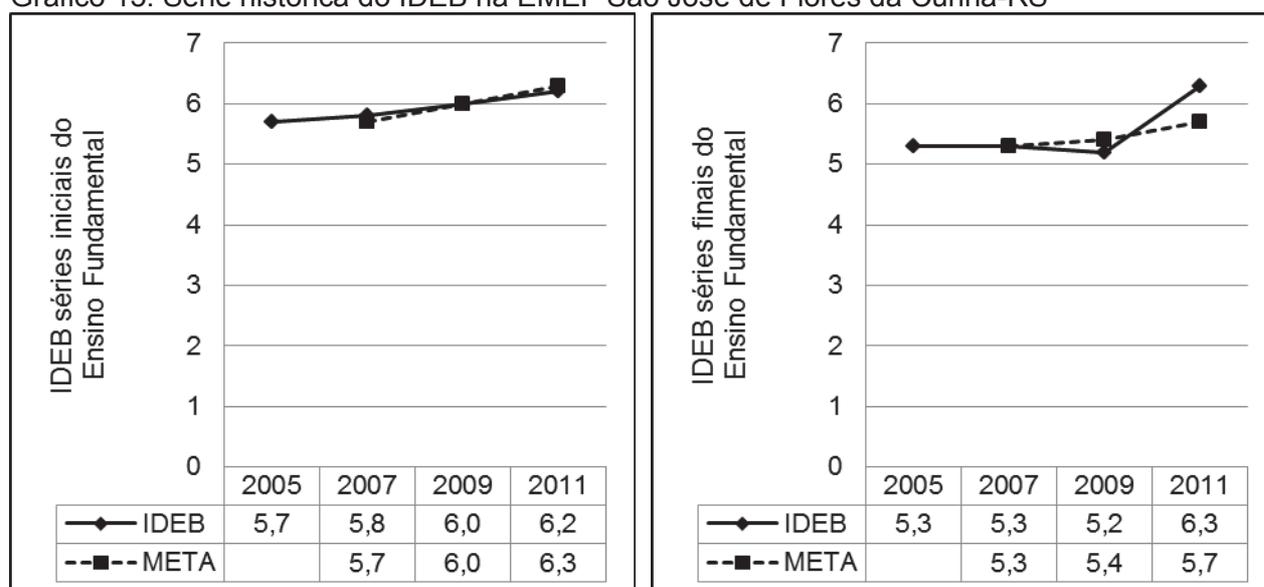
Por outro lado, em nível de município a educação está bem, devido aos investimentos que vêm sendo realizados em longo prazo, como por exemplo, o fechamento de pequenas escolas do interior, a implantação do transporte escolar, a ampliação das escolas centrais e, atualmente, a formação continuada dos professores.

Segundo a Diretora, a relação entre infraestrutura e qualidade é básica, pois são necessárias salas adequadas, iluminação, ginásio coberto, datashow, notebook, dentre outros.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola São José (Gráfico 15) percebe-se que a Escola apresenta boas pontuações em todas as edições da Prova Brasil, tanto nas séries iniciais, quanto nas séries finais do Ensino Fundamental. Apenas na edição de 2009 a pontuação nas séries finais foi inferior à meta estabelecida pelo INEP, mas houve expressiva recuperação na última edição.

A Diretora comentou que algumas escolas levam muito em consideração seus indicadores no IDEB e focam suas aulas para atender esse objetivo, mas em sua escola não há muita preocupação com esse indicador. Por outro lado, as ações do dia a dia, que tem a ver com a escola, com a estrutura, com os professores e com o poder público, vão se refletir no desempenho no IDEB.

Gráfico 15. Série histórica do IDEB na EMEF São José de Flores da Cunha-RS

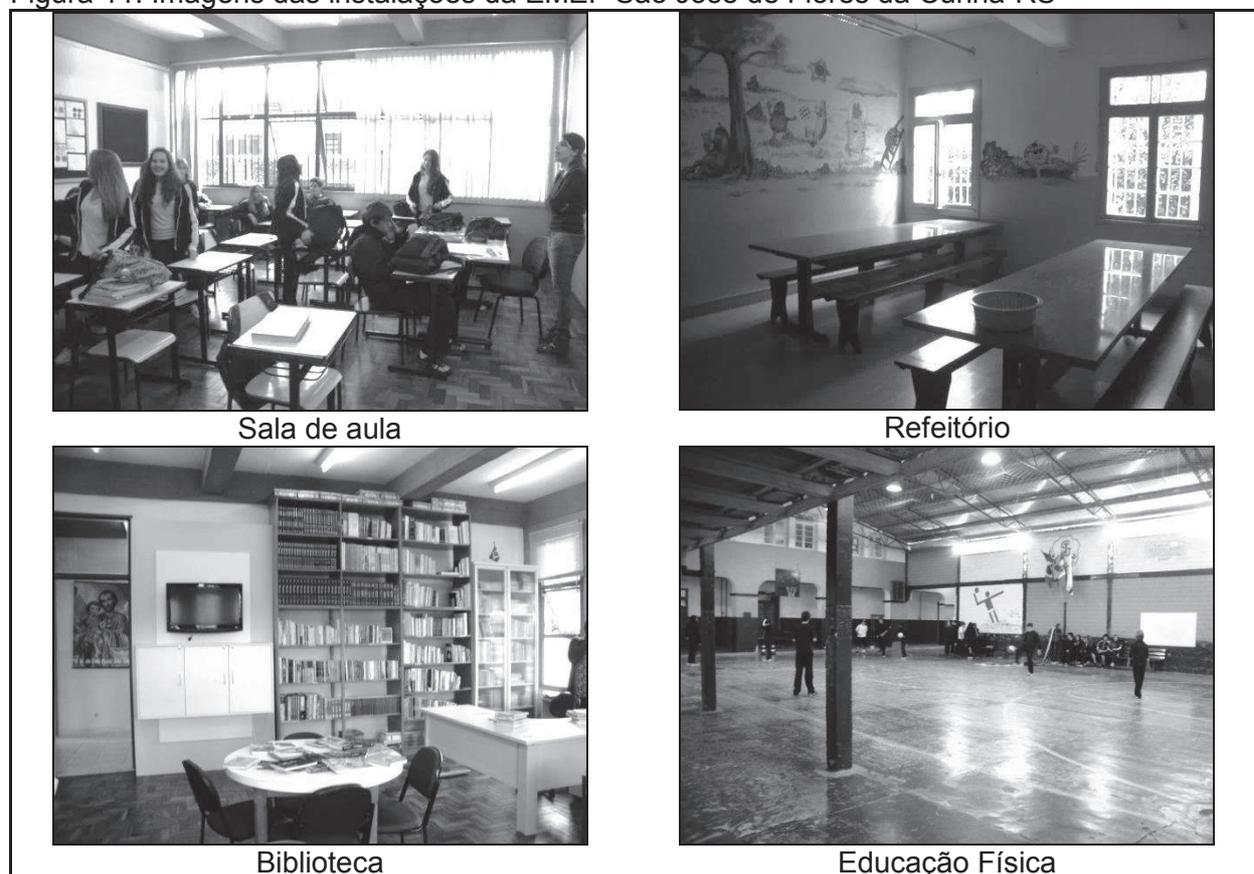


Fonte: adaptado de INEP (2014)

Não foi possível acessar os relatórios do LSE de Flores da Cunha, portanto não há possibilidade de realizar o cruzamento do IDEB com o QGPMFE. Por outro lado, a visita na escola e a entrevista realizada com a Diretora, permitem-nos discutir a sua situação frente a esses indicadores de desempenho e de qualidade física do prédio escolar.

A Figura 11 mostra-nos uma escola com boa infraestrutura e com mobiliário em bom estado de conservação, mas a Diretora destacou que sempre há necessidade de reforma devido à idade dos prédios que variam de 40 a 110 anos, como por exemplo, canalização da quadra de esportes para escoamento das águas das chuvas, contenção de goteiras, construção de passarela com cobertura para deslocamento entre os prédios e fechamento da segunda quadra de esporte para minimizar o barulho durante o intervalo ou durante as práticas esportivas.

Figura 11. Imagens das instalações da EMEF São José de Flores da Cunha-RS



Fonte: o autor

Segundo a Diretora, não são realizadas reformas gerais, mas as manutenções ocorrem todos os anos, pois a gestão escolar e municipal tem a preocupação em realizar as melhorias necessárias. Por isso, a Escola conta com salas arejadas e bem iluminadas, quadra de esportes coberta, laboratório de ciências todo equipado e com microscópio novo, datashow, computadores com tela plana, entre outros. Em 2012 foram realizadas reformas externas,

como por exemplo, reboco, pintura, recuperação dos beirais, colocação de muro, adequação do portão de acesso ao pátio, cercamento do parquinho para aumentar a segurança e reformas internas como colocação de piso antiderrapante nas áreas de circulação.

Por outro lado, a Diretora alerta que nunca podemos dizer que está tudo excelente, pois em se tratando de educação sempre há melhorias a serem feitas e procura viabilizá-las através das verbas trimestrais do município, do programa Dinheiro Direto na Escola do Governo Federal e dos recursos do CPM.

Quanto a problemas no entorno da Escola, a Diretora relatou que nos fundos do terreno há um loteamento em que as pessoas atravessavam o pátio para acessarem a rua, então foi preciso construir um muro para impedir essa circulação. Além disso, há bastante movimento de veículos na rua em frente à escola e, mesmo havendo faixa de pedestre, os motoristas não respeitam a travessia. A direção solicitou a instalação de lombada há bastante tempo, mas o pedido ainda não foi atendido.

Entretanto, não há nenhum outro problema que possa causar transtorno à comunidade escolar, pois os acessos são todos pavimentados e existe transporte escolar a todos os alunos que não moram próximos à escola.

Em relação à participação da comunidade, a Diretora informou que ocorre através do preenchimento de questionários que são submetidos aos familiares, alunos, professores e CPM para subsidiar a revisão anual do PPP. Dessa forma, a Escola consegue garantir que essa participação se dê em todos os segmentos da comunidade escolar. Além disso, as reuniões com o CPM e com os professores são mensais e o calendário anual é definido na primeira reunião do ano.

5.5 MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS

O município de Getúlio Vargas é classificado como de médio-pequeno porte, tem uma população de 16.156 habitantes, pertence à microrregião de Erechim e está distante 338 km da capital.

Em termos educacionais o município totalizou 1.081 matrículas em 2013 em 06 escolas municipais urbanas, sendo 02 exclusivas de Educação Infantil e 04 de Ensino Fundamental (INEP, 2014). A única escola rural que consta nos dados estatísticos do INEP está com *status* de Extinta . Portanto, das escolas urbanas de Ensino Fundamental, apenas a Antônio Zambrzycki e a Pedro Herrerias fazem parte da pesquisa por conterem dados do IDEB.

Na entrevista realizada com a Secretária de Educação, ao expor sua visão sobre a qualidade da educação brasileira, ela destacou que os dados do IDEB e o ranking internacional do Brasil na área da educação mostram que o país ainda tem muito a melhorar em termos de

qualidade e desempenho. Um dos aspectos importantes está relacionado às políticas educacionais que o governo vem implementando, mas, por mais que seja feita uma movimentação nas bases pelo próprio Plano Nacional de Educação, há certo esmorecimento dos atores envolvidos, pois aquilo que é discutido nem sempre é aprovado no documento final.

Por outro lado, por mais que haja uma dificuldade de relacionamento com o próprio MEC, há uma oferta muito grande de formação continuada para os professores e esse é um dos pontos importantes para se melhorar a qualidade do ensino no país. Entretanto, percebe-se uma desmotivação do corpo docente, então teríamos que pensar uma forma de mobilização ou de estímulo.

Além disso, a própria avaliação externa dos alunos e agora o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa também vem contribuir para a melhoria da qualidade da educação, no sentido de uma avaliação mais intensa dos alunos.

Entretanto, ainda está faltando um fomento na qualificação da gestão das redes e também da gestão escolar para que possam utilizar esses dados das avaliações e fazer deles, na prática, uma melhoria da qualidade, pois os diagnósticos não estão servindo como uma ferramenta para o professor ou para a escola identificarem quais são os reais problemas que impedem o IDEB ou o ranking do Brasil atingirem uma categoria melhor.

A Secretária também expôs sua visão a respeito da relação entre infraestrutura e qualidade, ao destacar que uma boa condição física e material é um dos princípios básicos para se atingir a qualidade na educação. Neste sentido, a SME de Getúlio Vargas fornece todo o suporte necessário em termos de infraestrutura e material didático pedagógico para as escolas municipais, as quais dispõem atualmente de todas as condições necessárias básicas. Porém, isso não basta se não houver o interesse do professor em utilizar adequadamente as condições que a escola oferece, como por exemplo, nem sempre os professores e os alunos utilizam os computadores do Programa ProInfo do Governo Federal que estão instalados em todas as escolas. Por isso, a gestão municipal está fazendo uma mobilização junto aos professores para que sua fala seja mais próxima da sua prática.

Uma das estratégias da SME é a realização do planejamento participativo, cujo objetivo geral é obter a qualidade na aprendizagem, pois não basta ter somente a aprovação se não tiver qualidade em conteúdo e conhecimento. Um dos itens elencados para se atingir a qualidade na aprendizagem tem como foco o investimento em infraestrutura escolar.

Quando a atual gestão assumiu em 2009 havia uma grande deficiência na parte da infraestrutura, então foram realizados estudos com as direções e os conselhos escolares para identificar os investimentos que a SME deveria realizar a curto, médio e longo prazo. Atualmente, os municípios enfrentam dificuldades financeiras, devido à criação do piso salarial e ao limite da carga horária docente. Por isso, foi necessário fazer esse cronograma de investimentos para a rede escolar de Getúlio Vargas.

Como a rede escolar é pequena, a frequência de visitas da equipe da SME às escolas para identificar suas necessidades é quase semanal. Além disso, alguns professores que compõem a SME continuam atuando em sala de aula e cada um é responsável por uma determinada escola. Com isso, nas reuniões internas da SME são realizadas discussões a respeito de todas as escolas da rede.

Além disso, a SME tem como meta reunir-se anualmente com todos os conselhos escolares para discutir os avanços da educação em cada uma das escolas. Nesses encontros, a parte da infraestrutura é bastante discutida, ouvindo-se a comunidade e informando-lhe o que pode ser atendido. Depois disso, a comunidade recebe um retorno com as informações do que foi realizado e o que não foi possível realizar. Portanto, o planejamento é feito em conjunto, de forma participativa.

Dessa forma, é possível conhecer os principais problemas da rede municipal, pois as necessidades estão elencadas no planejamento estratégico e também são diagnosticadas através do monitoramento constante feito em todas as escolas.

Dentre as necessidades da rede, existem questões pontuais em determinadas escolas que ainda vão levar longo tempo para serem resolvidas, como por exemplo, uma das escolas foi construída para atender uma pequena demanda da época e, atualmente, não dispõe de terreno para ampliação. Nesse caso, mesmo com a necessidade de construção de mais salas, a Prefeitura teve que providenciar primeiramente a expansão do terreno.

No ano de 2012, motivado pelas dificuldades financeiras, houve atraso no atendimento aos pedidos das escolas, então no primeiro encontro anual com as direções foi discutida a realidade financeira do município e solicitado o envio das suas prioridades, que são ampliações dos espaços físicos, fechamento de muro, substituição das janelas e construção de um prédio com salas de multiatividades (teatro, reuniões, etc.), ampliação do espaço e melhorias na cozinha para atender o Programa Mais Educação e manutenções em geral. Além dessas prioridades, existem outras necessidades urgentes relacionadas às vistorias do corpo de bombeiros, pois foi solicitada a troca da fiação elétrica em duas escolas e a instalação de para-raios em todas as escolas.

Quanto aos problemas externos, a Secretária relatou que existem duas escolas com difícil acesso e uma delas por estar localizada em um morro. Na vizinhança dessa escola é onde está concentrado o tráfico de drogas. Entretanto, a relação atual com a comunidade está mais tranquila e foi possível dispensar o vigilante, graças a uma operação militar que resultou em prisão de alguns traficantes. Nas outras escolas também houve redução dos incidentes, então percebe-se uma melhoria da relação com a comunidade.

Uma das escolas oferece EJA à noite e, por serem alunos de diferentes bairros e terem sofrido algum tipo de exclusão, existem alguns problemas de comportamento, mas são situações contornáveis.

Quanto ao deslocamento dos alunos, não há problema, pois o município oferece transporte escolar, devido à cultura criada em administrações anteriores, embora não seja obrigatório. No próximo ano, será implementada a matrícula por zoneamento para facilitar o deslocamento dos alunos e diminuir a necessidade de transporte.

Portanto, não há nenhum problema que cause interferência na aprendizagem dos alunos. Segundo a Secretária, a maior interferência está relacionada à falta de participação das famílias na vida escolar de seus filhos.

5.5.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização

A Secretária relatou que durante a capacitação sobre o LSE realizada em Erechim no ano de 2009, os técnicos do FNDE informaram que esse diagnóstico seria uma “radiografia” da escola e que seria feita uma operação “pente fino” na realidade escolar. Essa declaração criou um grande entusiasmo na equipe da Secretaria, pois o levantamento ajudaria a fazer o próprio planejamento da rede municipal.

Portanto, após a realização do diagnóstico, a gestão municipal ficou na expectativa em saber qual seria o resultado para direcionar o foco em termos de planejamento para que todas as escolas obtivessem um bom padrão de qualidade em infraestrutura. Por isso, foi feito todo um movimento de mobilização e sensibilização em torno do LSE, mesmo enfrentando dificuldades, como o lançamento dos dados no programa on-line. Entretanto, faltou o retorno do FNDE com as informações do que deveria melhorar e isso causou frustração em toda a rede escolar.

Após a capacitação e mobilização das pessoas envolvidas, todos os secretários e direções das escolas receberam orientações para o fornecimento dos dados e foram organizadas várias equipes da SME que se dividiram por escola para fazer o levantamento. Na sequência, os dados foram repassados a um técnico em TI para alimentação do sistema informatizado.

A capacitação fornecida pelo FNDE foi útil para realização do LSE, pois nesse encontro os técnicos explicaram todos os passos do diagnóstico. Com isso, não houve dificuldade em realizá-lo, inclusive a única dificuldade foi durante o lançamento dos dados no sistema devido à instabilidade no seu funcionamento, por ser tratar de um sistema *web online*.

Apesar de que não houve mais nenhum contato ou orientação do FNDE após a etapa de capacitação. Segundo a Secretária, a maior dificuldade do município foi no acesso às informações, pois nunca houve retorno do FNDE a partir dos contatos feitos via e-mail ou

telefone. Por outro lado, o técnico em TI da Secretaria conseguiu resolver todas as dúvidas sobre o sistema do LSE, mesmo sem a ajuda dos técnicos do FNDE.

Além disso, foi uma atividade bem minuciosa e difícil de executar, principalmente pela necessidade de parceria com a Secretaria de Obras que conta com apenas dois engenheiros. Na época de realização do LSE, os engenheiros estavam envolvidos com as obras de calçamento no município, então apenas orientaram o levantamento dos dados de infraestrutura das escolas, mas a equipe da SME encontrou dificuldades na realização das medições e na avaliação dos prédios, pois não detém esse tipo de conhecimento.

Apesar das dificuldades enfrentadas nesse processo de diagnóstico, a Secretária considera que foi um processo importantíssimo para aprimorar o conhecimento das condições físicas da rede e a única falha foi a falta de acesso aos relatórios gerenciais e de padrões mínimos. Além disso, poderia haver maiores explicações sobre a necessidade de se observar determinados aspectos durante as medições, como por exemplo, a contagem de números de lâmpadas na sala de aula, o tamanho das janelas, etc. Esse tipo de informação ajudaria a gestão municipal a ter uma noção de qual é o padrão de qualidade de uma sala de aula ou de uma escola. Depois da realização do LSE, já foram construídas mais salas de aula, então poderiam ter sido projetadas com base em um parâmetro técnico.

Por outro lado, o diagnóstico contribuiu para a identificação de irregularidades na averbação das construções nas matrículas dos imóveis e também para a identificação de plantas arquitetônicas desatualizadas.

Portanto, na avaliação da Secretária, a proposta deste diagnóstico foi ótima, mas faltou um planejamento melhor por parte do FNDE, bem como um monitoramento mais constante dos municípios durante a realização do LSE.

5.5.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos

O município não tinha tomado conhecimento sobre os resultados do diagnóstico do LSE até a época da entrevista com a Secretária de Educação que ocorreu no mês de julho de 2013. Portanto, a análise dos relatórios gerenciais de reforma, ampliação, aquisição e condições de funcionamento das escolas da rede municipal frente aos PMFE ficou inviabilizada.

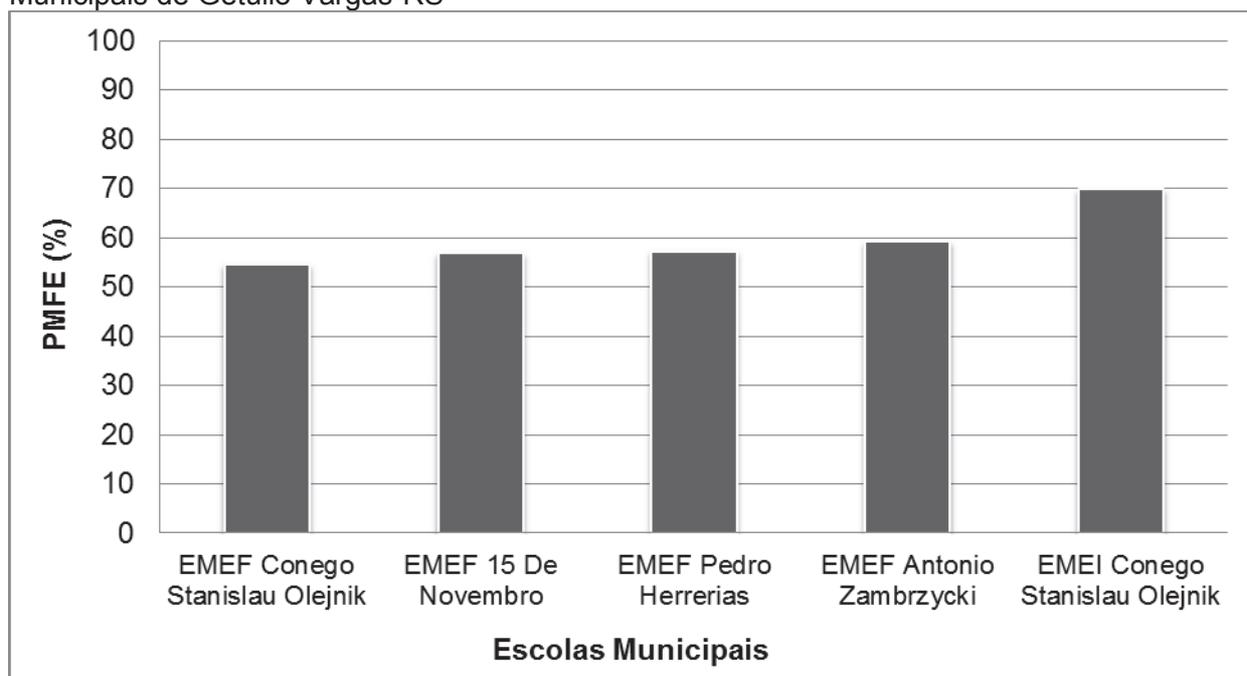
Como consequência disso, a SME não promoveu nenhuma ação de socialização e discussão sobre os indicadores dos PMFE no município de Getúlio Vargas. Da mesma forma, devido ao desconhecimento das estimativas de reestruturação física e aquisições que seriam apontadas nos relatórios do LSE, o município não adotou nenhuma estratégia de melhoria visando à adequação da rede escolar aos PMFE.

Por outro lado, durante a realização de pesquisas nos documentos técnicos do FNDE sobre a metodologia de diagnóstico do LSE, obteve-se o QGPMFE que nos permite realizar o seu cruzamento com o IDEB das escolas municipais de Getúlio Vargas e com o depoimento da Secretária de Educação.

O LSE foi realizado em cinco escolas, tendo ficado de fora a Escola de Educação Infantil Olivo Castelli, por não existir ou estar desativada na época da realização do diagnóstico. Além disso, nos registros do FNDE constam 08 escolas municipais em Getúlio Vargas, portanto seriam 03 escolas justificadas.

Verifica-se no Gráfico 16 que as quatro escolas de ensino fundamental atingiram pontuação relativa entre 55 e 60% de PMFE. Apenas a Escola de Educação Infantil Cônego Stanislau Olejnik chegou a quase 70% da pontuação mínima necessária, embora os 30% que ainda precise melhorar pode significar expressivas mudanças, dependendo dos indicadores que se apresentaram mais deficitários.

Gráfico 16. Pontuação Relativa (%) de Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas Municipais de Getúlio Vargas-RS



Fonte: adaptado de FNDE (2010)

Em relação às médias obtidas pelas escolas de ensino fundamental, a distância entre a situação real e a condição ideal é muito preocupante, pois todas precisam praticamente duplicar em quantidade e/ou em qualidade a situação das variáveis avaliadas para atingirem o padrão mínimo de funcionamento. Aqui, vale considerar que esse padrão mínimo não foi estipulado por estudiosos ou pesquisadores acadêmicos no âmbito da educação, mas pelo Ministério da Educação que é o órgão máximo na estrutura educacional brasileira e, como tal, é

o responsável pela regulação, avaliação, fiscalização e, principalmente, pelo maior montante de recursos destinados ao financiamento da educação pública. Nesse caso do LSE, a metodologia foi desenvolvida, testada e difundida pelo MEC, cuja aplicação pelos entes federativos diagnosticou essa situação bastante precária das escolas municipais de educação básica.

Como a gestão municipal de Getúlio Vargas desconhecia também esse documento que apresenta o QGPMFE das suas escolas, a Secretária reafirmou que não houve nenhum processo de socialização e discussão desses indicadores.

Segundo a Secretária, se o município tivesse acesso aos indicadores do LSE facilitaria o estabelecimento de uma política de melhoria das escolas. Por mais que haja contato com a comunidade escolar para debater quais são os investimentos necessários e por mais que seja falado em participação e democracia, percebe-se que as demandas se dão por segmentos, ou seja, os professores querem melhorias em determinado aspecto e os pais costumam seguir a sua opinião. Por outro lado, a gestão entende que há necessidades mais urgentes, como por exemplo, a criação de salas de recursos multifuncionais em todas as escolas. Com isso, corre-se o risco de gerar conflitos, pois a SME precisa cumprir determinadas demandas coletivas, mas nem sempre são os mesmos aspectos almejados pela comunidade escolar. Portanto, se houvesse um “norte”, como os relatórios do LSE, poderia haver um debate respaldado por informações técnicas.

5.5.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica

Em relação à possível interferência das condições físicas da rede municipal de Getúlio Vargas no desempenho dos seus alunos, a Secretária entende que a infraestrutura pode influenciar, mas acredita que não é esse aspecto que está interferindo na aprendizagem dos alunos, pois a rede está bem estruturada. Na sua visão e dos próprios diretores das escolas, há outros aspectos que estão causando algum tipo de interferência, como a defasagem idade-série, a falta de integração e de um ambiente mais colaborativo entre escola e família e a necessidade de maior dedicação dos professores. Além disso, a gestão municipal tem percebido que os piores desempenhos dos alunos verificados através das pontuações no IDEB têm ocorrido em escolas que atendem crianças com a condição socioeconômica mais baixa.

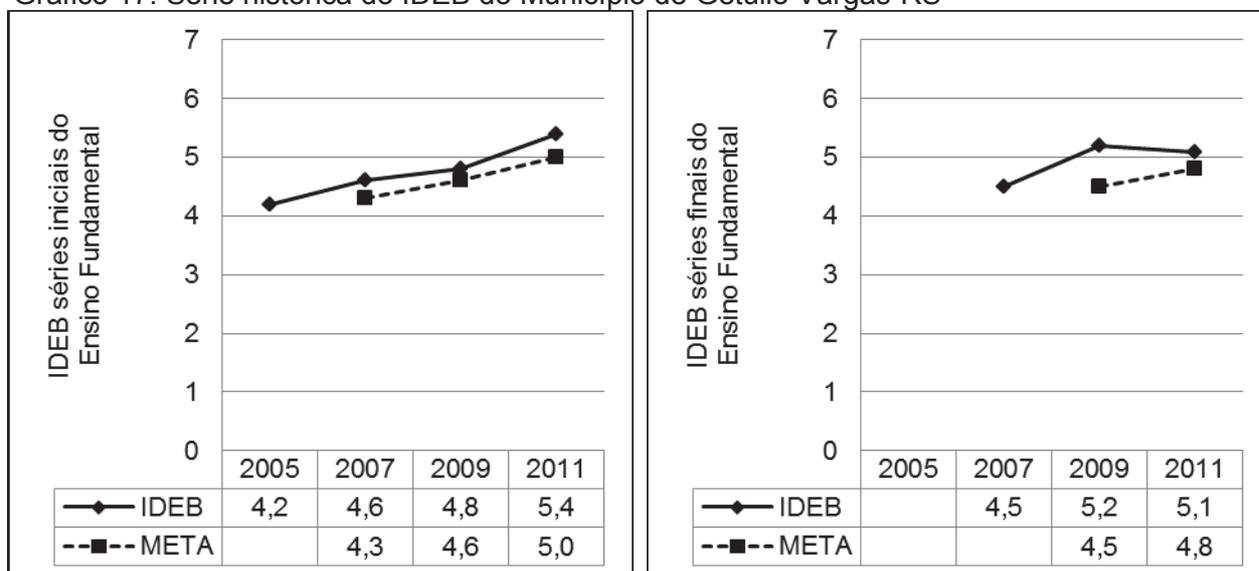
Por isso, as principais discussões e investimentos relacionados ao IDEB estão voltados para a parte pedagógica, inclusive duas escolas foram contempladas com o PDE em função do resultado do IDEB.

Analisando-se a série histórica da média do IDEB obtido nas escolas municipais de Getúlio Vargas, (Gráfico 17) percebe-se que em todas as edições da Prova Brasil, os desempenhos foram superiores às metas estabelecidas pelo INEP nas duas etapas do Ensino Fundamental, com destaque para as séries iniciais em que há crescimento constante desde a primeira edição. Adotando-se apenas esse indicador como referencial, pode-se inferir que a situação da rede municipal de Getúlio Vargas está confortável em termos de desempenho dos alunos e de fluxo escolar.

Convém ressaltar que os indicadores de padrões mínimos das escolas da rede municipal de Ensino Fundamental de Getúlio Vargas foram extremamente baixos, ou seja, sua pontuação relativa variou entre 50 e 60%. Portanto, supõe-se que as suas condições físicas não estão causando interferência no desempenho dos alunos, mas o QGPMFE nos permite discordar da Secretária, a qual considera que a rede está bem estruturada.

A Secretária relatou que os resultados do IDEB são bastante debatidos em todas as escolas com o objetivo de identificar os investimentos necessários para obtenção de melhoria nas próximas avaliações. Nesses estudos, são obtidos os parâmetros do que as escolas precisam trabalhar em termos de potencialidades e dificuldades nos conteúdos da matriz curricular.

Gráfico 17. Série histórica do IDEB do Município de Getúlio Vargas-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Quanto aos principais investimentos ocorridos em infraestrutura física desde a criação do IDEB, a Secretária informou que foram a construção de refeitório e realização de reformas gerais em uma escola e a compra de três terrenos e construção de duas salas de aula em outra escola, no ano de 2009. Além disso, as duas escolas que tiveram maior aumento de vagas foram as que receberam mais investimentos.

5.5.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas

O município de Getúlio Vargas não obteve acesso aos relatórios gerenciais e ao quadro geral de padrões mínimos de suas escolas, portanto a elaboração do PAR 2011-2014 não foi subsidiada pelo diagnóstico do LSE. Inclusive, a Secretária relatou que durante o preenchimento do PAR havia a dúvida se as demandas deveriam ser apresentadas conforme as necessidades observadas na realização do diagnóstico. Em sua opinião, seria mais justo se o planejamento fosse realizado com base no LSE, pois assim haveria maior igualdade entre as escolas ou entre as redes de ensino.

Além disso, a Secretária informou que as revisões dos PPPs das escolas municipais não levam em consideração o diagnóstico do LSE, devido ao desconhecimento dos seus resultados. Em compensação, a comunidade escolar participa ativamente da vida escolar, através do CPM e Conselho Escolar.

A SME realiza duas reuniões anuais com as comunidades para levantar as demandas e depois para fazer a devolução dos resultados. Os outros contatos ocorrem com maior frequência com os diretores e coordenadores pedagógicos e também quando é feito o planejamento participativo estratégico com a participação de todas as escolas.

5.5.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Zambrzycki:

Esta Escola está localizada na zona urbana e atende 41 alunos da educação infantil e 239 do ensino fundamental. O transporte público municipal atende 54 alunos (INEP, 2014).

Segundo o Diretor, os alunos são de classe média e média baixa. Há poucos alunos carentes. Sua origem é bastante heterogênea, mas identifica-se descendências de alemães, italianos, poloneses e negros.

O corpo docente apresenta boa formação, pois a maioria dos 29 professores tem graduação. Não há rotatividade, mas muitos professores têm contrato no município e no estado e alguns cumprem apenas parte de suas horas de trabalho na Escola, devido à complementação de carga horária em outras escolas.

Quanto à questão da qualidade da educação, o Diretor entende que está em um nível bem baixo. Não só em relação aos alunos, mas também em relação aos professores, pois quando a demanda por profissionais é baixa, há maior disputa pelas vagas e acabam prevalecendo os melhores. Entretanto, a carência de profissionais atualmente em algumas áreas e a facilidade de se fazer certos cursos de licenciatura, inclusive a distância, acabam prejudicando a qualidade do ensino. Por outro lado, todos esses programas implementados pelo governo tendem a ajudar, pois tudo que é feito em prol da educação vem a somar, mas

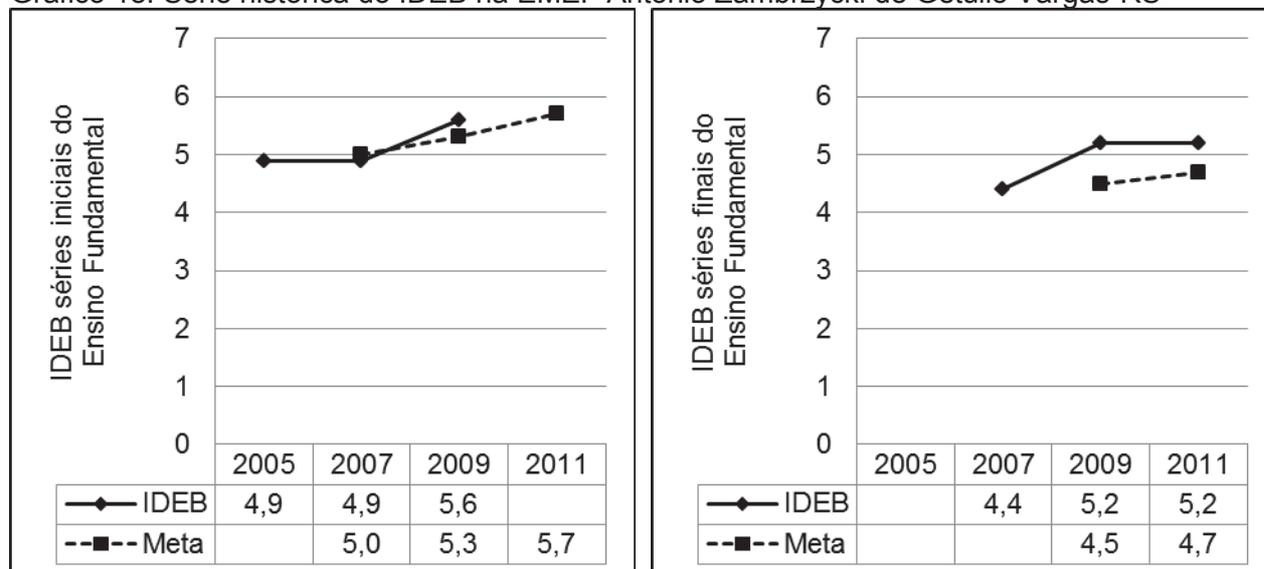
desde que sejam bem desenvolvidos, bem acompanhados e que haja suporte para a operacionalização. No Programa ProInfo a Escola não dispõe de assistência técnica e precisa tomar iniciativas por conta própria para realizar a manutenção e também não conta com técnicos ou monitores responsáveis pelo laboratório. Para adesão a outros programas, como o Mais Educação, será preciso ampliar o espaço físico, pois a Escola está no limite máximo de sua capacidade de atendimento.

Portanto, não basta apenas receber computadores do MEC, sem antes solucionar os problemas da rede elétrica, da conectividade da internet, da climatização da sala e de manutenção do telhado, ou seja, para essas políticas terem êxito, é preciso viabilizar as condições mínimas necessárias antes da sua implementação.

Quanto à relação entre infraestrutura e qualidade, o Diretor ressalta que é preciso uma preparação prévia antes de receber e atender as demandas de novas matrículas, ou seja, não basta apenas encher as salas de aula, pois a infraestrutura precisa estar apta para comportar essa demanda. O mesmo raciocínio vale para a compra ou recebimento de determinados equipamentos, pois a Escola foi contemplada com uma lousa digital, mas o espaço físico do laboratório não comporta este equipamento e também não há uma sala de multimídias.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Antônio Zambrzycki (Gráfico 18) percebe-se que a Escola apresenta boas pontuações em todas as edições da Prova Brasil que participou, tanto nas séries iniciais, quanto nas séries finais do Ensino Fundamental.

Gráfico 18. Série histórica do IDEB na EMEF Antônio Zambrzycki de Getúlio Vargas-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

O Diretor frisou que todas as melhorias visam elevar a qualidade do ensino e, conseqüente, melhorar o desempenho da escola e dos alunos nas avaliações. Destacou que ocorreram muitas melhorias na infraestrutura desde que foram obtidos os primeiros resultados

do IDEB, mas que as discussões que feitas sobre os indicadores estão mais focadas nos aspectos pedagógicos.

Não foi possível acessar os relatórios gerenciais do LSE de Getúlio Vargas, mas obteve-se o QGPMFE que nos permite realizar o seu cruzamento com o IDEB e com o depoimento da direção. O Quadro 11 nos mostra que a Escola Antônio Zambrzycki apresenta pontuação relativa bem abaixo do Padrão Mínimo de Funcionamento para uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, atingiu apenas 59,15% em relação às condições mínimas estabelecidas na metodologia de avaliação do FNDE. Outro aspecto que chama-nos atenção é a pontuação nula em alguns indicadores e isto permite-nos supor que as suas variáveis não foram diagnosticadas ou houve inconsistência do sistema informatizado na geração do quadro ou então as condições se apresentaram tão precárias que as variáveis não atingiram a condição mínima para receber alguma pontuação.

Convém ressaltar que 100% não significam condições ótimas, mas condições mínimas que uma escola deve dispor na oferta dos serviços escolares considerados essenciais para a educação básica.

Quadro 11. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF Antônio Zambrzycki de Getúlio Vargas-RS.

Nível	U/R	Escola	Pontuação Relativa por Índice (%)														PR (%)	
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV		XV
EIxEF	U	Antônio Zambrzycki	93	67	40	87	74	43	0	0	48	57	58	0	0	52	74	59,15

EIxEF: Educação Infantil e Ensino Fundamental; U/R: Urbana/Rural; PR (%): Pontuação Relativa

Fonte: Bento (produto 5, 2010, p. 160)

De certa forma, as condições físicas desta Escola não estão prejudicando o seu desempenho no IDEB. Portanto, outros aspectos relacionados ao processo educacional têm se mostrado mais relevantes na aprendizagem e no fluxo escolar de seus alunos. Segundo o Diretor, não podemos focar nosso olhar na infraestrutura, pois a qualidade é o reflexo de um conjunto de fatores, mas também concorda que sempre há interferência das condições físicas.

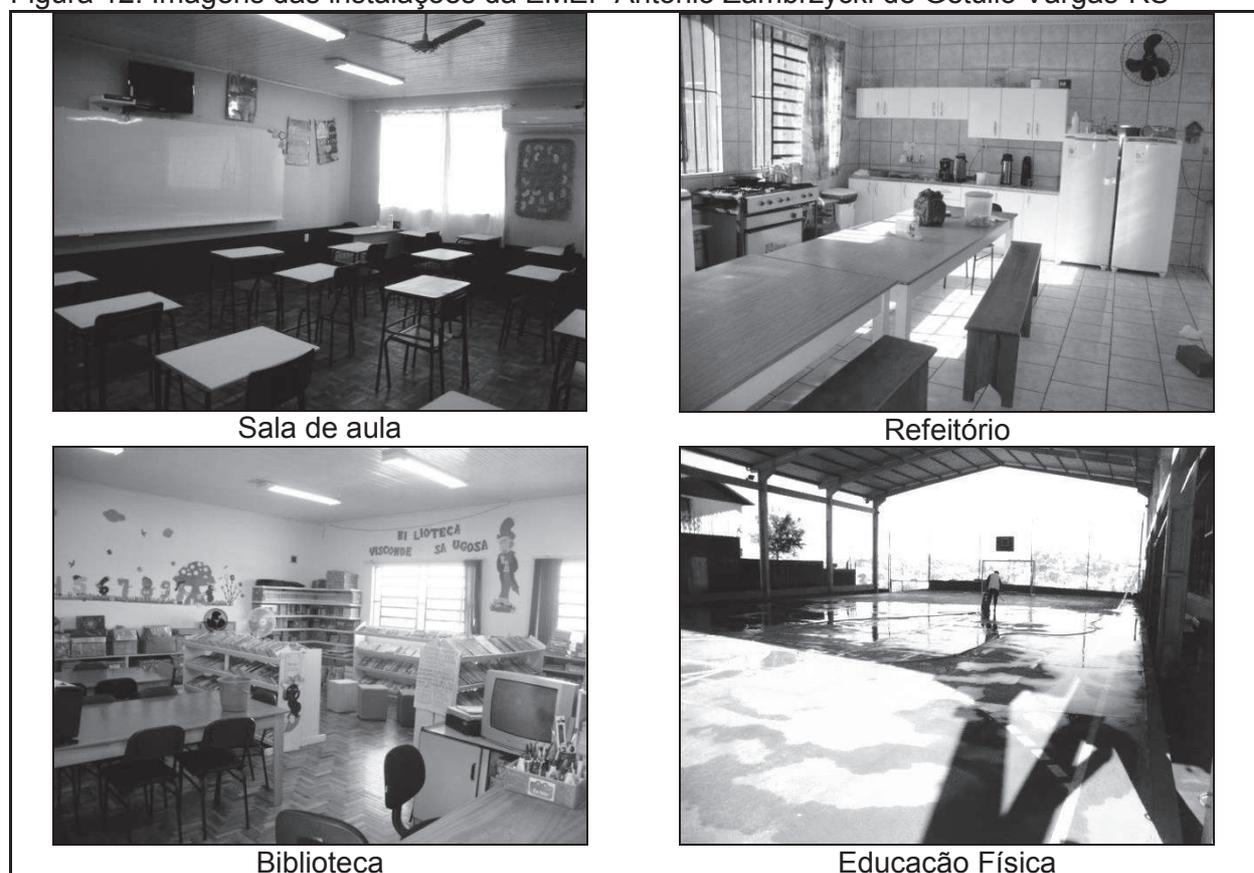
Entretanto, essa baixa pontuação frente aos padrões mínimos se reflete na fala do Diretor quando ele descreve as necessidades de melhoria física de sua Escola, como por exemplo, ampliação da quantidade de salas administrativas, fechamento da quadra de esportes e construção de laboratório de ciências, de almoxarifado e de sala de recursos para atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem.

Por outro lado, as imagens apresentadas na Figura 12 mostram uma sala de aula ampla, bem equipada e confortável, pois dispõe de quadro branco, televisão de tela plana, ventilador, condicionador de ar e cortinas. Os outros ambientes também seguem o mesmo padrão de qualidade, como por exemplo, um amplo e decorado ambiente destinado à biblioteca.

Quanto aos aspectos do entorno, o Diretor comentou que a Escola foi construída em um morro e que, embora as ruas sejam pavimentadas, há alguma dificuldade de acesso para o transporte escolar, pois a rua em frente é estreita e em dois níveis. Também é necessário melhorar a sinalização próxima à escola e ser construída uma lombada, cujos pedidos já foram apresentados ao conselho municipal de transportes.

Em relação à participação da comunidade, o Diretor destacou que recebe muita colaboração do CPM, pois a instalação dos equipamentos de ar condicionado foi viabilizada com recursos de promoções. Da mesma forma, ocorreu com a instalação de câmeras de monitoramento, que ajudou a solucionar problemas de indisciplina e de vandalismo na escola e no seu entorno.

Figura 12. Imagens das instalações da EMEF Antônio Zambrzycki de Getúlio Vargas-RS



Fonte: o autor

Além disso, a reestruturação do parquinho e manutenção da quadra de esportes são exemplos de decisões tomadas com a participação da comunidade, através das representações colegiadas. Mensalmente, são realizadas reuniões aos sábados com os professores para fazer planejamentos e discutir alguns assuntos da proposta pedagógica. As reuniões com o CPM e CE também são mensais, onde são discutidos todos os aspectos da

escola relacionados à infraestrutura e ao pedagógico, como por exemplo, relato de problemas, discussão de soluções e necessidade de investimentos.

Por fim, o Diretor relatou que alguns aspectos apontados no diagnóstico do LSE também são preocupações que sempre tiveram na escola, porém a proposta de sua gestão é de colocar em primeiro lugar as questões do pedagógico, por mais que haja preocupação com os aspectos de infraestrutura, ou seja, a direção procura priorizar as soluções de questões que envolvam diretamente os alunos, como disciplina, pontualidade e aprendizagem.

5.5.6 Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Herrerias:

Esta Escola está localizada na zona urbana e atende 42 alunos da educação infantil, 275 do ensino fundamental e 73 da EJA ensino fundamental. O transporte público municipal atende 28 alunos (INEP, 2014).

Segundo o Diretor, os alunos são de classe média e de baixa renda. Os alunos de baixa renda são oriundos de um dos bairros onde a situação socioeconômica é bastante precária, cujas famílias recebem bolsa-família e trabalham como pedreiros, serventes de pedreiro, faxineiras e vigilantes. Sua descendência é bastante heterogênea, pois são negros, alemães, italianos e poloneses.

O corpo docente apresenta boa formação, pois apenas uma professora não tem pós-graduação de um total de 44 docentes. O próprio município oportunizou a realização da Licenciatura Plena e Pós-graduação, cujo plano de carreira é muito bom e valoriza todos os níveis de formação, desde o Magistério até o Doutorado.

Não há rotatividade de docentes, pois existem apenas 3 contratos temporários para substituição de professores que estão em licença saúde. Por outro lado, existem muitos professores com dois contratos no município ou no município e no Estado.

Quanto à questão da qualidade da educação, o Diretor considera que nos últimos anos tem havido uma expansão muito grande, principalmente da educação infantil e do ensino superior. Além disso, a própria manutenção das escolas rurais na região norte do Rio Grande do Sul, onde o município de Getúlio Vargas está inserido, é um fator muito positivo por incentivar a permanência dos jovens no campo.

Em relação ao acesso, também há um grande avanço. Em nível de qualidade há alguns bons exemplos, como é o caso da formação continuada dos docentes no município e a disponibilidade de carga horária escolar para realização de encontros para debater os assuntos da escola, além das 6 horas que cada professor tem disponível para planejar as atividades letivas.

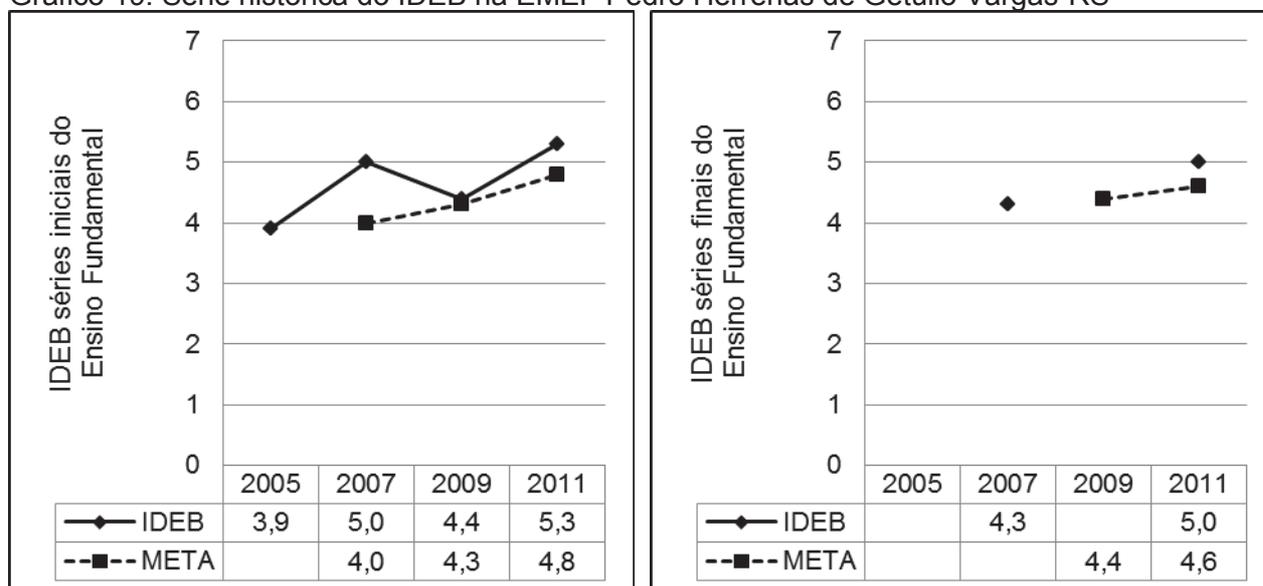
O Diretor destacou também que o currículo das escolas municipais de Getúlio Vargas contempla música, língua inglesa e educação física com professores habilitados desde a pré-

escola até o final do Ensino Fundamental. Portanto, analisando a realidade das escolas de seu município, ele conclui que está havendo um grande avanço na qualidade da educação.

Quanto à relação entre infraestrutura e qualidade, o Diretor considera que andam juntas, pois a disponibilidade de uma condição física adequada para receber os alunos é muito importante para a sua aprendizagem. A sua escola conta com sala de recursos com banheiro acessível a alunos com deficiência, sala com equipe de apoio que acompanha os alunos com dificuldade de aprendizagem, sala de informática, refeitório e cozinha adequados, parquinho e disponibilidade de utilização do Centro Esportivo Municipal que fica próximo à escola. Portanto, a disponibilidade de equipamentos, adequação das salas, bibliografias, material da biblioteca e material de pesquisa para os professores são todos aspectos fundamentais para a boa qualidade do ensino. A Escola tem recebido livros muito bons do FNDE e a própria EJA dispõe de seu livro específico com disciplinas integradas, onde cada professor tem o seu livro e trabalha o mesmo tema em todas as áreas do ensino fundamental.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Pedro Herrerias (Gráfico 19) percebe-se bom desempenho em todas as edições da Prova Brasil em que a Escola participou. Na edição de 2009 houve uma interrupção no ritmo de crescimento nas séries iniciais do Ensino Fundamental, mas ainda assim o resultado foi superior à meta estabelecida pelo INEP.

Gráfico 19. Série histórica do IDEB na EMEF Pedro Herrerias de Getúlio Vargas-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Mesmo com o bom desempenho verificado nos índices do IDEB, o Diretor informou que a sua Escola foi contemplada com o PDE Interativo, cujos recursos ainda estão sendo executados em reformas (grades, tintas, grama e piso), aquisição de jogos pedagógicos, acessibilidade (banheiro adaptado com recursos do PDE Acessível), livros, viagens de estudo

e capacitação dos professores. Além desses recursos federais, a Escola também dispõe dos recursos do CPM e do orçamento da Prefeitura que são utilizados para serviços e manutenção.

Não foi possível acessar os relatórios gerenciais do LSE de Getúlio Vargas, mas obteve-se o QGPMFE que nos permite realizar o seu cruzamento com o IDEB e com o depoimento da direção. O Quadro 12 nos mostra que a Escola Pedro Herrerias apresenta pontuação relativa bem abaixo do Padrão Mínimo de Funcionamento para uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, atingiu apenas 57,21% em relação às condições mínimas estabelecidas na metodologia de avaliação do FNDE. Outro aspecto que chama-nos atenção é a pontuação nula em alguns indicadores e isto permite-nos supor que as suas variáveis não foram diagnosticadas ou houve inconsistência do sistema informatizado na geração do quadro ou então as condições se apresentaram tão precárias que as variáveis não atingiram a condição mínima para receber alguma pontuação.

Convém ressaltar que 100% não significam condições ótimas, mas condições mínimas que uma escola deve dispor na oferta dos serviços escolares considerados essenciais para a educação básica.

Quadro 12. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF Pedro Herrerias de Getúlio Vargas-RS.

Nível	U/R	Escola	Pontuação Relativa por Índice (%)														PR (%)	
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV		XV
EIxEF	U	Pedro Herrerias	95	67	53	77	78	36	0	0	48	56	39	0	0	51	69	57,21

EIxEF: Educação Infantil e Ensino Fundamental; U/R: Urbana/Rural; PR (%): Pontuação Relativa

Fonte: bento (produto 5, 2010, p. 160)

A despeito desses baixos índices verificados nos indicadores de PMFE, o Diretor acredita que sua Escola está num patamar bastante avançado em termos de infraestrutura e em todas as condições de oferta do ensino, embora reconheça que existem algumas demandas, como por exemplo, laboratório de artes, laboratório de ciências e auditório.

Devido à falta de um auditório, as reuniões e outros eventos com os pais são realizados no salão da comunidade, mas o maior entrave é a falta de uma quadra de esportes. Algumas turmas utilizam o pátio da escola para a prática da educação física e isso causa transtorno aos alunos que estão em sala, devido ao barulho. No turno da manhã, a Escola utiliza o ginásio municipal durante três períodos de aula, mas nos outros dois períodos e no turno da tarde é utilizado o pátio da escola.

Em relação à idade dos prédios, o Diretor informou que há salas de um ano, salas de 3 a 4 anos e algumas partes com 60 anos de construção. Atualmente estão sendo realizadas algumas reformas, como a colocação de forro de PVC em algumas salas e, em breve, serão trocadas várias janelas basculantes que estão bastante depreciadas e causam desconforto térmico durante o inverno.

Com exceção da quadra de esportes que é apenas uma cobertura em um espaço de circulação no pátio, os registros (Figura 13) feitos durante a visita na Escola mostram-nos ambientes conservados e bem equipados, como pode-se observar o salão do refeitório, a sala de aula e a biblioteca.

Quanto a problemas detectados no entorno da Escola que possam causar algum transtorno aos alunos, o Diretor lembrou que há uma Lan House próxima à escola em que os alunos frequentavam, inclusive em horário de aula, mas que houve a intervenção do Conselho Tutelar e o estabelecimento foi fechado.

Além disso, a Escola está localizada entre dois bairros bastante pobres, onde há tráfico de drogas e assaltos. Por isso, há necessidade de monitoramento constante do espaço externo e quando há alguma movimentação suspeita é acionado a Brigada Militar, principalmente durante as aulas da EJA no turno da noite.

Figura 13. Imagens das instalações da EMEF Pedro Herrerias de Getúlio Vargas-RS



Fonte: o autor

Em relação à participação da comunidade, o Diretor destacou que a Escola conta com o apoio do CE nas decisões administrativas e de infraestrutura, embora sua competência esteja mais voltada para questões pedagógicas. Além disso, o CPM também participa de todas as decisões, cujas reuniões ocorrem a cada 2 meses ou mais frequentes, conforme a

necessidade. Nesses encontros são feitas avaliações das ações e planejamentos, pois todos os recursos, inclusive do FNDE, circulam via CPM.

Na parte pedagógica, é realizado um processo de avaliação (conselho de classe) com a participação de todos os pais, alunos e professores. Primeiramente, os alunos fazem uma auto avaliação acompanhada pelo professor regente, onde eles apresentam as dificuldades, os aprendizados e as sugestões de melhoria. Em um segundo momento, os alunos relatam sua avaliação na reunião geral, os professores complementam essa avaliação e os pais questionam sobre as necessidades de melhoria de seus filhos. Além dessa avaliação, também são realizadas reuniões de orientação para os pais com apresentação de palestras.

Por fim, o Diretor comentou que se lembra de ter ajudado a realizar um diagnóstico, mas que não tem certeza se estava relacionado ao LSE. Porém, algumas melhorias ocorreram através do PAR, como a aquisição de TV e DVD e a construção da creche, mas não soube informar se o restante das melhorias está relacionado com o PAR.

5.6 MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS

O município de Ibiraiaras é classificado como de pequeno porte, tem uma população de 7.175 habitantes, pertence à microrregião de Passo Fundo e está distante 243 km da capital.

Em termos educacionais o município totalizou 506 matrículas em 2013 em 02 escolas municipais urbanas e 28 rurais, mas apenas 01 escola urbana de educação infantil e 01 urbana e 02 rurais de ensino fundamental estão em atividade (INEP, 2014). As 26 rurais restantes estão paralisadas, mas ainda constam nos registros do INEP. Destas, apenas a Escola Municipal João Dal Piva faz parte da pesquisa por conter dados do IDEB.

Na entrevista realizada com a Secretária de Educação, ao expor sua visão sobre a qualidade da educação brasileira, ela considera que está havendo evolução na qualidade da educação, inclusive na qualificação dos professores, pois a maioria tem graduação e pós-graduação e isso faz diferença no processo de ensino.

No aspecto da infraestrutura, a Secretária entende que uma boa condição física é necessária para se obter qualidade na educação, principalmente a disponibilidade de espaços adequados para a realização das diferentes atividades pedagógicas.

Quanto à realização de visitas às escolas para conhecer a sua realidade e suas necessidades de melhoria, a Secretária informou que está há pouco tempo no cargo e desde que assumiu teve algumas demandas urgentes para resolver, então tem realizado poucas visitas, mas pretende aumentar a frequência.

Segundo a Secretária, apenas uma das escolas da rede tem um bom espaço físico, pois todas as outras estão com espaço bem limitado. Por isso, foi necessário alugar um espaço

fora da escola para as atividades de reforço com os alunos e isso tem causado muito transtorno, preocupação e insegurança para a gestão escolar e municipal. Além disso, das 4 escolas municipais em atividade, apenas duas delas estão com sua infraestrutura bem conservada. Basicamente, as principais necessidades são ampliação do espaço físico e adequação dos espaços para educação física.

Quanto à idade dos prédios escolares, a Secretária não soube prestar essa informação, pois são escolas muito antigas e faltam registros oficiais sobre a sua criação. Além disso, as informações obtidas com as pessoas mais idosas nem sempre são verídicas, pois existem disputas políticas entre as famílias e cada uma quer obter o mérito e o apoio dado para a criação da escola.

A respeito dos problemas relacionados ao entorno das escolas, a Secretária informou que em uma das escolas existe certo transtorno com a circulação de veículos na rua em frente e também não há recuo para parada dos ônibus. Entretanto, não há nenhuma atividade ou problema próximos às escolas que possam prejudicar o desempenho dos alunos.

5.6.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização

Ao ser questionada sobre os motivos que levaram o poder público municipal a realizar o LSE, a Secretária respondeu que não dispõe dessa informação e também não é do seu conhecimento quem foram as pessoas responsáveis por esse diagnóstico. Entretanto, ela acredita que o LSE foi realizado para sanar as dificuldades e melhorar as condições de funcionamento das escolas.

Segundo ela, na última gestão municipal houve muita troca de dirigentes na Secretaria de Educação e ficou um período sem Secretária(o). Por causa disso, muitas ações ficaram pendentes e a própria renovação do PAR foi realizada somente em 2013, pois a gestão anterior não havia cumprido o prazo estabelecido pelo MEC.

Da mesma forma, a Secretária não soube informar quais e quando ocorreram as principais ações envolvendo o LSE, pois a gestão municipal atual é oposição ao grupo político da gestão anterior, então muitas informações não foram repassadas na transição do governo.

Com base nas declarações iniciais da Secretária, as demais questões envolvendo o processo de realização do LSE ficaram prejudicadas, pois pôde-se perceber que a gestão atual nunca tinha ouvido falar sobre essa metodologia de diagnóstico. Porém, ao ser questionada sobre a avaliação municipal frente ao LSE, a Secretária comentou que, embora sua equipe não tenha participado desse processo, acredita que seja uma forma relevante de se conhecer a realidade das escolas para depois propor as melhorias naqueles aspectos que foram apontados como deficientes.

5.6.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos

O município não tinha tomado conhecimento sobre os resultados do diagnóstico do LSE até a época da entrevista com a Secretária de Educação que ocorreu no mês de julho de 2013. Portanto, a análise dos relatórios gerenciais de reforma, ampliação, aquisição e condições de funcionamento das escolas da rede municipal frente aos PMFE ficou inviabilizada.

Como consequência disso, a SME não promoveu nenhuma ação de socialização e discussão sobre os indicadores dos PMFE no município de Ibiraiaras. Da mesma forma, devido ao desconhecimento das estimativas de reestruturação física e aquisições que seriam apontadas nos relatórios do LSE, o município não adotou nenhuma estratégia de melhoria visando à adequação da rede escolar aos PMFE.

A Secretária disse que lamenta muito o desconhecimento desses relatórios de reestruturação física e de aquisições, pois há tempos sua equipe vem discutindo e pedindo estudos para implementação de melhorias nas escolas da rede municipal. Segundo ela, a gestão municipal de Ibiraiaras falhou em não buscar os relatórios elaborados pelo FNDE, após a realização do diagnóstico. Apesar de que, segundo ela, mesmo quando é feito contato com o MEC, dificilmente se consegue obter as informações solicitadas, pois é preciso insistir muito até se obter alguma resposta.

Por outro lado, durante a realização de pesquisas nos documentos técnicos do FNDE sobre a metodologia de diagnóstico do LSE, obteve-se o QGPMFE que nos permite realizar o seu cruzamento com o IDEB das escolas municipais de Ibiraiaras e com o depoimento da Secretária de Educação.

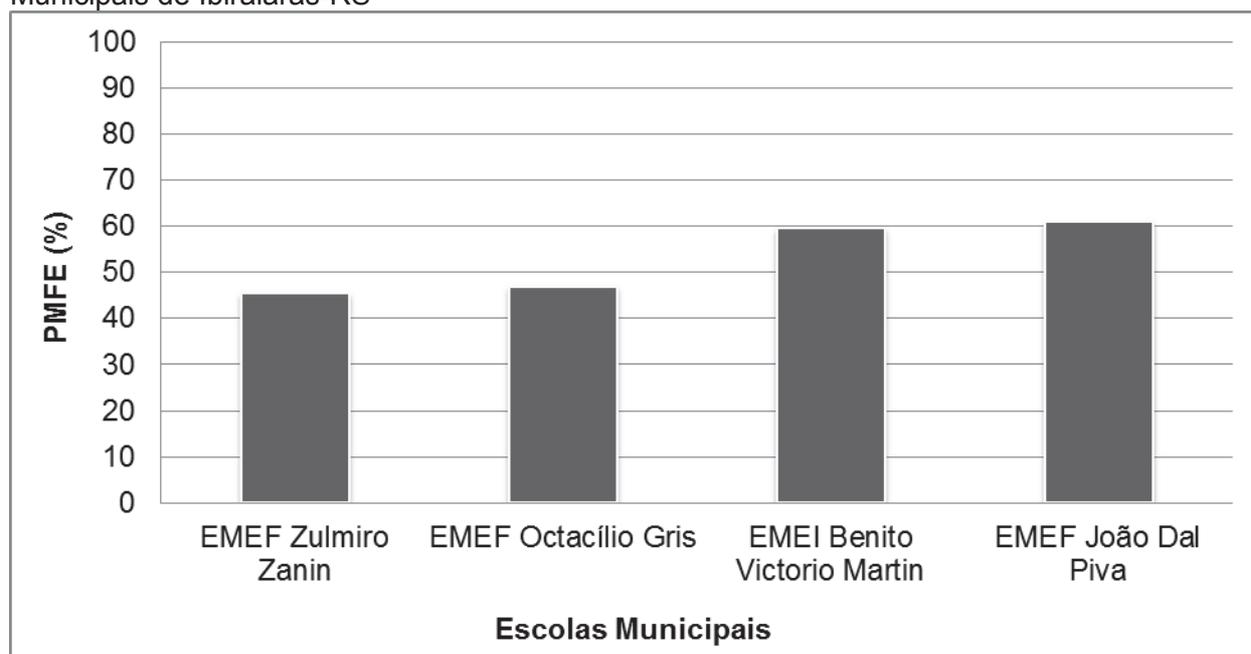
O levantamento da Situação Escolar foi realizado nas quatro escolas ativas, cujas pontuações de Padrões Mínimos encontram-se no Gráfico 20. Verifica-se que as quatro escolas atingiram pontuação relativa entre 45 e 60% de PMFE, sendo a Escola João Dal Piva, objeto desta pesquisa, a que obteve o melhor desempenho, mas mesmo assim está muito distante do padrão mínimo de qualidade física proposto pelo FNDE, pois ainda precisa avançar 40% nas condições dos indicadores avaliados.

Da mesma forma que as escolas do município de Getúlio Vargas, a distância entre a situação real e a condição ideal é muito preocupante nas escolas de Ibiraiaras, pois duas delas nem atingiram 50% do PMFE e as outras duas chegaram ao máximo a 60% do PMFE, ou seja, todas precisam melhorar muito em quantidade e/ou qualidade nos indicadores de oferta dos serviços escolares.

Em relação à política municipal de melhoria da infraestrutura da sua rede escolar, a Secretária comentou que o município vem de um mandato de 8 anos em que o Prefeito centralizava muito as informações e não havia abertura para sua equipe. Quando a gestão atual assumiu, se deparou com sérios problemas, como por exemplo, durante dois anos foram

feitos apontamentos sobre a rede elétrica da escola de educação infantil e não houve providências, então o Corpo de Bombeiros exigiu imediata reparação das instalações elétricas e saídas de emergência. Se esse problema não fosse solucionado dentro do prazo estipulado, a escola seria interditada, o que geraria um transtorno para as famílias que precisam trabalhar e dependem deste espaço para o cuidado de seus filhos.

Gráfico 20. Pontuação Relativa (%) de Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas Municipais de Ibiraiaras-RS



Fonte: adaptado de FNDE (2010)

A meta da gestão atual é de construir um Centro Educacional Municipal, pois o município não tem condições financeiras para manter as duas escolas rurais, cujo custo é elevado para atender tão poucos alunos. Portanto, a Secretária acredita que a centralização da oferta educacional permitirá melhor atendimento dos alunos pela otimização dos espaços, do corpo docente e dos recursos materiais e financeiros.

5.6.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica

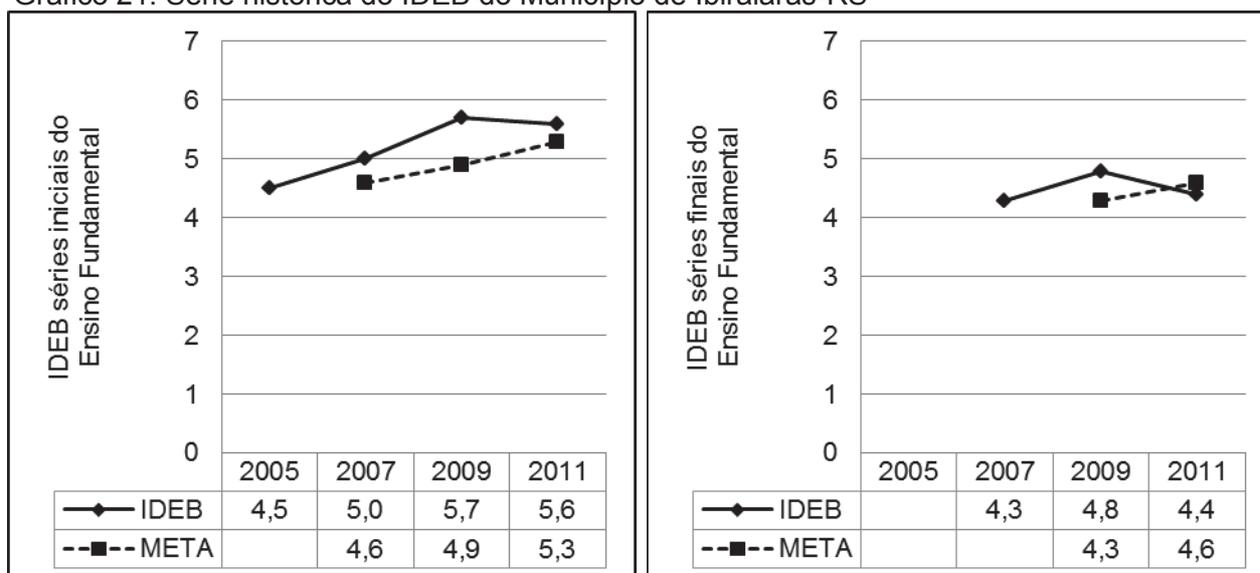
Em relação à possível interferência das condições físicas da rede municipal de Ibiraiaras no desempenho dos seus alunos, a Secretária considera que a falta de espaços e a qualidade dos espaços disponíveis podem estar interferindo, de alguma forma, no desempenho dos alunos. Por isso, o município tem como meta a construção do Centro Educacional com toda a infraestrutura necessária para o bom desenvolvimento das atividades educacionais.

Analisando-se a série histórica da média do IDEB obtido nas escolas municipais de Ibiraiaras, (Gráfico 21) percebe-se que na maioria das edições da Prova Brasil, os desempenhos foram superiores às metas estabelecidas pelo INEP nas duas etapas do Ensino Fundamental, com exceção das séries finais na edição de 2011 em que houve queda no desempenho e o resultado ficou abaixo da meta.

Convém ressaltar que os indicadores de padrões mínimos das escolas da rede municipal de Ibiraiaras foram extremamente baixos, ou seja, sua pontuação relativa variou entre 45 e 60%. Os resultados desse indicador corroboram com a opinião da Secretária, a qual considera que as escolas da rede estão carentes de espaços físicos.

Quando a Secretária foi questionada sobre os investimentos realizados em infraestrutura desde a criação do IDEB, ela não soube responder, mas acredita que poucas melhorias foram implementadas nas escolas desde que foram obtidos os primeiros resultados deste indicador.

Gráfico 21. Série histórica do IDEB do Município de Ibiraiaras-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Por outro lado, ela destacou que normalmente é discutida a adoção de atividades de reforço para melhorar a aprendizagem dos alunos com vistas a elevar o seu desempenho nas avaliações. Além disso, são desenvolvidas muitas ações de capacitação para os professores. Também são realizadas reuniões quinzenais com os professores nas escolas para planejamentos e essa ação contribui muito para o trabalho escolar.

5.6.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas

Como o município de Ibiraiaras não obteve acesso aos relatórios gerenciais e ao quadro geral de padrões mínimos de suas escolas, a elaboração do PAR não foi subsidiada pelo diagnóstico do LSE. Segundo a Secretária, a principal demanda apresentada pelo município no PAR atual foi a construção de uma escola nova, juntamente com mobiliário e equipamentos, como computador, datashow, TV e som.

Além disso, a Secretária informou que os aspectos da infraestrutura sempre são considerados na discussão dos PPPs pela comunidade escolar, mesmo sem os relatórios do LSE.

Na visão da Secretária, um diagnóstico como o LSE é necessário para conhecermos as necessidades das escolas e, assim, podermos realizar um bom planejamento com vistas à sua melhoria. Como a rede de ensino de Ibiraiaras é pequena, a equipe gestora detém certo conhecimento da sua realidade, mas o acesso aos dados sistematizados sobre as condições de funcionamento das escolas facilitaria o planejamento das ações e haveria melhor aproveitamento no trabalho da equipe.

5.6.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental João Dal Piva:

A EMEF João Dal Piva está localizada na zona urbana e atende 269 alunos do ensino fundamental. O transporte público municipal atende 123 alunos (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, o nível sócio econômico dos alunos é bem heterogêneo, mas está entre a classe média e a baixa. Suas origens são bastante diversificadas, mas destacam-se descendentes de indígenas, italianos e africanos. A Escola atende também vários alunos de inclusão, com problemas mentais, cadeirantes e superdotados.

O corpo docente apresenta boa formação, pois quase 100% dos professores tem especialização. Não há problema de rotatividade, pois todos são concursados, embora muitos também atuem em outras escolas municipais ou estaduais.

Quanto à questão da qualidade da educação, a Diretora disse que aos poucos estão havendo avanços e o Governo Federal tem prestado mais apoio atualmente. Além disso, a Administração Municipal também tem investido em capacitação dos docentes, embora ainda haja muito que melhorar no campo da educação.

Na relação entre infraestrutura e qualidade, a Diretora destacou que a infraestrutura é importante no desenvolvimento das atividades escolares e informou que na sua Escola falta sala para teatro, espaço físico adequado para recreação e espaço maior para biblioteca. Em sua opinião, esses recursos contribuem para o trabalho pedagógico dos professores e, por

isso, há tempos vem lutando para melhoria e ampliação dos espaços físicos. Em 2013 foi colocada em funcionamento a sala de atendimento especializado e estão sendo realizadas melhorias na acessibilidade, mas falta espaço apropriado para instalar os computadores recebidos do Governo Federal, os quais estão improvisados na biblioteca.

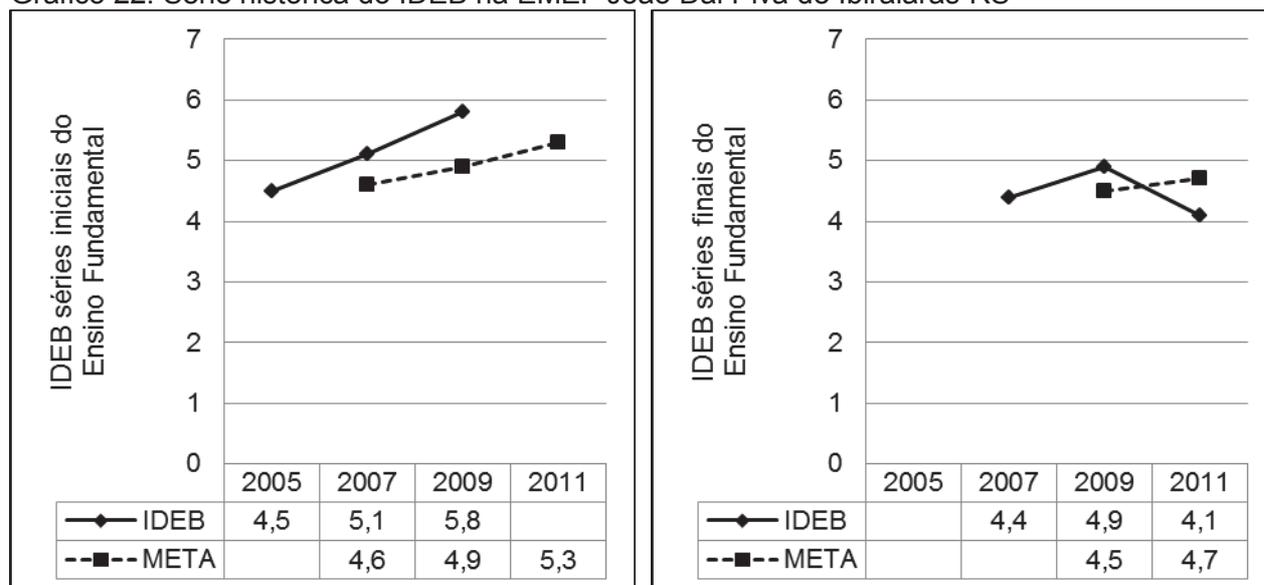
Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola João Dal Piva (Gráfico 22) percebe-se que houve bons desempenhos nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Por outro lado, nas séries finais houve queda no desempenho da última edição, tendo ficado abaixo da meta estabelecida pelo INEP. Não é possível avaliar se nas séries iniciais também teria ocorrido queda no desempenho, pois não houve média na Prova Brasil 2011.

A Diretora informou que desde o primeiro resultado do IDEB a sua Escola não recebeu nenhuma melhoria na infraestrutura, cujas necessidades atuais são de ampliação de área coberta para abrigo dos alunos durante o intervalo, adequação de um espaço físico destinado aos alunos das séries iniciais para ser utilizado como recreação e instalação de uma sala de multiatividades para apresentações de artes cênicas. Também não há sala de informática e os computadores para os alunos estão instalados na biblioteca.

Esta Escola existe há 22 anos e a idade do prédio principal é de 17 anos, pois antes funcionava em prédios alugados. As reformas e ampliações foram acontecendo aos poucos conforme as demandas do momento, mas sem um plano diretor.

Ao relacionar todas essas carências de sua Escola, a Diretora se conforma ao concluir que, pelo menos, há boa qualidade do corpo docente, que se empenha para fazer um bom trabalho.

Gráfico 22. Série histórica do IDEB na EMEF João Dal Piva de Ibiraiaras-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Não foi possível acessar os relatórios gerenciais do LSE de Ibiraiaras, mas obteve-se o QGPMFE que nos permite realizar o seu cruzamento com o IDEB e com o depoimento da direção. O Quadro 13 nos mostra que a Escola João Dal Piva apresenta pontuação relativa bem abaixo do Padrão Mínimo de Funcionamento para uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, atingiu apenas 60,89% em relação às condições mínimas estabelecidas na metodologia de avaliação do FNDE. Outro aspecto que chama-nos atenção é a pontuação nula em alguns indicadores e isto permite-nos supor que as suas variáveis não foram diagnosticadas ou houve inconsistência do sistema informatizado na geração do quadro ou então as condições se apresentaram tão precárias que as variáveis não atingiram a condição mínima para receber alguma pontuação.

Quadro 13. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola Municipal de Ibiraiaras-RS que apresenta resultados do IDEB.

Nível	U/R	Escola	PONTUAÇÃO RELATIVA POR ÍNDICE (%)															PR (%)
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	
EixEF	U	João Dal Piva	80	88	47	52	61	43	0	0	44	73	84	0	0	60	69	60,89

EixEF: Educação Infantil e Ensino Fundamental; U/R: Urbana/Rural; PR (%): Pontuação Relativa

Fonte: BENTO (Produto 5, 2010, p. 162)

Este resultado frente ao padrão mínimo de funcionamento das escolas de educação básica vem a corroborar com os depoimentos da Diretora sobre as condições físicas de sua Escola. Além disso, a visita e o registro de fotografias apresentadas na Figura 14 ajudam a confirmar as suas carências estruturais. Embora haja quadra de esportes fechada e coberta e salas de aula equipadas com ventiladores e cortinas, percebe-se deficiências na biblioteca, cujo espaço é bem restrito e ainda precisa ser dividido com os computadores, pela falta de um laboratório de informática. Outra carência bastante relevante identificada na escola é a falta de um espaço exclusivo para a alimentação dos alunos, pois o local destinado para esta finalidade é uma área de circulação entre as salas, ou seja, os alunos fazem suas refeições no corredor do prédio escolar.

Por conta disso, a Diretora acredita que o desempenho dos seus alunos sofre algum tipo interferência das condições físicas da escola, pois entende que um espaço físico adequado facilitaria a aprendizagem e o desenvolvimento em geral da educação. Portanto, ela declarou que não basta termos somente sala de aula e não podermos disponibilizar outros ambientes para os alunos desenvolverem outras atividades, principalmente para séries iniciais. Apesar de que as próprias salas de aula não proporcionam bom conforto, pois são pequenas e quentes.

Quanto aos problemas externos ao pátio da Escola, a Diretora informou que não há um espaço adequado e seguro para o embarque e desembarque dos alunos nos ônibus escolares. Além disso, como a escola não dispõe de uma área interna com tamanho suficiente para apresentações culturais, essas atividades precisam ser realizadas na via pública, mas nem

sempre isso é possível, devido à circulação de veículos. Entretanto, ela não considera que essa situação cause interferência no desempenho geral dos alunos.

Figura 14. Imagens das instalações da EMEF João Dal Piva de Ibiraiaras -RS



Fonte: o autor

Quanto ao diagnóstico das condições físicas realizado através da metodologia do LSE, a Diretora declarou que desconhece tanto a sua aplicação quanto o seu resultado, pois não participava da gestão na época e também não houve a sua socialização por parte da equipe gestora anterior.

Independente disso, a Diretora destacou que as demandas para as condições físicas são contempladas nas discussões de revisão do PPP, com a participação do Conselho Escolar, que é representado por pais, alunos, professores e funcionários. Além disso, conforme a necessidade, são realizadas assembléias com o CPM e o Conselho Escolar, cujos representantes participam ativamente.

5.7 MUNICÍPIO DE JAGUARÃO

O município de Jaguarão é classificado como de médio porte, tem uma população de 27.942 habitantes, pertence à microrregião de Jaguarão e está distante 384km da capital.

Em termos educacionais o município totalizou 2.478 matrículas em 2013 em 26 escolas, sendo 07 escolas urbanas de educação infantil em atividade, 01 escola rural de educação infantil paralisada, 05 escolas rurais de ensino fundamental em atividade e 05 paralisadas, 07 escolas urbanas de ensino fundamental em atividade e 01 escola rural de educação básica (infantil, fundamental e médio) em atividade (INEP, 2014). Destas, apenas as Escolas de Ensino Fundamental General Antônio de Sampaio, Manoel Pereira Vargas, Marcilio Dias e Padre Pagliani fazem parte da pesquisa por conterem dados do IDEB.

Ao ser convidada a comentar sobre a qualidade da educação brasileira, a Secretária disse que vê muitos avanços na educação brasileira, como o acesso às universidades, o combate ao analfabetismo e a preocupação com um currículo que dê conta dos sujeitos se tornarem cidadãos, muito enfatizada nas propostas educacionais. Por outro lado, ainda temos que buscar muita formação e informação para poder pontuar algumas questões que são chave para o desenvolvimento, como reduzir o analfabetismo e buscar as metas do IDEB.

Segundo a Secretária, uma política pública excelente é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pois pretende evitar que os jovens cheguem aos 14 ou 15 anos como analfabetos funcionais. O Pacto vem com uma preocupação e uma proposta de metas para se alcançar a alfabetização das crianças nas séries iniciais.

Outro aspecto muito importante é o aumento do acesso às universidades e ao ensino técnico, permitindo outras possibilidades de formação e de trabalho às pessoas, além de poderem entender a sociedade onde estão inseridas.

A Secretária também expôs sua visão sobre a relação entre infraestrutura e qualidade que, segundo ela, é de extrema relevância, porque se não dispormos de uma infraestrutura mínima não será possível ter uma boa qualidade ou fazer um bom trabalho, por mais dinâmico, didático ou pedagógico que seja o professor. Além disso, os espaços escolares precisam ser acolhedores, afetivos ou amorosos, mas sem as condições mínimas necessárias para isso não é possível fazer com que o aluno se sinta acolhido.

Ao ser questionada sobre o conhecimento que detém sobre a rede municipal de ensino de Jaguarão, a Secretária informou que circula por todas as escolas desde que chegou à secretaria e costuma visitar duas escolas por semana. Há um bom relacionamento da SME com a rede municipal e quando falha alguma visita, a direção entra em contato cobrando a presença da equipe.

Assim, é possível conhecer as principais demandas por reformas, que são troca de vidros e manutenção nos muros e telhados, ou seja, são demandas pontuais e rotineiras.

Quanto à idade dos prédios escolares, a Secretária informou que é difícil estabelecer uma idade certa, pois foram ocorrendo ampliações e alterações no decorrer do tempo, conforme as demandas. Também não existem dados sobre períodos ou época específicas das reformas, pois as manutenções são feitas periodicamente, como é o caso da Escola Padre Pagliani que atualmente está passando por um processo de reforma geral. Além disso, há 2 anos a escola Fernando Ribas foi atingida por um temporal, então foi praticamente toda reconstruída.

Em relação aos problemas do entorno das escolas, a Secretária relatou que, a princípio, estão amenizados, mas que ocorriam alagamentos na Escola Pereira Vargas, cuja situação foi apontada na época da realização do LSE. Portanto, não há nenhum aspecto do entorno das escolas que possam prejudicar o desempenho dos alunos, pois apenas na escola onde ocorria o alagamento os alunos faltavam às aulas nos dias chuvosos.

5.7.1 Adesão do município ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização

O município de Jaguarão recebeu o convite para participar da capacitação sobre o LSE no início de 2010 e a Secretária designou as três pessoas para comporem a equipe. Não houve tempo hábil para buscar maiores informações ou para discussão local sobre essa política, pois o convite chegou numa segunda-feira e o envio dos nomes deveria ocorrer até a próxima quarta-feira. Naquele momento, a gestão municipal sem sabia do que se tratava o LSE.

Quanto ao cronograma das atividades, a Secretária informou que a capacitação ocorreu em 11, 12 e 13/03/2010 e os trabalhos de campo começaram na segunda-feira da semana seguinte. A conclusão do levantamento ocorreu ainda no primeiro semestre de 2010.

Primeiramente foi estabelecido um cronograma com o nome das escolas e depois foram agendadas as viagens com o setor de transportes da Prefeitura. Entretanto, durante as saídas a campo, os trabalhos eram realizados de acordo com a realidade que se apresentava no momento.

Na avaliação da gestão municipal, a capacitação foi excelente, mas a equipe de Jaguarão obteve bom aproveitamento porque foi para o evento com o objetivo de descobrir do que se tratava o LSE e de coloca-lo em prática. Por isso, houve participação em todos os momentos do curso e todas as dúvidas foram esclarecidas imediatamente. Por outro lado,

algumas equipes assinavam a lista de presença e se ausentavam do curso para fazer compras em Rivera. Além disso, alguns municípios enviaram apenas uma pessoa para receber a capacitação.

Depois da capacitação, sempre que houvesse necessidade de orientação do FNDE, o retorno era imediato.

Quanto à logística do evento, a Secretária informou que o FNDE se responsabilizou com os custos do local da capacitação, mas as despesas de transporte e diária das equipes municipais foram custeadas pelos municípios.

Em relação às dificuldades enfrentadas durante a realização do LSE, a Secretária relatou que as equipes nem sempre puderam contar com o acompanhamento constante da arquiteta e também nem sempre havia pessoal na escola com disponibilidade para ajudar. Por isso, muitas vezes foi preciso pedir ajuda para o motorista durante a realização das medições dos prédios. As direções das escolas também colaboraram no fornecimento dos dados pedagógicos. Entretanto, a maior dificuldade de pessoal para realização do LSE foi encontrada nas escolas rurais, pois suas equipes são muito pequenas.

Quanto à avaliação da gestão municipal frente a esse instrumento de diagnóstico, a Secretária disse que qualquer diagnóstico ou levantamento de informações torna a gestão mais fácil, pois os dados mostrarão as necessidades e onde devem ser implementadas ações de gestão. Portanto, para os gestores é de extrema importância quando há um diagnóstico de determinada situação. Além disso, a Secretária acredita que esse tipo de levantamento das escolas nunca havia sido feito, então, enquanto contribuição para que se possa avaliar onde será feita política pública para dar conta das necessidades, é uma ação de extrema relevância.

5.7.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos

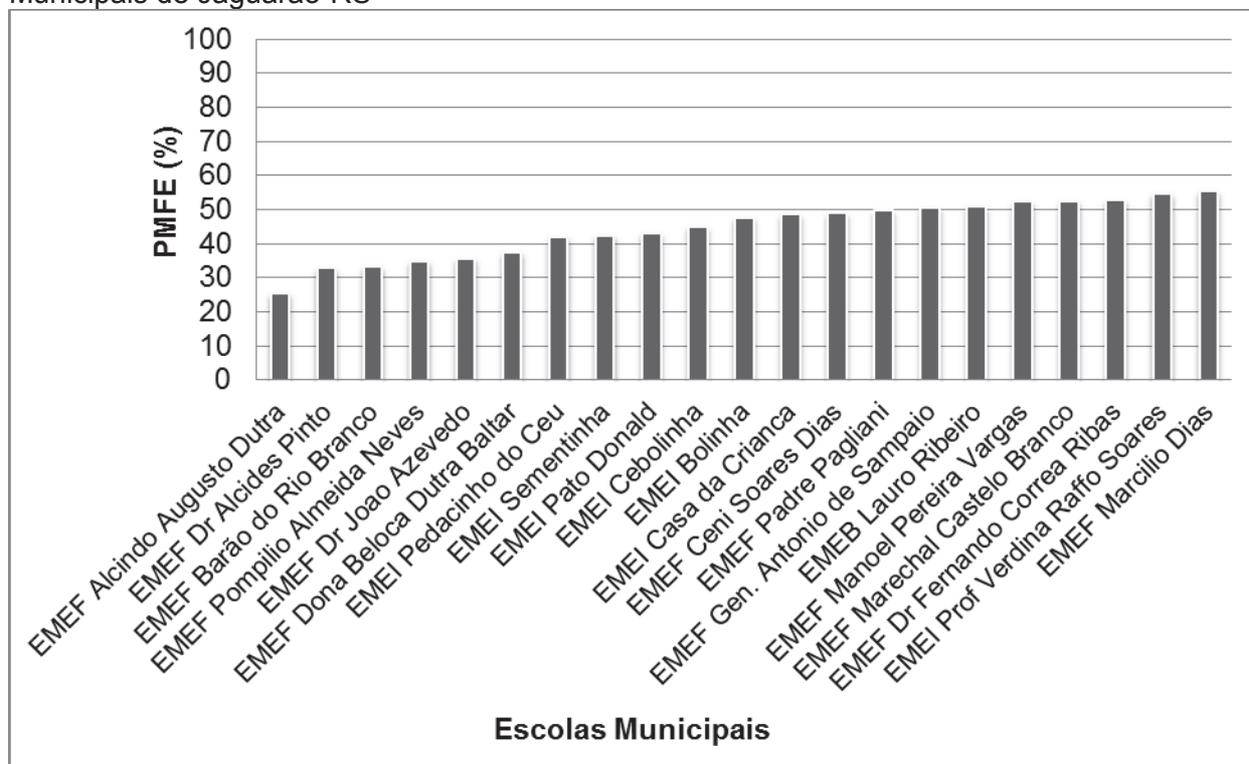
O município não tinha tomado conhecimento sobre os resultados do diagnóstico do LSE até a época da entrevista com a Secretária de Educação que ocorreu no mês de agosto de 2013. Portanto, a análise dos relatórios gerenciais de reforma, ampliação, aquisição e condições de funcionamento das escolas da rede municipal frente aos PMFE ficou inviabilizada. Como consequência disso, a SME não promoveu nenhuma ação de socialização e discussão sobre os indicadores dos PMFE no município de Jaguarão. Da mesma forma, devido ao desconhecimento das estimativas de reestruturação física e aquisições que seriam apontadas nos relatórios do LSE, o município não adotou nenhuma estratégia de melhoria visando à adequação da rede escolar aos PMFE.

Por outro lado, durante a realização de pesquisas nos documentos técnicos do FNDE sobre a metodologia de diagnóstico do LSE, obteve-se o QGPMFE que nos permite realizar o seu cruzamento com o IDEB das escolas municipais de Jaguarão e com o depoimento da Secretária de Educação. O levantamento da Situação Escolar foi realizado em 21 escolas que se encontravam em atividade na época da realização do diagnóstico, sendo 08 de Educação Infantil, 12 de Ensino Fundamental e 01 de Educação Básica.

Verifica-se no Gráfico 23 que as pontuações relativas variaram de 25 a 55% do PMFE, cujos piores resultados foram apresentados pelas escolas rurais, seguidas das escolas de educação infantil. As quatro escolas participantes desta pesquisa se enquadram no terço das que apresentaram as maiores pontuações, mas mesmo assim, o melhor desempenho dentre todas elas atingiu apenas 55,27% do PMFE, demonstrando que todas as Escolas Municipais de Jaguarão carecem de melhorias substanciais em suas condições físicas e materiais para corresponderem à qualidade mínima proposta pelo FNDE.

Em relação à política municipal de melhoria da infraestrutura da sua rede escolar, a Secretária declarou que as reformas são realizadas conforme a demanda, mas que existe um planejamento anual para construção ou manutenção de salas, muros, praças, dentre outros.

Gráfico 23. Pontuação Relativa (%) de Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas Municipais de Jaguarão-RS



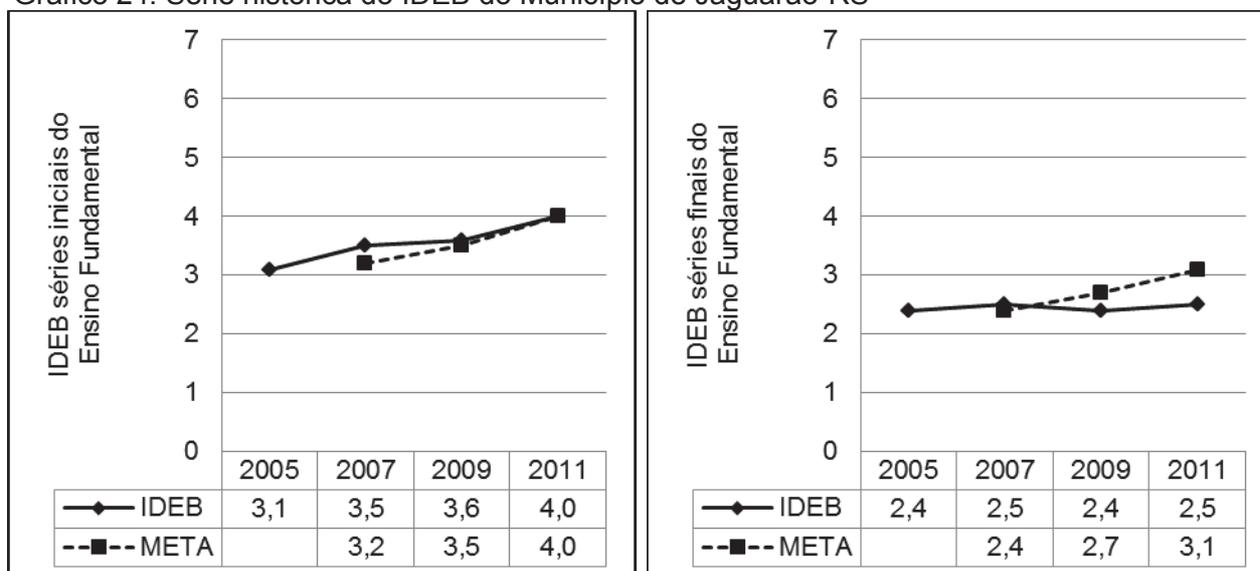
Fonte: adaptado de FNDE (2010)

5.7.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica

Em relação à possível interferência das condições físicas da rede municipal de Jaguarão no desempenho dos seus alunos, a Secretária informou que não há nenhuma escola municipal em péssimas condições de conservação, embora sempre haja necessidades de melhoria. Todas elas são muito aconchegantes e com bom conforto térmico, mas apresentam problemas com internet, precisam de construção ou melhoria da quadra de esportes, ampliação do terreno, dentre outros.

Segundo a Secretária, a preocupação com o desempenho dos alunos e com os indicadores do IDEB é bastante forte na gestão municipal, pois é a referência que se tem disponível para tomar decisões ou para buscar apoio do governo. Entretanto, analisando-se a série histórica da média do IDEB obtido nas escolas municipais de Jaguarão, (Gráfico 24) percebe-se que os desempenhos são muito baixos, principalmente nas séries finais do Ensino Fundamental, em que os resultados estão estagnados ao longo das quatro edições da Prova Brasil.

Gráfico 24. Série histórica do IDEB do Município de Jaguarão-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Como o IDEB é um balizador para as tomadas de decisão no município de Jaguarão, conforme relato da Secretária, a adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa também é um pouco para dar conta do atingimento das metas desse indicador de avaliação da qualidade da educação básica.

5.7.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas

Embora o município de Jaguarão não tenha acessado os relatórios gerenciais e o quadro geral de padrões mínimos de suas escolas, a Secretária informou que os levantamentos realizados no LSE foram aproveitados para a elaboração do PAR. Entretanto, as equipes atuais do PAR não são as mesmas da época do LSE, então a SME precisa informá-las sobre os apontamentos do LSE e intervir quando necessário durante a definição das prioridades.

Além disso, segundo a Secretária, mesmo sem os dados sistematizados do LSE, a realização do diagnóstico serviu para despertar atenção a determinadas deficiências que já puderam ser resolvidas, como por exemplo, algumas obras de drenagem e construção de rampa de acessibilidade.

5.7.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental General Antônio de Sampaio:

Esta Escola está localizada na zona urbana e atende 24 alunos da educação infantil e 328 do ensino fundamental. O transporte público municipal atende 09 alunos (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, a Escola atende alunos carentes, oriundos de cinco ou seis comunidades do seu entorno, cujos grupos étnicos da maioria é de negros, brancos e pardos.

O corpo docente apresenta boa formação, pois todos são graduados e a maioria tem pós-graduação. Praticamente não há rotatividade de professores, pois todos são concursados.

Quanto à questão da qualidade da educação, a Diretora declarou que, apesar de tantos programas que estão sendo criados, temos muitos aspectos que precisam melhorar, pois o desempenho dos alunos ainda é muito tímido, mesmo que esteja havendo evolução. Ela destaca que os professores têm boa formação e competência para o exercício da função, mas existem questões sociais que nos exigem olhar todo o contexto que cerca o aluno. Muitas vezes, por mais que se faça, se trabalhe, se veja de forma diferente e se tente fazer diferente, parece que não há avanço, ou seja, não são atingidas as melhorias esperadas.

Segundo a Diretora, em sua Escola há muitos casos de alunos com necessidades especiais e algumas deficiências ainda não bem diagnosticadas, que podem ser dificuldade de aprendizagem ou problema neurológico. Também há dificuldade de apoio e aceitação das famílias, pois a Escola consegue a muito custo o encaminhamento de alunos para atendimento especializado, mas muitos pais não colaboram ou não levam seus filhos nas consultas.

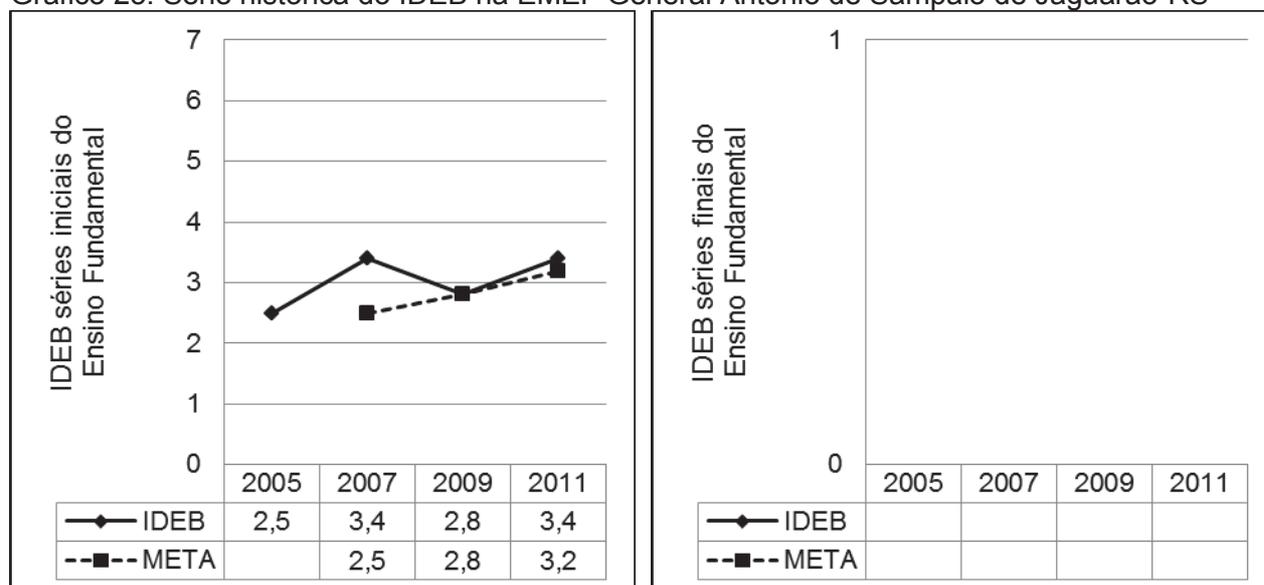
Além disso, a Diretora ressalta que existem bons programas governamentais que ajudam e ajudariam muito mais se a escola estivesse melhor estruturada. Neste aspecto, ela

cita o Programa Mais Educação e considera que é um ótimo programa, mas que sua Escola não estava preparada para a sua implantação, pois em dias chuvosos não tem como programar atividades físicas por falta de ginásio e também não há sala disponível para implantar o letramento. Por causa dessas limitações, precisou desacomodar algum setor ou alguma atividade para poder viabilizar as atividades do turno integral. Além disso, essa falta de estrutura condiciona o deslocamento dos alunos para outros espaços na comunidade que gera certos transtornos, como a necessidade de negociação da cedência desse espaço e o enfrentamento de frio e chuva durante o trajeto.

Portanto, as propostas dos programas educacionais do governo podem contribuir para a melhoria da qualidade da educação, mas a implantação da maioria deles fica prejudicada pela falta de estrutura física nas escolas.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Gen. Antônio de Sampaio (Gráfico 25) percebe-se que não houve média na Prova Brasil em nenhuma das quatro edições nas séries finais do Ensino Fundamental. Quanto aos desempenhos obtidos nas séries iniciais, constata-se resultados extremamente baixos, mesmo tendo atingido as metas estabelecidas pelo INEP.

Gráfico 25. Série histórica do IDEB na EMEF General Antônio de Sampaio de Jaguarão-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Se confrontarmos esses resultados com as médias gaúchas e nacionais tem-se uma visão mais panorâmica do quanto esse indicador precisa avançar nesta Escola. Embora seja consenso entre os educadores de que o IDEB sozinho não deve ser usado como referência para medição da qualidade da educação, um desempenho tão tímido como o observado nesta Escola demonstra um forte indício de que algo não vai bem.

A Diretora informou que, através dos recursos do PDE Escola, tem implantado diversas ações na tentativa de elevar os índices, como por exemplo, a realização de palestras, encontros pedagógicos, curso de motivação para os professores e compra de jogos pedagógicos, datashow, livros de literatura e material de esporte, mas que estes investimentos ou melhorias ainda não se refletiram em melhores resultados.

Não foi possível acessar os relatórios gerenciais do LSE de Jaguarão, mas obteve-se o QGPMFE que nos permite realizar o seu cruzamento com o IDEB e com o depoimento da direção. O Quadro 14 nos mostra que a Escola General Antônio de Sampaio apresenta pontuação relativa bem abaixo do Padrão Mínimo de Funcionamento para uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, atingiu apenas 50,37% em relação às condições mínimas estabelecidas na metodologia de avaliação do FNDE.

Quadro 14. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF General Antônio de Sampaio de Jaguarão-RS.

Nível	U/R	Escola	PONTUAÇÃO RELATIVA POR ÍNDICE (%)															PR (%)
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	
EIXEF	U	Gen. Antônio de Sampaio	75	63	20	69	43	57	0	0	31	43	52	0	0	50	72	50,37

EIXEF: Educação Infantil e Ensino Fundamental; U/R: Urbana/Rural; PR (%): Pontuação Relativa

Fonte: Bento (produto 5, 2010, p. 163 – 165)

Essa precária situação da Escola verificada a partir do relatório do LSE, pode ser um forte indício de que as suas condições físicas e materiais estão interferindo no desempenho dos alunos, conforme visto nos índices do IDEB.

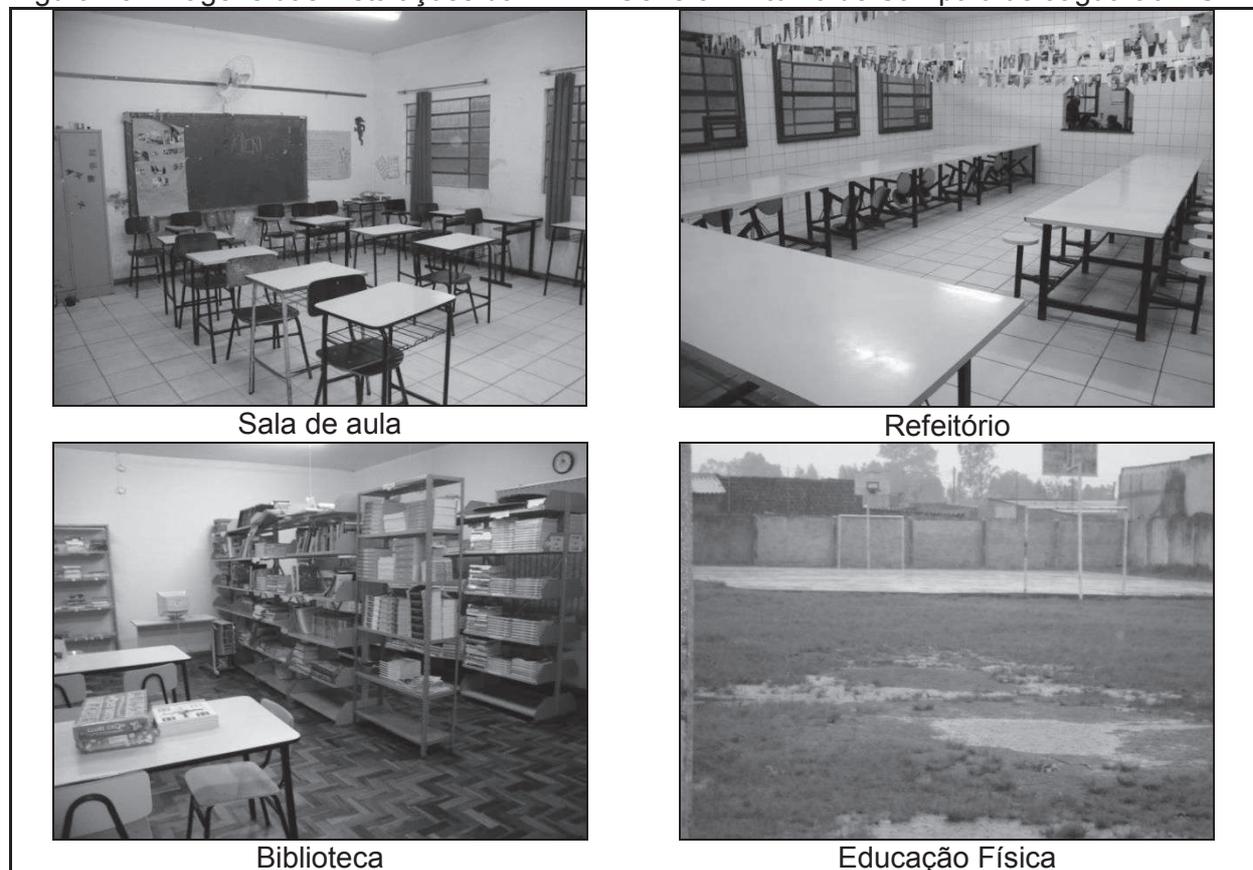
Os exemplos de necessidades elencados pela Diretora também ajudam a corroborar o baixo resultado frente ao PMFE, como é o caso da falta de uma quadra de esportes coberta que não pode ser usada nos dias chuvosos e também ocorrem muitos alagamentos, pois o terreno não tem boa drenagem. Uma alternativa encontrada pela direção foi a negociação para utilizar o ginásio municipal, mas a cedência deste espaço ocorre somente uma vez por semana. Além disso, a Diretora informou que o ginásio é melhor aproveitado pelos meninos, porque muitas mães não permitem que suas filhas participem de atividades fora da escola.

As imagens apresentadas na Figura 15 ajudam a ilustrar este aspecto do pátio e da quadra de esportes. Por outro lado, verifica-se bons espaços destinados ao refeitório e à biblioteca. A sala de aula é equipada com ventilador e cortina, mas o piso é revestido com lajota cerâmica e este material intensifica a sensação térmica de frio, principalmente porque o município de Jaguarão localiza-se no extremo sul gaúcho, cujas baixas temperaturas e ocorrências de ventos são comuns na estação do inverno.

Segundo a Diretora, esta Escola foi fundada em 1977 em um pequeno prédio de madeira, mas depois houve necessidade de ampliação, porque a comunidade do entorno cresceu muito. Em 2007, o prédio escolar passou por uma grande reforma, pois anteriormente

não havia refeitório e banheiros adequados para os alunos. Atualmente, há necessidade de ampliação, porque a comunidade continua a crescer e a Escola já não está mais comportando a demanda. Pelo menos, há disponibilidade de terreno para ampliação da área construída.

Figura 15. Imagens das instalações da EMEF General Antônio de Sampaio de Jaguarão-RS



Fonte: o autor

A despeito dos dados verificados na pesquisa e do próprio relato da Diretora, ela acredita que não há relação entre a estrutura da escola e o desempenho dos alunos, pois considera que outros aspectos causam maior interferência, como os fatores familiares, econômicos e sociais. Não existe a cultura familiar de valorizar a educação, ou seja, se o pai é carroceiro, o filho acha que o seu destino também será este, porque ele não conhece outra realidade e também não vê outra perspectiva.

Quanto aos problemas no entorno, há um canal de escoamento do esgoto sem tubulação e a céu aberto passando na rua em frente à Escola, conforme pode ser verificado na Figura 16, mas a Diretora informou que há previsão de canalização.

Também não há calçamento nas ruas, mas segundo a Diretora, o município está realizando várias obras de infraestrutura urbana e há uma proposta de pavimentação das ruas do bairro, pois está prevista a instalação de um campus do Instituto Federal de Educação nas proximidades da Escola.

Figura 16. Detalhe do canal de esgoto na rua em frente à EMEF General Antônio de Sampaio de Jaguarão-RS



Fonte: o autor

Apesar desses problemas de infraestrutura urbana verificados no entorno da Escola, a Diretora considera que não há nenhuma atividade que possa prejudicar o desempenho dos alunos. Nas proximidades há oficinas, bares e posto de saúde, mas a Diretora entende que isso demonstra que está havendo um crescimento do bairro.

Quanto ao envolvimento da comunidade com a Escola, a Diretora informou que a atividade em que há boa participação é a quermesse anual, mas que a direção costuma chamar todos os segmentos para apresentar suas reivindicações durante a revisão do PPP. As sugestões são sistematizadas no documento final, que contempla os aspectos pedagógicos, mas também são discutidos os aspectos de infraestrutura.

A Escola não tem Conselho Escolar, mas tem CPM, cujas reuniões não são muito frequentes, pois há pouca participação de seus membros, embora a Presidente e a Vice colaborem bastante. Portanto, as discussões sobre a aplicação dos recursos se dão com maior frequência com os professores, por estarem mais presentes e mais diretamente envolvidos.

5.7.6 Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Pereira Vargas:

Esta Escola está localizada na zona urbana e atende 22 alunos da educação infantil, 380 do ensino fundamental e 07 da EJA ensino fundamental. O transporte público municipal atende 10 alunos (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, os alunos são de famílias de baixa renda e de grupos étnicos diversificados.

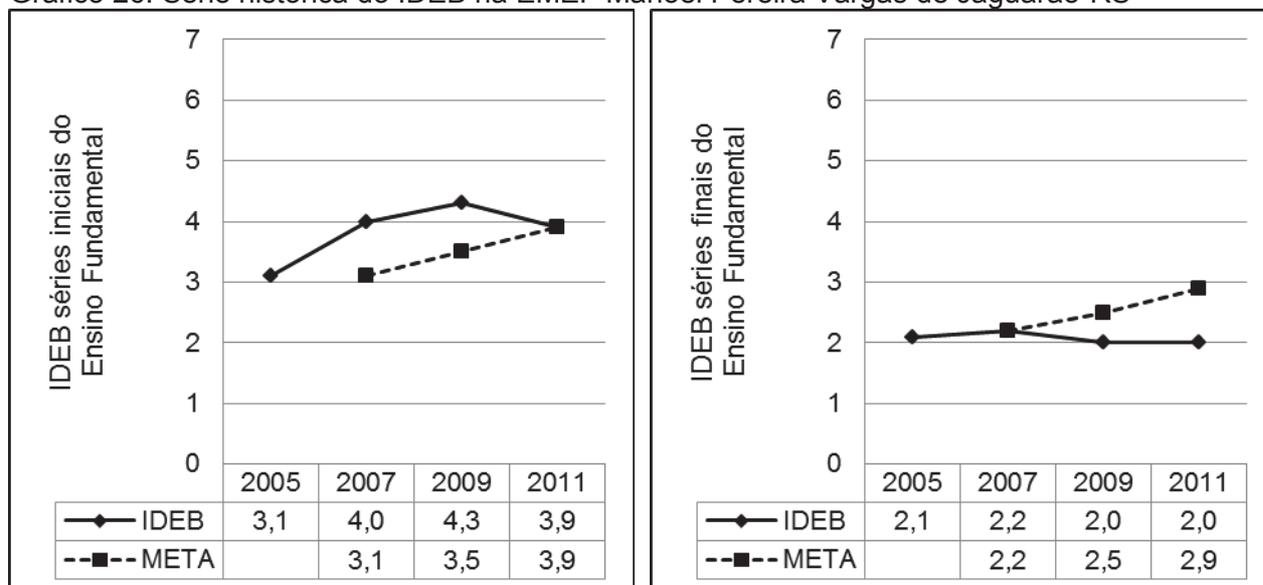
O corpo docente apresenta boa formação, pois todos tem graduação e a maioria tem pós-graduação. Não há quase rotatividade, pois os professores são concursados, mas há alguns casos em o que o professor pede remoção para outra escola do município.

A Diretora acha que ultimamente a educação tem boa qualidade, principalmente pelos programas do Governo Federal e pelas ações da Secretaria Municipal de Educação, que costuma promover palestras e formação continuada dos professores.

Quanto à relação entre infraestrutura e qualidade, a Diretora destacou que a infraestrutura adequada é muito importante para o desenvolvimento dos projetos e programas criados pelo governo. Nesse sentido, ela relacionou alguns problemas que sua Escola está enfrentando para a implantação do Programa Mais Educação, como por exemplo, a necessidade de desalojar outras atividades para disponibilizar salas para as atividades do turno integral e a disputa no uso da quadra de esportes entre os alunos do programa e os alunos das turmas regulares. Para minimizar esse problema com a quadra de esportes, a direção precisou negociar a cedência de um espaço em um clube próximo.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Manoel Pereira Vargas (Gráfico 26) percebe-se que as pontuações obtidas em todas as edições nas séries iniciais do Ensino Fundamental são relativamente boas e acima das metas estabelecidas pelo INEP. Apenas houve uma pequena queda na edição de 2011, mas ainda assim ficou dentro da meta. Por outro lado, nas séries finais a situação se inverte, pois a pontuação inicial foi extremamente baixa e, conseqüentemente, a meta da edição seguinte também foi baixa e a Escola conseguiu se igualar a essas metas. Porém, a situação que já era precária em termos de desempenho, começa a se agravar a partir de 2009, pois houve queda na pontuação e se manteve nesse patamar em 2011, o que ocasionou constante distanciamento do desempenho esperado.

Gráfico 26. Série histórica do IDEB na EMEF Manoel Pereira Vargas de Jaguarão-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Por outro lado a Diretora parece relativizar a importância do IDEB como um dos instrumentos oficiais para medir a qualidade da educação brasileira e também a importância dos investimentos em infraestrutura para proporcionar as condições necessárias ao processo

de ensino e aprendizagem. Quando questionada se houve investimentos relevantes em infraestrutura desde que o IDEB foi criado e se teria lembrança ou registros de quais melhorias foram implementadas, ela respondeu que achava que houve melhorias, mas que não saberia especificá-las e nem se essas melhorias estavam relacionadas ao desempenho no IDEB, ainda mais que as discussões sobre o IDEB em sua Escola são de responsabilidade da Supervisora Pedagógica.

Além disso, ao ser indagada se haveria algum problema relacionado ao entorno da escola, como por exemplo, acesso, localização, pavimentação das ruas, risco de alagamentos, transporte e usos predominantes, a Diretora respondeu que não haveria nenhum problema. Porém, a entrevista foi realizada em uma tarde chuvosa e fria no mês de agosto de 2013 e foi possível identificar problemas sérios de urbanização bem próximos à escola, conforme registrado na figura 17. A imagem mostra uma situação de alagamento em uma rua não pavimentada localizada a poucos metros da escola, ou seja, essa realidade caracteriza-se como um fator de desconforto aos alunos e um forte motivo para faltarem às aulas em dias chuvosos.

Figura 17. Alagamento em rua próximo à EMEF Manoel Pereira Vargas de Jaguarão-RS



Fonte: o autor

Não foi possível acessar os relatórios gerenciais do LSE de Jaguarão, mas obteve-se o QGPMFE que nos permite realizar o seu cruzamento com o IDEB e com o depoimento da direção. O Quadro 15 nos mostra que a Escola Manoel Pereira Vargas apresenta pontuação relativa bem abaixo do Padrão Mínimo de Funcionamento para uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, atingiu apenas 52,25% em relação às condições mínimas estabelecidas na metodologia de avaliação do FNDE.

Essa precária situação da Escola verificada a partir do relatório do LSE, da entrevista com a Diretora e dos registros fotográficos podem ser um forte indício de que as suas condições físicas e materiais estão interferindo no desempenho dos alunos, conforme visto nos índices do IDEB.

Apesar disso, a Diretora acredita que não há nenhuma interferência das condições físicas de sua Escola no desempenho dos alunos e que há apenas necessidade de ampliação. Por outro lado, ela relatou que são construções bem antigas e o prédio de dois pavimentos tem uns 10 anos. As manutenções mais recentes foram pinturas e reformas no telhado e no piso.

Quadro 15. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF Manoel Pereira Vargas de Jaguarão-RS.

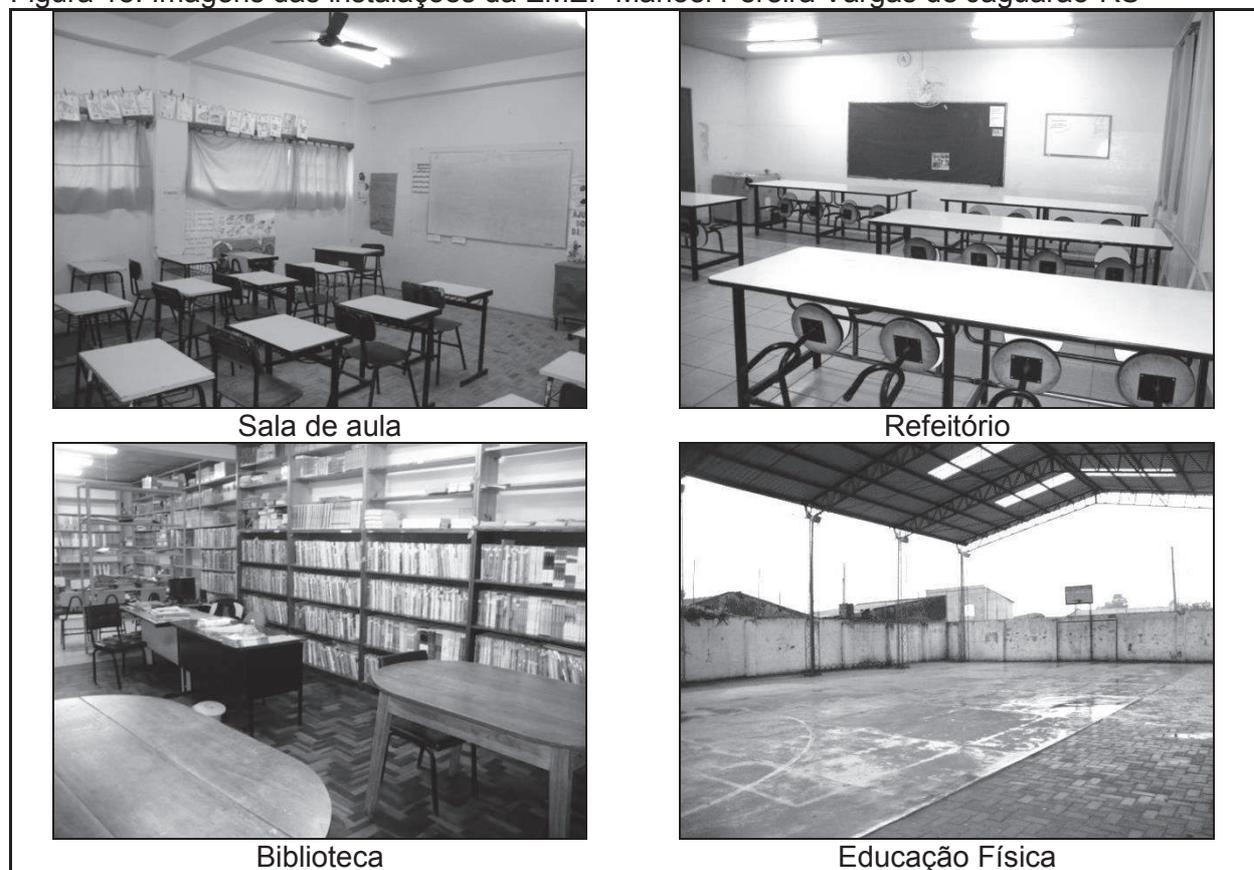
Nível	U/R	Escola	PONTUAÇÃO RELATIVA POR ÍNDICE (%)															PR (%)
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	
EIXEF	U	Manoel Pereira Vargas	38	71	67	54	74	50	0	0	44	33	42	0	0	53	78	52,25

EIXEF: Educação Infantil e Ensino Fundamental; U/R: Urbana/Rural; PR (%): Pontuação Relativa

Fonte: Bento (produto 5, 2010, p. 163 – 165)

As imagens relacionadas na Figura 18 ajudam-nos a ter uma noção geral da situação de alguns ambientes da Escola. A sala de aula, o refeitório e a biblioteca parecem amplos e em bom estado de conservação. Porém, a pequena quadra de esportes, apesar de coberta, está mal cuidada, pois percebe-se irregularidades no piso revestido de cimento e também está com acúmulo de água, demonstrando que a cobertura não impede entrada de água e pouco protege os alunos contra as condições climáticas adversas.

Figura 18. Imagens das instalações da EMEF Manoel Pereira Vargas de Jaguarão-RS



Fonte: o autor

Quanto à participação da comunidade na vida escolar, a Diretora declarou que há uma ótima relação entre escola e comunidade e que as discussões sobre o PPP são realizadas com a participação dos professores, direção e pais. A periodicidade das reuniões é mensal ou conforme a necessidade e a representatividade dos segmentos se dá através do CPM e do Conselho Escolar.

5.7.7 Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcílio Dias:

Esta Escola está localizada na zona urbana e atende 30 alunos da educação infantil e 255 do ensino fundamental. O transporte público municipal atende 19 alunos (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, a maioria dos alunos é de famílias carentes, cerca de dois terços recebem bolsa família e seus pais trabalham como carroceiros, domésticas, pedreiros ou outras atividades informais e esporádicas. A origem étnica é diversificada, mas o predomínio é de brancos.

O corpo docente apresenta boa formação, pois todos os 28 professores são graduados e a maioria tem pós-graduação. Não há rotatividade, mas acontecem muitos desdobramentos de contrato com atuação em outras escolas municipais ou estaduais.

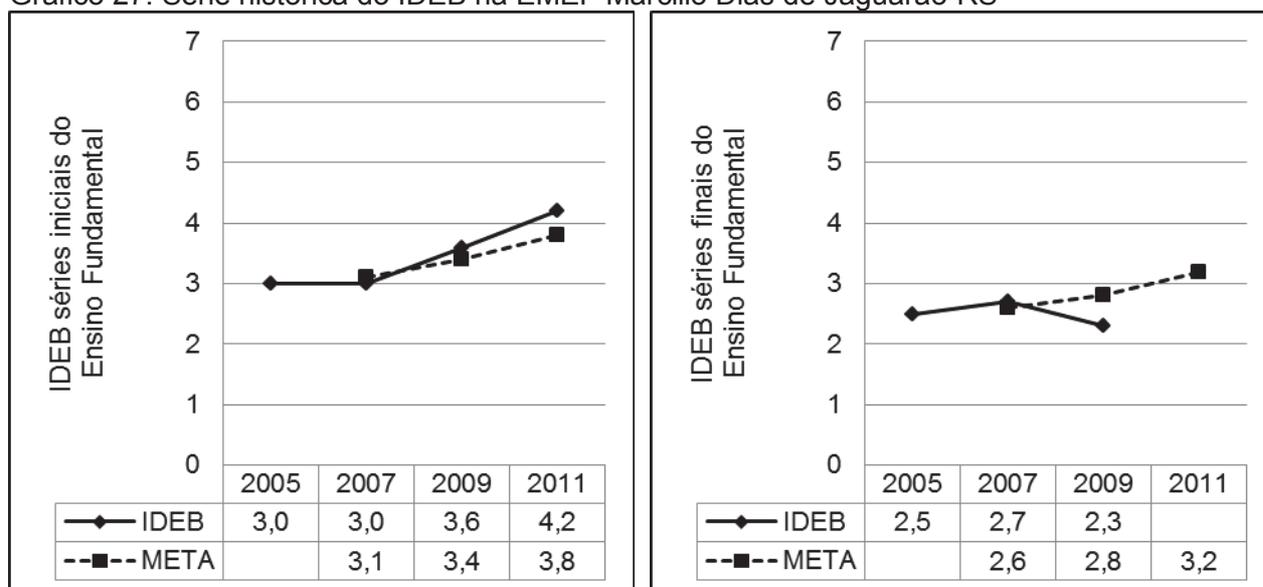
Quanto à questão da qualidade educacional, a Diretora acha que falta maior comprometimento com a educação e cita o exemplo de um recurso que a Escola conseguiu em 2009 para realizar a construção de um banheiro adaptado, mas em 2013 a prefeitura ainda não havia disponibilizado a mão de obra. Além disso, a direção da escola precisa se envolver com muita burocracia, pois tem que fazer projeto, responder PDE, participar de reunião, atender o Conselho Tutelar, entre outros. Com isso, a parte pedagógica da escola e o tratamento com os alunos vêm perdendo espaço para as atividades administrativas, ou seja, essas atividades impedem a direção de estar presente e pensar o trabalho junto com os alunos e professores ou de reservar uma semana para se dedicar ao planejamento de atividades do dia dos pais, pois a cada instante surge uma demanda nova e urgente.

Os próprios programas governamentais, como o Mais Educação, são impostos às escolas sem terem as condições prévias para recebê-los, por falta de adequação na sua infraestrutura. A meta de atendimento ao Mais Educação é de 100 alunos, mas no primeiro semestre de adesão ao programa a Escola atendeu 50 e já foi preciso utilizar o espaço da biblioteca onde cabem somente 30 alunos. Com isso, não há possibilidade de programar oficinas, pois não existem salas adequadas e disponíveis e também não há quadra de esportes. Entretanto, a adesão ao programa foi imposta pela Secretaria Municipal de Educação. A Diretora também relatou que a utilização do laboratório de informática e a sala de vídeo para os alunos do turno integral gerou um clima de conflito e insatisfação das turmas regulares e dos professores, pois ficaram sem poder utilizar esses espaços.

Quanto à relação entre infraestrutura e qualidade, a Diretora declarou que, diante da enorme quantidade de projetos que a escola precisa realizar, se não tiver uma infraestrutura que comporte as ações de cada um deles, a sua implementação ou execução não será bem conduzida, como está acontecendo com o Mais Educação, pois a Escola não tem nem onde acomodar as crianças. Portanto, ela considera que precisamos avançar muito ainda para dizermos que temos uma educação de boa qualidade.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Marcílio Dias (Gráfico 27) percebe-se desempenhos muito fracos nas duas etapas do Ensino Fundamental. Nas séries iniciais a situação parece estar um pouco mais amena, pois está havendo um lento, mas constante avanço na pontuação a partir da edição de 2009. Entretanto, nas séries finais, não bastasse o baixo desempenho nas duas primeiras edições, ainda houve queda na edição de 2009 e não é possível avaliar se em 2011 também teria ocorrido o mesmo, pois não houve média na Prova Brasil.

Gráfico 27. Série histórica do IDEB na EMEF Marcílio Dias de Jaguarão-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

A Diretora informou que durante as discussões sobre os resultados do IDEB e durante as revisões do PPP são focados mais os aspectos pedagógicos do que os de infraestrutura. Segundo ela, estes últimos são mais difíceis de resolver no âmbito da escola pela falta de recursos financeiros, então a equipe procura trabalhar com as condições disponíveis. Por outro lado, se soubessem que as demandas fossem atendidas, então fariam discussões e planejariam ações para atender também esses aspectos.

Esse depoimento da Diretora demonstra claramente a precariedade que as instituições de ensino se encontram, pois o fazer pedagógico não pode se restringir a apenas determinados aspectos relacionados com o processo de ensino e aprendizagem. Na medida

em que a equipe diretiva seleciona o enfoque das discussões sobre o desempenho de seus alunos, está negligenciando ou relegando a um patamar inferior na escala de prioridades outros aspectos que podem ser tão importantes quanto. Possivelmente, as próprias discussões sobre os aspectos pedagógicos remetam a demandas de infraestrutura ou de materiais para a sua implementação, ou seja, os resultados dessas discussões podem se revelar nulos, pois faltaram as condições necessárias para avançar além desta etapa de discussão e decisão.

Não foi possível acessar os relatórios gerenciais do LSE de Jaguarão, mas obteve-se o QGPMFE que nos permite realizar o seu cruzamento com o IDEB e com o depoimento da direção. O Quadro 16 nos mostra que a Escola Marcílio Dias apresenta pontuação relativa bem abaixo do Padrão Mínimo de Funcionamento para uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, atingiu apenas 55,27% em relação às condições mínimas estabelecidas na metodologia de avaliação do FNDE.

Quadro 16. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF Marcílio Dias de Jaguarão

Nível	U/R	Escola	PONTUAÇÃO RELATIVA POR ÍNDICE (%)															PR (%)
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	
EIxEF	U	Marcílio Dias	80	75	40	71	70	50	0	0	44	51	32	0	0	55	71	55,27

EIxEF: Educação Infantil e Ensino Fundamental; U/R: Urbana/Rural; PR (%): Pontuação Relativa

Fonte: Bento (produto 5, 2010, p. 163 – 165)

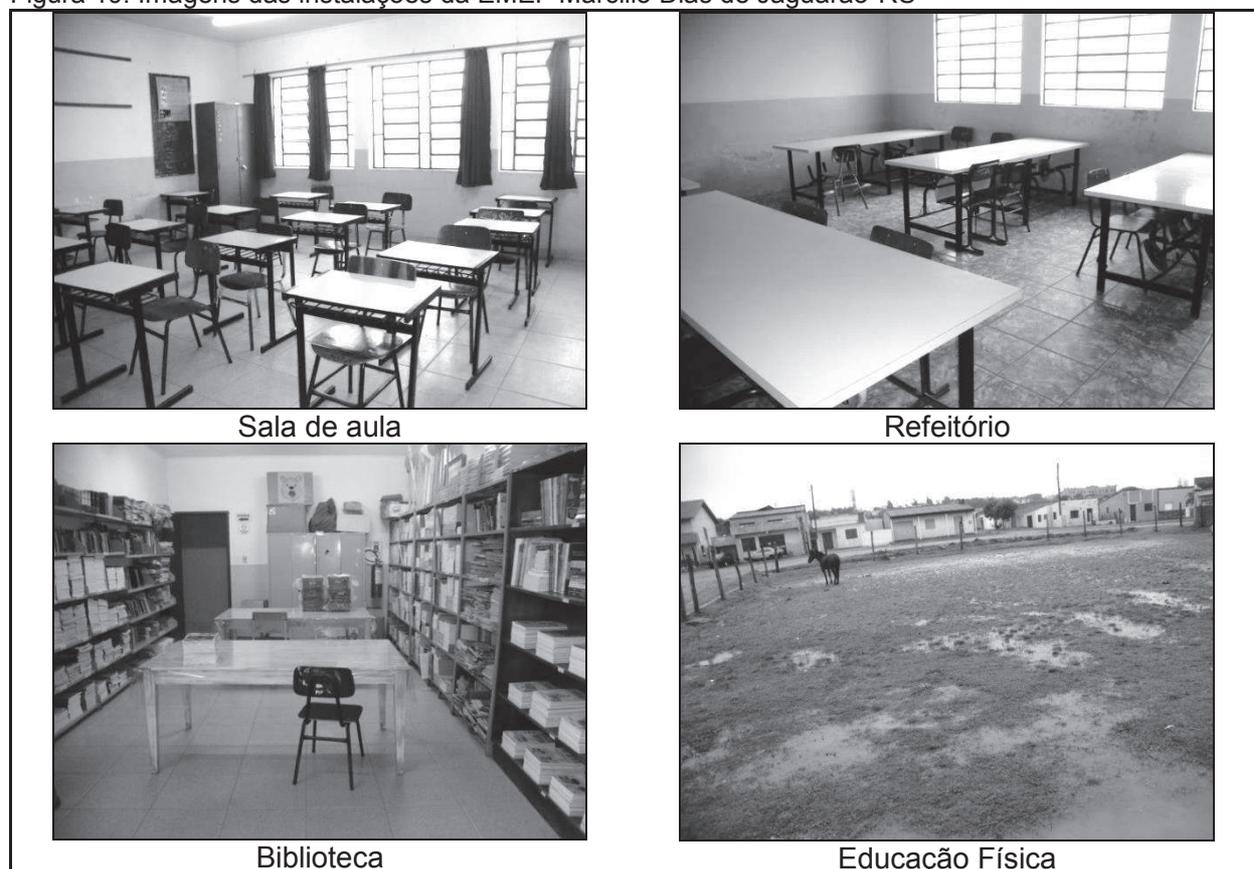
A Diretora elencou diversas carências nas condições físicas de sua Escola que ajudam a esclarecer essa baixa pontuação relativa aos PMFE, como por exemplo, falta de terreno para expansão ou para construção de uma quadra de esportes, problemas de goteiras e dificuldade de acesso para cadeirantes. Os problemas de acessibilidade são verificados na largura das portas e na falta de rampa de acesso a alguns ambientes, inclusive no acesso à sala de multirecursos, a qual foi viabilizada com o apoio do FNDE e conta com computador, tela de projeção e jogos. Além disso, devido à falta de uma quadra de esportes e impossibilidade de construção por limitação de terreno, os alunos precisam praticar educação física em um terreno baldio anexo ao pátio da escola, que é de propriedade do Exército Brasileiro. Este terreno não oferece a menor condição de conforto e segurança para a prática de esportes ou realização de educação física, pois é esburacado, com poças d'água e é usado para pastoreio de animais, conforme mostrado na Figura 19.

Os outros espaços mostrados nas fotografias revelam ambientes com um padrão construtivo simples, mas relativamente conservados. A escola existe à 47 anos e em 2007 houve ampliação e reformas em geral. Segundo a Diretora, recentemente foi realizada uma pintura geral, mas a mão de obra disponibilizada pela prefeitura foi de pessoas sem experiência e o resultado ficou de baixa qualidade.

Por outro lado, é possível que a Diretora já esteja tão acostumada com essa situação de precariedade da sua realidade que não mais enxerga isso como provável fator prejudicial ao

processo de aprendizagem dos alunos, pois disse que não há problemas que prejudiquem o desempenho dos alunos e citou apenas a falta de um espaço adequado para a prática da educação física e a movimentação da rua em frente que causa certa insegurança nos horários de entrada e saída da escola.

Figura 19. Imagens das instalações da EMEF Marcilio Dias de Jaguarão-RS



Fonte: o autor

Uma situação que nos chamou a atenção durante a visita à Escola e nos motivou a efetuar o registro, diz respeito à imagem apresentada na Figura 20. A Escola implantou o “escovódromo” para estimular as crianças a desenvolverem o hábito de escovação dos dentes. Esta é uma realidade que revela a precária condição socioeconômica dos alunos, pois a Escola se vê na obrigação de assumir um papel que é das suas famílias, mas que muitos deles não têm nem escova e creme dental em casa.

Quanto à participação da comunidade nas ações e decisões da Escola, a Diretora informou que conta com o Conselho Escolar e com o CPM e que este último é mais atuante, por conta da administração das verbas. Ela informou também que as reuniões tratam mais dos aspectos pedagógicos, pois as demandas de infraestrutura são feitas diretamente à Secretaria pela direção da escola.

Figura 20. Instalações destinadas à prática de escovação dos dentes na EMEF Marcílio Dias de Jaguarão-RS.



Fonte: o autor

5.7.8 Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pagliani

Esta Escola está localizada na zona urbana e atende 21 alunos da educação infantil, 243 do ensino fundamental e 19 da EJA ensino fundamental. O transporte público municipal atende 25 alunos (INEP, 2014).

Segundo a Diretora, o nível socioeconômico da comunidade escolar é diversificado, mas a maioria dos alunos são beneficiários da bolsa família, apesar da escola estar localizada na zona central da cidade. Muitas famílias da periferia acreditam que a escola do centro seja melhor e também matriculam seus filhos por questão de *status*. Por causa dessa situação, uma das reivindicações da gestão é a criação do sistema de matrículas por zoneamento para melhorar a assiduidade, pois em dias chuvosos os alunos faltam às aulas.

O corpo docente apresenta boa formação, pois a maioria dos 24 professores tem graduação e pós-graduação. Não há rotatividade por serem todos concursados, embora haja muitos desdobramentos dos contratos.

Quanto à questão da qualidade da educação, a Diretora considera que todos os programas governamentais que estão sendo implementados são válidos, pois sempre trazem mudanças e melhorias na educação. Neste sentido, ela faz uma defesa do Programa Mais Educação, o qual oportuniza reforço aos alunos e o desenvolvimento de outras habilidades (oficina, teatro, música, dança, entre outros) que contribuem para a melhoria do seu desempenho cognitivo e, conseqüentemente, ajudam a elevar os indicadores educacionais da instituição. O Mais Educação também contribui para a melhoria da condição nutricional do aluno, pois ele recebe várias refeições durante o dia e uma criança bem alimentada se concentra mais e melhora a sua aprendizagem. Na sua opinião, em termos de tecnologia educacional, tem havido muita evolução, apesar da falta de interesse dos alunos em estudar e aproveitar os recursos que a escola disponibiliza, pois percebe-se que muitas crianças vêm para a escola apenas para se alimentar e se relacionar com os colegas. Além disso, está

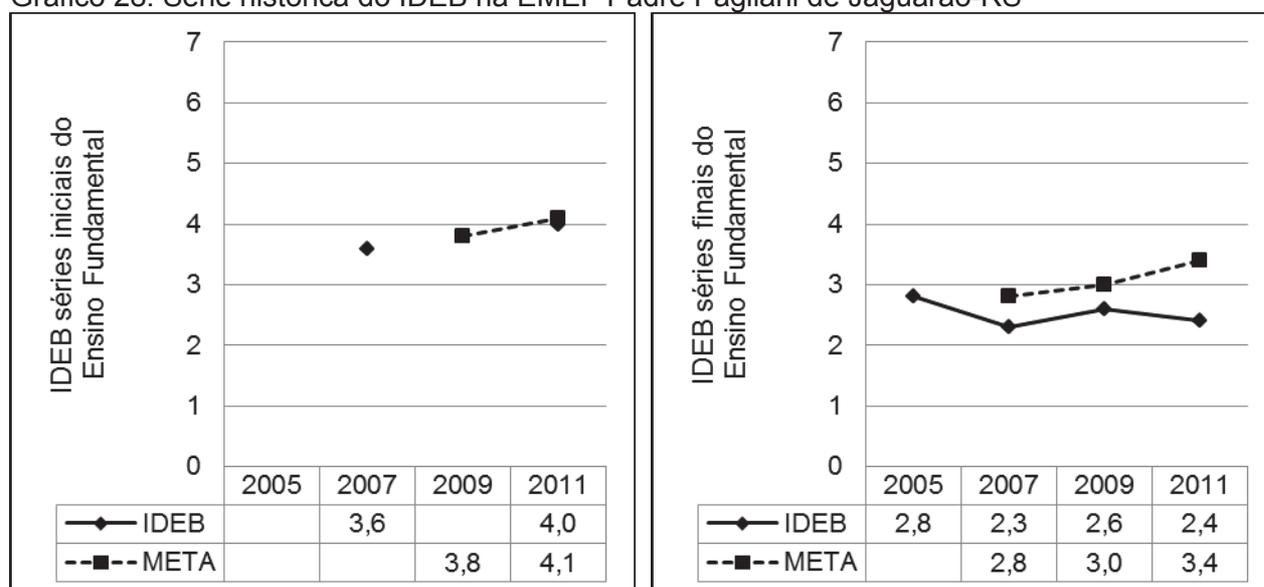
havendo falta de sintonia entre a escola e a família, pois muitos pais não acompanham o rendimento escolar de seus filhos e também não fazem nenhuma cobrança em casa. Talvez as crianças e a própria família não percebem na escola a oportunidade para obterem uma vida melhor e só consideram a escola como uma obrigação momentânea ou para não perderem o direito à bolsa família, que cobra apenas a presença na aula e não cobra desempenho.

A Diretora disse que costuma comparar a realidade de nossas escolas com a realidade do Uruguai e percebe-se que as nossas condições de funcionamento são muito melhores que as deles, entretanto, eles são muito superiores culturalmente. Em visitas realizadas às escolas do país vizinho, a Diretora presenciou salas de aula com divisórias simples, mesas dos alunos muito antigas e distribuição do lanche no pátio da escola.

Ao falar sobre a relação entre infraestrutura e qualidade, a Diretora destacou que as tecnologias disponíveis e a infraestrutura adequada refletem em qualidade, pois a escola precisa da infraestrutura para instalar um laboratório de informática ou para conexão com a internet e isso tem que se refletir no ensino, porque o professor também tem meios de se qualificar para poder transformar esses recursos em aprendizagem dos seus alunos. Porém, as melhorias em termos de infraestrutura costumam ocorrer a passos lentos.

Analisando-se a série histórica do IDEB da Escola Padre Pagliani (Gráfico 28) percebe-se que nas séries iniciais há pontuação em apenas duas edições intercaladas, cuja situação não permite o acompanhamento da evolução e a comparação com as metas para esta etapa do Ensino Fundamental. Apenas em 2011 há resultado e meta, cujo desempenho ficou ligeiramente inferior à essa meta. Nas séries finais é possível acompanhar a série histórica completa do IDEB, que vem oscilando desde 2005, mas num patamar muito baixo e inferior às metas estabelecidas pelo INEP.

Gráfico 28. Série histórica do IDEB na EMEF Padre Pagliani de Jaguarão-RS



Fonte: adaptado de INEP (2014)

Ao ser indagada se sua Escola recebeu investimentos em infraestrutura desde a criação do IDEB, a Diretora não demonstrou convicção em seu depoimento, pois disse que acreditava que sim, mas não somente focados no IDEB e que a sua gestão sempre procura viabilizar equipamentos como datashow, notebook e outros recursos para proporcionar um atrativo às atividades dos professores.

Não foi possível acessar os relatórios gerenciais do LSE de Jaguarão, mas obteve-se o QGPMFE que nos permite realizar o seu cruzamento com o IDEB e com o depoimento da direção. O Quadro 17 nos mostra que a Escola Padre Pagliani apresenta pontuação relativa bem abaixo do Padrão Mínimo de Funcionamento para uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, atingiu apenas 49,74% em relação às condições mínimas estabelecidas na metodologia de avaliação do FNDE.

Em outras palavras, significa dizer que a avaliação do LSE demonstrou que esta Escola precisaria mais do que duplicar a sua situação em termos materiais para conseguir se equiparar à condição mínima necessária na oferta dos serviços escolares essenciais para a educação básica.

Quadro 17. Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento da EMEF Padre Pagliani de Jaguarão-RS.

Nível	U/R	Escola	PONTUAÇÃO RELATIVA POR ÍNDICE (%)														PR (%)	
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV		XV
EIxEF	U	Padre Pagliani	73	75	33	56	78	43	0	0	44	42	19	0	0	44	72	49,74

EIxEF: Educação Infantil e Ensino Fundamental; U/R: Urbana/Rural; PR (%): Pontuação Relativa

Fonte: Bento (produto 5, 2010, p. 163 – 165)

Segundo a Diretora, o maior problema de infraestrutura da Escola é a dificuldade de reforma do prédio principal, que foi construído há 88 anos e é tombado pelo patrimônio histórico. Ele representa aproximadamente 30% da área construída da escola e as outras instalações foram ocorrendo ao longo do tempo, de acordo com a necessidade. A última construção foi realizada há 2 anos para abrigar a educação infantil e a construção da pracinha. Além disso, foi realizada uma pintura geral há 3 anos.

Outro problema apontado pela Diretora, diz respeito à quadra de esportes que não é coberta (Figura 21), então em dias chuvosos os alunos precisam utilizar o ginásio municipal, mas na ocasião da entrevista encontrava-se em reforma.

A biblioteca também não oferece um ambiente adequado para estudos e leituras, pois está instalada numa pequena sala, que mais se parece como uma área de passagem entre o corredor e a sala da Coordenação Pedagógica, onde consta apenas uma escrivaninha de atendimento e alguns livros doados pelo FNDE em uma prateleira encostada na parede. No momento da entrevista, este ambiente estava sendo utilizado como área de convivência por alguns alunos.

Apesar disso, a Diretora considera que as condições físicas de sua Escola são boas e não interferem no desempenho dos alunos, pois sempre são realizadas manutenções com o apoio da prefeitura.

Figura 21. Imagens das instalações da EMEF Padre Pagliani de Jaguarão-RS



Fonte: o autor

Pode-se inferir que este é mais um caso em que a própria direção está tão acostumada com as limitações e carências da sua escola que já neutralizou isso como possíveis fatores intervenientes na qualidade dos serviços escolares e, conseqüentemente, na aprendizagem dos alunos. Ora, se a avaliação física apontou que a escola está a menos de 50% do padrão mínimo de funcionamento, o desempenho no IDEB não consegue avançar além da casa dos dois pontos nas séries finais do Ensino Fundamental e a própria diretora apontou as necessidades de melhoria, é presumível que algo não vai bem e que de alguma forma está causando prejuízo aos estudantes. Com esse posicionamento, não pretende-se desconsiderar uma série de outros aspectos tão ou mais importantes no conjunto de fatores intervenientes no processo de ensino e aprendizagem, mas o nosso objetivo é chamar a atenção para a sua relevância quando estamos tratando de qualidade da educação e, como tal, não pode ser desconsiderado pelo poder público em suas ações de planejamento e investimentos.

Quanto à participação da comunidade nas decisões da Escola, a Diretora relatou que o CPM e o Conselho Escolar são bastante atuantes, cujas reuniões são bimestrais ou conforme a necessidade. Além disso, cada turma tem um Professor Conselheiro que coleta as reivindicações dos alunos para serem discutidas nas reuniões.

Segundo a Diretora, em 2012 a Escola se envolveu bastante com a elaboração da Constituinte Escolar, onde foram estabelecidas as diretrizes educacionais do município para não precisar mais submeter as proposições à Secretaria Estadual de Educação.

Por fim, a Diretora comentou que não houve nenhuma discussão interna sobre a realização do LSE, pelo fato de não terem tomado conhecimento sobre os resultados do diagnóstico. Por outro lado, ela acha que o LSE contribuiu de alguma forma para as ações subsequentes, pois as reformas que ocorreram posteriormente tinham relação com os itens avaliados neste diagnóstico, como por exemplo, a colocação de mais lâmpadas em algumas salas de aula, a colocação de cortinas nas janelas para evitar reflexos no quadro e a construção de calçada e de rampas de acesso.

VI POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO DO LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR COM OS INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo de fechamento são retomados alguns tópicos dos casos municipais que se mostraram relevantes nesta discussão sobre a possibilidade de articulação do LSE, como um possível instrumento capaz de qualificar o espaço escolar ao produzir indicadores que medem a qualidade da oferta dos serviços educacionais, com os indicadores de desempenho e de fluxo escolar. Para subsidiar essa discussão, foi realizada uma análise do processo de levantamento da situação escolar, problematizando-se as suas descontinuidades, os entraves ou dificuldades, as apropriações pelos entes federativos, as possibilidades de ressignificação da metodologia e da própria política federal e o seu propósito como determinação política e/ou ferramenta de gestão.

6.1 Adesão dos municípios ao levantamento da situação escolar e as estratégias locais para a sua realização

A realização do Levantamento da Situação Escolar pressupõe uma série de estratégias e tomadas de decisão do poder público local para dar conta de todo o processo, desde a participação das equipes nos eventos de capacitação promovidos pelo FNDE até a conclusão do diagnóstico com o lançamento dos dados no sistema informatizado. Portanto, foram reunidas informações para subsidiar a discussão sobre a decisão ou motivação do município em realizar o LSE, o cronograma em que foram desenvolvidas as atividades, a constituição das equipes, as estratégias metodológicas, o processo de capacitação, as dificuldades encontradas e os resultados obtidos com diagnóstico.

Para contextualizar a temática da infraestrutura e a sua relação com a qualidade da educação, foi solicitado inicialmente que os Secretários expusessem sua visão sobre a situação atual da educação brasileira. Na opinião da maioria, a qualidade da educação brasileira tem melhorado muito nos últimos anos, principalmente pela qualificação do corpo docente e pelos programas de apoio implementados pelo Governo Federal, mas entendem que é preciso avançar mais, pois essas melhorias ainda não se refletiram em desempenho dos estudantes, observado através dos indicadores educacionais.

Dentre os aspectos que podem influenciar na qualidade da educação, os gestores municipais destacam que a infraestrutura é fundamental, mas que não deve receber a centralidade na preocupação com a qualidade, pois entendem que outros fatores podem ser tão ou mais relevantes, como por exemplo, a condição socioeconômica das famílias, a qualificação e dedicação dos docentes, o interesse dos alunos, dentre outros.

Entretanto, a realização do LSE na maioria dos municípios foi motivada pela expectativa em receber apoio do Governo Federal para adequação das escolas aos PMFE, conhecer a realidade física da rede municipal e, principalmente, por se tratar de pré-requisito a todos os entes federativos que pleiteassem recursos federais através do PAR.

A importância que os gestores municipais atribuem à metodologia de avaliação das condições de infraestrutura de suas escolas parece que está um pouco relativizada em relação ao tamanho da rede. Alguns dizem que é muito importante, porque lhes permite conhecer a realidade de cada uma das escolas, embora o seu discurso seja de que visitam a rede com frequência, mas parece que a percepção da sua realidade não é algo que eles sistematizam, pois, muitas vezes, dizem que as condições da rede estão muito boas. Por outro lado, os diretores apontam diversos problemas de manutenção ou de necessidades de ampliação, então é uma percepção muito distanciada dessa realidade, mesmo que todos tenham afirmado que o fato de suas redes serem pequenas, lhes permite esse acompanhamento mais frequente.

Cada município adotou sua própria estratégia metodológica para dar conta da realização do diagnóstico dentro do prazo estabelecido pelo FNDE e com as condições de que dispunha. Houve descompasso na maioria dos casos entre quem recebeu a capacitação e quem realizou o levantamento e não houve critérios muito claros na montagem das equipes. Os relatos dos Secretários mostram que os técnicos que participaram das capacitações e que atuam nas secretarias municipais repassaram as orientações e os formulários para as próprias equipes diretivas das escolas realizarem os levantamentos. Quando havia necessidade, as equipes das secretarias realizavam visitas às escolas para fazer revisões, ajudar no levantamento dos dados ou prestar informações.

Quanto à qualidade do processo de capacitação oferecido pelo FNDE, pôde-se perceber que há muita divergência de opiniões entre os Secretários Municipais, mas a maioria considerou que foi positiva, pois as orientações recebidas foram suficientes para as equipes conseguirem realizar o diagnóstico. Entretanto, isso não significa que não tenha havido muitas dificuldades para a realização do LSE, pois todos os municípios enfrentaram muita carência de pessoal disponível e com conhecimento para se dedicar ao diagnóstico, dificuldade operacional do sistema informatizado, erros de preenchimento das planilhas a campo e alguns não obtiveram retorno das consultas realizadas ao FNDE.

Independente disso, os gestores municipais consideram diagnósticos em geral como relevantes para o conhecimento da realidade escolar e posterior planejamento de ações de melhorias, entretanto se decepcionaram com o LSE por desconhecerem os relatórios que foram gerados para suas redes de ensino e alguns acham que este diagnóstico foi

desnecessário por já disporem de um bom conhecimento sobre suas respectivas escolas. Portanto, como nenhum município teve acesso aos relatórios gerenciais e de Padrões Mínimos, a realização do LSE serviu apenas para aumentar superficialmente o conhecimento sobre a realidade física da sua rede.

Por outro lado, mesmo que o FNDE não tivesse divulgado a existência dos relatórios após a conclusão do LSE, os municípios deveriam ter buscado informações sobre os resultados, mas parece que a atitude em geral foi de apenas cumprir a norma, com o intuito de obter os pré-requisitos legais para a elaboração do PAR, que é o que interessa diretamente aos municípios, pois através deste vão receber apoio financeiro e técnico do MEC. Por outro lado, os relatórios gerenciais seriam excelentes subsídios para o planejamento de ações e solicitação de apoio através do PAR naqueles aspectos realmente importantes e necessários para adequar a escola aos padrões mínimos de funcionamento.

Isto demonstra que as escolas estão imbuídas em uma cultura de prestação de informações, ou seja, elas se responsabilizam pela produção dos dados, mas depois disso “lavam as mãos”, não se comprometem mais e não buscam saber o que aquelas informações resultaram em termos de panorama, de cenário ou de perfil a respeito delas próprias. Portanto, a escola está muito mais numa cultura de informação do que de utilização dessa informação para fins de tomada de decisão ou de planejamento.

Esta constatação pode ser corroborada com o depoimento de alguns diretores em que relataram não terem mais tempo de realizar reuniões pedagógicas com sua equipe, porque se dedicam diariamente a preencherem formulários, realizarem relatórios e prestarem informações aos órgãos superiores. O mesmo pode ter acontecido com o LSE, ou seja, o levantamento foi realizado e os dados foram enviados. Portanto, a escola deu conta da obrigatoriedade da ação, sem ter buscado conhecer os resultados dessa avaliação, pois a coordenadora nacional do LSE informou que os relatórios sempre estiveram disponíveis no sistema *on-line* para consulta. Em outras palavras, a gestora do MEC deu a entender que os sistemas de ensino não acessaram os dados por desinteresse.

Na opinião de um dos diretores, o LSE foi um trabalho a mais, além de todas as atividades que a gestão escolar precisa realizar diariamente, então sua equipe sentiu um alívio quando concluiu o diagnóstico. Depois disso, não procuraram saber o resultado, o que aconteceu com os dados fornecidos ou para que serviram. Entenderam que se dissessem que não tinham algum equipamento, então poderiam recebê-lo, ou seja, não entenderam o processo de tramitação desse diagnóstico, o qual passaria por um processo de avaliação, de estabelecimento de pontuações nos indicadores pré-definidos e de elaboração de um PAR pelo sistema de ensino para tentar a melhoria de determinada situação insatisfatória que havia sido

diagnosticada no levantamento. Portanto, os gestores escolares entenderam o processo de uma forma muito mais simplificada, ou seja, “vou dizer que não tenho, pois com isso vou recebê-lo”, mas não receberam e isso lhes causou frustração.

Esta discussão mostra a visão de determinados indivíduos que são responsáveis por alimentar dados que deveriam ser o mais legitimados ou colados com a realidade possível, mas indivíduos que inclusive não estão nem bem compreendendo o processo todo. Nesse caso, o diretor de escola recebeu uma demanda da SME para executar essa tarefa, mas pode-se levantar a hipótese de que a gestão escolar age contra sua vontade, motivada até mesmo por conflitos políticos internos, ou seja, são realidades locais que podem interferir na ação.

Além disso, essa discussão caracteriza uma situação de falta de transparência pública, pois o argumento oficial foi de que os relatórios estavam disponíveis, mas os entes federativos não tiveram interesse em acessá-los. Entretanto, para as pessoas terem esse desejo de buscar a informação é preciso ter o conhecimento de que a mesma foi produzida e que está à disposição. Na verdade, os gestores escolares estão mais preocupados em resolver as demandas do dia a dia, ou seja, estão mais voltados para uma ação direta e corretiva do que propriamente para a uma ação de planejamento a partir da radiografia que seria produzida pelos dados do LSE.

Por outro lado, a direção não pode deixar de tomar providências imediatas sobre um muro que caiu para antes estudar se a sua reforma vai entrar no planejamento geral da escola, pois o conserto precisa ser emergencial por questões de segurança à comunidade escolar. Assim, a ação do gestor fica focada mais em medidas corretivas do que em medidas preventivas.

Com isso, esse diretor não consegue parar para analisar um diagnóstico como o LSE, que apresenta informações gerais sobre o funcionamento da escola, com apontamentos das adequações que devem acontecer para haver melhorias dos seus indicadores de condições físicas, pois o que se apresenta como mais relevante é o conserto do muro para não provocar acidente ou é a troca da fechadura do laboratório para evitar furto ou é a realização de pintura na fachada do prédio para melhorar a sua aparência ou é a drenagem do alagamento no pátio da escola para evitar inundação nas salas de aula.

Por outro lado, a difusão do LSE deveria ser vista como um processo que serviria para qualificar o espaço escolar como um todo e ajudar a minimizar essa operação quase diária de pequenos consertos. Além disso, poderia dar uma acolhida qualificada ou preparar a escola para acolher os diferentes programas governamentais, como por exemplo, o Mais Educação. No entanto, este é mais um programa federal que está sendo implementado sem um conhecimento prévio das condições de espaços físicos e materiais das escolas. Como

consequência, está competindo com as outras atividades pré-existentes, principalmente com as atividades curriculares. Este é o caso em que uma Diretora informou que nos dias chuvosos os alunos do Mais Educação não conseguem utilizar a quadra de esportes, então precisa levá-los para o laboratório de informática ou para a sala de vídeo e isso gera conflito com os alunos e professores do turno regular, porque eles deixam de ocupar esses espaços para as suas atividades curriculares.

Além disso, supõe-se que a principal atividade do programa Mais Educação dessa escola é levar os alunos para a quadra de esportes, ou seja, não há um planejamento de ações mais consistente em termos de formação.

Portanto, pode-se questionar que Educação Integral é essa? É uma educação integral meramente pelo cuidado das crianças para que seus pais possam trabalhar e terem onde deixar seus filhos, já que nessa faixa etária não podem ficar sozinhos em casa e também não são mais atendidos pelas escolas de Educação Infantil. Assim, a educação integral acaba se tornando apenas uma forma alternativa de ampliar a função da escola, ou seja, de educadora para também cuidadora.

6.2 Condições de funcionamento das escolas municipais frente aos padrões mínimos

A partir da validação dos dados escolares no sistema informatizado do LSE, os sistemas municipais poderiam acessar os relatórios gerenciais e o quadro geral de padrões mínimos de funcionamento de cada uma das escolas de sua rede. Para reunir as informações com vistas a identificar a realidade escolar frente a esse indicador de infraestrutura foram realizadas buscas em diversas fontes para obtenção dos relatórios e também foram realizadas entrevistas com os gestores municipais e escolares para identificar as estratégias para adequação da sua rede aos PMFE, buscando-se informações sobre as necessidades de cada escola e do conjunto das escolas da rede.

Entretanto, as entrevistas com os Secretários de Educação foram realizadas entre novembro de 2012 e agosto de 2013 e até aquele momento, nenhum deles havia recebido qualquer retorno sobre os resultados obtidos com o diagnóstico das suas redes de ensino, pois disseram que não sabiam que os relatórios estavam à sua disposição para consulta na página eletrônica do FNDE. A situação mais agravante ocorreu a partir do final do primeiro semestre de 2012, em que a obrigatoriedade da realização do LSE como pré-requisito para elaboração do PAR deixou de existir e também todas as informações referentes aos resultados dos diagnósticos realizados no país inteiro se tornaram indisponíveis para acesso e consulta. Inclusive, os contratos com os Técnicos Consultores do FNDE foram encerrados e, atualmente, o sistema informatizado do LSE está desativado e não há nenhum profissional de carreira com

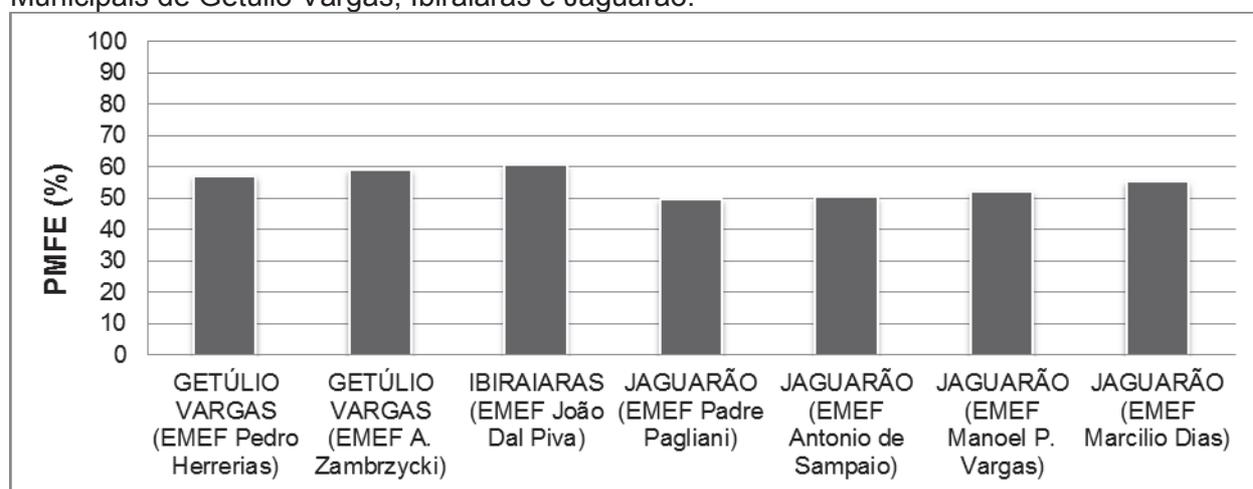
conhecimento para operar o sistema e gerar os relatórios para os municípios ou para o público interessado.

Como consequência desses desencontros ou da própria descontinuidade dessa política pública de avaliação e financiamento da educação básica, em nenhum município houve qualquer ação de socialização e discussão sobre os indicadores dos PMFE.

Entretanto, durante o levantamento de dados para esta pesquisa obteve-se acesso a alguns documentos técnicos elaborados pelos consultores do FNDE e, dentre os quais, havia algumas análises dos primeiros resultados das condições de funcionamento de diversas escolas do país. Nessas análises consta apenas o Quadro Geral dos Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas, mas considera-se que já é uma informação bastante relevante, tendo em vista que o referido quadro apresenta a pontuação relativa aos PMFE dos 15 indicadores sintéticos calculados a partir das 369 variáveis avaliadas em cada uma das escolas.

Analisando-se o QGPMFE de sete escolas dos três municípios gaúchos (Gráfico 29) constata-se que as pontuações relativas variaram de aproximadamente 50 a 60% dos padrões mínimos de funcionamento.

Gráfico 29. Pontuação Relativa (%) de Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas Municipais de Getúlio Vargas, Ibiraiaras e Jaguarão.



Fonte: adaptado de FNDE (2010)

Vale destacar que o PMFE é 100%, mas essas escolas atingiram em torno da metade ou pouco mais da metade em relação a esse padrão mínimo, ou seja, teriam que elevar em quase 50% as suas condições de funcionamento para atingirem a qualidade na oferta dos serviços escolares estabelecida pelo FNDE. Portanto, os dados mostram que as escolas desses municípios do Rio Grande do Sul estão em situação crítica em termos de infraestrutura.

Em geral, não há quase disparidade nas pontuações de PMFE entre as escolas pesquisadas, mas há muita variação nos desempenhos do IDEB, o que indica que outros fatores como projeto pedagógico, localização, clientela atendida e políticas municipais estão causando maior interferência no processo de ensino e aprendizagem, verificado através desse índice de avaliação externa.

As piores pontuações são verificadas nas escolas do município de Jaguarão, onde a média das condições de funcionamento de uma de suas escolas não conseguiu atingir nem a metade do padrão mínimo estabelecido pelo próprio Ministério da Educação. Coincidentemente, os índices de desempenho no IDEB dessas escolas são os mais baixos dentre todas aquelas que fazem parte do campo empírico.

Os indicadores que avaliam as características físicas dos ambientes, referentes às condições dos elementos da edificação (VII) e aspectos gerais (VIII), o material didático para as aulas práticas (XII) e o material escolar para aluno com cegueira (XIII) não pontuaram em nenhuma das sete escolas dos três municípios gaúchos (Quadro 18). Essa situação nos permite tecer algumas considerações sobre as possíveis causas dessa pontuação nula, principalmente porque os indicadores VII e VIII avaliam aspectos obrigatoriamente presentes em qualquer escola de educação básica.

Quadro 18. QGPMFE de todas as escolas que apresentam IDEB nos três municípios gaúchos constantes nos documentos técnicos dos consultores do FNDE.

Município	Nível	U/R	Escola	Pontuação Relativa por índice (%)																PR (%)
				I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV		
Getúlio Vargas	EixEF	U	Pedro Herrerias	95	67	53	77	78	36	0	0	48	56	39	0	0	51	69	57,21	
	EixEF	U	Antônio Zambrzycki	93	67	40	87	74	43	0	0	48	57	58	0	0	52	74	59,15	
Ibiraiaras	EixEF	U	João Dal Piva	80	88	47	52	61	43	0	0	44	73	84	0	0	60	69	60,89	
Jaguarão	EixEF	U	Padre Pagliani	73	75	33	56	78	43	0	0	44	42	19	0	0	44	72	49,74	
	EixEF	U	Antônio de Sampaio	75	63	20	69	43	57	0	0	31	43	52	0	0	50	72	50,37	
	EixEF	U	Manoel Pereira Vargas	38	71	67	54	74	50	0	0	44	33	42	0	0	53	78	52,25	
	EixEF	U	Marcilio Dias	80	75	40	71	70	50	0	0	44	51	32	0	0	55	71	55,27	

EixEF: Educação Infantil e Ensino Fundamental; U/R: Urbana/Rural; PR (%): Pontuação Relativa

I: Cadastro da escola - Serviços

II: Características da escola - Infraestrutura básica

III: Características da escola - Acessibilidade

IV: Características da escola - Avaliação do prédio

V: Características da escola - Entorno da escola

VI: Característica física dos ambientes - Utilização

VII: Característica física dos ambientes - Condições dos elementos da edificação

VIII: Característica física dos ambientes - Aspectos gerais

Fonte: adaptado de FNDE (2010)

IX: Característica física dos ambientes - Componentes construtivos

X: Característica física dos ambientes - Acessibilidade

XI: Material didático - em geral

XII: Material didático - Atividades práticas

XIII: Material escolar - aluno com cegueira

XIV: Equipamento

XV: Mobiliário

O indicador VII avalia as condições dos elementos construtivos da edificação, que são Piso, Parede, Cobertura, Forro, Pintura, Revestimento, Janela e Porta. O padrão mínimo é observado quando: “nenhuma parte do elemento tem problema” ou “Até 25% do elemento encontra-se com problema” (Parente, produto 3, 2010, p. 34).

O indicador VIII avalia os aspectos gerais das características físicas dos ambientes, cujo objetivo é qualificar todos os ambientes da escola (Sala de Atividades, Sala de Aula, Refeitório, Biblioteca, Diretoria e outros) em relação aos aspectos de conforto ambiental, segurança, higiene, insumos para atividades lúdicas na educação infantil e ocupação operacional do ambiente (Parente, produto 3, 2010, p. 119). As especificações do padrão mínimo são adotadas para cada ambiente, conforme a sua função ou utilização.

De fato, parece não haver nada que justifique nenhuma das escolas terem pontuado nestes dois indicadores, a não ser que o levantamento das condições de suas variáveis, que é da responsabilidade dos técnicos de engenharia dos municípios, não tenha sido realizado antes do envio dos dados para o FNDE. Se essa suposição for verdadeira, o sistema informatizado pode ter processado os dados sem a completude das informações das referidas escolas e os Consultores do FNDE podem ter extraído o quadro incompleto para a elaboração dos documentos técnicos sobre o panorama de realização do LSE.

Outra hipótese, mas menos provável, pode ter ocorrido que nenhum dos elementos construtivos e nenhum dos ambientes avaliados tenham atingido a condição mínima necessária para receber alguma pontuação, ou seja, tenham obtido zero em todas as oito variáveis do indicador VII e em todas as 13 variáveis do indicador VIII.

O indicador XII avalia os materiais didáticos para as aulas práticas nos laboratórios de Biologia, Física, Matemática e Química. Se aplica às escolas que atendem exclusivamente o Ensino Médio e às escolas que atendem o Ensino Médio juntamente com turmas de outras etapas da educação, ou seja, o índice só pontuará para as escolas que se enquadrem nessas duas condições (Parente, produto 3, 2010, p. 148). Como todas as escolas em questão atendem somente Educação Infantil e Ensino Fundamental, então a pontuação nula se justifica.

O indicador XIII avalia os materiais escolares do aluno com cegueira, que são Kit reglete, Soroban e *Laptop* adaptado, sendo que este último é exclusivo para o Ensino Médio. O padrão mínimo é dado pela existência dos materiais e pela quantidade medida no turno que apresenta o maior número de matrículas (Parente, produto 3, 2010, p. 41). Acredita-se que a pontuação zero ocorreu pela inexistência do Kit reglete e do Soroban nas escolas estudadas.

Além do QGPMFE, o sistema do LSE emite relatórios gerenciais de estimativas de reestruturação física e de aquisições, mas esses relatórios também não foram disponibilizados aos municípios. Portanto, os Secretários informaram que não adotaram nenhuma estratégia de adequação da sua rede de ensino aos PMFE, pelo simples motivo de desconhecerem tais relatórios.

Por outro lado, cada município adota políticas próprias de melhoria da infraestrutura da sua rede escolar, entretanto, não há clareza na fala dos gestores sobre suas políticas

municipais, pois uns atrelam o planejamento ao PAR do Governo Federal e outros destacam que as melhorias são constantes de acordo com as demandas. Em Cachoeirinha as escolas precisam concorrer com outras escolas e outros segmentos da comunidade para conseguir recursos via Orçamento Participativo (OP) para realizar melhorias em suas instalações. Na última edição do OP uma das escolas decidiu não participar, pois seu projeto não foi aprovado nas outras duas edições e a comunidade ficou desmotivada. Além disso, um dos projetos aprovados há mais de dois anos ainda não havia sido implementado pela Prefeitura na ocasião da entrevista com o gestor escolar.

Todos os Secretários afirmaram que detêm um bom conhecimento das condições de funcionamento das redes que administram, pois são pequenas e costumam manter contato permanente com as comunidades escolares, através de visitas e reuniões com as direções e órgãos colegiados. Segundo eles, os principais problemas de infraestrutura são necessidade de ampliação dos terrenos e das áreas construídas para atender o turno integral do Programa Mais Educação, mas em geral estão satisfeitos com as condições de infraestrutura das suas redes de ensino.

Portanto, pode-se afirmar que a maior parte dos Secretários torna invisíveis os problemas de infraestrutura e não têm uma expectativa maior em termos de prédios mais funcionais, mais bonitos, com melhores condições de segurança, de bem estar e de ampliação das atividades pedagógicas. Parece-nos que eles naturalizam a realidade vivenciada pelas suas redes, ou seja, vão consertando aqui e ali, mas não há um plano diretor de infraestrutura, já que costumam adotar medidas mitigadoras para permitir minimamente o funcionamento da escola.

A idade dessas escolas é bastante heterogênea, pois a maioria sofre ampliações constantes e uma mesma escola pode ter prédios bem antigos e outros com menos de um ano de construção. Também é bastante difícil precisar a época da última reforma geral, pois as manutenções são constantes, conforme vão surgindo os problemas de telhado, piso, muro, encanamento, pintura, rede elétrica, dentre outros.

Entretanto, percebe-se que essa constância de manutenções e ampliações ocorre sem planejamento, pois surgem “puxadinhos” e não há manutenções preventivas, ou seja, são consertos por problemas surgidos pela falta de manutenção, como por exemplo, danos nos rebocos, pinturas e pisos causados pela infiltração, devido ao telhado estar danificado. Portanto, o conserto ameniza, mas não resolve o problema. Em alguns casos, a situação é tão dramática que um dos diretores considera que a solução seria a demolição do prédio e a construção de um novo com projeto de verticalização para solucionar também a limitação de espaço no terreno. Por outro lado, essa possibilidade causaria outro entrave, além da falta de

recursos, que é a indisponibilidade de um espaço alternativo para a escola continuar funcionando enquanto o prédio escolar estiver em construção.

A maioria das escolas localiza-se nas periferias das cidades e os problemas no seu entorno são bastante diversificados, sendo que algumas delas não enfrentam nenhum tipo de problema e outras convivem com tráfico de drogas, falta de um plano diretor de ocupação do bairro, irregularidade fundiária do terreno, riscos de acidente com a circulação de veículos, falta de pavimentação e sinalização nas ruas, saneamento básico, bares e veículos com som alto, falta de áreas de lazer para alunos e comunidade em geral, alguns casos de alagamento das ruas e do pátio das escolas e impossibilidade de ampliação por estarem totalmente cercadas por moradias.

A identificação da realidade das escolas frente ao PMFE se reflete e se mostra relevante em relação à implementação de importantes políticas públicas atuais no âmbito da educação básica. Neste sentido, a recorrente queixa dos diretores em termos de espaços para implantação da educação em tempo integral, mostra que o Programa Mais Educação criou um complicador extra para as redes de ensino, como já assinalado anteriormente, pois não bastasse a sua já precária e limitada condição de infraestrutura, ainda foi preciso arranjar ou adequar espaços pré-existentes para atendimento aos alunos no turno inverso. Portanto, com a implantação do Mais Educação tornou-se evidente a falta de espaços nas escolas.

Convém salientar que esse atendimento passa a exigir ambientes específicos ou disponibilidade de materiais incomuns no dia a dia das atividades regulares das escolas, ou seja, as condições necessárias para a realização de oficinas de música, teatro, expressão corporal, atividades físicas, dentre outras, além das instalações básicas para acolher os alunos durante todo o dia, como cozinha, refeitório e vestiário com armários e chuveiros. Por outro lado, o discurso tanto dos Secretários quanto dos Diretores é de que consideram importante que a criança fique um pouco mais protegida e que receba mais atendimento, mas faltam-lhes as condições de espaço para esse atendimento. Portanto, a implementação do Mais Educação pode não conseguir trazer os resultados esperados pela questão da ausência da infraestrutura.

Com esta pequena amostra de sete municípios gaúchos dentro de um contexto de 5564 municípios brasileiros e mais de 200 mil escolas públicas de educação básica, os poucos resultados já contribuíram para apresentar um panorama da precariedade nas condições de funcionamento das redes de ensino. Convém ressaltar que as carências ou dificuldades não se restringem a apenas às condições de infraestrutura, mas também a outros aspectos que indiretamente foram aparecendo durante a reunião dos dados da pesquisa, principalmente aqueles relacionados a mazelas sociais que ainda afetam as populações mais carentes do país, mesmo que a realidade socioeconômica brasileira esteja melhorando nos últimos anos.

Algumas condições de contexto das redes de ensino investigadas ajudam a ilustrar essa discussão, como por exemplo, no município de Araricá a direção destacou a condição socioeconômica, o desinteresse pela escola, o trabalho nos ateliers de calçados e as migrações das famílias que provocam entradas e saídas na escola no decorrer do ano letivo, como os principais entraves ao desempenho dos estudantes, pois sua Escola é bem cuidada e apresenta boa infraestrutura.

O problema de sazonalidade nas matrículas enfrentado por Araricá e também por Flores da Cunha, traz outras implicações para os municípios. Como os recursos são destinados conforme o número de matrículas, aqueles estudantes que ingressaram fora da época da prestação de informações sobre o número de alunos não são contabilizados para o cálculo do orçamento que é feito com base na quantidade de matrículas. Portanto, o município que recebe esse aluno no final do ano letivo tem que arcar com o ônus financeiro e ainda tem que arranjar vaga em alguma escola, que se for longe de sua residência, terá também que viabilizar o transporte. Além disso, nem sempre consegue trabalhar a qualificação do processo educativo dessa criança, o que acaba aumentando a sua chance de reprovação, por não conseguir acompanhar o ano letivo regular. Se ela reprovar, vai prejudicar os índices da escola para a composição do IDEB.

No município de Jaguarão foi possível identificar a situação bastante precária das escolas e dos bairros onde estão instaladas, como por exemplo, o campo de futebol de uma das escolas é um terreno baldio anexo ao seu pátio e de propriedade de terceiros, em outra escola há uma valeta de esgoto a céu aberto em frente à entrada principal e em outra há uma rua próxima sem calçamento e com alagamento, prejudicando o deslocamento dos alunos em dias chuvosos ou fazendo com que falem às aulas. Entretanto, a diretora desta última escola disse que não há problemas no seu entorno.

Essa posição da Diretora demonstra sua falta de percepção das condições dos indivíduos que estão frequentando o ambiente escolar. Por outro lado, ela pode estar tão acostumada com a situação de precariedade da sua realidade, que não considera isso como um transtorno, ou seja, não percebe que essa situação é um fator de desestímulo para o aluno, pois ele vai se sentir desconfortável, molhado, com frio, com o calçado embarrado ou vai se sentir envergonhado frente aos seus colegas. Portanto, tudo isso, indiretamente, pode estar causando algum prejuízo para esse aluno.

Além disso, o fato dos municípios terem concluído seus diagnósticos entre os anos de 2010 e 2011 e um ou dois anos depois ainda não conhecerem os resultados do LSE caracteriza certo descaso com uma política pública, cuja implementação foi muito trabalhosa, conforme relato dos próprios Secretários. Por parte do FNDE também houve certa

desconsideração com os entes federativos, pois foi feita uma mobilização muito intensa em termos de preparação dos instrumentos, divulgação, mobilização e capacitação, mas depois disso tudo não foi mantida uma articulação com os entes federativos que haviam concluído o diagnóstico, no sentido de alertá-los de que os relatórios já estavam disponíveis para consulta. De posse desses relatórios, os municípios poderiam utilizá-los para as tomadas de decisão em termos de elaboração do PAR para solicitar subsídio financeiro do Governo Federal ou mesmo para adoção de outras estratégias locais com vistas a elevar os padrões mínimos de funcionamento de suas redes e qualifica-las, de fato, para contribuir com a elevação do desempenho dos alunos.

Neste sentido, as observações *in loco* e os depoimentos dos gestores mostram o quanto a ação pedagógica é prejudicada e recebe uma limitação por parte da questão da infraestrutura. Isto ficou demonstrado em um dos municípios em que não há sequer um planejamento de onde construir uma escola, ou seja, ela surge onde se forma uma comunidade de invasão. Portanto, o problema de infraestrutura não é só da infraestrutura da escola, mas até mesmo de um planejamento urbano do município ou do próprio bairro onde ela está inserida.

Além disso, os bairros são tão desprovidos de espaços e de serviços destinados à população, como praças e outras áreas de lazer, que a escola acaba se tornando a referência para a comunidade para a realização de eventos ou utilização da quadra de esportes para praticar jogos e outras atividades artístico-culturais.

Estes dados mostram também que o conjunto dos educadores não tem a consciência do quanto lhes falta, ou melhor, naturalizam a ausência e o não atendimento, pois vão trabalhar em uma escola que não se sabe de quem é o terreno e, assim, estão naturalizando a própria invasão. Estes são alguns exemplos de contexto que nos mostram o quanto a questão da infraestrutura intra e extraescolar tem um impacto na vida das pessoas, especialmente na vida dos estudantes que estão inseridos nesta realidade e que estão formando a sua personalidade e adquirindo conhecimento para o seu futuro como cidadão e como profissional.

Esta questão envolvendo a construção de escolas em áreas irregulares gera um transtorno muito grande para a gestão na medida em que não há documentação que comprove a dominialidade do imóvel, pois este é um dos principais requisitos legais que a instituição precisa apresentar ao submeter algum projeto de captação de recursos ou outro tipo de apoio, tanto para as esferas governamentais quanto para outros órgãos ou entidades. Por isso, é um dos primeiros dados a serem preenchidos no formulário do LSE, no bloco que trata dos dados cadastrais da escola, como por exemplo, dependência administrativa, localização, tipo de ocupação, documento de propriedade, dentre outros.

Este sério problema de dominialidade dos imóveis escolares se mostra muito presente também em outras regiões do país, identificados nas análises dos documentos técnicos dos consultores do FNDE. No relatório de Pinto (2010) há transcrições de mensagens enviadas pelas equipes locais para esclarecimentos de dúvidas inerentes à esta questão, conforme reprodução a seguir:

- Estou inserindo dados no sistema do LSE de uma escola, é um anexo que funciona num prédio onde funcionava uma fábrica. Então, era um barracão industrial. Ao inserir este dado o sistema não gera o bloco VI, que devo fazer? (p. 34)
- Como fazer em casos onde a Escola foi construída em Assentamento com terreno cedido pelo INCRA, como cadastrar a documentação dessa escola? (p. 36)
- Gostaria de saber como cadastrar no LSE uma escola que funciona improvisada em um pavilhão de uma associação? (p. 37)
- Nossas escolas Municipais funcionam em dualidade de uso com o Estado e os prédios, na grande maioria, são estaduais. (p. 38)
- Estamos com dúvidas no LSE, quanto à escola na qual o prédio é particular e atende a rede municipal e estadual de ensino. É necessário realizar o LSE? Caso necessário, teremos que fazer da escola toda ou somente da parte utilizada pela rede municipal? (p. 80)

As realidades desveladas através destas mensagens ajudam a ilustrar a precariedade de condições de funcionamento de muitas escolas públicas. São situações que impossibilitam qualquer atividade de benfeitoria para qualificar a ação pedagógica ou para proporcionar maior conforto e segurança aos professores e alunos, como por exemplo, instalação de um laboratório de informática, adequação da rede elétrica, conserto nas instalações hidrossanitárias, dentre outras.

Portanto, os depoimentos dos gestores municipais, as observações nas visitas às escolas, os registros fotográficos e essas mensagens dos próprios indivíduos que preencheram o LSE mostram o quanto esse diagnóstico seria fundamental para tentar regularizar toda esta situação.

Por isso, as pessoas que se envolveram diretamente com o LSE, principalmente os consultores do FNDE que trabalharam na formulação e difusão dessa metodologia, sempre demonstraram certo entusiasmo ao falar sobre o assunto. Nas considerações de Pinto (2010) percebe-se o quanto o FNDE estava apostando nessa ferramenta de diagnóstico como uma importante política pública colocada à disposição dos entes federativos para ajudar a qualificar as suas redes de ensino:

O Levantamento da Situação Escolar é uma metodologia que veio para ficar. Teve um início meio tímido, bastante experimental. Evoluiu e chegou à atual versão, com bastante vitalidade. Em um breve balanço do LSE, se pode afirmar com certeza, que esse é um importante canal para a melhoria do ensino do país (p. 103 e 104).

Além disso, Bento (2009, p. 103) informou em seu relatório que os resultados do LSE ficariam armazenados no banco de dados no FNDE e que poderiam ser consultados pelos municípios, estados e Ministério da Educação. Nesse caso, quando o estado ou município tivesse o seu LSE concluído, ficaria muito fácil montar um processo para solicitar recursos ao FNDE e que este, por sua vez, teria elementos para analisar as demandas a partir da realização de consultas aos relatórios gerenciais e de padrões mínimos, ou seja, o LSE seria uma ferramenta importante, tanto para auxiliar os gestores nas tomadas de decisão quanto para subsidiar a equipe técnica do FNDE na análise das demandas dos entes federativos referentes à área de infraestrutura.

Essa mesma Consultora foi além em seus comentários ao destacar que os gestores que estão à frente da educação no país, devem se conscientizar de que o LSE é um instrumento de gestão e não apenas um levantamento para que estados e municípios consigam recursos federais para melhoria da infraestrutura de suas escolas (Bento, 2009, p. 104).

Pinto (2010, p. 18), por sua vez, destacou que no momento em que o estado ou município encaminhar uma demanda de reforma de escola para o FNDE, a justificativa deverá se basear no resultado do LSE. Esses resultados ficam armazenados nas secretarias estaduais e municipais de educação, onde podem ser consultados e também dentro do sistema da área de informática do FNDE.

Entretanto, pouco tempo depois os municípios desconheciam os seus relatórios e não tinham mais acesso ao sistema que gerava esses dados para suas redes de ensino. Além disso, em um dos municípios pesquisados a gestão municipal não dispunha de nenhuma informação a respeito do LSE, cujo levantamento havia sido realizado na gestão anterior. Portanto, restou à Secretária atual apenas lamentar o desconhecimento dos relatórios de reestruturação física e de aquisições, pois disse que há tempos sua equipe vem discutindo e pedindo estudos para implementação de melhorias nas escolas da rede municipal.

Essa opinião dos consultores mostra a crença nos bancos de dados como um espaço confiável, como um espaço de racionalização e como um agente de continuidade. Na verdade, o agente de continuidade seria a articulação e as interações entre as entidades que permitiriam essa continuidade e a possibilidade de avançar, portanto não seriam apenas os dados dentro dos bancos. De fato, as mudanças preconizadas no FNDE em 2012, quando houve a

desobrigatoriedade da realização do LSE para elaboração do PAR, todas as informações referentes aos resultados dos diagnósticos realizados no país inteiro se tornaram indisponíveis para acesso e consulta. Em 2013, durante a reunião de dados para a tese, depois de muita insistência, o FNDE forneceu os microdados do levantamento realizado no município de Cachoeirinha, que não serviram para a pesquisa, pois os mesmos não estavam processados e sistematizados na forma dos relatórios gerenciais e do quadro geral de padrões mínimos de funcionamento.

Esse conjunto de considerações e observações possibilita uma discussão com o ciclo de políticas proposto por Stephen Ball, pois todas as informações reunidas nesta pesquisa mostram que o espaço da prática quase interpõe uma barreira à formulação da política, a qual seria extremamente racional na visão dos consultores do FNDE, ou seja, havia a crença que o banco de dados seria um elemento da continuidade, pois quem quisesse poderia acessá-lo. O poder público federal poderia conferir no banco de dados se a informação do ente federativo estaria ou não correta e com isso poderia decidir a destinação e a otimização de recursos. Portanto, seria um elemento confiável para o regime de colaboração entre a União e os entes federativos, entretanto, esse discurso de racionalidade, de confiabilidade e de continuidade sofreu um impacto com as condições da prática, pois as pessoas não aderiram ou aderiram precariamente ou não buscaram os resultados ou não obtiveram o suporte dos órgãos superiores. Enfim, isso tudo se apresenta como um conjunto de questões que impede a implementação de uma relevante política para a qualificação dos espaços físicos das redes públicas de ensino básico.

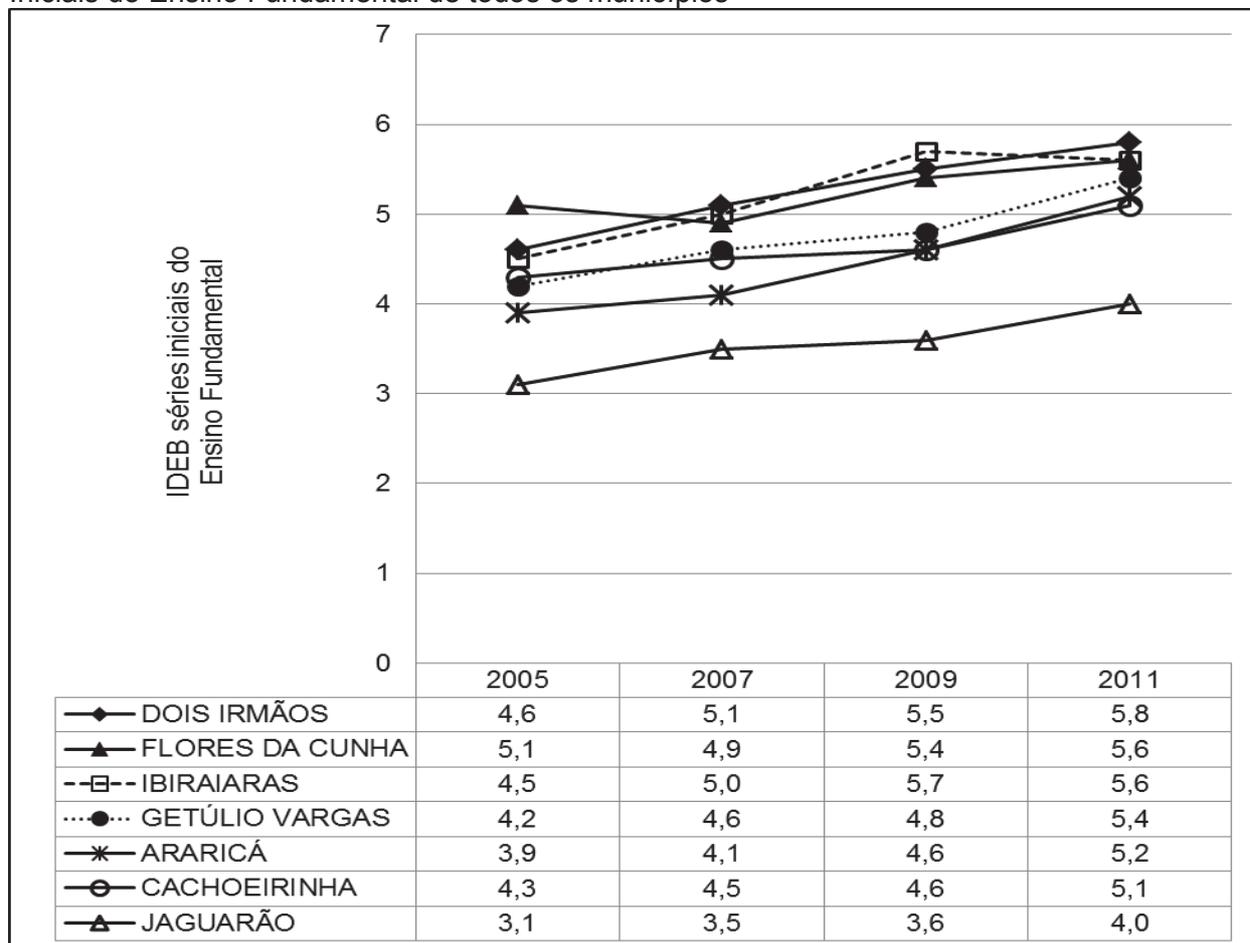
6.3 Interação entre as condições de funcionamento das escolas municipais e o índice de desenvolvimento da educação básica

Dentre os diversos fatores que apresentam alguma relação com o processo educacional, a infraestrutura pode ser considerada como um dos mais importantes, pois a educação formal necessita de um espaço físico edificado, equipado e mobiliado para desenvolver a maioria das ações pedagógicas. Com base nessa premissa, foi realizada uma análise da relação entre as condições de funcionamento das escolas e os indicadores de desempenho e de fluxo escolar.

Fazendo-se um comparativo da série histórica do IDEB nas séries iniciais do Ensino Fundamental entre os sete municípios gaúchos (Gráfico 30), percebe que os três melhores índices na última edição da Prova Brasil foram obtidos por Dois Irmãos, Flores da Cunha e Ibiraiaras, embora os desempenhos dos outros municípios também ficaram muito próximos destes três primeiros. A única exceção ficou por conta de Jaguarão, cujos resultados em toda a

série histórica foram inferiores a todos os outros municípios, embora esteja havendo um relativo aumento do desempenho desde a criação do IDEB.

Gráfico 30. Série histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental de todos os municípios



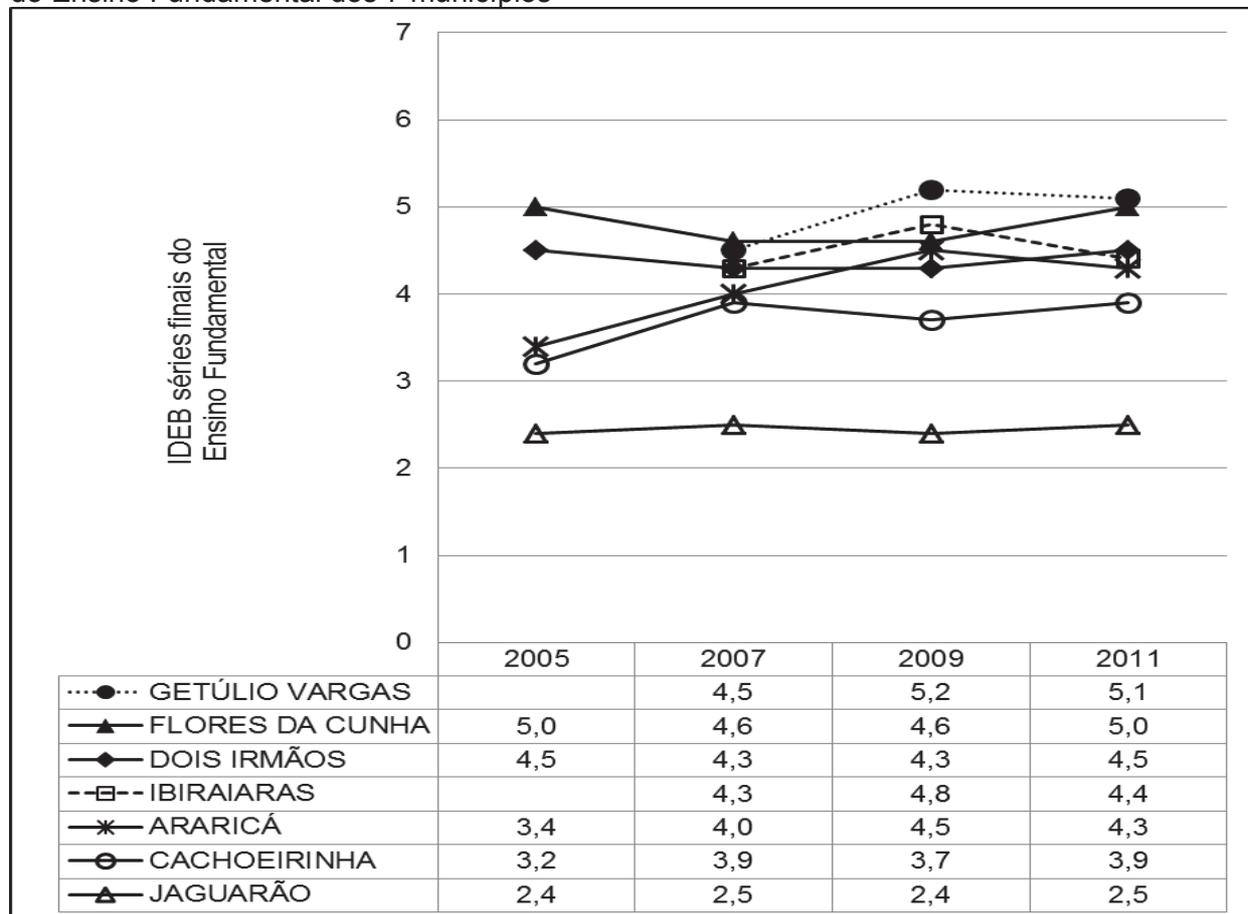
Fonte: adaptado de INEP (2014)

Vale destacar que a escola do município de Ibiraiaras obteve a maior pontuação relativa de Padrões Mínimos em relação às escolas dos outros municípios em que houve divulgação desse indicador. Infelizmente não tivemos acesso ao QGPMFE das escolas dos municípios de Dois Irmãos e Flores da Cunha, mas a realização das visitas às escolas e a realização das entrevistas com os gestores municipais e escolares contribuíram para a percepção de que as suas condições são muito boas e de que há uma preocupação do poder público municipal em realizar investimentos para qualificar os espaços escolares.

Nas séries finais do Ensino Fundamental (Gráfico 31), percebe-se que os desempenhos são inferiores aos observados nas séries iniciais e não há constância no crescimento dos resultados no decorrer da série histórica. Nesta etapa do Ensino Fundamental quem se destacou foi o município de Getúlio Vargas, mas seguido muito próximo por Flores da Cunha. Assim como nas séries iniciais, o pior desempenho foi apresentado pelo município de Jaguarão, cujos índices não conseguiram romper a casa dos 2 pontos em toda a série

histórica. Uma observação importante que deve ser retomada aqui é quanto à precária condição física das escolas de Jaguarão, constatada nas pontuações de PMFE e nos depoimentos das direções escolares.

Gráfico 31. Série histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas séries finais do Ensino Fundamental dos 7 municípios



Fonte: adaptado de INEP (2014)

A Escola São José de Flores da Cunha alcançou IDEB de 6,2 nas séries iniciais e 6,3 nas séries finais, conforme visto anteriormente no Gráfico 15, ou seja, já superou a meta nacional de 6,0 em 2022. Convém destacar que essa escola está localizada no centro da cidade e atende uma clientela de classe média de origem italiana, conforme informações fornecidas pela diretora. Entretanto, em outras escolas do município há problemas de evasão e desempenho dos alunos por conta das famílias que migram para a região para trabalharem na safra agrícola e depois retornam para seu município de origem.

Conforme visto, comparativamente com as outras redes que apresentam os indicadores de infraestrutura, as escolas do município de Jaguarão foram as que apresentaram os piores resultados de IDEB e de PMFE. As diferenças são muito tênues para se inferir qualquer afirmação de interferência direta das condições de funcionamento das escolas com a aprendizagem e o consequente desempenho dos alunos nas avaliações externas, mas esses

dados sugerem certa tendência dessa relação. Os próprios gestores das redes consideram que uma escola com boa infraestrutura e bem equipada contribui significativamente para a qualidade da educação.

A escola de Jaguarão que obteve a menor pontuação relativa de PMFE (49,74%) e não atingiu as metas do IDEB em nenhuma das edições da Prova Brasil localiza-se no centro da cidade, mas a maioria de seus alunos é beneficiária do programa Bolsa Família e mora na periferia. A Diretora da EMEF Padre Pagliani informou que muitas famílias dos bairros periféricos acreditam que a escola do centro da cidade seja melhor e transferem seus filhos. Por causa dessa situação, uma das reivindicações da gestão atual é a criação do sistema de matrículas por zoneamento para melhorar a assiduidade, pois em dias chuvosos os alunos faltam muito às aulas.

Portanto, a associação de fatores, como a situação socioeconômica dos alunos, as condições de infraestrutura da escola e as ausências às aulas pela localização afastada de suas residências podem estar interferindo nos índices de fluxo escolar e de desempenho dos seus estudantes.

A situação da EMEF Manoel Pereira Vargas que obteve a pontuação relativa de 52,25% em relação ao PMFE, também no município de Jaguarão é bastante delicada em termos de desempenho no IDEB, pois não superou as metas de pontuação em nenhuma das edições nas séries finais do Ensino Fundamental e apresentou o pior resultado dentre as 17 escolas participantes da pesquisa. As suas metas para os anos de 2007, 2009 e 2011 foram de 2.2, 2.5 e 2.9 e suas pontuações foram de 2.2, 2.0 e 2.0, respectivamente. Ao compararmos o desempenho da edição 2011 com o maior desempenho dentre as escolas pesquisadas, percebe-se uma diferença de mais de três vezes, ou seja, a EMEF São José de Flores da Cunha obteve 6.3 nas séries finais do Ensino Fundamental.

Esta constatação nos remete à reflexão sobre a enorme disparidade que existe entre os municípios e suas redes de ensino, mesmo quando estão localizados em um mesmo estado da federação, cujo PIB é o quarto do país (IBGE, 2011).

Na entrevista realizada com a Diretora da EMEF Manoel Pereira Vargas, percebeu-se algumas dificuldades relacionadas à limitação de espaços físicos, pois ela relatou que há falta de salas de aula, principalmente depois da implantação do Programa Mais Educação. Entretanto, a Diretora afirmou, em outro momento, que não há nenhuma interferência das condições físicas no desempenho dos alunos.

Além disso, ao ser indagada se haveria algum problema relacionado ao entorno da escola, ela respondeu que não há nenhum problema. Porém, foi possível identificar problemas sérios de urbanização bem próximos à escola, como uma situação de alagamento em uma rua

não pavimentada localizada a poucos metros de distância da entrada principal do prédio escolar, conforme apresentado anteriormente na Figura 17. Essa situação pode se caracterizar como um fator de desconforto aos alunos e um forte motivo para faltarem às aulas em dias chuvosos.

Por outro lado, esta mesma Diretora parece relativizar a importância dos investimentos em infraestrutura para proporcionar as condições necessárias ao processo de ensino e aprendizagem e também a importância do IDEB como um dos instrumentos oficiais que propõe a medir a qualidade da educação brasileira. Quando questionada se houve investimentos relevantes em infraestrutura desde a criação do IDEB e se teria lembranças ou registros de quais melhorias foram implementadas, ela respondeu que talvez tenham havido melhorias, mas que não saberia especificá-las e nem se essas melhorias estariam relacionadas ao desempenho no IDEB. Além disso, esclareceu que as discussões sobre o IDEB são de responsabilidade da Supervisora Pedagógica.

Esse é um caso que provoca uma reflexão sobre a responsabilização dos gestores escolares com as diferentes áreas de funcionamento da escola. Por um lado, a Diretora não acompanha as discussões sobre o IDEB por ser uma atribuição da Supervisora Pedagógica, mas também por outro lado, ela não percebe as condições com que os alunos estão frequentando o ambiente escolar, ao considerar que um acesso cheio de lama e poças d'água não se caracteriza como um problema no entorno da escola.

O município de Dois Irmãos também obteve diversos resultados do IDEB abaixo das metas estabelecidas para sua rede de ensino nas séries finais do Ensino Fundamental. Não há possibilidade de se analisar seus indicadores de infraestrutura porque os resultados do LSE não foram disponibilizados para consulta, porém o Secretário afirmou com convicção de que há boa qualidade nas escolas de sua rede.

Na nossa rede de ensino os resultados educacionais são muito significativos. Pode-se dizer que em nosso município existe qualidade de ensino, embora exista potencial para avançar mais. Temos uma cumplicidade e um protagonismo interessante e temos também condições materiais muito boas. O município tem condições de ser referência em educação em termos de rede de ensino para o Brasil.

Entretanto, esses resultados expressivos e a qualidade de ensino que existe em Dois Irmãos não estão ajudando a rede municipal a superar as metas do IDEB. Por outro lado, pôde-se constatar durante a visita ao município, que as duas escolas participantes da pesquisa dispõem de boas condições de infraestrutura.

A postura dos gestores frente ao IDEB sinaliza para a necessidade de se questionar esse indicador, enquanto expressão da qualidade da educação brasileira. Ao limitar sua avaliação nos resultados de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) e na média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática, a responsabilidade acaba recaindo somente sobre o professor, ou seja, se o desempenho foi insatisfatório é o professor que não deu conta. Enquanto que as condições de infraestrutura, cuja responsabilidade é da hierarquia do sistema não são avaliadas, divulgadas ou não recebem a mesma cobertura midiática que o IDEB e isso dá margem a esse conjunto de discontinuidades em termos de ações políticas.

No caso específico da avaliação física das escolas, em um dado momento é obrigatória e faz-se todo um movimento a nível nacional para a sua implementação, mas logo em seguida é interrompida e deixa uma infinidade de entes federativos sem informações, ou seja, este exemplo demonstra claramente a fraca institucionalização de uma relevante política pública brasileira no âmbito educacional.

O depoimento de um dos Secretários de Educação corrobora com essa discussão ao afirmar que:

O FNDE não tinha argumentos muito convincentes para que os municípios adotassem o LSE imediatamente. Inclusive, havia dúvidas sobre a relevância desse instrumento para contribuir efetivamente com a melhoria da infraestrutura disponível, pois não estava muito claro como seria o apoio do Governo Federal nos investimentos para as devidas adequações aos padrões mínimos de funcionamento das escolas (Secretário de Educação de Dois Irmãos).

Depois, o mesmo Secretário complementa com a seguinte opinião:

Acreditamos que, se as escolas e os municípios tivessem acesso a essa relação de análise entre o que é padrão com condições mínimas de funcionamento de uma escola e o seu estado atual, isso provavelmente criaria uma série de reivindicações muito bem fundamentadas para a realização de ampliações e adequações dos prédios escolares, ou seja, criaria um problema para o próprio MEC.

Os demais Secretários relataram que foram realizadas reformas e ampliações nas escolas desde que o IDEB foi criado, mas a maioria desses investimentos não estava associada diretamente ao desempenho do IDEB, pois a preocupação dos gestores, expressa na fala de um dos Secretários, é de que “as escolas tenham as condições adequadas para atender plenamente as necessidades de trabalho dos professores independentemente dos resultados do IDEB”. Além disso, boa parte dos gestores destacou que as discussões feitas

com suas equipes sobre os indicadores educacionais estão focadas nos aspectos pedagógicos.

De uma forma geral, os Secretários de Educação dos sete municípios pesquisados consideram a infraestrutura importante para a qualidade da educação, mas a maioria não acredita que as condições atuais de suas redes estejam interferindo no desempenho dos alunos, pois existem outros aspectos que são tão ou mais relevantes para a aprendizagem.

Essa visão dos Secretários encontra respaldo nos seus relatos sobre os diversos problemas enfrentados pela escola, como ausência dos pais, desinteresse dos alunos, descomprometimento dos docentes, drogas e outras mazelas sociais, que o aspecto da qualidade dos prédios escolares, equipamentos e mobiliário parecem passar despercebidos ou se tornarem menos relevantes.

Por outro lado, há que se ponderar que uma escola bem cuidada, confortável, aconchegante e bem equipada pode exercer um efeito psicológico positivo, tanto em seus professores quanto em seus alunos e familiares, pois os primeiros vão perceber que o seu trabalho está sendo valorizado e os segundos vão perceber que os governantes ou os gestores se preocupam com eles e com sua educação, ao lhes oportunizar boas condições para o ensino, a aprendizagem e o exercício da cidadania, independentemente da realidade socioeconômica em que vivem.

Toda essa problemática relacionada à infraestrutura aparece nesse conjunto de municípios de diferentes formas, conforme a realidade de cada rede, pois enquanto umas escolas estão preocupadas com a qualidade da internet, as outras ainda estão preocupadas em conseguir recursos para as reformas e ampliações.

Nas entrevistas não foram identificadas informações que mostrassem investimentos ou preocupações da gestão em melhorar a infraestrutura com vistas a obter melhor desempenho no IDEB ao longo do tempo. Além disso, tanto os gestores das redes quanto os diretores das escolas não souberam precisar quais e quando foram realizadas as últimas reformas. Isso mostra que, talvez, os gestores não estão muito preocupados com a questão de prédio e, por outro lado, parece que eles reconhecem problemas de prédio, mas somente quando surge a questão da implantação da Educação Integral.

Todo esse processo da identificação do PMFE tem uma implicação forte na responsabilização das autoridades públicas, pois a qualidade da educação estaria sendo avaliada por uma perspectiva complementar ao IDEB. Por outro lado, até mesmo alguns gestores municipais relativizam a interferência das condições de infraestrutura no desempenho dos alunos, pois percebem que os resultados do IDEB em suas escolas nem sempre são diretamente proporcionais às suas condições de infraestrutura.

Isso nos mostra uma tentativa de retirada da responsabilidade do setor público pela busca da qualidade, pois é inegável a contribuição do prédio escolar na qualidade da educação, cuja conservação deve ser mantida pelos órgãos mantenedores. No entanto, o que se viu nos casos estudados foi uma atuação bastante presente do CPM com disponibilização de mão de obra ou de recursos financeiros a fim de minimizar o sucateamento das escolas causado pela falta de apoio do poder público.

6.4 Encaminhamentos de gestão vinculados ao levantamento da situação escolar e ao plano de ações articuladas

Todo o processo envolvendo a realização do Levantamento da Situação Escolar, a identificação dos Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas e a elaboração do Plano de Ações Articuladas pressupõe diversos encaminhamentos de gestão no âmbito do município envolvido com a execução dessa política de diagnóstico e financiamento da educação pública brasileira. Neste sentido, foram reunidas informações para verificar se os dados e relatórios gerados a partir do LSE foram considerados na elaboração do PAR, bem como identificar as estratégias de atuação do poder público municipal e das direções das escolas para tornar esse diagnóstico e o posterior planejamento de ações conhecidos por todos os envolvidos com a rede de ensino.

Portanto, os sistemas de ensino, ao elaborar os seus planejamentos deveriam buscar as informações disponíveis nos relatórios do LSE, cujos dados foram obtidos com critérios técnicos e sofreram um processo de tratamento para produção de vários indicadores relacionados aos serviços e aos ambientes escolares. Entretanto, como os municípios não tiveram acesso aos relatórios, as suas ações posteriores, inclusive a elaboração do PAR, não foram subsidiadas por esse diagnóstico.

Por outro lado, embora as escolas não disponham dos resultados do LSE, a realização do diagnóstico contribuiu para despertar atenção a determinados aspectos da infraestrutura, os quais são discutidos com a comunidade através dos Conselhos Escolares e CPMs em reuniões periódicas ou nas revisões anuais dos PPPs.

Como a elaboração do PAR pressupõe a realização de um diagnóstico, a Secretária do município de Araricá informou que foi aproveitado o diagnóstico do LSE que já estava pronto. Com base nesse diagnóstico, foram realizados os pedidos para os anos de 2011 a 2014 sobre infraestrutura, como por exemplo, aparelhos de ar condicionado para as Escolas de Educação Infantil e para algumas salas das Escolas de Ensino Fundamental, laboratório de informática, reforma de refeitório e biblioteca e construção de duas escolas novas.

A Secretária do Município de Cachoeirinha explicou que a sistemática de elaboração do PAR prevê a existência de um comitê local que é formado por pais, alunos, professores e uma pessoa da Secretaria. No caso de Cachoeirinha, essa pessoa da Secretaria é quem busca as informações sistematizadas no LSE para o preenchimento dos dados solicitados nos formulários do PAR. Entretanto, ela ressalta que são dados obtidos a partir do olhar da equipe local, ou seja, sem a devida avaliação técnica do FNDE.

Segundo o Secretário do Município de Dois Irmãos, na elaboração do PAR de 2011 havia a intenção de incluir as necessidades de ampliações e melhorias das escolas a partir da análise do LSE, mas na ausência dos relatórios sistematizados, apenas foram possíveis elencar alguns aspectos mais lembrados pela comissão que coordenou o diagnóstico.

Além disso, se o município tivesse recebido os relatórios do FNDE, então poderiam ter se desenvolvido processos de discussão e análise em cada escola. Mesmo assim, existem bastantes solicitações e debates sobre melhorias nas escolas e todas elas são levadas em consideração na atualização dos projetos pedagógicos.

A Secretária de Flores da Cunha relatou que no final de cada ano letivo as escolas fazem uma avaliação, através de questionários que são encaminhados aos pais dos alunos para apontarem aspectos positivos e negativos e também apresentarem sugestões para o ano seguinte, relacionados a questões pedagógicas e de infraestrutura, abrangendo todo o funcionamento da escola. Além da participação dos pais, também ocorre a participação do CPM através de reuniões mensais para discutir questões gerais sobre a Escola. As demandas elencadas nessas reuniões são submetidas à SME, através da direção escolar para que sejam tomadas as devidas providências.

Para a Secretária de Getúlio Vargas, seria mais justo se o planejamento fosse realizado com base no LSE, pois assim haveria maior igualdade entre as escolas ou entre as redes de ensino. Além disso, a Secretária informou que as revisões dos PPPs das escolas municipais não levam em consideração o diagnóstico do LSE, devido ao desconhecimento dos seus resultados.

A Secretária do município de Ibiraiaras informou que os aspectos da infraestrutura sempre são considerados na discussão dos PPPs pela comunidade escolar, mesmo sem os relatórios do LSE. Na sua visão, um diagnóstico como o LSE é necessário para o conhecimento das necessidades das escolas e a posterior realização de um bom planejamento com vistas à sua melhoria. Como a rede de ensino de Ibiraiaras é pequena, a equipe gestora detém certo conhecimento da sua realidade, mas o acesso aos dados sistematizados sobre as condições de funcionamento das escolas facilitaria o planejamento das ações e haveria melhor aproveitamento no trabalho da equipe.

Segundo a Secretária do município de Jaguarão, mesmo sem o conhecimento dos relatórios do LSE, a reedição do PAR foi feita com base nas informações obtidas com a realização deste diagnóstico. Entretanto, as equipes atuais do PAR não são as mesmas da época do LSE, então a SME precisa informá-las sobre os apontamentos do LSE e intervir quando necessário durante a definição das prioridades.

Entretanto, a maioria dos Secretários de Educação afirmou que conhece bem a realidade de suas redes de ensino, então o LSE serviria apenas para instrumentalizar o processo de planejamento com informações precisas sobre as necessidades e reduzir as demandas equivocadas ou menos relevantes, pois a prioridade de atendimento seguiria as principais necessidades apontadas nos relatórios.

Um elemento importante que aparece no estudo dos casos é a pouca participação comunitária, mas o CPM é a instância que permite essa relação com a comunidade e com a contribuição de recursos financeiros para manutenções, principalmente porque falta um apoio mais efetivo do poder público para as demandas das redes. Assim, as escolas precisam lançar mão de outras fontes de recurso, muitas delas viabilizadas pelo CPM, como por exemplo, o muro da Escola Portugal de Cachoeirinha estava com rachadura e com risco de tombamento, então o conserto foi providenciado com os recursos oriundos das vendas na lanchonete da Escola. Nesse caso, a Escola dispunha do material, mas faltava a mão de obra, a qual não foi viabilizada pela Secretaria de Educação e nem pela Secretaria de Obras, pois os Secretários entendiam que a ajuda já estava acontecendo através dos repasses de verbas trimestrais, porém a Diretora informou que esse valor é destinado para material didático pedagógico e não sobra nenhum recurso para aplicar em despesas maiores.

Outro destaque que se pode fazer sobre o LSE diz respeito ao relato de alguns entrevistados na medida em que se deram conta que as escolas estão precisando de adaptação para acessibilidade. Nesse caso, até uma política de inclusão fica prejudicada pela interrupção da política do LSE, pois o diagnóstico teria condições de apontar as inadequações das escolas em termos de acessibilidade. Entretanto, para se descobrir como está a realidade das escolas neste aspecto será necessário a realização de outro estudo, o qual teria sido atendido através da realização do LSE e da divulgação de seus relatórios. Portanto, a política de diagnósticos das condições físicas das escolas serviria de subsídio para a política de inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares, bem como o estudo de suas características arquitetônicas para posterior adequação dos espaços e torná-los acessíveis fisicamente.

VII CONSIDERAÇÕES FINAIS: Determinação política e/ou ferramenta de gestão?

Nesta investigação foi possível identificar um grande esforço em desencadear políticas, mas a política em questão tornou-se ineficiente pelo resultado mínimo e pela sua interrupção no decorrer do processo, mesmo após o envolvimento de muitos atores e os investimentos financeiros e em capacitação de recursos humanos. Portanto, esse é mais um exemplo de que as políticas podem ser bem pensadas, mas nem sempre há efetividade.

A argumentação que se faz aqui não é no sentido de burocratização da política, mas na perspectiva da sua institucionalização dentro de um processo de planejamento, implementação, acompanhamento, avaliação e continuidade. Entretanto, não significa radicalizar contra a descontinuidade, pois a realização de uma avaliação poderia conduzir para a tomada dessa decisão, mas percebe-se que a interrupção dessa política de avaliação e de financiamento das escolas públicas aconteceu durante a fase em que estava recebendo um grande esforço de diversas esferas governamentais e investimento público para ser colocada em prática.

Não há clareza dos reais motivos dessa descontinuidade, mas parece que simplesmente foram estabelecidas outras prioridades no âmbito do FNDE e a decisão foi tomada repentinamente sem sequer haver algum tipo de explicação ou justificativa aos entes federativos que estavam plenamente engajados no processo, pois tinham sido estabelecidos prazos e condição de pré-requisito para se habilitarem a outra política federal de apoio aos sistemas de ensino, ou seja, sem LSE não poderiam apresentar PAR e, conseqüentemente, estariam impossibilitados de receber apoio financeiro do MEC.

Para esclarecer os episódios que se sucederam a partir da interrupção da política, retoma-se aqui a publicação da Resolução nº 11 de 06 de junho de 2012, quando houve a revogação do “critério de utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio da União aos entes federativos que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”.

Além disso, ao publicar essa resolução, o FNDE divulgou uma nota na página eletrônica do LSE, destacando que o preenchimento dos dados no sistema não era mais condição para repasse de recursos, pois tratava-se de uma ferramenta de gestão para auxiliar os gestores estaduais e municipais a levantarem a real necessidade da adequação dos prédios escolares ou da necessidade de aquisição de equipamentos e materiais didáticos. Por fim, a nota trazia a informação de que o sistema continuaria disponível no site do FNDE/MEC para preenchimento dos dados e para suporte na avaliação institucional a partir de relatórios gerenciais que

poderiam ser gerados pelos gestores municipais e estaduais depois de realizado o LSE em seu estado ou município.

Mais tarde, através de contato telefônico com uma servidora do FNDE, foi informado que estaria sendo estudada uma alternativa menos complexa e com menor exigência de profissional habilitado, principalmente de Engenheiro Civil, para a realização de diagnósticos nas escolas públicas, pois há muita carência desse tipo de profissional no quadro de servidores dos entes federativos. Portanto, de alguma maneira, os municípios estariam sendo responsabilizados pelo retrocesso ou insucesso da política. Esta seria, talvez, uma saída honrosa para o FNDE pela interrupção dessa política, mesmo depois de ter tomado toda essa proporção em nível nacional.

Entretanto, com a falta desse profissional, quem terá conhecimento técnico para realizar avaliações das condições físicas dos ambientes escolares? Ao que tudo indica, o conhecimento prévio das reais necessidades de melhorias nos prédios escolares não será mais pré-requisito para as tomadas de decisão ou de destinação de recursos públicos, ou seja, não haverá embasamento técnico para aprovação dos projetos submetidos à União pelos entes federativos. Com isso, é possível depreender que as decisões de investimento na educação pública pelas vias clientelistas continuam muito presentes em nosso país.

Por outro lado, muitos municípios realizaram o diagnóstico sem o acompanhamento efetivo e constante do profissional de engenharia, pois foi a direção da escola quem fez o LSE ou os sistemas de ensino contrataram alunos de arquitetura como estagiários. Inclusive nos planos de trabalho dos convênios firmados entre o FNDE e algumas Universidades, consta a intenção de contratação de seus alunos de arquitetura ou engenharia. Assim, a qualidade técnica desses levantamentos também é questionável.

Nas informações obtidas com os municípios pôde-se perceber que as Secretarias de Planejamento e Obras auxiliaram as Secretarias Municipais de Educação, mas isso não significa que houve acompanhamento constante do engenheiro, pois a realidade da maioria dos municípios é de dispor de apenas um engenheiro ou um arquiteto no seu quadro de servidores, o qual precisa dar conta de todas as demandas da prefeitura.

Portanto, este estudo de casos múltiplos com foco na análise de uma política pública que se propôs a avaliar e qualificar os espaços escolares demonstra que as diferentes fases da política sofreram diversas ressignificações, principalmente quando chega na fase da implementação em que não teve o desdobramento previsto inicialmente, ou seja, sofreu vários desencontros ou adaptações para dar conta da sua aplicação.

Além disso, a sua continuidade foi interrompida precocemente, tanto por dificuldades locais, quanto pela falta de suporte e presença do MEC junto às redes de ensino. Também

evidencia-se a desresponsabilização do poder público como mantenedor do padrão mínimo de funcionamento, pois o LSE indicava um assumir a responsabilidade pelo espaço físico escolar como uma condição prévia para qualificar a educação. Portanto, na medida em que toda essa estrutura que estava sendo montada foi abandonada, significa que houve uma desresponsabilização em relação a essa questão de condições físicas, de apoio técnico e pedagógico e de estruturação de ambientes como bibliotecas, laboratórios e outros.

A ausência de informações sistematizadas sobre as carências das instituições de ensino permite que os gestores e governos fechem os olhos para isso ou, na melhor das hipóteses, promovam investimentos em demandas equivocadas pela adoção de critérios subjetivos ou de interesses políticos. Até porque esse conjunto de dados levantados na pesquisa mostra que a realidade está sempre abaixo do que foi considerado como padrão mínimo, além da discrepância observada entre diferentes escolas de uma mesma rede. Isso tudo colocaria em xeque a responsabilidade dos entes governamentais e inclusive da colaboração entre eles.

Afinal, quem ficaria efetivamente responsável por essa qualificação das redes públicas de ensino? Somente o município com recursos próprios ou este dependeria da descentralização de recursos da União? Nesse sentido, a Secretária de Educação de Cachoeirinha esclareceu que não significa uma intenção do município em transferir toda a responsabilidade para o Governo Federal, mas que a União e o município poderiam trabalhar em regime de colaboração para conseguirem qualificar os espaços escolares, pois o município sozinho não tem condições financeiras e, por isso, precisa adotar o Orçamento Participativo, o que acaba colocando as escolas em disputa entre si e com outras demandas sociais da comunidade onde estão inseridas.

Esse estudo nos mostra o quanto a questão da infraestrutura é precária, pois os sistemas de ensino não têm nem pessoal para fazer um diagnóstico qualificado. Sendo assim, como o poder público local vai planejar adequadamente melhorias nas escolas se não há um estudo técnico das suas reais condições de conservação? Por isso, as reformas relatadas pelos secretários são pontuais e emergenciais.

Portanto, todo o discurso oficial sobre o acesso à escola é preciso ser colocado em suspenso. Esse acesso está se dando em que tipo de escola? Quais as condições de permanência e aprendizagem? Que qualidade está sendo colocada à disposição desses estudantes?

De acordo com Bento (produto 5, 2010, p. 52), um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem

tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem.

Entretanto, as descontinuidades dessa política é um exemplo muito nítido de como se trata a educação e o dinheiro público no Brasil, pois houve um esforço grande com a realização de eventos de capacitação e com a constituição de uma equipe especializada de técnicos do quadro do FNDE e de consultores terceirizados, mas os resultados de toda essa mobilização foram insignificantes e desconsiderados em todas as esferas públicas, desde os formuladores da política até os seus executores.

Vale destacar que a política em questão se perpetuou por mais de três mandatos presidenciais (1998 – 2012), embora a intensificação de esforços para a sua implementação e o caráter de obrigatoriedade tenha ocorrido somente em 2010 e que perdurou por 24 meses. Portanto, pode-se afirmar que foi uma política implementada, que teve um momento de intensificação das ações, mas que devido a mudanças de foco e de pessoas dentro do FNDE, ela foi simplesmente abandonada sem a prestação de contas ou apresentação de justificativas aos entes envolvidos direta ou indiretamente.

Todas as problematizações, apontamentos e dados apresentados neste relatório sobre a política federal de Levantamento da Situação Escolar conduzem para algumas considerações a respeito da seguinte questão: houve uma determinação política ou uma ferramenta de gestão?

Na situação que está, talvez nenhuma e nem outra, pois era uma determinação política na medida em que a sua realização era obrigatória e pré-requisito para a aprovação de projetos de apoio técnico e financeiro, mas que fracassou como uma intencionalidade e, portanto, fracassou como uma política pública.

Com isso, também não conseguiu se instituir como uma ferramenta de gestão, pois assim que foi retirada a obrigatoriedade, o sistema que armazenava os dados e gerava os relatórios foi desativado e as pessoas foram afastadas da atividade no âmbito da coordenação e da execução da política. Embora, na esfera municipal, havia a expectativa de que isso fosse uma ferramenta de gestão, a qual auxiliaria os gestores locais a implementar outras políticas, como o Mais Educação, pois as escolas acreditaram que o diagnóstico lhes ajudaria a fundamentar as suas demandas por ampliação justamente para o atendimento da educação integral.

A crença das escolas em terem suas demandas atendidas estava fundamentada no conhecimento que o governo teria sobre a sua realidade, a partir da análise de seus relatórios. Entretanto, isto não ocorreu, porque o LSE não foi concluído e, portanto, não houve uma avaliação dos resultados obtidos por estas escolas.

Sem esse resultado não há solicitação de melhorias e nem prestação de apoio, pelo menos não nas reais necessidades ou prioridades apontadas no estudo técnico, ou seja, se há demanda e apoio isso acaba ficando muito no poder discricionário do gestor do sistema e dos interesses políticos. De fato, essa é uma prática recorrente no país, entretanto, o LSE seria uma excelente oportunidade de se mudar essa realidade, pelo menos, nas questões relacionadas aos investimentos nas escolas públicas de educação básica, para as quais a política foi criada.

Tudo isso nos instiga e nos remete a uma problematização final: Por que ainda continuamos com políticas que demandam um esforço grande de racionalização da proposta, demandam um grande esforço técnico e demandam um expressivo montante de recursos financeiros para instituí-la em todo o território nacional, entretanto é abortada repentinamente e definitivamente (não houve nenhuma tentativa de mantê-la como uma experiência piloto em algum Estado ou Município para avaliar os seus resultados)? Por que ainda continuamos em pleno século XXI com uma cultura de descontinuidade das políticas sem que a própria sociedade se mobilize contra isso?

Nossa intenção não é de responder a essas indagações e nem temos subsídios para tal, pois elas refletem aspectos da conjuntura política do país, que são muito mais profundos e mais complexos e que fogem aos objetivos dessa investigação. Entretanto, não podemos nos furtar de apresentar algumas considerações a respeito dessa política específica.

Se ao menos fosse uma política sem relevância, sem mobilização e sem envolvimento de muitos atores de todas as esferas públicas, pode-se dizer que não causaria tanto impacto, mas ao contrário, foi uma política em que houve mobilização no país inteiro, foram destinados muitos recursos para sua implementação, adequação de recursos tecnológicos para dar conta destes estudos, a grande maioria dos estados e municípios foram convocados para a capacitação de seus técnicos e foi estabelecido um prazo para ser cumprida a realização do diagnóstico. Porém, a sua interrupção ocorreu de forma abrupta, sem nenhuma justificativa ou explicação oficial e ninguém mais prestou nenhum esclarecimento sobre isso, ou seja, houve total desconsideração com aqueles municípios que responderam à determinação política, fizeram o levantamento (embora com dificuldades) e lançaram os dados no sistema do LSE, pois eles próprios ficaram sem conhecer os resultados que mostrariam a realidade física de suas redes de ensino.

Com isso, pode-se afirmar que estamos vivendo um sério problema de colaboração entre as instâncias administrativas públicas, porque há um processo de mobilização que, de repente, é interrompido sem que haja uma devolução, um debate ou uma justificativa dos motivos que levaram a essa tomada de decisão.

O objetivo geral dessa investigação foi proposto justamente para discutir o levantamento que num primeiro momento foi uma determinação política, na medida em que havia o entendimento da União de que para descentralizar recursos ou prestar apoio aos entes federativos deveriam ocorrer com base em critérios técnicos, então foi determinado que eles deveriam conhecer bem sua realidade antes de solicitar os recursos para realizar os investimentos.

Isto estava claro, pois até mesmo se tornou obrigatório, tanto que para a elaboração do PAR, eles teriam que preencher o LSE e, além disso, justificando essa obrigatoriedade, os documentos dos consultores apontavam que isso serviria como uma ferramenta de gestão, na medida em que auxiliaria o Secretário a planejar suas ações administrativas.

Portanto, na sua concepção e no início de sua implementação, essa ferramenta de diagnóstico se constitui como uma determinação política com a justificativa de que os recursos públicos precisavam ser bem aplicados e, por outro lado, a União estaria colocando à disposição dos entes federativos uma ferramenta de gestão que os ajudaria a agirem de forma mais precisa, mais rápida e com mais qualidade.

No momento em que essa obrigatoriedade é interrompida, deixa de ser uma determinação política e também no momento em que o sistema informatizado foi desativado, deixou de ser uma ferramenta de gestão, pois o único instrumento que os municípios dispõem em mãos é o formulário para anotação dos dados levantados nas escolas, mas na indisponibilidade de uma ferramenta informatizada e de pessoal com conhecimento específico, torna-se impossível a realização de cálculos para determinação dos índices das escolas em relação aos Padrões Mínimos de Funcionamento e da geração dos Relatórios Gerenciais. Com isso, os gestores até poderão fazer uma avaliação da maneira que sempre fizeram, mas sem a objetividade dos relatórios técnicos que seriam produzidos pelo Levantamento da Situação Escolar.

VIII REFERÊNCIAS

- AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011. 144 p.
- BEECH, Jason. Quem está passeando pelo jardim global? Agências educacionais e transferência educacional. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Org.). **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012. v.1, p. 413-434.
- BENTO, Olga de Jesus. **Produto I: documento técnico contendo a proposta, conceitualização, metodologia e cronograma para o desenvolvimento dos estudos e projetos relacionados com a disseminação do LSE**. Brasília: FNDE/MEC, 2009. 119 p.
- BENTO, Olga de Jesus. **Produto II: documento técnico contendo o planejamento detalhado das atividades, dos insumos e dos custos e cronogramas para capacitação e realização do LSE, em todo o país, em parceria com Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e outras Instituições Públicas Federais ou Estaduais e o detalhamento das atividades a serem processadas para a institucionalização das parcerias**. Brasília: FNDE/MEC, 2010. 205 p.
- BENTO, Olga de Jesus. **Produto III: documento técnico contendo os resultados das análises dos índices de cumprimento do PMFE nas escolas da Região Nordeste**. Brasília: FNDE/MEC, 2010. 118 p.
- BENTO, Olga de Jesus. **Produto IV: documento técnico contendo os resultados das análises dos índices de cumprimento do PMFE nas escolas da Região Norte**. Brasília: FNDE/MEC, 2010. 116 p.
- BENTO, Olga de Jesus. **Produto V: documento técnico contendo os resultados das análises dos índices de cumprimento do PMFE nas escolas das Regiões Sudeste e Sul**. Brasília: FNDE/MEC, 2010. 203 p.
- BENTO, Olga de Jesus. **Produto VI: documento técnico contendo os resultados das análises dos índices de cumprimento do PMFE nas escolas da Região Centro-Oeste**. Brasília: FNDE/MEC, 2010. 153 p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 de outubro 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 mar. 2012.
- BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de abril de 2007.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília: INEP, 2007. 26 p.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB e outros indicadores por escola**. Brasília: INEP. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/Site/download_1.php>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de novembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. v.1. 309 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos: 1993 – 2003**. Brasília: MEC/UNESCO, 1993. 120 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação: 2001 – 2010**. Brasília: MEC, 2000, 98 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>>. Acesso em: 05 mar 2014.

BRIGHOUSE, Tim; WOODS, David. **Como fazer uma boa escola?** Porto Alegre: Artmed, 2010. 231 p.

BRITTO, Maria Auxiliadora Figueiredo. **Produto I: documento técnico BA e AM contendo resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE e as propostas e orientações técnicas formuladas para correções e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no período de Outubro a Novembro de 2009**. Brasília: FNDE, 2010. 65 p.

CAMPOMAR, Marcos Cortez. Do uso de estudo de caso em pesquisas para dissertações e teses em Administração. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 26, n. 3, jul./set. 1991.

CASTRO, Cláudio de Moura. Bancos multilaterais podem educar o mundo?. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Org.). **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012. v.1, p. 553-582.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução RE nº 04, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 de jul. 2010, Seção 1, p. 824.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Acesso à informação Pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília: CGU, 2011. 24 p.

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNlrevista**, São Leopoldo: UNISINOS, v. 1, n. 1, jan. 2006. p. 32-46.

DUARTE, Teresa. **A possibilidade da investigação a três: reflexões sobre triangulação metodológica**. Lisboa, PT: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, n. 60, 2009. 24 p.

ELMORE, Richard F. Diseño retrospectivo: la investigación de la implementación y las decisiones políticas. In: VILLANUEVA, Luis F. Aguilar (Org.). **La implementación de las políticas: estudio introductorio y edición**. México: Miguel Angel Porrúa, 1996. p. 251-280.

FIGARI, Gérard. **Avaliar que referencial?** Porto, PT: Porto Editora, 1996.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. Resolução RE nº 11, de 06 de junho de 2012. Revoga as Resoluções nº 15, de 7 de junho de 2010, e 34, de 8 de julho de 2011, que disciplinam a aprovação do critério de utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio a União aos entes federativos que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jun. 2012.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. Resolução RE nº 15, de 07 de junho de 2010. Aprova o critério de utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio da União aos entes federativos que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 jun. 2010. p. 16 e 17.

- GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011. 300 p.
- GOMES, Cristina; OLIVEIRA, Maria Marluce Farias de. **Levantamento da Situação Escolar: Manual Operacional**. Brasília: Fundescola/DIPRO/FNDE/MEC, 2006. 40 p.
- HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/livro/LIVRO8.swf>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos**. Porto, PT: Porto Editora, 1994.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. São Paulo: Alínea, 2009. 141 p.
- KENDALL, Nancy. Educação para o desenvolvimento internacional. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Org.). **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012. v.1, p. 505-530.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1995.
- LULA, Cristiana Cartaxo de Mello; SILVA, Luiz Bueno da. **O conforto ambiental e a motivação: implicações no desempenho de alunos em ambientes climatizados**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- MAGANINI, Lia Junqueira. **Produto I: documento técnico MS, ES e MG contendo resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE e as propostas e orientações técnicas formuladas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no mês de Fevereiro de 2010**. Brasília: FNDE/MEC, 2010. 694 p.
- MAINARDES, Jeferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, jan./abr. 2006.
- MORAES, Karla Motta Kiffer de. **Padrões mínimos de funcionamento da escola do ensino fundamental: manual de implantação**. Brasília, Fundescola/DIPRO/FNDE/MEC, 2006. 56 p.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, jan./abr. 2005.
- OZGA, Jenny. **Investigação sobre políticas educacionais: terreno de contestação**. Porto, PT: Porto, 2000. 239 p.
- PARENTE FILHO, José. **Prêmio Inovação na Gestão Pública Federal 2011: Sistema Levantamento Da Situação Educacional**. Brasília: FNDE/MEC, 2011. 17 p.
- PARENTE FILHO, José. **Produto I: documento técnico sobre o LSE contendo Guia do Prefeito e do Secretário Municipal de Educação**. Brasília: FNDE/MEC, 2009. 36 p.
- PARENTE FILHO, José. **Produto II: documento técnico contendo consolidação e atualização das especificações dos PMFE adotados na primeira versão do Sistema LSE (versão preliminar)**. Brasília: FNDE/MEC, 2010. 80 p.
- PARENTE FILHO, José. **Produto III: documento técnico contendo consolidação e atualização das especificações dos PMFE adotados na primeira versão do Sistema LSE e das novas especificações a serem incluídas na segunda versão do LSE (versão final)**. Brasília: FNDE/MEC, 2010. 191 p.

PARENTE FILHO, José. **Produto IV: documento técnico contendo análise da situação atual dos PMFE nas escolas cadastradas no LSE no 2º semestre de 2009 em todas as regiões do país.** Brasília: FNDE/MEC, 2010. 35 p.

PARENTE FILHO, José. **Produto V: documento técnico contendo metodologia para avaliação da aplicação dos resultados do LSE no planejamento e gestão da rede escolar.** Brasília: FNDE/MEC, 2010. 52 p.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, nov. 2001. p. 179-195. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

PINTO, Ibiraci Vieira. **Produto II: documento técnico AL SP PR RS e SC contendo resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE e as propostas e orientações técnicas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no período de Dezembro de 2009 a Janeiro de 2010.** Brasília: FNDE/MEC, 2010. 205 p.

REIN, Martin; RABINOVITZ, Francine F. **La implementación: una perspectiva teórica. Entre la intención y la acción.** In: VILLANUEVA, Luis F. Aguilar (Org.). **La implementación de las políticas: estudio introductorio y edición.** México: Miguel Angel Porrúa, 1996. p. 147 – 184.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 47.789, de 7 de abril de 2011.** Pacto Gaúcho pela Educação. Dispõe sobre a criação de uma rede de instituições de ensino superior, ensino médio e ensino profissionalizante do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 7 de abril de 2011.

RIZVI, Fazal; LINGARD, Bob. A OCDE e as mudanças globais nas políticas de educação. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Org.). **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas.** Brasília: UNESCO, CAPES, 2012. v.1, p. 531-552.

ROCHA, Décio; DAHER, Maria Del Carmen; SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. **A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva.** Rio de Janeiro: UERJ. Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/24.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013.

RODRIGUES, Leonardo Guimaraes. **Produto I: documento técnico CE, MA e MT contendo resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE e as propostas e orientações técnicas formuladas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no mês de Fevereiro de 2010.** Brasília: FNDE/MEC, 2010. 416 p.

RODRIGUES, Leonardo Guimaraes. **Produto II: documento técnico CE, MA e MT contendo resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE e as propostas e orientações técnicas formuladas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no período de 01 de Março de 2010 a 10 de Abril de 2010.** Brasília: FNDE/MEC, 2010. 166 p.

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005.** Brasília: MPOG/IPEA. Texto para discussão n. 1267, 2007. 39 p.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

SCHNEIDER, Gabriela; GOUVEIA, Andréa Barbosa. Qualidade da escola: uma proposta de índice para as condições materiais de escolas a partir de dados contextuais do SAEB. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, Suplemento 1, v. 8, dez. 2011.

SILVA, Maria Abadia da. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61, dez. 2003.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Impacto da Infraestrutura Escolar na Taxa de Distorção Idade-Série das Escolas Brasileiras de Ensino Fundamental – 1998 a 2005**. Brasília: INEP. Texto para discussão n. 29, 2008. 22 p.

SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano, 2002, 86 p.

TAKAISHI, Marcelo Hideo. **Produto I: documento técnico SE, GO, RJ, PI contendo resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE e as propostas e orientações técnicas formuladas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no mês de Junho de 2010**. Brasília: FNDE/MEC, 2010. 141 p.

TEIXEIRA, Roberta Araújo. Espaços, recursos escolares e habilidades de leitura de estudantes da rede pública municipal do Rio de Janeiro: estudo exploratório. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, ago. 2009.

TEODORO, António. Novos modos de regulação transnacional de políticas educativas: evidências e possibilidades. In: TEODORO, António; SCOCUGLIA, Afonso C. (Org.). **Tempos e andamentos nas políticas de educação: estudos ibero-americanos**. Brasília: Líber Livro, 2008. 299 p.

WASELFISZ, Jacobo. **Tamanho da escola, ambientes escolares e qualidade do ensino**. Brasília: MEC/FUNDESCOLA. Série Estudos nº 11, 2000. 41 p.

WERLE, Flávia Obino Correa. Reforma, inovação e mudança: delineando questões na área de políticas educacionais. In: MARTINS, Ângela Maria; WERLE, Flávia Obino Correa (Org.). **Políticas educacionais: elementos para reflexão**. Porto Alegre: Redes, 2010. 142 p.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Regime de colaboração entre os entes federados: sua expressão a partir dos municípios do Rio Grande do Sul**. ANPAE. Disponível em <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/37.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2014.

XAVIER, Antônio Carlos da R., AMARAL SOBRINHO, José, PLANK, Davi. Os padrões mínimos de qualidade dos serviços educacionais: uma estratégia de alocação de recursos para o ensino fundamental. In: GOMES, Cândido Alberto, AMARAL SOBRINHO, José (Org.). **Qualidade, eficiência e equidade na educação básica**. Brasília: IPEA (Série IPEA nº136), 1992. p. 71-97.

Apêndice 1. Especificações para formação os índices de PMFE

Este documento foi concebido para dar conhecimento aos gestores educacionais dos indicadores sintéticos e suas respectivas variáveis consideradas no cálculo do PMFE. O objetivo principal deste documento é mostrar o PMFE utilizado expresso pela pontuação máxima que uma variável pode receber. Ele incorpora trabalhos da equipe de consultores e dos especialistas em TI do FNDE (Parente, Produto 3, 2010, p. 8).

ÍNDICE I: SERVIÇOS ESSENCIAIS OFERECIDOS PELA UNIDADE ESCOLAR

O levantamento propõe que cada uma das variáveis, que são as 42 funções relacionadas aos 11 serviços essenciais ofertados pela escola de educação básica, seja avaliada em termos do atendimento às necessidades dos usuários da unidade escolar. A qualidade do serviço oferecido pode corresponder a seis situações: muito fraco (1), fraco (2), regular (3), bom (4), muito bom (5) e inexistente (0). O Padrão Mínimo para as funções desenvolvidas pela escola é dado pela qualificação Muito Bom (Parente, produto 3, 2010, p. 17).

Regras para formação do índice I:

Serviços essenciais oferecidos pela unidade escolar	Etapa de ensino						
	EI	EF	EM	EFxEM	EixEF	EixEM	EixEFxEM
1 – Docência	4	4	4	4	4	4	4
1. Planejamento de aulas / práticas pedagógicas	5	5	5	5	5	5	5
2. Desenvolvimento de aulas / práticas pedagógicas	5	5	5	5	5	5	5
3. Planejamento de aulas práticas	NA	5	5	5	5	5	5
4. Desenvolvimento de aulas práticas	NA	5	5	5	5	5	5
Média	5	5	5	5	5	5	5
2 – Promoção do acesso à informação	4	4	4	4	4	4	4
5. Catalogação e guarda de materiais	5	5	5	5	5	5	5
6. Disponibilização de meios e condições para veiculação da informação	5	5	5	5	5	5	5
7. Realização de campanhas educativas	5	5	5	5	5	5	5
Média	5	5	5	5	5	5	5
3 – Apoio ao estágio e às atividades empreendedoras	0	0	4	4	0	4	4
8. Coordenação de estágio (apoio ao estágio)	NA	NA	5	5	NA	5	5
9. Incentivo aos projetos de empreendedorismo	NA	NA	5	5	NA	5	5
10. Realização de parcerias com empresas (setor produtivo)	NA	NA	5	5	NA	5	5
Média	0	0	5	5	0	5	5
4 – Alimentação	4	4	4	4	4	4	4
11. Armazenamento e controle de gêneros alimentícios	5	5	5	5	5	5	5
12. Preparo ou recebimento da merenda escolar	5	5	5	5	5	5	5
13. Distribuição da alimentação escolar	5	5	5	5	5	5	5

14. Higienização de equipamentos e utensílios	5	5	5	5	5	5	5
Média	5	5	5	5	5	5	5
5 – Saúde e higiene	4	4	4	4	4	4	4
15. Assistência à saúde	5	5	5	5	5	5	5
16. Higiene corporal	5	5	5	5	5	5	5
17. Atendimento às necessidades fisiológicas	5	5	5	5	5	5	5
Média	5	5	5	5	5	5	5
6 – Promoção da Convivência	4	4	4	4	4	4	4
18. Realização de eventos	5	5	5	5	5	5	5
19. Lazer e recreação	5	5	5	5	5	5	5
20. Apoio ao Grêmio Estudantil	NA	5	5	5	5	5	5
Média	5	5	5	5	5	5	5
7 – Suporte pedagógico à docência	4	4	4	4	4	4	4
21. Coordenação pedagógica (educação infantil)	5	NA	NA	NA	5	5	5
22. Coordenação pedagógica (anos iniciais do ensino fundamental)	NA	5	NA	5	5	NA	5
23. Coordenação pedagógica (anos finais do ensino fundamental)	NA	5	NA	5	5	NA	5
24. Coordenação pedagógica (ensino médio)	NA	NA	5	5	NA	5	5
25. Disponibilização de materiais e equipamentos didáticos	5	5	5	5	5	5	5
Média	5	5	5	5	5	5	5
8 – Administração	4	4	4	4	4	4	4
26. Planejamento e coordenação geral	5	5	5	5	5	5	5
27. Administração da vida escolar dos alunos	5	5	5	5	5	5	5
28. Administração e desenvolvimento de recursos humanos	5	5	5	5	5	5	5
29. Administração de recursos financeiros	5	5	5	5	5	5	5
30. Apoio administrativo	5	5	5	5	5	5	5
31. Manutenção de arquivos	5	5	5	5	5	5	5
32. Fornecimento de informações	5	5	5	5	5	5	5
Média	5	5	5	5	5	5	5
9 – Manutenção, Conservação e Segurança	4	4	4	4	4	4	4
33. Manutenção de mobiliário e equipamentos	5	5	5	5	5	5	5
34. Manutenção predial e da área descoberta	5	5	5	5	5	5	5
35. Limpeza	5	5	5	5	5	5	5
36. Vigilância	5	5	5	5	5	5	5
Média	5	5	5	5	5	5	5
10 – Integração com a comunidade	4	4	4	4	4	4	4
37. Manutenção de colegiados e instituições escolares	5	5	5	5	5	5	5
38. Realização de eventos	5	5	5	5	5	5	5

39. Cessão de ambientes	5	5	5	5	5	5	5
40. Divulgação de informações	5	5	5	5	5	5	5
Média	5	5	5	5	5	5	5
11 – Apoio educacional	4						
41. Assistência diária	5	5	5	5	5	5	5
42. Acompanhamento e orientação	5	5	5	5	5	5	5
Média	5	5	5	5	5	5	5
Total de pontos para etapa de ensino	40	40	44	44	40	44	44

Média: 0 a = 1 (0 ponto); > 1 a = 2 (1 ponto); > 2 a = 3 (2 pontos); > 3 a = 4 (3 pontos); > 4 a = 5 (4 pontos)

NA: Não se Aplica

Fonte: adaptado de Parente (Produto 2, 2010, p. 51)

ÍNDICE II: CARACTERÍSTICAS DO PRÉDIO – INFRAESTRUTURA BÁSICA

O objetivo deste indicador é avaliar a oferta de infraestrutura básica de abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, destinação do lixo, existência de sistemas de proteção e situação da água consumida na escola (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 57). Para a avaliação da oferta de infraestrutura básica, os itens receberão pontuações máximas (3), mínimas (1) ou não receberão pontuação (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 63).

Padrão Mínimo: para a variável abastecimento d'água é existir o serviço e ser suficiente para atendimento da demanda; para a variável energia elétrica é existir o serviço e funcionar; para a variável esgotamento sanitário é existir o serviço e funcionar; para a variável destinação do lixo é existir o serviço; para a variável Sistema de proteção o Padrão Mínimo é existir o serviço e atender às Normas da ABNT; e para a variável situação da água consumida se é tratada e é suficiente e se é filtrada e é suficiente (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 23).

Regras para formação do índice II:

Infraestrutura Básica	Etapa	Pontuação	Condição
1. Abastecimento de água	Educação Básica	3	Se existe e é suficiente Rede Pública ou Cacimba/Cisterna/Poço com captação/ distribuição mecanizada ou Poço Artesiano ou Fonte com captação/distribuição mecanizada.
		1	Se existe e é suficiente Cacimba/ Cisterna/Poço com captação/ distribuição manual ou Fonte com captação/distribuição manual ou Carro-pipa.
2. Energia elétrica	Educação Básica	3	Se existe e funciona Rede pública ou Energia Solar/eólica.
		2	Se existe e funciona Gerador.
3. Esgotamento sanitário	Educação Básica	3	Se existe e funciona Rede Pública ou Fossa Séptica.
		1	Se existe e funciona Outro.
4. Destinação do lixo	Educação Básica	3	Se Coleta periódica ou Recicla.
		1	Se Enterra ou Joga em outra área ou Queima ou Outro.
5. Sistemas de proteção (contra descargas atmosféricas)	Educação Básica	3	Se existe sistema de proteção contra descargas atmosféricas e atende à norma ABNT.
		1	Se existe sistema de proteção contra descargas atmosféricas e não atende à norma ABNT.

5. Sistemas de proteção (contra incêndio e pânico)		3	Se existe sistema de proteção contra incêndio e pânico e atende à norma ABNT.
		1	Se existe sistema de proteção contra incêndio e pânico e não atende à norma ABNT.
6. Situação da água consumida (tratada)	Educação Básica	3	Se existe e é suficiente Água tratada.
		1	Se existe e não é suficiente Água tratada.
3		Se existe e é suficiente Água filtrada.	
1		Se existe e não é suficiente Água filtrada.	

TOTAL MÁXIMO DE PONTOS para o indicador (índice): 24 (vinte e quatro) pontos por escola.

NOTA: A soma total das pontuações obtidas através dos itens será aplicada para a escola, ou seja, não depende da quantidade de ambientes existentes no prédio escolas.

ÍNDICE III: CARACTERÍSTICA DO PRÉDIO – ACESSIBILIDADE

O objetivo deste indicador é avaliar a disponibilidade de espaços acessíveis a Pessoas com Necessidades Especiais – PNE, compreendendo áreas de circulações, acessos ao prédio escolar, sanitários acessíveis, salas de aula/atividades e demais ambientes internos (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 67). O Padrão Mínimo é a existência do serviço e o cumprimento às exigências das normas ABNT – NBR 9050 (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 24).

Regras para formação do índice III:

Acessibilidade	Etapa	Pontuação	Condição
Placa informativa, com boa visibilidade, indicando o nome, a função e o número da escola	Educação Básica	2	SIM
		0	NÃO
Comunicação visual e tátil adequada para PNE	Educação Básica	2	SIM
		0	NÃO
Barras de apoio adequadas	Educação Básica	2	SIM
		1	Parte das barras atende à Norma
		0	NÃO
Pavimentação adequada do portão principal ao prédio da escola	Educação Básica	2	SIM
		0	NÃO
Rota acessível do estacionamento ou área de embarque/desembarque até o acesso principal do prédio da escola	Educação Básica	2	SIM
		0	NÃO
Rota(s) acessível(is) interligando os principais ambientes da escola	Educação Básica	2	SIM
		1	Parte das rotas atende à Norma
		0	NÃO
O acesso (porta) à escola tem largura igual ou superior a 80 cm.	Educação Básica	2	SIM
		0	NÃO
Desníveis maiores que 1,5 cm entre o portão e o prédio da escola, e nas circulações.	Educação Básica	2	NÃO ou não se aplica
		0	SIM
Rampa(s) com inclinação máxima de 8,33%, piso antiderrapante, largura e corrimãos	Educação	2	SIM ou não se aplica

adequados.	Básica	1	Parte das rampas atende à Norma
		0	NÃO
Escada(s) com corrimãos em ambos os lados, dimensões adequadas e piso antiderrapante.	Educação Básica	2	SIM ou não se aplica
		1	Parte das escadas atende à Norma
		0	NÃO
Elevador ou plataforma elevatória funcionando adequadamente	Educação Básica	2	SIM ou não se aplica
		0	NÃO
Sanitário acessível e adequado para PNE	Educação Básica	2	SIM
		0	NÃO
Piso da(s) área(s) molhada(s) é antiderrapante	Educação Básica	2	SIM ou não se aplica
		0	NÃO
Bebedouro(s) acessível(is) às crianças e pessoas em cadeiras de rodas.	Educação Básica	2	SIM ou não se aplica
		0	NÃO
Quadro de giz/branco instalado dentro da faixa de alcance manual entre 0,80 e 1,20 m do piso	Educação Básica		SIM ou não se aplica
			NÃO

TOTAL MÁXIMO DE PONTOS para o indicador: 30 pontos.

ÍNDICE IV: CARACTERÍSTICA DO PRÉDIO – AVALIAÇÃO DO PRÉDIO

Os objetivos deste indicador são avaliar o estado de conservação dos aspectos estruturais e das instalações complementares do prédio escolar e avaliar os aspectos externos aos ambientes principais do prédio escolar (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 92). O Padrão Mínimo adotado pelo sistema para as oito variáveis relacionadas com os aspectos estruturais e das instalações é dada pela condição “sem problema” ou com “até 25% do elemento encontra-se com problema” (p. 25). A mesma regra é aplicada para o estabelecimento do padrão Mínimo para as oito variáveis representativas dos elementos da escola, ou seja, “sem problema” ou “até 25% do elemento encontra-se com problema” (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 26).

Regras para formação do índice IV:

Aspectos estruturais e das instalações	Etapa	Pontuação	Condição
1. Fundação	Educação Básica	4	Sem problema.
		1	Com problema.
		0	Com problema grave.
2. Estrutura do prédio	Educação Básica	4	Sem problema.
		1	Com problema.
		0	Com problema grave.
3. Estrutura da cobertura	Educação Básica	4	Sem problema.
		1	Com problema.
		0	Com problema grave.
4. Instalação hidráulica	Educação Básica	3	Sem problema.

		1	Com problema.
		0	Com problema grave.
5. Instalação sanitária	Educação Básica	3	Sem problema.
		1	Com problema.
		0	Com problema grave.
6. Instalação elétrica	Educação Básica	3	Sem problema.
		1	Com problema.
		0	Com problema grave.
7. Instalação telefônica	Educação Básica	2	Sem problema.
		1	Com problema.
		0	Com problema grave.
8. Rede lógica	Educação Básica	2	Sem problema.
		1	Com problema.
		0	Com problema grave.
Aspectos externos aos ambientes	Etapa	Pontuação	Condição
1. Telhado da cobertura	Educação Básica	6	Se for de cerâmica ou fibrocimento e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		5	Se for de cerâmica ou fibrocimento e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		4	Se for de outro material e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		3	Se for de outro material e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		0	Se for de palha e qualquer estado de conservação.
2. Revestimento externo	Educação Básica	4	Se for de cerâmica ou reboco e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		3	Se for de cerâmica ou reboco e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		2	Se for de madeira e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		1	Se for de madeira e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		0	Se for de qualquer outro tipo de revestimento.
3. Pintura externa	Educação Básica	4	Se for tinta acrílica e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		3	Se for tinta acrílica e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema OU for tinta PVA e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se

			com problema.
		2	Se for tinta PVA e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		0	Se for qualquer outro tipo de pintura.
4. Muros/fechamento	Educação Básica	3	Se for de gradil ou alvenaria e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		2	Se for de gradil ou alvenaria e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema OU se for cerca e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		1	Se for cerca e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		0	Se qualquer outro caso.
5. Parque infantil	Educação Infantil	4	Se for de grama ou areia e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		3	Se for de grama ou areia e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		2	Se for cimentado e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		1	Se for cimentado e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		0	Se qualquer outra situação.
6. Solário	Educação Infantil	4	Se for de cerâmica ou cimentado ou areia/grama e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		3	Se for de cerâmica ou cimentado ou areia/grama e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		0	Se qualquer outra situação.
7. Quadra de esportes descoberta	Educação Básica	2	Se for de placa de concreto ou cimentado ou paralelepípedo e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		1	Se for de placa de concreto ou cimentado ou paralelepípedo e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		0	Se qualquer outra situação.
8. Quadra de esportes descoberta	Ensino Fundamental e Médio	4	Se for cimentada ou grama e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		3	Se for cimentada ou grama e 26% a 50% do elemento

			encontra-se com problema.
		2	Se for de areia e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		1	Se for de areia e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
		0	Se for qualquer outra situação.

TOTAL MÁXIMO DE PONTOS para o indicador: 56 pontos.

ÍNDICE V: CARACTERÍSTICAS DO PRÉDIO – ENTORNO DA ESCOLA

O objetivo deste indicador é avaliar os aspectos relacionados com o ambiente geográfico e físico no qual a escola está localizada e contemplam as exigências da ABNT contidas na NBR 9050 relacionadas com acessibilidade (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 28).

O Padrão Mínimo aplicado é o seguinte: com relação à existência de barreiras naturais/artificiais no trajeto do aluno até a escola, o padrão mínimo é que NÃO existam barreiras; com relação ao transporte público para a comunidade escolar em geral o padrão mínimo é que exista a uma menor distância possível de até 100 metros da escola; com relação à existência de transporte escolar gratuito para a comunidade alunos o padrão mínimo é que exista e seja suficiente para atender a todos os que necessitam; com relação à via utilizada pelo transporte escolar gratuito para a comunidade alunos o padrão mínimo é esta seja pavimentada e; com relação à existência de infraestrutura de acesso à escola, o padrão mínimo é que todas as respostas sejam positivas, ou seja, que a via seja pavimentada, iluminada, a rua de entrada principal da escola seja pavimentada, que exista rota acessível da parada de ônibus mais próxima até o acesso principal da escola e que a(s) calçada(s) no entorno da escola tenha(m) o rebaixamento adequado, tudo de acordo com a NBR 9050 (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 30).

Regras para formação do índice V:

Entorno da Escola	Etapa	Pontuação	Condição
Existem barreiras naturais/artificiais no trajeto do aluno até a escola?	Educação Básica	2	NÃO
Existe transporte público para a comunidade escolar em geral?	Educação Básica	3	Se existe Ônibus/micro-ônibus ou Utilitário com capota ou Metro-ferroviário ou Embarcação e distância ao ponto até 100m.
		2	Se existe Ônibus/micro-ônibus ou Utilitário com capota ou Metro-ferroviário ou Embarcação e distância ao ponto até 300m.
		1	Se existe Utilitário sem capota ou Outros e distância ao ponto até 100m ou até 300m.
Existe transporte gratuito para os alunos?	Educação Básica	3	Se existe Ônibus/micro-ônibus ou Utilitário com capota ou Metro-ferroviário ou Embarcação e é suficiente
		2	Se existe Ônibus/micro-ônibus ou Utilitário com capota ou Metro-ferroviário ou Embarcação e não é suficiente
		1	Se existe Utilitário sem capota ou Outros e é suficiente.

As ruas do bairro são pavimentadas?	Educação Básica	2	SIM
	Educação Básica	1	Parcialmente
Existe iluminação pública?	Educação Básica	3	SIM
	Educação Básica	1	Parcialmente
A rua que dá acesso à entrada principal da escola é pavimentada?	Educação Básica	2	SIM
	Educação Básica	1	Parcialmente
Existe uma rota acessível (NBR9050) da parada de ônibus mais próxima até o acesso principal?	Educação Básica	3	SIM
Existe rebaixamento adequado (NBR9050) na(s) calçada(s) no entorno da escola?	Educação Básica	2	SIM
Ocorrem enchentes ou alagamentos?	Educação Básica	3	NÃO
	Educação Básica	1	Parcialmente

ÍNDICE VI: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS AMBIENTES – UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

O objetivo deste indicador é identificar a presença dos diferentes tipos de ambientes escolares, onde os serviços educacionais ocorrem. Cada um destes ambientes é objeto de levantamentos pelo LSE (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 31). Este indicador é conformado por 36 variáveis agregadas em seis tipos de espaços, característicos da maioria das unidades escolares existentes segundo a etapa ou nível de ensino oferecido no estabelecimento. O indicador “utilização” é valorado segundo a existência ou não do ambiente. O Padrão Mínimo é dado pela existência do ambiente (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 32).

Regras para formação do índice VI:

Utilização	Etapa	Pontuação	Condição
Pátio Coberto (B1) Refeitório (B5)	Educação Básica	1	Se existe a identificação do Pátio Coberto.
		1	Se existe a identificação do Refeitório.
Sala de Leitura (C1), Biblioteca (C2), Sala de multimídia (C3) e Sala de Multimeios (C4)	Educação Básica	1	Se existe a identificação da Sala de Leitura ou Biblioteca ou Sala de multimídia ou Sala de Multimeios.
Sala de Recursos Multifuncionais (C5)	Ensino Fundamental e Médio	1	Se alunos com NEE = 0 (existência ou não do ambiente) OU se alunos com NEE > 0 e existe a identificação da Sala de Recursos Multifuncionais.
Laboratório de Informática Básica (CL1)	Ensino Fundamental e Médio	1	Se existe a identificação do Laboratório de Informática Básica.
Laboratório de Biologia (CL3), Laboratório de Química (CL4), Laboratório de Física (CL5) e Laboratório de matemática (CL6)	Ensino Fundamental e Médio	1	Se existe a identificação do Laboratório de Biologia ou de Química ou de Física ou de Matemática.
Laboratório de Biologia (CL3), Laboratório	Ensino Médio	1	Se existe a identificação do Laboratório de Biologia.

de Química (CL4), Laboratório de Física (CL5) e Laboratório de matemática (CL6)		1	Se existe a identificação do Laboratório de Química.
		1	Se existe a identificação do Laboratório de Física.
		1	Se existe a identificação do Laboratório de matemática.
Diretoria (D1), Secretaria (D2), Sala de Professores (D3) e Sala de Coordenação pedagógica (D4)	Educação Básica	1	Se existe a identificação Diretoria ou Secretaria ou Sala de Professores ou Sala de Coordenação pedagógica
Cozinha (E1) Área de Serviço (E2) Despensa (E3) Lactário (E5)	Educação Básica	1	Se existe a identificação da Cozinha.
		1	Se existe a identificação da Área de Serviço.
		1	Se existe a identificação da Despensa.
		1	Se existe a identificação do Lactário.
Cozinha (E1) Área de Serviço (E2) Despensa (E3)	Ensino Fundamental e Médio	1	SE existe a identificação da Cozinha ou Área de Serviço.
		1	SE existe a identificação da Despensa.
Sanitário de Alunos (F1) Sanitário de Professores (F2) Sanitário para Pessoa com necessidade Especial (F4) Fraldário (F5)	Educação Básica	1	Se existe a identificação do Sanitário de Alunos ou Sanitário de Professores.
		1	Se existe a identificação do Sanitário para Pessoa com necessidade Especial.
		1	Se existe a identificação do Fraldário
Sanitário de Funcionários (F1) Sanitário de Alunos (F2) Sanitário para Pessoa com necessidade Especial (F4)	Ensino Fundamental e Médio	1	Se existe a identificação do Sanitário de Funcionários ou Sanitário de Alunos.
		1	SE existe a identificação do Sanitário para PNE.

ÍNDICE VII: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS AMBIENTES – CONDIÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DA EDIFICAÇÃO

O objetivo deste indicador é apresentar e qualificar os elementos construtivos dos ambientes existentes na unidade escolar (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 113). O indicador é conformado por 11 variáveis referentes aos elementos da edificação. O Padrão mínimo é observado quando: “nenhuma parte do elemento tem problema” ou “Até 25% do elemento encontra-se com problema” (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 34).

Regras para formação do índice VII:

Elementos Construtivos	Etapa	Regras	Pontuação	Condição
1. Piso	Educação Básica	1	3	Se for de Cerâmica/Alta resistência/ Vinílico e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for de Cerâmica/Alta resistência/ Vinílico e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for de Cerâmica/Alta resistência/ Vinílico e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema.

		2	3	Se for Cimentado, Cerâmica/Alta resistência/Vinílico, Tábua corrida, Pedra/Ladrilho hidráulico e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Cimentado, Cerâmica/Alta resistência/Vinílico, Tábua corrida, Pedra/Ladrilho hidráulico e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Cimentado, Cerâmica/Alta resistência/Vinílico, Tábua corrida, Pedra/Ladrilho hidráulico e de 51% a 75% do elemento encontra-se com problema.
		3	3	Se for de Cerâmica/Alta resistência/ Vinílico e Tábua corrida e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for de Cerâmica/Alta resistência/ Vinílico e Tábua corrida e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for de Cerâmica/Alta resistência/ Vinílico e Tábua corrida e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema.
2. Parede	Educação Básica	1	3	Se for Bloco/Tijolo e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Bloco/Tijolo e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Bloco/Tijolo e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema.
		2	3	Se for Bloco ou Tijolo e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Bloco ou Tijolo e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema OU for de Madeira ou Placa de concreto e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Bloco ou Tijolo e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema OU Madeira ou Placa de concreto e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema OU for de Gesso e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
3. Cobertura	Educação Básica	1	3	Se for Laje ou Cerâmica e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Laje ou Cerâmica e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Laje ou Cerâmica e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema OU for Fibrocimento/Metálica e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		2	3	Se for Laje, Cerâmica ou Fibrocimento/ Metálica e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Laje, Cerâmica ou Fibrocimento/ Metálica e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Laje, Cerâmica ou Fibrocimento/ Metálica e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema.
4. Forro	Educação Básica	1	3	Se for PVC, Laje, Gesso ou Madeira e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for PVC, Laje, Gesso ou Madeira e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for PVC, Laje, Gesso ou Madeira e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema.
		2	3	Se for Laje e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Laje e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Laje e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema.

5. Pintura	Educação Básica	1	3	Se for Acrílica ou Óleo/Esmalte e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Acrílica ou Óleo/Esmalte e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Acrílica ou Óleo/Esmalte e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema OU for PVA e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
		2	3	Se for Acrílica ou Óleo/Esmalte e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Acrílica ou Óleo/Esmalte e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Acrílica ou Óleo/Esmalte e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema.
6. Revestimento	Educação Básica		3	Se for Cerâmica ou Azulejo e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Cerâmica ou Azulejo e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema OU for Laminado melamínico e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Cerâmica ou Azulejo e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema OU for Laminado melamínico e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
			3	Se for Cerâmica ou Azulejo e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Cerâmica ou Azulejo e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema OU for Laminado melamínico e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Cerâmica ou Azulejo e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema OU for Laminado melamínico e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema OU for Pedra e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
7. Janela 1	Educação Básica	1	3	Se for Madeira, Metálica ou Alumínio e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Madeira, Metálica ou Alumínio e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema OU for PVC e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Madeira, Metálica ou Alumínio e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema OU for PVC e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
8. Janela 2	Educação Básica	1	3	Se for Madeira, Metálica ou Alumínio e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Madeira, Metálica ou Alumínio e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema OU for PVC e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Madeira, Metálica ou Alumínio e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema OU for PVC e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.
9. Porta	Educação Básica	1	3	Se for Madeira, Metálica ou Alumínio e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			2	Se for Madeira, Metálica ou Alumínio e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema OU for PVC e nenhuma parte ou até 25% do elemento encontra-se com problema.
			1	Se for Madeira, Metálica ou Alumínio e 51% a 75% do elemento encontra-se com problema OU for PVC e 26% a 50% do elemento encontra-se com problema.

ÍNDICE VIII: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS AMBIENTES - ASPECTOS GERAIS

O objetivo deste indicador é qualificar o ambiente em relação aos aspectos de conforto ambiental, segurança, higiene, insumos para atividades lúdicas na educação infantil e ocupação operacional do ambiente (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 119).

O indicador é conformado por 13 variáveis referentes aos elementos da edificação que são analisadas em todos os 37 ambientes existentes nas escolas (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 36). As especificações do padrão mínimo são adotadas para cada ambiente, conforme a sua função ou utilização.

Regras para formação do índice VIII:

Ambiente	Etapa	Aspectos Gerais	Pontuação	Condição
Sala de Atividades (A1)	Educação Infantil	Está sendo utilizado para aulas?	1	SIM
		Área (m ²)	3	Se área ≥ 12, área/aluno ≥ 1,5, aluno/professor ≤ 8 e Creche I.
			3	Se área ≥ 12, área/aluno ≥ 1,5, aluno/professor ≤ 8 e Creche II.
			3	Se área ≥ 23, área/aluno ≥ 1,5, aluno/professor ≤ 15 e Creche III.
			3	Se área ≥ 30, área/aluno ≥ 1,5, aluno/professor ≤ 20 e Pré-Escola.
			2	Se 6 < área < 12, área/aluno ≥ 1,5, aluno/professor ≤ 8 e Creche I.
			2	Se 6 < área < 12, área/aluno ≥ 1,5, aluno/professor ≤ 8 e Creche II.
			2	Se 11,5 < área < 23, área/aluno ≥ 1,5, aluno/professor ≤ 15 e Creche III.
			2	Se 15 < área < 30, área/aluno ≥ 1,5, aluno/professor ≤ 20 e Pré-Escola.
		Pé Direito (m)	1	Se ≥ 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura ≥ 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura ≥ 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
		Barra Auxiliar	1	Se existe, sua 0,4 < altura < 0,5 e material aplicado é madeira.
			1	SE existe, sua 0,4 < altura < 0,5 e material aplicado é metálico.
Espelho	1	Se existe e sua altura ≥ 1,20m.		
Ventilação cruzada	1	Se existe.		
Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) ≥ 1/5 da área do piso.		
Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) ≥ 1/10 da área do piso.		
Nº de tomadas	1	Se ≥ 2		
Iluminação artificial	1	Se 300 < ET < 450 LUX		
Sala de Repouso (A2)	Educação Infantil	Área (m ²)	3	Se área ≥ 20, área/aluno ≥ 2,5, aluno/professor ≤ 8 e Creche I
			3	Se área ≥ 10, área/aluno ≥ 1,25, aluno/professor ≤ 8 e Creche II

			3	Se área ≥ 19, área/aluno ≥ 1,25, aluno/professor ≤ 15 e creche III
			2	Se 10 < área < 20, área/aluno ≥ 2,5, aluno/professor ≤ 8 e Creche I
			2	Se 5 < área < 10, área/aluno ≥ 1,25, aluno/professor ≤ 8 e Creche II
			2	Se 9,5 < área < 19, área/aluno ≥ 1,25, aluno/professor ≤ 15 e Creche III
		Pé Direito (m)	1	Se ≥ 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura ≥ 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura ≥ 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) ≥ 1/5 da área do piso.
Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) ≥ 1/10 da área do piso.		
Iluminação artificial	1	Se 300 < ET < 450 LUX		
Sala de Aula (A3)	Ensino Fundamental e Médio	Está sendo utilizado para aulas?	1	SIM
		Área (m²)	3	Se 26,6 < área ≤ 53,2, área/aluno ≥ 1,33 e Ensino Médio
			3	Se 28 < área ≤ 56, área/aluno ≥ 1,40 e Ensino Médio
			2	Se área > 48, alunos ≤ 36 e Ensino Fundamental
			2	Se área > 56 e alunos ≤ 40 e Ensino Médio
		Pé Direito (m)	1	Se ≥ 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura ≥ 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura ≥ 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) ≥ 1/5 da área do piso.		
Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) ≥ 1/10 da área do piso.		
Nº de tomadas	1	Se ≥ 2		
Iluminação artificial	1	Se 250 < ET < 450 LUX.		
Pátio Coberto (B1)	Educação Básica	Área (m²)	1	Se área ≥ 2x somatório da capacidade máxima da(s) sala(s) de atividade no maior turno.
			1	Se área ≥ 0,5x somatório da capacidade máxima da(s) sala(s) de aula no maior turno.
		Pé Direito (m)	1	Se ≥ 3,0
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura ≥ 1,8m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura ≥ 1,8m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,8 e 1,0 < altura do peitoril < 1,8m.
Nº de tomadas	1	Se ≥ 2		

		Iluminação artificial	1	Se $250 < ET < 450$ LUX.
Auditório (B2)	Educação Básica	Pé Direito (m)	1	Se $\geq 3,0$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5$ m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5$ m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,5$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,5$ m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/8$ da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/16$ da área do piso.
		Nº de tomadas	1	Se ≥ 4
Quadra de Esporte Coberta (B3)	Educação Básica	Iluminação artificial	1	Se $300 < ET < 500$ LUX.
		Área (m ²)	1	Se área ≥ 540 e Ensino Médio
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 7,0$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5$ m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5$ m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,5$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,5$ m.
		Nº de tomadas	1	Se ≥ 4
Sala de Jogos (B4)	Educação Básica	Iluminação artificial	1	Se $300 < ET < 500$ LUX.
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,6$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5$ m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5$ m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,5$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,5$ m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
Nº de tomadas	1	Se ≥ 2		
Refeitório (B5)	Educação Básica	Iluminação artificial	1	Se $300 < ET < 500$ LUX.
		Área (m ²)	1	Se área $\geq 2x$ somatório da capacidade máxima da(s) sala(s) de atividade no maior turno.
			1	Se área $\geq 0,5x$ somatório da capacidade máxima da(s) sala(s) de aula no maior turno.
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 3,0$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,8$ m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,8$ m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,8$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,8$ m.
Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.		

		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) \geq 1/10 da área do piso.		
		Iluminação artificial	1	Se 150 < ET < 300 LUX.		
Sala de Leitura (C1)	Educação Básica	Área (m²)	3	Se área da biblioteca \geq 2x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno.		
			2	Se 1,33x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno \leq área da biblioteca < 2x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno; se área da sala de leitura \geq 2x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno.		
			1	Se 1,33x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno \leq sala de leitura < 2x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno.		
				Pé Direito (m)	1	Se \geq 2,6
				Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura \geq 1,5m e parede de madeira.
					1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura \geq 1,5m.
					1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
				Ventilação cruzada	1	Se existe.
				Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) \geq 1/5 da área do piso.
				Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) \geq 1/10 da área do piso.
		Iluminação artificial	1	Se 300 < ET < 500 LUX.		
Biblioteca (C2)	Educação Básica	Área (m²)	3	Se área da biblioteca \geq 2x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno.		
			2	Se 1,33x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno \leq área da biblioteca < 2x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno; se área da sala de leitura \geq 2x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno.		
			1	Se 1,33x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno \leq sala de leitura < 2x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno.		
				Pé Direito (m)	1	Se \geq 2,6
				Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura \geq 1,5m e parede de madeira.
					1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura \geq 1,5m.
					1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
				Ventilação cruzada	1	Se existe.
				Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) \geq 1/5 da área do piso.
				Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) \geq 1/10 da área do piso.
		Iluminação artificial	1	Se 300 < ET < 500 LUX.		

Sala de Multimídia (C3)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se área ≥ 2x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno e Ensino Fundamental, Médio e Profissional.
		Pé Direito (m)	1	Se ≥ 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura ≥ 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura ≥ 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) ≥ 1/5 da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) ≥ 1/10 da área do piso.
		Nº de tomadas	1	Se ≥ 2
Iluminação artificial	1	Se 300 < ET < 450 LUX.		
Sala de multimeios (C4)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se área ≥ 2,17x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno e Ensino Fundamental, Médio e Profissional.
		Pé Direito (m)	1	Se ≥ 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura ≥ 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura ≥ 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
		Grade de proteção	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) ≥ 1/5 da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) ≥ 1/10 da área do piso.
Nº de tomadas	1	Se ≥ 2		
Iluminação artificial	1	Se 300 < ET < 450 LUX.		
Sala de Recursos Multifuncionais (C5)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se área ≥ 16 e área/aluno ≥ 3
		Pé Direito (m)	1	Se ≥ 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura ≥ 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura ≥ 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) ≥ 1/5 da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) ≥ 1/10 da área do piso.
		Nº de tomadas	1	Se ≥ 2
Iluminação artificial	1	Se 300 < ET < 450 LUX.		
Laboratório	Educação	Está sendo utilizado	1	SIM

de Informática Básica (CL1)	Básica	para aulas?		
		Área (m ²)	1	Se área ≥ 1,5x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno e Ensino Fundamental, Médio e Profissional.
		Pé Direito (m)	1	Se ≥ 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura ≥ 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura ≥ 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
		Grade de proteção	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) ≥ 1/5 da área do piso.
Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) ≥ 1/10 da área do piso.		
Iluminação artificial	1	Se 400 < ET < 500 LUX.		
Laboratório de Informática aplicada (CL2)	Educação Básica	Está sendo utilizado para aulas?	1	SIM
		Área (m ²)	1	Se área ≥ 1,5x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno e Ensino Médio.
		Pé Direito (m)	1	Se ≥ 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura ≥ 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura ≥ 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
		Grade de proteção	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) ≥ 1/5 da área do piso.
Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) ≥ 1/10 da área do piso.		
Iluminação artificial	1	Se 400 < ET < 500 LUX.		
Laboratório de Biologia (CL3)	Educação Básica	Está sendo utilizado para aulas?	1	SIM
		Área (m ²)	1	Se área ≥ 1,5x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno e Ensino Médio.
		Pé Direito (m)	1	Se ≥ 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura ≥ 1,8m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura ≥ 1,8m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,8 e 1,0 < altura do peitoril < 1,8m.
Ventilação cruzada	1	Se existe.		

		Grade de proteção	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) \geq 1/5 da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) \geq 1/10 da área do piso.
		Iluminação artificial	1	Se 400 < ET < 500 LUX.
Laboratório de Química (CL4)	Educação Básica	Está sendo utilizado para aulas?	1	SIM
		Área (m ²)	1	Se área \geq 1,5x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno e Ensino Médio.
		Pé Direito (m)	1	Se \geq 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura \geq 1,8m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura \geq 1,8m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,8 e 1,0 < altura do peitoril < 1,8m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
		Grade de proteção	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) \geq 1/5 da área do piso.
Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) \geq 1/10 da área do piso.		
Iluminação artificial	1	Se 400 < ET < 500 LUX.		
Laboratório de Física (CL5)	Educação Básica	Está sendo utilizado para aulas?	1	SIM
		Área (m ²)	1	Se área \geq 1,5x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno e Ensino Médio.
		Pé Direito (m)	1	Se \geq 2,6
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura \geq 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura \geq 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua 1,0 < altura < 1,5 e 1,0 < altura do peitoril < 1,5m.
		Ventilação cruzada	1	Se existe.
		Grade de proteção	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) \geq 1/5 da área do piso.
Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) \geq 1/10 da área do piso.		
Iluminação artificial	1	Se 400 < ET < 500 LUX.		
Laboratório de Matemática (CL6)	Educação Básica	Está sendo utilizado para aulas?	1	SIM
		Área (m ²)	1	Se área \geq 1,5x capacidade máxima da maior sala de atividade, de aula ou de repouso em qualquer turno e Ensino Médio.
		Pé Direito (m)	1	Se \geq 2,6

		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5\text{m}$ e parede de madeira.	
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5\text{m}$.	
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,5$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,5\text{m}$.	
			Ventilação cruzada	1	Se existe.
			Grade de proteção	1	Se existe.
			Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.
			Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
		Iluminação artificial	1	Se $400 < \text{ET} < 500 \text{ LUX}$.	
Diretoria (D1)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 12 e n° de sala de atividade, de aula ou de repouso for igual a 1.	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 19 e $2 \leq \text{n}^\circ$ de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 3 .	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores $\geq 43,6$ e $4 \leq \text{n}^\circ$ de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 6 .	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 73 e $7 \leq \text{n}^\circ$ de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 12 .	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 82 e $13 \leq \text{n}^\circ$ de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 20 .	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 101 e n° de sala de atividade, de aula ou de repouso ≥ 21 .	
			Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,6$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5\text{m}$ e parede de madeira.	
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5\text{m}$.	
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,5$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,5\text{m}$.	
			Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.
			Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
			N° de tomadas	1	Se ≥ 2
	Iluminação artificial	1	Se $300 < \text{ET} < 500 \text{ LUX}$.		
Secretaria	Educação	Área (m ²)	1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/	

(D2)	Básica			atendimento pedagógico e Professores ≥ 12 e nº de sala de atividade, de aula ou de repouso for igual a 1.
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 19 e $2 \leq$ nº de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 3 .
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores $\geq 43,6$ e $4 \leq$ nº de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 6 .
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 73 e $7 \leq$ nº de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 12 .
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 82 e $13 \leq$ nº de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 20 .
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 101 e nº de sala de atividade, de aula ou de repouso ≥ 21 .
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,6$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5m$ e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5m$.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 <$ altura $< 1,5$ e $1,0 <$ altura do peitoril $< 1,5m$.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.
Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.		
Nº de tomadas	1	Se ≥ 4		
Iluminação artificial	1	Se $300 < ET < 500$ LUX.		
Sala de professores (D3)	Educação Básica	Área (m²)	1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 12 e nº de sala de atividade, de aula ou de repouso for igual a 1.
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 19 e $2 \leq$ nº de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 3 .
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores $\geq 43,6$ e $4 \leq$ nº de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 6 .
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 73 e $7 \leq$ nº de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 12 .

				repouso ≤ 12 .	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 82 e $13 \leq n^{\circ}$ de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 20 .	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 101 e n° de sala de atividade, de aula ou de repouso ≥ 21 .	
			Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,6$
			Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5m$ e parede de madeira.
		1		Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5m$.	
		1		Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,5$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,5m$.	
			Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.
			Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
	Nº de tomadas	1	Se ≥ 4		
	Iluminação artificial	1	Se $300 < ET < 500$ LUX.		
Sala de Coordenação Pedagógica (D4)	Educação Básica	Área (m²)	1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 12 e n° de sala de atividade, de aula ou de repouso for igual a 1.	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 19 e $2 \leq n^{\circ}$ de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 3 .	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores $\geq 43,6$ e $4 \leq n^{\circ}$ de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 6 .	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 73 e $7 \leq n^{\circ}$ de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 12 .	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 82 e $13 \leq n^{\circ}$ de sala de atividade, de aula ou de repouso ≤ 20 .	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 101 e n° de sala de atividade, de aula ou de repouso ≥ 21 .	
			Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,6$
			Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5m$ e parede de madeira.
		1		Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5m$.	

			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,5$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,5\text{m}$.	
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.	
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.	
		Nº de tomadas	1	Se ≥ 2	
		Iluminação artificial	1	Se $300 < \text{ET} < 500 \text{ LUX}$.	
Sala de Atividade/ atendimento pedagógico (D5)	Educação Básica	Área (m²)	1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 12 e nº de salas de atividade, de aula ou de repouso for igual a 1.	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 19 e $2 \leq \text{nº de salas de atividade, de aula ou de repouso} \leq 3$.	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores $\geq 43,6$ e $4 \leq \text{nº de salas de atividade, de aula ou de repouso} \leq 6$.	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 73 e $7 \leq \text{nº de salas de atividade, de aula ou de repouso} \leq 12$.	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 82 e $13 \leq \text{nº de salas de atividade, de aula ou de repouso} \leq 20$.	
			1	Se Σ das áreas de Diretoria, Coordenação pedagógica, Secretaria, Atividade/ atendimento pedagógico e Professores ≥ 101 e nº de salas de atividade, de aula ou de repouso ≤ 21 .	
			Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,6$
			Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5\text{m}$ e parede de madeira.
				1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5\text{m}$.
				1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,5$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,5\text{m}$.
			Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.
			Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
			Nº de tomadas	1	Se ≥ 2
			Iluminação artificial	1	Se $300 < \text{ET} < 500 \text{ LUX}$.
Almoxarifado (D6)	Educação Básica	Área (m²)	1	Se área ≥ 5 e $4 \leq \text{nº salas de atividade, aula ou repouso} \leq 7$.	
			1	Se área ≥ 8 e nº salas de atividade, aula ou repouso ≥ 8 .	
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,6$	
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5\text{m}$ e parede de madeira.	

			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5\text{m}$.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,5$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,5\text{m}$.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
		Iluminação artificial	1	Se $150 < \text{ET} < 200 \text{ LUX}$.
Recepção (D7)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se área ≥ 5 e $4 \leq \text{n}^\circ$ salas de atividade, aula ou repouso ≤ 7 .
			1	Se área ≥ 8 e n° salas de atividade, aula ou repouso ≥ 8 .
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,4$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,5\text{m}$ e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,5\text{m}$.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,5$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,5\text{m}$.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
		Nº de tomadas	1	Se ≥ 4
Iluminação artificial	1	Se $300 < \text{ET} < 500 \text{ LUX}$.		
Cozinha (E1)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se área ≥ 18 e $1 \leq \text{n}^\circ$ salas de atividade, aula ou repouso ≤ 4 .
			1	Se área ≥ 34 e $5 \leq \text{n}^\circ$ salas de atividade, aula ou repouso ≤ 8 .
			1	Se área ≥ 62 e $9 \leq \text{n}^\circ$ salas de atividade, aula ou repouso ≤ 12 .
			1	Se área ≥ 76 e n° salas de atividade, aula ou repouso ≥ 13 .
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,4$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,8\text{m}$ e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,8\text{m}$.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,8$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,8\text{m}$.
		Tela de proteção	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/5$ da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
		Nº de tomadas	1	Se ≥ 2
Iluminação artificial	1	Se $300 < \text{ET} < 500 \text{ LUX}$.		
Área de serviço (E2)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se $\geq 5,20$
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,4$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,8\text{m}$ e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,8\text{m}$.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,8$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,8\text{m}$.

		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) \geq 1/10 da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) \geq 1/20 da área do piso.
		Nº de tomadas	1	Se \geq 2
		Iluminação artificial	1	Se $150 < ET < 200$ LUX.
Despensa (E3)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se área \geq 6 e $1 \leq$ nº salas de atividade, aula ou repouso \leq 4.
			1	Se área \geq 11,33 e $5 \leq$ nº salas de atividade, aula ou repouso \leq 8.
			1	Se área \geq 20,67 e $9 \leq$ nº salas de atividade, aula ou repouso \leq 12.
			1	Se área \geq 25,33 e nº salas de atividade, aula ou repouso \geq 13.
		Pé Direito (m)	1	Se \geq 2,4
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura \geq 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura \geq 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 <$ altura $< 1,5$ e $1,0 <$ altura do peitoril $< 1,5$ m.
		Tela de proteção	1	Se existe.
		Grade de proteção	1	Se existe.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) \geq 1/10 da área do piso.
Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) \geq 1/20 da área do piso.		
Iluminação artificial	1	Se $150 < ET < 200$ LUX.		
Depósito de material de limpeza e manutenção (E4)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se área \geq 5 e $4 \leq$ nº salas de atividade, aula ou repouso \leq 7.
			1	Se área \geq 8 e nº salas de atividade, aula ou repouso \geq 8.
		Pé Direito (m)	1	Se \geq 2,4
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura \geq 1,5m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura \geq 1,5m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 <$ altura $< 1,5$ e $1,0 <$ altura do peitoril $< 1,5$ m.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) \geq 1/10 da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) \geq 1/20 da área do piso.
Iluminação artificial	1	Se $150 < ET < 200$ LUX.		
Lactário (E5)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se área \geq 4 e área \geq ao Σ da capacidade máxima da(s) sala(s) de atividade em um turno/5.
			1	Se \geq 2,4
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura \geq 1,8m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura \geq 1,8m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 <$ altura $< 1,8$ e $1,0 <$ altura do peitoril $< 1,8$ m.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) \geq 1/5 da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) \geq 1/10 da área do piso.

		Nº de tomadas	1	Se ≥ 1
		Iluminação artificial	1	Se $300 < ET < 500$ LUX.
Sanitário funcionários (F1)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se $\geq 2,55$ Soma 1 SE $\text{ÁREA} \geq \{2,55 + [((\text{Bloco I, Folha 2, P28})/20) - 1] * 1,04\} + [((\text{Bloco I, Folha 2, P28})/20) * 1,49]$ E $\geq 2,55$
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,4$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,8$ m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,8$ m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,8$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,8$ m.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/20$ da área do piso.
Iluminação artificial	1	Se $150 < ET < 250$ LUX.		
Sanitário alunos (F2)	Educação Básica	Área (m ²)	3	Se $\text{área} \geq \{2,55 + [(\Sigma \text{ da capacidade máxima das salas de atividade, aula ou repouso no maior turno/ } 40) - 1] * 1,04\} + [(\Sigma \text{ da capacidade máxima das salas de atividade, aula ou repouso no maior turno/ } 40) * 1,49]$ e $\geq 5,10$.
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,4$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,8$ m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,8$ m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,8$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,8$ m.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/20$ da área do piso.
Iluminação artificial	1	Se $150 < ET < 250$ LUX.		
Vestiário alunos (F3)	Educação Básica	Área (m ²)	1	Se ≥ 77 e Σ do nº de salas de aula ≥ 12 e Ensino Médio.
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,4$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,8$ m e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,8$ m.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < \text{altura} < 1,8$ e $1,0 < \text{altura do peitoril} < 1,8$ m.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/20$ da área do piso.
Iluminação artificial	1	Se $150 < ET < 250$ LUX.		
Sanitário portadores de necessidades espe-	Educação Infantil	Área (m ²)		Se $\text{área} \geq 2,55$ e $\text{área} \geq \Sigma$ da capacidade máxima das salas de atividade, aula ou repouso no maior turno/ $800 * 2,55$.
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,4$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,8$ m e parede de madeira.

ciais (F4)			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,8m$.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < altura < 1,8$ e $1,0 < altura do peitoril < 1,8m$.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/20$ da área do piso.
		Iluminação artificial	1	Se $150 < ET < 250 LUX$.
Fraldário (F5)	Educação Infantil	Área (m ²)	1	Se área \geq que o Σ da capacidade máxima das salas de atividade em um turno $\times 0,9$.
		Pé Direito (m)	1	Se $\geq 2,4$
		Barra Lavável	1	Se barra de proteção lavável (na pintura) existe, sua altura $\geq 1,8m$ e parede de madeira.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe e sua altura $\geq 1,8m$.
			1	Se barra de proteção lavável (no revestimento) existe, sua $1,0 < altura < 1,8$ e $1,0 < altura do peitoril < 1,8m$.
		Iluminação	1	Se (área de iluminação natural janela1 + janela2) $\geq 1/10$ da área do piso.
		Ventilação	1	Se (área de ventilação natural janela1 + janela2) $\geq 1/20$ da área do piso.
		Iluminação artificial	1	Se $150 < ET < 250 LUX$.

ÍNDICE IX: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS AMBIENTES – COMPONENTES CONSTRUTIVOS

O objetivo deste indicador é avaliar a quantidade em condições de uso dos componentes construtivos (lavatório, lavatório infantil, pia (cuba), tanque, torneira, balcão, recipiente para sabão líquido, bacia sanitária, bacia sanitária infantil, mictório e chuveiro) de áreas molhadas em relação à quantidade existente (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 122).

Dependendo da classificação de escola (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio ou combinações destas etapas de ensino), alguns componentes construtivos não serão necessários em determinados ambientes, como por exemplo, se a escola possui somente alunos do Ensino Fundamental, não são necessários lavatórios e bacias sanitárias infantis no sanitário de alunos (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 124).

O indicador é conformado por 11 variáveis referentes aos elementos da edificação de seis ambientes. O Padrão mínimo é observado quando “nenhuma parte do elemento tem problema” ou “até 25% do elemento encontra-se com problema” (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 38).

Regras para formação do índice IX:

Ambientes	Etapas	Componente construtivo	Pontuação	Condição
1. Cozinha	Educação básica	1. Recipiente para sabonete líquido	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		2. Torneira	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		3. Pia (cuba)	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.

		4. Tanque	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
2. Área de serviço	Educação básica	1. Recipiente para sabonete líquido	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		2. Torneira	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		3. Tanque	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
3. Sanitário de alunos	Educação Infantil	1. Chuveiro	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		2. Recipiente para sabonete líquido	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		3. Torneira	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		4. Bacia sanitária infantil	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		5. Lavatório infantil	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
	Ensino Fundamental e Médio	1. Bacia sanitária	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		2. Lavatório	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		3. Chuveiro	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		4. Recipiente para sabonete líquido	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		5. Torneira	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
	Educação básica	1. Bacia sanitária	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		2. Lavatório	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		3. Chuveiro	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
0			Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
4. Recipiente para sabonete líquido		1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
		0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
5. Torneira		1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
		0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	

			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		6. Bacia sanitária infantil	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		7. Lavatório infantil	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
4. Sanitário para portadores de necessidades especiais	Educação Infantil	1. Chuveiro	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		2. Recipiente para sabonete líquido	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		3. Torneira	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		4. Bacia sanitária infantil	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		5. Lavatório infantil	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
	Ensino Fundamental e Médio	1. Bacia sanitária	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		2. Lavatório	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		3. Chuveiro	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		4. Recipiente para sabonete líquido	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		5. Torneira	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
	Educação Básica	1. Bacia sanitária	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
		2. Lavatório	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
			0	Itens em condições de uso < ao total existente.
3. Chuveiro		1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.	
		0	Itens em condições de uso < ao total existente.	
4. Recipiente para sabonete líquido		1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.	
		0	Itens em condições de uso < ao total existente.	
5. Torneira		1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.	
		0	Itens em condições de uso < ao total existente.	
6. Bacia sanitária infantil		1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.	
		0	Itens em condições de uso < ao total existente.	

		7. Lavatório infantil	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
5. Fraldário	Educação Infantil	1. Lavatório	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
		2. Recipiente para sabonete líquido	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
		3. Chuveiro	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
			4. Torneira	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
				0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
			5. Balcão	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
				0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		Ensino Fundamental e Médio	Não será necessária a avaliação (sem pontuação).		
		Educação Básica	1. Lavatório	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
				0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
			2. Recipiente para sabonete líquido	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
	3. Chuveiro		1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
		4. Torneira	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
		5. Balcão	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
6. Lactário	Educação Infantil	1. Lavatório	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
		2. Recipiente para sabonete líquido	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
			3. Torneira	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
				0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
			4. Balcão	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
				0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.
		Ensino Fundamental e Médio	Não será necessária a avaliação (sem pontuação).		
		Educação Básica	Lavatório	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
	Recipiente para sabonete líquido		1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	
			0	Itens em condições de uso $<$ ao total existente.	
		Torneira	1	Itens em condições de uso \geq ao total existente.	

		0	Itens em condições de uso < ao total existente.
	Balcão	1	Itens em condições de uso ≥ ao total existente.
		0	Itens em condições de uso < ao total existente.

NOTAS: I. Os ambientes tipo SANITÁRIO DE FUNCIONÁRIOS e VESTIÁRIO não serão avaliados no momento por se tratarem de ambientes adicionais, não obrigatórios;

II. O MICTÓRIO será desconsiderado nas pontuações alcançada e máxima, pois este componente construtivo será avaliado posteriormente como pontuação adicional.

ÍNDICE X: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS AMBIENTES – ACESSIBILIDADE

O objetivo deste indicador é avaliar a acessibilidade a Pessoas com Necessidades Especiais – PNE dentro dos ambientes e no acesso aos mesmos (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 86).

As pontuações serão aplicadas de forma a atender criteriosamente as recomendações técnicas da NBR 9050. Se em determinado item, a norma não for atendida, o mesmo receberá a pontuação zero (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 86).

Regras para formação do índice X:

Acessibilidade do Ambiente	Etapa	Pontuação*	Condição
1. Largura do vão livre da porta/acesso	Educação Básica	2	Se ≥ 0,80m
		0	Se < 0,80m
2. Altura do desnível entre os ambientes	Educação Básica	2	Se ≤ 0,015m
		0	Se > 0,015m
3. A maçaneta da porta é tipo alavanca?	Educação Básica	2	SIM
		0**	NÃO
4. Existe comunicação visual e tátil?	Educação Básica	2	SIM
		0	NÃO

* Máximo 8 pontos por ambiente cadastrado;

** Quando houver pátios cobertos, quadras cobertas, áreas de serviços e outros, que possuem somente um vão de acesso ou acesso sem paredes, os 2 pontos deverão ser mantidos.

ÍNDICE XI: MATERIAL DIDÁTICO EM GERAL

O objetivo deste indicador é identificar a quantidade de materiais existentes, as quantidades em condições de uso e as quantidades em condições de recuperação e se são compatíveis com a clientela da escola (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 39).

O indicador é conformado por 43 variáveis referentes aos materiais em geral. O padrão mínimo é dado pela existência dos materiais e pela quantidade medida no turno que apresenta o maior número de matrículas (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 41).

Regras para formação do índice XI:

Material didático	Etapa	Pontuação	Condição
1. Acervo multimídia	Creche I, II e III	3	1 item para cada 16 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 16 alunos.
2. Acervo multimídia	Pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental	3	1 item para cada 20 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 20 alunos.
3. Acervo multimídia	Anos finais do Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 36 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 36 alunos.
4. Acervo multimídia para Educação Profissional	Ensino Médio	3	1 item para cada 40 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 40 alunos.
5. Brinquedos	Creche I, II e III	3	1 item para cada 8 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 8 alunos.
6. Brinquedos	Pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental	3	1 item para cada 10 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 10 alunos.
7. Conjunto de mapas científicos do corpo humano	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 288 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 288 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
8. Conjunto de mapas geográficos	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 288 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 288 alunos.
9. Conjunto de mapas históricos	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 288 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 288 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
10. Dicionário de língua portuguesa	Ensino Fundamental e Médio	3	18 itens para cada 144 alunos.
		1	18 itens somados aos em condições de recuperação para cada 144 alunos.
11. Dicionário de língua inglesa	Ensino Fundamental e Médio	3	18 itens para cada 288 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
		1	18 itens somados aos em condições de recuperação para cada 288 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
12. Dicionário de língua espanhola	Ensino Médio	3	20 itens para cada 320 alunos.
		1	20 itens somados aos em condições de recuperação para cada 320 alunos.
13. Dicionário Braille - bilíngue	Ensino Fundamental e Médio	3	Caso a escola não tenha alunos cegos.
		3	1 item para cada 8 alunos cegos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 8 alunos cegos.
14. Dicionário Braille – trilingue (inglês)		Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.	
15. Dicionário Braille – trilingue (espanhol)		Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.	

16. Dicionário Libras - bilíngue	Ensino Fundamental e Médio	3	Caso a escola não tenha alunos PNEEs.
		3	1 item para cada 8 alunos PNEEs.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 8 alunos PNEEs.
17. Dicionário Libras – trilingue (inglês)		Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.	
18. Dicionário Libras – trilingue (espanhol)		Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.	
19. Gramática de língua portuguesa	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 72 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 72 alunos.
20. Gramática de língua inglesa	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 144 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 144 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
21. Gramática de língua espanhola	Ensino Médio	3	1 item para cada 160 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 160 alunos.
22. Livros de leitura	Creche I, II e III	3	1 item para cada 16 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 16 alunos.
23. Livros de literatura brasileira	Pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental	3	1 item para cada 20 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 20 alunos.
24. Livros de literatura brasileira	Anos finais do Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 36 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 36 alunos.
25. Livros de literatura estrangeira		Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.	
26. Livros em formato acessível	Educação Básica	3	Caso a escola não tenha alunos PNEEs.
		3	1 item para cada 20 alunos PNEEs.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 20 alunos PNEEs.
27. Atlas geográfico	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 288 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 288 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
28. Obras específicas	Ensino Médio	3	1 item para cada 40 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 40 alunos.
29. Obras específicas para educação profissional	Ensino Médio (Educação Profissional)	3	1 item para cada 40 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 40 alunos.
30. Obras de cultura geral		Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.	
31. Enciclopédia		Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.	
32. Conjunto de lupas manuais	Educação Básica	3	Caso a escola não tenha alunos PNEEs.
		3	1 item para cada 8 alunos PNEEs.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 8 alunos PNEEs.
33. Globo terrestre adaptado	Ensino Fundamental e Médio	3	Caso a escola não tenha alunos PNEEs.
		3	1 item para cada 72 alunos PNEEs.

		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 72 alunos PNEEs.
34. Jogos educativos em línguas de sinais	Ensino Fundamental e Médio	3	Caso a escola não tenha alunos PNEEs.
		3	1 item para cada 72 alunos PNEEs.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 72 alunos PNEEs.
35. Softwares para acessibilidade	Ensino Fundamental e Médio	3	Caso a escola não tenha alunos PNEEs.
		3	1 item para cada 72 alunos PNEEs.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 72 alunos PNEEs.
36. Conjunto de construções geométricas para professor	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 144 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 144 alunos.
37. Globo terrestre	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 288 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 288 alunos.
38. Jogos educativos (português)	Ensino Fundamental	3	1 item para cada 72 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 72 alunos.
39. Jogos educativos (matemática)	Ensino Fundamental		1 item para cada 72 alunos.
			1 item somado aos em condições de recuperação para cada 72 alunos.
40. Materiais para prática esportiva ou recreação	Educação Básica	3	1 item para cada 40 alunos, da pré-escola ao ensino médio.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 40 alunos, da pré-escola ao ensino médio.
41. Arcada dentária	Ensino Fundamental e Médio		1 item para cada 288 alunos.
			1 item somado aos em condições de recuperação para cada 288 alunos.
42. Esqueleto desmontável	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item para cada 288 alunos.
		1	1 item somado aos em condições de recuperação para cada 288 alunos.
43. Torso humano	Ensino Fundamental e Médio		1 item para cada 288 alunos.
			1 item somado aos em condições de recuperação para cada 288 alunos.

ÍNDICE XII: MATERIAL DIDÁTICO – ATIVIDADES PRÁTICAS

O objetivo deste indicador é identificar a quantidade de materiais existentes, as quantidades em condições de uso e as quantidades em condições de recuperação (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 42).

O indicador é conformado por 41 variáveis referentes aos materiais didáticos utilizados nas atividades práticas de conteúdos específicos das disciplinas científicas: biologia, física, matemática e química. O padrão mínimo é dado pela existência dos materiais e pela quantidade medida no turno que apresenta o maior número de matrículas (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 41). Se aplica às escolas que atendem exclusivamente o Ensino Médio e às escolas que atendem o Ensino Médio juntamente com turmas de outras etapas da educação, ou seja, o índice só pontuará para as escolas que se enquadrem nessas duas condições (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 148).

Regras para formação do índice XII:

Material para atividades práticas	Etapa	Pontuação	Condição (SIM ou NÃO)
Biologia	Ensino Médio	3	Biomos: SIM
		3	Biologia molecular: SIM
		3	DNA – duplicação: SIM
		3	DNA – estrutura: SIM
		3	DNA – extração: SIM
		3	DNA – transcrição: SIM
		3	Evolução: SIM
		3	Expressão gênica e diferenciação celular: SIM
		3	Germinação: SIM
		3	Metabolismo das plantas: SIM
		3	Microscopia: SIM
		3	Síntese proteica: SIM
		3	Sistema de classificação: SIM
		3	Zoologia / tecidos: SIM
Física	Ensino Médio	3	Calorimetria: SIM
		3	Circuitos elétricos: SIM
		3	Cuba eletrolítica: SIM
		3	Fontes e multímetros: SIM
		3	Lentes e espelhos esféricos: SIM
		3	Magnetismo e eletromagnetismo: SIM
		3	Mecânica I – mecânica gráfica: SIM
		3	Mecânica II – estática, pêndulo e hidrostática: SIM
		3	Ótica física: SIM
		3	Reflexão e refração da luz: SIM
Matemática	Ensino Médio	3	Proporcionalidade e funções afins: SIM
		3	Funções quadráticas: SIM
		3	Funções exponenciais e logarítmicas: SIM
		3	Geometria / trigonometria: SIM
		3	Cálculo de volumes: SIM
		3	Permutações, arranjos e combinações: SIM
		3	Matemática financeira: SIM
		3	Estatística / raciocínio lógico: SIM
Química	Ensino Médio	3	Bioquímica: SIM
		3	Cinética química: SIM
		3	Componentes iônicos e moleculares: SIM

		3	Eletroquímica: SIM
		3	Polímeros: SIM
		3	Química orgânica: SIM
		3	Reações químicas I: SIM
		3	Reações químicas II: SIM
		3	Soluções: SIM

ÍNDICE XIII: MATERIAL ESCOLAR DO ALUNO COM CEGUEIRA

O objetivo deste indicador é identificar a quantidade de materiais existentes, as quantidades em condições de uso e as quantidades em condições de recuperação (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 44). O indicador é conformado por 3 variáveis referentes aos materiais didáticos utilizados pelos alunos com cegueira. O padrão mínimo é dado pela existência dos materiais e pela quantidade medida no turno que apresenta o maior número de matrículas (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 41).

Regras para formação do índice XIII:

Material	Etapa	Pontuação	Condição
1. Kit reglete	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item na escola, caso não tenha alunos cegos.
		3	Ter itens para todos os alunos cegos.
		2	Ter itens para mais de 50% dos alunos cegos.
		1	1 item na escola, caso tenha alunos cegos.
2. Soroban	Ensino Fundamental e Médio	3	1 item na escola, caso não tenha alunos cegos.
		3	Ter itens para todos os alunos cegos.
		2	Ter itens para mais de 50% dos alunos cegos.
		1	1 item na escola, caso tenha alunos cegos.
3. <i>Laptop</i> para alunos com cegueira	Ensino Médio	3	1 item na escola, caso não tenha alunos cegos.
		3	Ter itens para todos os alunos cegos.
		2	Ter itens para mais de 50% dos alunos cegos.
		1	1 item na escola, caso tenha alunos cegos.

ÍNDICE XIV – EQUIPAMENTOS

O objetivo deste indicador é identificar a quantidade de materiais existentes, as quantidades em condições de uso e as quantidades em condições de recuperação (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 45).

O indicador é conformado por 59 variáveis referentes a equipamentos de cozinha e afins, equipamentos voltados aos PNEE, equipamentos de informática, equipamentos de comunicação e suporte à comunicação e equipamentos diversos. O padrão mínimo é dado pela existência dos equipamentos em condições de uso e em quantidade suficiente para atender a demanda no turno que apresenta o maior número de matrículas.

Regras para formação do índice XIV:

Equipamento	Etapa	Pontuação	Condição
1. Balança de prato (15 kg)	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
2. Balança plataforma	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
3. Batedeira	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
4. Carro coletor de lixo com rodízio (120L)	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
5. Cilindros / botijões	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
6. Coifa	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
7. Esprededor de frutas semi-industrial	Educação Infantil e Fundamental	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
8. Esterilizador de mamadeiras	Educação Infantil	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
9. Exaustor	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
10. Ferro elétrico	Educação Infantil	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
11. Fogão doméstico	Educação Infantil	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
12. Fogão industrial	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
13. Forno	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
14. Forno de micro-ondas	Educação Infantil	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
15. Freezer	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
16. Geladeira	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
17. Kit alimentação aluno	Educação Básica	3	Se tiver itens para todos os alunos
		2	Se tiver itens para mais de 50% dos alunos
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.

18. Lavadora de roupas	Educação Infantil	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
19. Liquidificador doméstico	Educação Infantil	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
20. Liquidificador industrial (8L)	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
21. Painelas	Educação Básica	3	Se tiver 1 item para cada 10 alunos.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
22. Utensílios de cozinha	Educação Básica	3	Se tiver 1 item para cada 10 alunos
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
23. Acionador de pressão	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso não tenha alunos PNEEs.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso tenha alunos PNEEs.
24. Calculadora sonora	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não tenha alunos cegos.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso não tenha alunos cegos.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso tenha alunos cegos.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso tenha alunos cegos.
25. Fones de ouvido e microfone	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso não tenha alunos PNEEs.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso tenha alunos PNEEs.
26. Impressora Braille	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não tenha alunos cegos.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso não tenha alunos cegos.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso tenha alunos cegos.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso tenha alunos cegos.
27. Máquina de escrever em Braille	Ensino Fundamental e Médio		Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não tenha alunos cegos.
			Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso não tenha alunos cegos.
			Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso tenha alunos cegos.
28. Monitor de 32" ou maior	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso não tenha alunos

			PNEEs.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso tenha alunos PNEEs.
29. Mouse com entrada para acionador	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso não tenha alunos PNEEs.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso tenha alunos PNEEs.
30. Teclado com colmeia	Educação Básica	2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso tenha alunos PNEEs.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso tenha alunos PNEEs.
31. Computador completo	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso não tenha alunos PNEEs.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso tenha alunos PNEEs.
32. Fontes de alimentação / estabilizador	Educação Básica	2	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso tenha alunos PNEEs.
		3	Se tiver itens para $\frac{1}{2}$ da capacidade máxima da maior sala de aula, caso tenha aluno PNEE e não atenda somente alunos da Ed. Infantil.
		2	Se tiver itens para $\frac{1}{4}$ da capacidade máxima da maior sala de aula, caso tenha aluno PNEE e não atenda somente alunos da Ed. Infantil.
33. Impressora	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		3	Se tiver itens para $\frac{1}{2}$ da capacidade máxima da maior sala de aula, caso tenha aluno PNEE e não atenda somente alunos da Ed. Infantil.
		2	Se tiver itens para $\frac{1}{4}$ da capacidade máxima da maior sala de aula, caso tenha aluno PNEE e não atenda somente alunos da Ed. Infantil.
34. Laptop	Ensino Médio	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
35. No break	Educação Básica	3	Se tiver itens para $\frac{1}{2}$ da capacidade máxima da maior sala de aula, caso tenha aluno PNEE e não atenda somente alunos da Ed. Infantil.
		2	Se tiver itens para $\frac{1}{4}$ da capacidade máxima da maior sala de aula, caso tenha aluno PNEE e não atenda somente alunos da Ed. Infantil.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
36. Projetor de multimídia	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
37. Roteador / modem	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.

38. Scanner	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não tenha alunos PNEEs.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação, caso não tenha alunos PNEEs.
		3	Se tiver, pelo menos, 2 itens na escola, caso tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 2 itens na escola somando-se com os em condições de recuperação, caso tenha alunos PNEEs.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso tenha alunos PNEEs.
39. Alto-falante / caixa acústica	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso tenha alunos PNEEs.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
40. Antena parabólica / receptor	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
41. Aparelho de DVD	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
42. Aparelho de som	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
43. Copiadora	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
44. Flip chart	Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.		
45. Linha telefônica	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
46. Máquina de escrever	Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.		
47. Mesa de som	Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.		
48. Microfone	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
49. Mimeógrafo (álcool / tinta)	Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.		
50. Retroprojektor	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
51. Televisor de 20" ou maior	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
52. Videocassete	Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.		
53. Aquecedor de ar	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		2	Se tiver itens para 50% das salas de atividade, de repouso e de aula.
		3	Se tiver itens para todas as salas de atividade, de repouso e de aula.
		3	Caso a escola esteja localizada nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.
54. Bebedouro elétrico para alunos	Educação Básica	2	Se tiver 1 item para cada 150 alunos.
		3	Se tiver 1 item para cada 75 alunos.

		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
55. Condicionador de ar / central de ar	Educação Básica	3	Caso a escola esteja localizada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT) e atenda somente alunos da Educação Infantil.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso esteja localizada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT) e atenda alunos do Ensino Fundamental.
		1	Se tiver 1 item em condições de recuperação, caso esteja localizada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT) e atenda alunos do Ensino Fundamental.
		3	Se tiver, pelo menos, 2 itens na escola, caso esteja localizada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT) e atenda alunos do Ensino Médio.
		2	Se tiver 2 itens, somados com os em condições de recuperação, caso esteja localizada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT) e atenda alunos do Ensino Médio.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso esteja localizada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT) e atenda alunos do Ensino Médio.
		1	Se tiver 1 item em condições de recuperação, caso esteja localizada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT) e atenda alunos do Ensino Médio.
		3	Se tiver itens para todas as salas de atividade e de repouso, caso a escola esteja localizada no Mato Grosso, Norte e Nordeste e atenda somente alunos da Educação Infantil.
		2	Se tiver itens para 50% das salas de atividade e de repouso, caso a escola esteja localizada no Mato Grosso, Norte e Nordeste e atenda somente alunos da Educação Infantil.
		1	Se tiver 1 item na escola, caso esteja localizada no Mato Grosso, Norte e Nordeste e atenda somente alunos da Educação Infantil.
		3	Se tiver itens para mais de 100% das salas de atividade, de repouso e de aula, caso a escola esteja localizada no Mato Grosso, Norte e Nordeste e atenda alunos do Ensino Fundamental.
		2	Se tiver itens para mais de 50% das salas de atividade, de repouso e de aula, caso a escola esteja localizada no Mato Grosso, Norte e Nordeste e atenda alunos do Ensino Fundamental.
		1	Se tiver 1 item na escola, caso esteja localizada no Mato Grosso, Norte e Nordeste e atenda alunos do Ensino Fundamental.
		3	Se tiver itens para 100% (+ 2 un) das salas de atividade, de repouso e de aula, caso a escola esteja localizada no Mato Grosso, Norte e Nordeste e atenda alunos do Ensino Médio.
		2	Se tiver itens para 50% (+ 2 un) das salas de atividade, de repouso e de aula, caso a escola esteja localizada no Mato Grosso, Norte e Nordeste e atenda alunos do Ensino Médio.
1	Se tiver 1 item na escola, caso a escola esteja localizada no Mato Grosso, Norte e		

			Nordeste e atenda alunos do Ensino Médio.
56. Filtro	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação.
57. Lixeira sem tampa	Educação Básica	3	
		2	
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
58. Lixeira com tampa	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 2 itens na escola.
		2	Se tiver, pelo menos, 2 itens na escola (em condições de uso e de recuperação).
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
59. Ventilador	Educação Básica	3	Se tiver 2 itens em cada sala de atividade, de repouso e de aula.
		2	Se tiver 1 item em cada sala de atividade, de repouso e de aula.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.

ÍNDICE XV: MOBILIÁRIO

O objetivo deste indicador é identificar a quantidade de materiais existentes, as quantidades em condições de uso e as quantidades em condições de recuperação (PARENTE, Produto 3, 2010, p. 47).

O indicador é conformado por 38 variáveis referentes ao mobiliário para sala de repouso e afins, mobiliário para sala de aula e afins, mobiliários diversos e outros mobiliários para educação infantil. O padrão mínimo é dado pela existência de mobiliário em condições de uso e em quantidade suficiente para atender a demanda no turno que apresenta o maior número de matrículas.

Regras para formação do índice XV:

Mobiliário	Etapa	Pontuação	Condição
1. Berço	Creche I	3	Se tiver 1 item para cada 3 alunos
		2	Se tiver 1 item para cada 6 alunos
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
		3	Se não oferta essa etapa da Educação Básica.
2. Cama	Não é item básico em nenhuma etapa, portanto não pontua.		
3. Colchão para berço	Creche I	3	Se tiver 1 item para cada 3 alunos
		2	Se tiver 1 item para cada 6 alunos
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
		3	Se não oferta essa etapa da Educação Básica.
4. Colchão para cama + 5. Colchonete	Creche II e III	3	Se tiver 1 item para cada 2 alunos
		2	Se tiver 1 item para cada 4 alunos
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
		3	Se não oferta essa etapa da Educação Básica.
6. Cadeira	Creche II e III	3	Se tiver 50% para a creche II e 100% para a creche III e pré-escola.

infantil	e Pré-escola	2	Se tiver 50% para a creche II e mais de 50% para a creche III e pré-escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
		3	Se não oferta essa etapa da Educação Básica.
7. Cadeira individual com braço	Ensino Fundamental e Médio	3	Nenhuma (escolas com até 6 salas de aula)
		3	Se tiver itens para todos os alunos (escolas com 7 ou mais salas de aula)
		2	Se tiver para mais de 50% dos alunos (escolas com 7 ou mais salas de aula)
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola (escolas com 7 ou mais salas de aula)
8. Cadeira para aluno	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver para todos os alunos
		2	Se tiver para mais de 50% dos alunos
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
9. Cadeira para professor	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver para todas as salas de aula
		2	Se tiver para 50% das salas de aula
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
10. Mesa adaptada para aluno	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não atenda alunos PNEEs.
		2	Caso a escola atenda alunos PNEEs.
		3	Se tiver quantidade \geq a todos os alunos/100 ou \geq a 50% do número de salas (a opção que for maior)
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
11. Mesa infantil	Educação Infantil	3	Se não atenda pré-escola e creches II e III.
		3	Se tiver 1 item para cada 4 alunos da pré-escola e da creche III e 50% da creche II.
		2	Se tiver 1 item para cada 8 alunos da pré-escola e da creche III e 50% da creche II.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
12. Mesa para aluno	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver para todos os alunos
		2	Se tiver para mais de 50% dos alunos
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
13. Mesa para professor	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver para todas as salas de aula
		2	Se tiver para 50% das salas de aula
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
14. Plano inclinado para leitura	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso não atenda alunos PNEEs.
		2	Caso a escola atenda alunos PNEEs.
		3	Se tiver, pelo menos, 1 na escola.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
15. Quadro branco	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola, caso atenda somente Ensino Fundamental.
		1	Se tiver 1 item na escola em condições de recuperação.
		3	Se tiver, pelo menos, 2 na escola, caso atenda somente E.M ou E.M. junto com outras etapas.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 na escola
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.

16. Quadro de giz	Educação Básica	3	Caso atenda somente creches I, II e III.
		3	Se tiver itens para as salas de atividade e de aula.
		3	Se tiver itens para as salas de atividade e de aula, somando-se os quadros branco e de giz.
		2	Se tiver itens para 50% das salas de atividade e de aula.
		2	Se tiver itens para 50% das salas de atividade e de aula, somando-se os quadros branco e de giz.
		2	Se tiver itens para as salas de atividade e de aula, somando-se com os itens em condições de recuperação.
		2	Se tiver itens para as salas de atividade e de aula, somando-se os quadros branco e de giz e somando-se com os itens em condições de recuperação.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
17. Quadro mural	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver itens para todas as salas de aula
		2	Se tiver itens para 50% das salas de aula
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
18. Suporte para TV	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
		1	Se tiver 1 item em condições de recuperação.
19. Tapete emborrachado	Educação Infantil	3	Caso atenda creche II e não atenda creche III
		3	Se tiver 1 item para cada 3 alunos, somando-se creche II e III.
		2	Se tiver 1 item para cada 6 alunos, somando-se creche II e III.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola
20. Armário	Educação Básica	3	Se tiver itens para as salas de atividade e de aula.
		2	Se tiver itens para 50% das salas de atividade e de aula.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
21. Armário tipo escaninho	Educação Básica	3	Se a escola tiver até 3 salas de atividade e de aula
		3	Se tiver 2 itens, caso a quantidade de salas de atividade e de aula for \geq a 4.
		2	Se tiver, pelo menos, 1 item, caso a quantidade de salas de atividade e de aula for \geq a 4.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item em condições de recuperação, caso a quantidade de salas de atividade e de aula for \geq a 4.
22. Arquivo	Educação Básica	3	Se a escola tiver 1 sala ambiente ou de aula.
		3	Se tiver itens para todas as salas de atividade e de aula.
		2	Se tiver itens para 50% das salas de atividade e de aula.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
23. Banco	Educação Básica	3	Caso atenda somente creche I.
		3	Se tiver itens para todos os alunos da pré-escola e das creches II e III e para 50% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio.
		2	Se tiver itens para mais de 50% dos alunos da pré-escola e das creches II e III e para 50% dos alunos do Ensino Fundamental e Médio.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.

24. Banqueta	Ensino Fundamental e Médio	3	Se tiver itens para todos os alunos da maior turma (máximo de 36 alunos no Ensino Fundamental e de 40 no Ensino Médio).
		2	Se tiver itens para mais de 50% dos alunos da maior turma do Ensino Fundamental ou Médio.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
25. Cadeira comum	Educação Básica	3	Se a escola tiver 1 sala ambiente ou de aula e não atenda aluno PNEE.
		3	Se tiver mais de 1 sala ambiente ou de aula e tiver itens para todos os alunos, caso não atenda somente alunos da Educação Infantil.
		2	Se tiver mais de 1 sala ambiente ou de aula e tiver itens para 50% dos alunos, caso não atenda somente alunos da Educação Infantil.
26. Cadeira giratória	Educação Básica	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		3	Se tiver itens para a metade da capacidade máxima da maior sala de aula, caso tenha aluno PNEE e não atenda somente alunos da Educação Infantil.
		2	Se tiver itens para $\frac{1}{4}$ da capacidade máxima da maior sala de aula, caso tenha aluno PNEE e não atenda somente alunos da Ed. Infantil.
27. Estante / prateleira	Ensino Fundamental e Médio	1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		3	Se tiver quantidade de itens para todo o acervo de material didático.
		2	Se tiver quantidade de itens para mais de 50% de todo o acervo de material didático.
28. Estrado / palete	Educação Básica	3	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
29. Mesa de apoio	Educação Básica	3	Se tiver itens para todas as salas de atividade e de aula.
		2	Se tiver itens para 50% de todas as salas de atividade e de aula.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
30. Mesa com gaveta (escrivaninha)	Educação Básica	3	Se a escola tiver 1 sala ambiente ou de aula.
		3	Se tiver mais de 1 sala ambiente ou de aula e tiver itens para todas elas.
		2	Se tiver mais de 1 sala ambiente ou de aula e tiver itens para 50% delas.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
31. Mesa de reunião	Educação Básica	3	Se a escola tiver quantidade de salas de atividade e de aula menor que 4.
		3	Se tiver quantidade de salas de atividade e de aula maior que 3 e se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola em condições de recuperação.
32. Mesa de uso geral	Educação Básica	3	Caso a escola atenda somente creche I.
		3	Se tiver mais de 3 salas de atividade ou de aula e tiver itens para todas elas.
		2	Se tiver mais de 3 sala ambiente ou de aula e tiver itens para 50% delas.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
33. Mesa para computador	Educação Básica	3	Se tiver mais de 3 salas de atividade ou de aula e tiver itens para todas elas.
		2	Se tiver mais de 3 sala ambiente ou de aula e tiver itens para 50% delas.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.

34. Banheira	Educação Infantil	3	Caso não atenda creche I.
		3	Se tiver 1 item para cada 3 alunos da creche I.
		2	Se tiver 1 item para cada 6 alunos da creche I.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
35. Bebê conforto	Educação Infantil	3	Caso não atenda creche I.
		3	Se tiver 1 item para cada 3 alunos da creche I.
		2	Se tiver 1 item para cada 6 alunos da creche I.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
36. Cadeira com bandeja	Educação Infantil	3	Caso não atenda creche I.
		3	Se tiver 1 item para cada 3 alunos da creche I.
		2	Se tiver 1 item para cada 6 alunos da creche I.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
37. Carrinho de bebê	Educação Infantil	3	Caso não atenda creche I.
		3	Se tiver 1 item para cada 3 alunos da creche I.
		2	Se tiver 1 item para cada 6 alunos da creche I.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.
38. Poltrona e banco acolchoados: amamentação	Educação Infantil	3	Caso não atenda creche I.
		3	Se tiver 1 item para cada 5 alunos da creche I.
		2	Se tiver 1 item para cada 10 alunos da creche I.
		1	Se tiver, pelo menos, 1 item na escola.

Apêndice 2. Quadro Geral de PMFE e relatórios gerenciais de reestruturação física, de aquisições e custos

a) Quadro Geral do Índice de Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola – QGPMFE

UF: ES Município: VILA VELHA																				
Dependência administrativa: Municipal																				
Data: 09/07/2010																				
Hora: 05:31:43																				
Dados PMFE																				
	Código INEP	Anexo	Escola	p (%)	PONTUAÇÃO RELATIVA POR ÍNDICE (%)															PR(%)
					I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	
1	32039778	0	UMEF JOSE ELIAS DE QUEIROZ	LSE/MAX	60	79	13	63	22	51	0	0	43	60	17	0	0	48	0	47,83
2	32039158	0	UMEF JOSE SIQUEIRA SANTA CLARA	LSE/MAX	75	75	67	71	52	64	0	0	78	65	29	0	0	57	0	64,85
3	32066309	0	UMEF ALGER RIBEIRO BOSSOIS	LSE/MAX	83	67	40	56	26	82	0	0	68	70	48	0	0	67	0	61,79

I: Cadastro da escola – Serviços; II: Características da escola - Infraestrutura básica; III: Características da escola – Acessibilidade; IV: Características da escola - Avaliação do prédio; V: Características da escola - Entorno da escola; VI: Característica física dos ambientes – Utilização; VII: Característica física dos ambientes - Condições dos elementos da edificação; VIII: Característica física dos ambientes - Aspectos gerais; IX: Característica física dos ambientes - Componentes construtivos; X: Característica física dos ambientes – Acessibilidade; XI: Material didático; XII: Material didático - Atividades práticas; XIII: Material escolar; XIV: Equipamento; XV: Mobiliário; p (%): Pontuação obtida no LSE / Pontuação máxima do índice; PR (%): Pontuação Relativa dos PMFE

b) Reestruturação Física

Estimativa de custos para reforma de ambientes existentes

Ambientes da escola		Área (m ²)	Quantidade de pessoas		Área/pessoa	Índice de adequação da estrutura (%)	Índice de adequação Da acessibilidade (%)	Custo estimado para reforma (R\$)	
Uso projetado	Desvio de uso		máxima	Maior turno					
Sala de aula	-	48,00	36	52	não	50,00	100,00	11.172,00	
Sala de aula	-	48,00	36	32	sim	70,00	50,00	8.983,20	
Sala de aula	-	48,00	36	30	sim	60,00	50,00	11.217,60	
Diretoria/secretaria	-	12,00	-	-	-	100,00	100,00	-	
Sala de professores	-	20,00	-	-	-	65,00	30,00	4.588,50	
Sala de leitura	almoxarifado	50,00	36	30	sim	72,00	20,00	10.317,00	
Quadra de esportes coberta	-	200,00	-	-	-	34,00	40,00	38.340,00	
Sanitário funcionário	-	4,00	10	6	sim	43,00	30,00	1.816,36	
Sanitário aluno	-	20,00	10	8	sim	54,00	30,00	7.680,40	
Circulações	-	30,00	-	-	-	50,00	25,00	4.800,00	
Área total (m ²)		480,00					Custo total estimado para reforma (R\$)		98.915,06
						Custo relativo para reforma (R\$/m ²)		324,31	

Estimativa de custos para ampliação de ambientes

Ambientes necessários para a escola	Área (m²)	Quantidade de pessoas		Área/pessoa	Custo estimado para ampliação (R\$)
		Máxima	Maior turno		
Sala de aula	38,00	36	16	Sim	52.800,00
Cozinha	30,00	-	-	-	39.000,00
Almoxarifado	12,00	-	-	-	11.400,00
Laboratório de Ciências	60,00	18	18	Sim	57.000,00
Laboratório de informática	60,00	18	18	sim	72.000,00
Área total (m²)	210,00	Custo total para ampliação (R\$)			232.200,00
		Área disponível para ampliação (m²)			100,00
		Custo relativo para ampliação (R\$/m²)			1.005,19

c) Aquisições

Aquisições: estimativa de custos para adquirir os mobiliários, equipamentos e material didático e escolar da escola visando o alcance do PMFE MOBILIÁRIO PARA AMBIENTES EXISTENTES

Salas de aula	Conjunto aluno pré-escola			Conjunto aluno creche			Conjunto aluno E.F. e E.M.		
	Déficit	Conserto (R\$)	Aquisição (R\$)	Déficit	Conserto (R\$)	Aquisição (R\$)	Déficit	Conserto (R\$)	Aquisição (R\$)
1	0	-	-	0	-	-	4	-	400,00
2	0	-	-	0	-	-	6	100,00	400,00
3	0	-	-	0	-	-	8	50,00	700,00
Total	0	-	-	0	-	-	18	150,00	1.500,00

Salas de aula	Conjunto professor			Armário		
	Déficit	Conserto (R\$)	Aquisição (R\$)	Déficit	Conserto (R\$)	Aquisição (R\$)
1	1	100,00	-	0	-	-
2	0	-	-	1	50,00	-
3	1	-	250,00	1	-	300,00
Total	2	100,00	250,00	2	50,00	300,00

Ambiente	Cadeira comum			Estante/prateleira			Mesa de apoio		
	Déficit	Conserto (R\$)	Aquisição (R\$)	Déficit	Conserto (R\$)	Aquisição (R\$)	Déficit	Conserto (R\$)	Aquisição (R\$)
Sala de leitura	20	-	1.040,00	2	-	440,00	1	-	85,00
Total	20	-	1.040,00	2	-	440,00	1	-	85,00

Ambiente	Mesa de uso geral			Mesa para computador		
	Déficit	Conserto (R\$)	Aquisição (R\$)	Déficit	Conserto (R\$)	Aquisição (R\$)
Sala de leitura	12	-	2.400,00	1	-	120,00
Total	12	-	2.400,00	1	-	120,00

MOBILIÁRIO PARA AMBIENTES A SEREM CONSTRUÍDOS

Salas de aula	Conjunto aluno pré-escola		Conjunto aluno creche		Conjunto aluno E.F. e E.M.		Conjunto professor		Armário	
	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)
4	0	-	0	-	13	1.300,00	1	250,00	1	300,00
Total	0	-	0	-	13	1.300,00	1	250,00	1	300,00

Ambiente	Banqueta		Armário		Mesa de apoio		Conjunto professor		Quadro branco	
	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)
Lab. Ciências	36	1.800,00	1	300,00	1	85,00	1	250,00	1	130,00

Ambiente	Mesa para computador		Cadeira giratória		Mesa de apoio		Conjunto professor		Quadro branco	
	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)	Qde	Aquisição (R\$)
Lab. Informática	36	2.160,00	36	2.700,00	1	85,00	1	250,00	1	130,00

d) Orçamento sintético

Orçamento sintético: com os custos dos 3 relatórios

Escola	Reestruturação física (R\$)			Mobiliário (R\$)			Equipamento (R\$)			Material didático e escolar (R\$)	Custo para os PMFE (R\$)
	Reforma	Ampliação	Total	Conserto	Aquisição	Total	Conserto	Aquisição	Total	Aquisição	
1	235.000,00	125.000,00	360.000,00	-	12.000,00	12.000,00	230,00	13.250,00	13.480,00	5.250,00	390.730,00
2	525.325,00	12.000,00	537.325,00	1.200,00	23.545,00	24.745,00	125,00	17.820,00	17.945,00	7.230,00	587.245,00
3	125.300,00	-	125.300,00	345,00	1.200,00	1.645,00	100,00	13.200,00	13.300,00	2.350,00	142.495,00
4	235.400,00	25.123,00	260.623,00	123,00	34.667,00	34.690,00	53,00	8.200,00	8.253,00	1.230,00	304.696,00
5	85.100,00	34.500,00	119.600,00	324,00	1.234,00	1.558,00	1.456,00	2.300,00	3.756,00	523,00	125.437,00
6	325.200,00	32.456,00	357.656,00	1.250,00	300,00	1.550,00	3.560,00	4.123,00	7.683,00	1.123,00	368.012,00
Custo total para os PMFE (R\$)											1.918.615,00

Registro de Inadequações Identificadas

RELATÓRIO DE ITENS NÃO ATENDIDOS

Escola	Não tem									Tem	
	Endereço eletrônico	Documentação de propriedade	Unidade Executora	Abastecimento de água	Água tratada	Água filtrada	Energia elétrica	Esgotamento sanitário	Sistema de proteção	Alunos em ambiente inadequado	Alunos em outro prédio

Apêndice 3. Relatório de acompanhamento das ações do LSE no Estado do Rio Grande do Sul emitido em 28/05/2012

UF: RS										
Dependência administrativa: Municipal										
Tipo de Localização: Todas										
Situação: Todas										
Data: 28/05/2012										
Hora: 15:15:30										
CAPITAL										
Nº	Município	Escolas								
		Qtde Escolas	Iniciadas		Justificadas		Concluídas		Não iniciadas	
			qtde	%	qtde	%	qtde	%	qtde	%
1	PORTO ALEGRE	93	0	0%	0	0%	0	0%	93	100%
GRANDES CIDADES										
Nº	Município	Escolas								
		Qtde Escolas	Iniciadas		Justificadas		Concluídas		Não iniciadas	
			qtde	%	qtde	%	qtde	%	qtde	%
1	ALVORADA	26	0	0%	0	0%	0	0%	26	100%
2	CANOAS	70	0	0%	0	0%	0	0%	70	100%
3	CAXIAS DO SUL	98	56	57%	0	0%	0	0%	42	43%
4	GRAVATAI	75	0	0%	0	0%	0	0%	75	100%
5	NOVO HAMBURGO	78	0	0%	0	0%	0	0%	78	100%
6	PASSO FUNDO	72	5	7%	11	15%	47	65%	9	13%
7	PELOTAS	94	70	74%	0	0%	0	0%	24	26%
8	RIO GRANDE	68	0	0%	0	0%	1	1%	67	99%
9	SANTA MARIA	87	0	0%	0	0%	0	0%	87	100%
10	SAO LEOPOLDO	45	44	98%	0	0%	0	0%	1	2%
11	VIAMAO	73	0	0%	0	0%	0	0%	73	100%
PRIORIZADOS										
Nº	Município	Escolas								
		Qtde Escolas	Iniciadas		Justificadas		Concluídas		Não iniciadas	
			qtde	%	qtde	%	qtde	%	qtde	%
1	ALEGRETE	39	0	0%	0	0%	0	0%	39	100%
2	ARROIO GRANDE	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
3	ARVOREZINHA	26	0	0%	0	0%	0	0%	26	100%
4	BOA VISTA DAS MISSOES	5	3	60%	0	0%	0	0%	2	40%
5	BOSSOROCA	8	0	0%	0	0%	0	0%	8	100%
6	BRAGA	7	5	71%	0	0%	0	0%	2	29%
7	BUTIA	15	0	0%	0	0%	0	0%	15	100%
8	CACEQUI	18	0	0%	0	0%	0	0%	18	100%
9	CAMBARA DO SUL	7	2	29%	0	0%	5	71%	0	0%
10	CAMPINAS DO SUL	4	2	50%	2	50%	0	0%	0	0%

11	CAPAO BONITO DO SUL	11	0	0%	0	0%	0	0%	11	100%
12	CAPAO DO LEAO	26	0	0%	0	0%	0	0%	26	100%
13	CASEIROS	4	0	0%	3	75%	1	25%	0	0%
14	CHUI	3	3	100%	0	0%	0	0%	0	0%
15	CORONEL BICACO	17	4	24%	0	0%	0	0%	13	76%
16	DOM PEDRITO	49	0	0%	0	0%	0	0%	49	100%
17	ENGENHO VELHO	7	0	0%	4	57%	3	43%	0	0%
18	FAXINAL DO SOTURNO	12	4	33%	6	50%	0	0%	2	17%
19	GIRUA	29	0	0%	16	55%	13	45%	0	0%
20	HERVAL	16	0	0%	0	0%	0	0%	16	100%
21	JAGUARAO	26	0	0%	5	19%	21	81%	0	0%
22	JAQUIRANA	10	2	20%	0	0%	0	0%	8	80%
23	JULIO DE CASTILHOS	13	0	0%	0	0%	0	0%	13	100%
24	LAVRAS DO SUL	16	0	0%	0	0%	0	0%	16	100%
25	MANOEL VIANA	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
26	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	7	6	86%	0	0%	0	0%	1	14%
27	MINAS DO LEAO	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
28	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	9	0	0%	3	33%	6	67%	0	0%
29	PAIM FILHO	1	1	100%	0	0%	0	0%	0	0%
30	PALMEIRA DAS MISSOES	18	15	83%	0	0%	0	0%	3	17%
31	PEDRO OSORIO	3	0	0%	2	67%	1	33%	0	0%
32	PINHEIRO MACHADO	10	8	80%	2	20%	0	0%	0	0%
33	QUARAI	19	7	37%	0	0%	0	0%	12	63%
34	REDENTORA	22	2	9%	0	0%	0	0%	20	91%
35	SALTO DO JACUI	12	0	0%	0	0%	0	0%	12	100%
36	SANTANA DA BOA VISTA	23	0	0%	7	30%	16	70%	0	0%
37	SANTANA DO LIVRAMENTO	73	36	49%	0	0%	0	0%	37	51%
38	SAO FRANCISCO DE PAULA	47	5	11%	0	0%	0	0%	42	89%
39	SAO GABRIEL	42	0	0%	0	0%	0	0%	42	100%
40	SAO JOSE DO NORTE	36	9	25%	0	0%	0	0%	27	75%
41	SAO JOSE DO OURO	9	7	78%	2	22%	0	0%	0	0%
42	SAO PEDRO DO SUL	14	0	0%	0	0%	0	0%	14	100%
43	SAO SEBASTIAO DO CAI	22	0	0%	0	0%	0	0%	22	100%
44	TRINDADE DO SUL	6	6	100%	0	0%	0	0%	0	0%
45	VICENTE DUTRA	9	0	0%	3	33%	6	67%	0	0%

ABAIXO DA MÉDIA

Nº	Município	Qtde Escolas	Escolas							
			Iniciadas		Justificadas		Concluídas		Não iniciadas	
			qtde	%	qtde	%	qtde	%	qtde	%
1	AGUDO	34	0	0%	26	76%	8	24%	0	0%
2	AMARAL FERRADOR	15	0	0%	1	7%	0	0%	14	93%

3	ARARICA	5	0	0%	0	0%	5	100%	0	0%
4	ARROIO DO TIGRE	26	18	69%	8	31%	0	0%	0	0%
5	BAGE	61	0	0%	0	0%	0	0%	61	100%
6	BALNEARIO PINHAL	8	0	0%	0	0%	0	0%	8	100%
7	BARAO DE COTEGIPE	15	2	13%	5	33%	8	53%	0	0%
8	BARAO DO TRIUNFO	21	0	0%	0	0%	0	0%	21	100%
9	BARRA DO RIBEIRO	6	5	83%	0	0%	0	0%	1	17%
10	BARROS CASSAL	40	0	0%	0	0%	0	0%	40	100%
11	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	2	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%
12	BOA VISTA DO INCRA	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
13	BOM JESUS	20	11	55%	0	0%	0	0%	9	45%
14	CACAPAVA DO SUL	32	0	0%	0	0%	0	0%	32	100%
15	CACHOEIRA DO SUL	52	0	0%	18	35%	34	65%	0	0%
16	CACIQUE DOBLE	4	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%
17	CANDIOTA	8	0	0%	0	0%	0	0%	8	100%
18	CAPAO DO CIPO	4	2	50%	2	50%	0	0%	0	0%
19	CARAA	15	0	0%	0	0%	0	0%	15	100%
20	CATUIPE	8	7	88%	0	0%	0	0%	1	13%
21	CERRITO	16	3	19%	0	0%	0	0%	13	81%
22	CERRO BRANCO	16	0	0%	0	0%	0	0%	16	100%
23	CERRO GRANDE	4	3	75%	1	25%	0	0%	0	0%
24	CERRO GRANDE DO SUL	12	0	0%	0	0%	0	0%	12	100%
25	CHARRUA	2	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%
26	CIDREIRA	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
27	COLORADO	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
28	CORONEL PILAR	10	2	20%	0	0%	0	0%	8	80%
29	COXILHA	4	2	50%	2	50%	0	0%	0	0%
30	CRISTAL	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
31	CRISTAL DO SUL	12	4	33%	5	42%	0	0%	3	25%
32	CRUZ ALTA	43	0	0%	0	0%	0	0%	43	100%
33	DILERMANDO DE AGUIAR	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
34	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
35	DOM FELICIANO	26	3	12%	16	62%	0	0%	7	27%
36	DONA FRANCISCA	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
37	ELDORADO DO SUL	15	0	0%	0	0%	0	0%	15	100%
38	ENCRUZILHADA DO SUL	27	0	0%	0	0%	0	0%	27	100%
39	EREBANGO	4	3	75%	1	25%	0	0%	0	0%
40	ESPERANCA DO SUL	3	3	100%	0	0%	0	0%	0	0%
41	ESPUMOSO	16	10	63%	4	25%	0	0%	2	13%
42	EUGENIO DE CASTRO	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
43	FAZENDA VILANOVA	5	5	100%	0	0%	0	0%	0	0%

44	IBIRAPUITA	11	0	0%	0	0%	0	0%	11	100%
45	ITACURUBI	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
46	ITAPUCA	14	0	0%	0	0%	0	0%	14	100%
47	ITAQUI	17	0	0%	0	0%	0	0%	17	100%
48	ITATI	8	0	0%	0	0%	0	0%	8	100%
49	ITATIBA DO SUL	17	5	29%	12	71%	0	0%	0	0%
50	JABOTICABA	12	0	0%	0	0%	0	0%	12	100%
51	JACUIZINHO	13	7	54%	0	0%	0	0%	6	46%
52	JAGUARI	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
53	JARI	12	2	17%	0	0%	0	0%	10	83%
54	LAGOA BONITA DO SUL	8	1	13%	0	0%	0	0%	7	88%
55	LAGOA VERMELHA	38	18	47%	20	53%	0	0%	0	0%
56	LAGOAO	24	10	42%	6	25%	7	29%	1	4%
57	LAJEADO DO BUGRE	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
58	MACAMBARA	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
59	MARATA	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%
60	MARIANA PIMENTEL	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
61	MATA	7	4	57%	3	43%	0	0%	0	0%
62	MATO CASTELHANO	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
63	MIRAGUAI	26	13	50%	13	50%	0	0%	0	0%
64	MORRO REDONDO	14	8	57%	5	36%	1	7%	0	0%
65	MOSTARDAS	13	7	54%	0	0%	0	0%	6	46%
66	NICOLAU VERGUEIRO	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
67	NOVO BARREIRO	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
68	NOVO CABRAIS	13	0	0%	0	0%	0	0%	13	100%
69	PAVERAMA	13	4	31%	0	0%	0	0%	9	69%
70	PEDRAS ALTAS	7	0	0%	1	14%	6	86%	0	0%
71	POUSO NOVO	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
72	PUTINGA	24	0	0%	0	0%	0	0%	24	100%
73	QUATRO IRMAOS	1	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%
74	RESTINGA SECA	10	3	30%	0	0%	0	0%	7	70%
75	ROSARIO DO SUL	42	0	0%	0	0%	0	0%	42	100%
76	SANTA VITORIA DO PALMAR	38	0	0%	14	37%	24	63%	0	0%
77	SANTO ANGELO	47	44	94%	3	6%	0	0%	0	0%
78	SANTO EXPEDITO DO SUL	5	2	40%	0	0%	1	20%	2	40%
79	SAO FRANCISCO DE ASSIS	58	0	0%	0	0%	0	0%	58	100%
80	SAO JOAO DA URTIGA	4	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%
81	SAO JOSE DAS MISSOES	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
82	SAO LUIZ GONZAGA	27	2	7%	0	0%	0	0%	25	93%
83	SAO MIGUEL DAS MISSOES	13	7	54%	0	0%	0	0%	6	46%
84	SAO NICOLAU	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%

85	SAO SEPE	15	0	0%	0	0%	0	0%	15	100%
86	SAO VALERIO DO SUL	3	1	33%	0	0%	0	0%	2	67%
87	SAPUCAIA DO SUL	26	24	92%	0	0%	1	4%	1	4%
88	SEBERI	15	1	7%	0	0%	6	40%	8	53%
89	SOBRADINHO	18	0	0%	4	22%	14	78%	0	0%
90	TAQUARUCU DO SUL	4	2	50%	0	0%	0	0%	2	50%
91	TAVARES	11	0	0%	0	0%	0	0%	11	100%
92	TERRA DE AREIA	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
93	TOROPI	12	0	0%	0	0%	0	0%	12	100%
94	TRIUNFO	25	0	0%	0	0%	0	0%	25	100%
95	TUCUNDUVA	5	0	0%	2	40%	3	60%	0	0%
96	TUNAS	17	7	41%	0	0%	0	0%	10	59%
97	TUPANCIRETA	25	0	0%	0	0%	20	80%	5	20%
98	VESPASIANO CORREA	8	1	13%	0	0%	0	0%	7	88%
99	VISTA ALEGRE	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
100	VITORIA DAS MISSOES	2	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%
101	XANGRI-LA	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%

OUTROS

N°	Município	Escolas								
		Qtde Escolas	Iniciadas		Justificadas		Concluídas		Não iniciadas	
			qtde	%	qtde	%	qtde	%	qtde	%
1	ACEGUA	8	1	13%	0	0%	0	0%	7	88%
2	AGUA SANTA	4	1	25%	0	0%	0	0%	3	75%
3	AJURICABA	9	6	67%	2	22%	0	0%	1	11%
4	ALECRIM	13	0	0%	7	54%	6	46%	0	0%
5	ALEGRIA	6	1	17%	3	50%	2	33%	0	0%
6	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
7	ALPESTRE	17	1	6%	9	53%	7	41%	0	0%
8	ALTO ALEGRE	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
9	ALTO FELIZ	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
10	AMETISTA DO SUL	16	1	6%	11	69%	4	25%	0	0%
11	ANDRE DA ROCHA	1	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%
12	ANTA GORDA	11	8	73%	0	0%	0	0%	3	27%
13	ANTONIO PRADO	6	0	0%	0	0%	5	83%	1	17%
14	ARAMBARE	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
15	ARATIBA	19	9	47%	9	47%	0	0%	1	5%
16	ARROIO DO MEIO	15	1	7%	0	0%	0	0%	14	93%
17	ARROIO DO PADRE	8	7	88%	0	0%	0	0%	1	13%
18	ARROIO DO SAL	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
19	ARROIO DOS RATOS	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
20	AUGUSTO PESTANA	8	0	0%	3	38%	5	63%	0	0%

21	AUREA	1	1	100%	0	0%	0	0%	0	0%
22	BARAO	11	0	0%	0	0%	0	0%	11	100%
23	BARRA DO GUARITA	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
24	BARRA DO QUARAI	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
25	BARRA DO RIO AZUL	1	1	100%	0	0%	0	0%	0	0%
26	BARRA FUNDA	2	0	0%	0	0%	2	100%	0	0%
27	BARRACAO	25	0	0%	0	0%	6	24%	19	76%
28	BENTO GONCALVES	62	37	60%	20	32%	0	0%	5	8%
29	BOA VISTA DO BURICA	6	4	67%	2	33%	0	0%	0	0%
30	BOA VISTA DO CADEADO	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
31	BOA VISTA DO SUL	11	8	73%	3	27%	0	0%	0	0%
32	BOM PRINCIPIO	13	0	0%	0	0%	0	0%	13	100%
33	BOM PROGRESSO	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
34	BOM RETIRO DO SUL	14	5	36%	0	0%	0	0%	9	64%
35	BOQUEIRAO DO LEAO	21	18	86%	3	14%	0	0%	0	0%
36	BOZANO	2	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%
37	BROCHIER	11	0	0%	0	0%	0	0%	11	100%
38	CACHOEIRINHA	30	0	0%	0	0%	30	100%	0	0%
39	CAIBATE	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
40	CAICARA	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
41	CAMAQUA	52	0	0%	0	0%	0	0%	52	100%
42	CAMARGO	5	3	60%	2	40%	0	0%	0	0%
43	CAMPESTRE DA SERRA	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%
44	CAMPINA DAS MISSOES	5	5	100%	0	0%	0	0%	0	0%
45	CAMPO BOM	40	11	28%	0	0%	0	0%	29	73%
46	CAMPO NOVO	8	0	0%	0	0%	0	0%	8	100%
47	CAMPOS BORGES	2	0	0%	0	0%	2	100%	0	0%
48	CANDELARIA	48	0	0%	17	35%	31	65%	0	0%
49	CANDIDO GODOI	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
50	CANELA	23	21	91%	0	0%	0	0%	2	9%
51	CANGUCU	80	37	46%	0	0%	0	0%	43	54%
52	CANUDOS DO VALE	8	0	0%	3	38%	5	63%	0	0%
53	CAPAO DA CANOA	15	0	0%	0	0%	0	0%	15	100%
54	CAPELA DE SANTANA	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
55	CAPITAO	9	4	44%	5	56%	0	0%	0	0%
56	CAPIVARI DO SUL	2	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%
57	CARAZINHO	27	0	0%	0	0%	0	0%	27	100%
58	CARLOS BARBOSA	23	10	43%	7	30%	0	0%	6	26%
59	CARLOS GOMES	9	3	33%	6	67%	0	0%	0	0%
60	CASCA	4	1	25%	0	0%	0	0%	3	75%
61	CENTENARIO	2	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%

62	CERRO LARGO	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
63	CHAPADA	8	2	25%	0	0%	0	0%	6	75%
64	CHARQUEADAS	15	0	0%	0	0%	0	0%	15	100%
65	CHUVISCA	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
66	CIRIACO	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%
67	COLINAS	2	0	0%	0	0%	2	100%	0	0%
68	CONDOR	6	0	0%	0	0%	6	100%	0	0%
69	CONSTANTINA	8	0	0%	2	25%	6	75%	0	0%
70	COQUEIRO BAIXO	4	1	25%	0	0%	0	0%	3	75%
71	COQUEIROS DO SUL	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
72	CORONEL BARROS	1	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%
73	COTIPORA	3	0	0%	1	33%	2	67%	0	0%
74	CRISSIUMAL	25	0	0%	0	0%	0	0%	25	100%
75	CRUZALTENSE	10	0	0%	0	0%	0	0%	10	100%
76	CRUZEIRO DO SUL	12	0	0%	1	8%	11	92%	0	0%
77	DAVID CANABARRO	8	5	63%	3	38%	0	0%	0	0%
78	DERRUBADAS	13	11	85%	2	15%	0	0%	0	0%
79	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%
80	DOIS IRMAOS	19	0	0%	0	0%	19	100%	0	0%
81	DOIS LAJEADOS	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
82	DOM PEDRO DE ALCANTARA	2	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%
83	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	3	2	67%	0	0%	0	0%	1	33%
84	DOUTOR RICARDO	2	0	0%	0	0%	2	100%	0	0%
85	ENCANTADO	17	15	88%	0	0%	0	0%	2	12%
86	ENTRE RIOS DO SUL	4	0	0%	1	25%	3	75%	0	0%
87	ENTRE-IJUIS	12	0	0%	7	58%	5	42%	0	0%
88	ERECHIM	17	14	82%	3	18%	0	0%	0	0%
89	ERNESTINA	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
90	ERVAL GRANDE	8	0	0%	3	38%	5	63%	0	0%
91	ERVAL SECO	11	0	0%	0	0%	0	0%	11	100%
92	ESMERALDA	7	0	0%	5	71%	2	29%	0	0%
93	ESTACAO	5	3	60%	2	40%	0	0%	0	0%
94	ESTANCIA VELHA	23	0	0%	0	0%	0	0%	23	100%
95	ESTEIO	22	0	0%	0	0%	0	0%	22	100%
96	ESTRELA	21	4	19%	2	10%	13	62%	2	10%
97	ESTRELA VELHA	13	5	38%	0	0%	0	0%	8	62%
98	FAGUNDES VARELA	3	1	33%	2	67%	0	0%	0	0%
99	FARROUPILHA	28	7	25%	0	0%	0	0%	21	75%
100	FAXINALZINHO	15	5	33%	0	0%	0	0%	10	67%
101	FELIZ	11	0	0%	0	0%	0	0%	11	100%
102	FLORES DA CUNHA	9	0	0%	0	0%	9	100%	0	0%

103	FLORIANO PEIXOTO	8	2	25%	0	0%	0	0%	6	75%
104	FONTOURA XAVIER	45	20	44%	25	56%	0	0%	0	0%
105	FORMIGUEIRO	14	0	0%	0	0%	0	0%	14	100%
106	FORQUETINHA	3	0	0%	0	0%	3	100%	0	0%
107	FORTALEZA DOS VALOS	7	4	57%	2	29%	0	0%	1	14%
108	FREDERICO WESTPHALEN	23	0	0%	0	0%	0	0%	23	100%
109	GARIBALDI	23	0	0%	7	30%	16	70%	0	0%
110	GARRUCHOS	5	0	0%	2	40%	3	60%	0	0%
111	GAURAMA	5	0	0%	1	20%	4	80%	0	0%
112	GENERAL CAMARA	8	0	0%	0	0%	0	0%	8	100%
113	GENTIL	8	0	0%	5	63%	3	38%	0	0%
114	GETULIO VARGAS	8	0	0%	3	38%	5	63%	0	0%
115	GLORINHA	6	0	0%	0	0%	5	83%	1	17%
116	GRAMADO	74	25	34%	0	0%	0	0%	49	66%
117	GRAMADO DOS LOUREIROS	7	3	43%	0	0%	0	0%	4	57%
118	GRAMADO XAVIER	27	25	93%	0	0%	0	0%	2	7%
119	GUABIJU	10	0	0%	0	0%	0	0%	10	100%
120	GUAIBA	20	15	75%	0	0%	0	0%	5	25%
121	GUAPORE	14	7	50%	7	50%	0	0%	0	0%
122	GUARANI DAS MISSOES	10	4	40%	0	0%	0	0%	6	60%
123	HARMONIA	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
124	HERVEIRAS	12	1	8%	0	0%	0	0%	11	92%
125	HORIZONTINA	9	8	89%	1	11%	0	0%	0	0%
126	HULHA NEGRA	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%
127	HUMAITA	4	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%
128	IBARAMA	26	5	19%	0	0%	0	0%	21	81%
129	IBIACA	17	1	6%	2	12%	0	0%	14	82%
130	IBIRAIARAS	30	0	0%	26	87%	4	13%	0	0%
131	IBIRUBA	30	0	0%	0	0%	0	0%	30	100%
132	IGREJINHA	28	0	0%	0	0%	0	0%	28	100%
133	IJUÍ	27	21	78%	3	11%	1	4%	2	7%
134	ILOPOLIS	17	4	24%	13	76%	0	0%	0	0%
135	IMBE	14	0	0%	0	0%	0	0%	14	100%
136	IMIGRANTE	5	5	100%	0	0%	0	0%	0	0%
137	INDEPENDENCIA	6	4	67%	2	33%	0	0%	0	0%
138	INHACORA	7	2	29%	3	43%	0	0%	2	29%
139	IPE	12	3	25%	0	0%	0	0%	9	75%
140	IPIRANGA DO SUL	1	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%
141	IRAI	7	5	71%	2	29%	0	0%	0	0%
142	ITAARA	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%
143	IVORA	6	0	0%	0	0%	1	17%	5	83%

144	IVOTI	12	0	0%	0	0%	0	0%	12	100%
145	JACUTINGA	3	0	0%	0	0%	3	100%	0	0%
146	JOIA	34	14	41%	0	0%	0	0%	20	59%
147	LAGOA DOS TRES CANTOS	2	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%
148	LAJEADO	43	0	0%	2	5%	41	95%	0	0%
149	LIBERATO SALZANO	11	10	91%	0	0%	0	0%	1	9%
150	LINDOLFO COLLOR	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%
151	LINHA NOVA	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
152	MACHADINHO	3	3	100%	0	0%	0	0%	0	0%
153	MAMPITUBA	10	0	0%	0	0%	0	0%	10	100%
154	MAQUINE	10	0	0%	0	0%	0	0%	10	100%
155	MARAU	36	25	69%	0	0%	0	0%	11	31%
156	MARCELINO RAMOS	10	5	50%	4	40%	0	0%	1	10%
157	MARIANO MORO	2	0	0%	0	0%	2	100%	0	0%
158	MARQUES DE SOUZA	3	1	33%	0	0%	2	67%	0	0%
159	MATO LEITAO	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
160	MATO QUEIMADO	8	3	38%	5	63%	0	0%	0	0%
161	MONTAURI	2	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%
162	MONTE BELO DO SUL	16	0	0%	14	88%	2	13%	0	0%
163	MONTENEGRO	25	0	0%	0	0%	0	0%	25	100%
164	MORMACO	6	5	83%	0	0%	0	0%	1	17%
165	MORRINHOS DO SUL	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
166	MORRO REUTER	8	5	63%	0	0%	0	0%	3	38%
167	MUCUM	4	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%
168	MUITOS CAPOES	1	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%
169	MULITERNO	10	1	10%	0	0%	0	0%	9	90%
170	NAO-ME-TOQUE	11	6	55%	1	9%	0	0%	4	36%
171	NONOAI	13	7	54%	5	38%	0	0%	1	8%
172	NOVA ALVORADA	16	2	13%	14	88%	0	0%	0	0%
173	NOVA ARACA	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
174	NOVA BASSANO	14	4	29%	10	71%	0	0%	0	0%
175	NOVA BOA VISTA	1	0	0%	0	0%	1	100%	0	0%
176	NOVA BRESCIA	10	0	0%	10	100%	0	0%	0	0%
177	NOVA CANDELARIA	5	0	0%	2	40%	3	60%	0	0%
178	NOVA ESPERANCA DO SUL	2	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%
179	NOVA HARTZ	12	11	92%	0	0%	0	0%	1	8%
180	NOVA PADUA	1	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%
181	NOVA PALMA	17	0	0%	0	0%	0	0%	17	100%
182	NOVA PETROPOLIS	14	0	0%	5	36%	9	64%	0	0%
183	NOVA PRATA	14	8	57%	0	0%	0	0%	6	43%
184	NOVA RAMADA	2	1	50%	1	50%	0	0%	0	0%

185	NOVA ROMA DO SUL	4	3	75%	0	0%	0	0%	1	25%
186	NOVA SANTA RITA	16	11	69%	0	0%	0	0%	5	31%
187	NOVO MACHADO	6	4	67%	0	0%	0	0%	2	33%
188	NOVO TIRADENTES	4	0	0%	0	0%	4	100%	0	0%
189	NOVO XINGU	5	5	100%	0	0%	0	0%	0	0%
190	OSORIO	25	0	0%	0	0%	0	0%	25	100%
191	PALMARES DO SUL	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
192	PALMITINHO	6	0	0%	0	0%	6	100%	0	0%
193	PANAMBI	22	9	41%	0	0%	1	5%	12	55%
194	PANTANO GRANDE	10	0	0%	0	0%	0	0%	10	100%
195	PARAI	12	0	0%	0	0%	0	0%	12	100%
196	PARAISO DO SUL	19	0	0%	0	0%	0	0%	19	100%
197	PARECI NOVO	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
198	PAROBE	37	20	54%	13	35%	4	11%	0	0%
199	PASSA SETE	16	0	0%	0	0%	0	0%	16	100%
200	PASSO DO SOBRADO	10	0	0%	0	0%	0	0%	10	100%
201	PAULO BENTO	5	3	60%	2	40%	0	0%	0	0%
202	PEJUCARA	7	0	0%	5	71%	2	29%	0	0%
203	PICADA CAFE	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
204	PINHAL	5	3	60%	0	0%	0	0%	2	40%
205	PINHAL DA SERRA	5	0	0%	0	0%	2	40%	3	60%
206	PINHAL GRANDE	16	0	0%	0	0%	0	0%	16	100%
207	PINHEIRINHO DO VALE	8	5	63%	0	0%	0	0%	3	38%
208	PIRAPO	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
209	PIRATINI	74	4	5%	0	0%	10	14%	60	81%
210	PLANALTO	7	5	71%	0	0%	0	0%	2	29%
211	POCO DAS ANTAS	3	0	0%	0	0%	3	100%	0	0%
212	PONTAO	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%
213	PONTE PRETA	1	1	100%	0	0%	0	0%	0	0%
214	PORTAO	24	0	0%	0	0%	0	0%	24	100%
215	PORTO LUCENA	14	5	36%	0	0%	0	0%	9	64%
216	PORTO MAUA	2	1	50%	0	0%	0	0%	1	50%
217	PORTO VERA CRUZ	3	3	100%	0	0%	0	0%	0	0%
218	PORTO XAVIER	11	0	0%	4	36%	6	55%	1	9%
219	PRESIDENTE LUCENA	6	0	0%	2	33%	4	67%	0	0%
220	PROGRESSO	16	2	13%	0	0%	0	0%	14	88%
221	PROTASIO ALVES	16	1	6%	14	88%	0	0%	1	6%
222	QUEVEDOS	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
223	QUINZE DE NOVENBRO	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
224	RELVADO	7	1	14%	2	29%	4	57%	0	0%
225	RIO DOS INDIOS	11	6	55%	4	36%	0	0%	1	9%

226	RIO PARDO	45	3	7%	0	0%	37	82%	5	11%
227	RIOZINHO	17	8	47%	9	53%	0	0%	0	0%
228	ROCA SALES	10	0	0%	0	0%	0	0%	10	100%
229	RODEIO BONITO	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
230	ROLADOR	9	7	78%	0	0%	0	0%	2	22%
231	ROLANTE	21	1	5%	0	0%	0	0%	20	95%
232	RONDA ALTA	4	1	25%	0	0%	3	75%	0	0%
233	RONDINHA	7	1	14%	0	0%	0	0%	6	86%
234	ROQUE GONZALES	13	1	8%	0	0%	0	0%	12	92%
235	SAGRADA FAMILIA	11	5	45%	6	55%	0	0%	0	0%
236	SALDANHA MARINHO	4	2	50%	0	0%	0	0%	2	50%
237	SALVADOR DAS MISSOES	4	0	0%	2	50%	2	50%	0	0%
238	SALVADOR DO SUL	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
239	SANANDUVA	15	11	73%	4	27%	0	0%	0	0%
240	SANTA BARBARA DO SUL	11	0	0%	0	0%	0	0%	11	100%
241	SANTA CECILIA DO SUL	3	2	67%	1	33%	0	0%	0	0%
242	SANTA CLARA DO SUL	6	4	67%	2	33%	0	0%	0	0%
243	SANTA CRUZ DO SUL	50	0	0%	0	0%	0	0%	50	100%
244	SANTA MARGARIDA DO SUL	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
245	SANTA MARIA DO HERVAL	7	0	0%	0	0%	7	100%	0	0%
246	SANTA ROSA	41	2	5%	13	32%	0	0%	26	63%
247	SANTA TEREZA	8	7	88%	1	13%	0	0%	0	0%
248	SANTIAGO	23	19	83%	0	0%	0	0%	4	17%
249	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	46	24	52%	19	41%	3	7%	0	0%
250	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	21	0	0%	0	0%	0	0%	21	100%
251	SANTO ANTONIO DO PALMA	5	3	60%	2	40%	0	0%	0	0%
252	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	2	1	50%	0	0%	0	0%	1	50%
253	SANTO AUGUSTO	10	0	0%	0	0%	0	0%	10	100%
254	SANTO CRISTO	19	0	0%	12	63%	7	37%	0	0%
255	SAO BORJA	31	24	77%	0	0%	0	0%	7	23%
256	SAO DOMINGOS DO SUL	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%
257	SAO JERONIMO	22	0	0%	0	0%	0	0%	22	100%
258	SAO JOAO DO POLESINE	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
259	SAO JORGE	3	2	67%	0	0%	0	0%	1	33%
260	SAO JOSE DO HERVAL	10	2	20%	8	80%	0	0%	0	0%
261	SAO JOSE DO HORTENCIO	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
262	SAO JOSE DO INHACORA	3	0	0%	1	33%	2	67%	0	0%
263	SAO JOSE DO SUL	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
264	SAO JOSE DOS AUSENTES	6	0	0%	0	0%	6	100%	0	0%
265	SAO LOURENCO DO SUL	81	0	0%	28	35%	53	65%	0	0%
266	SAO MARCOS	7	7	100%	0	0%	0	0%	0	0%

267	SAO MARTINHO	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
268	SAO MARTINHO DA SERRA	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
269	SAO PAULO DAS MISSOES	8	0	0%	4	50%	4	50%	0	0%
270	SAO PEDRO DA SERRA	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
271	SAO PEDRO DAS MISSOES	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
272	SAO PEDRO DO BUTIA	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
273	SAO VALENTIM	2	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%
274	SAO VALENTIM DO SUL	3	1	33%	0	0%	0	0%	2	67%
275	SAO VENDELINO	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
276	SAO VICENTE DO SUL	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
277	SAPIRANGA	32	0	0%	0	0%	0	0%	32	100%
278	SARANDI	12	9	75%	0	0%	0	0%	3	25%
279	SEDE NOVA	3	0	0%	2	67%	1	33%	0	0%
280	SEGREDO	18	0	0%	0	0%	0	0%	18	100%
281	SELBACH	5	5	100%	0	0%	0	0%	0	0%
282	SENADOR SALGADO FILHO	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
283	SENTINELA DO SUL	13	0	0%	0	0%	0	0%	13	100%
284	SERAFINA CORREA	14	13	93%	0	0%	0	0%	1	7%
285	SERIO	10	0	0%	0	0%	0	0%	10	100%
286	SERTAO	8	5	63%	3	38%	0	0%	0	0%
287	SERTAO SANTANA	8	2	25%	4	50%	2	25%	0	0%
288	SETE DE SETEMBRO	2	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%
289	SEVERIANO DE ALMEIDA	10	4	40%	6	60%	0	0%	0	0%
290	SILVEIRA MARTINS	2	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%
291	SINIMBU	28	0	0%	0	0%	0	0%	28	100%
292	SOLEDADE	22	5	23%	6	27%	2	9%	9	41%
293	TABAI	10	3	30%	0	0%	0	0%	7	70%
294	TAPEJARA	10	8	80%	1	10%	0	0%	1	10%
295	TAPERA	8	0	0%	0	0%	0	0%	8	100%
296	TAPES	13	7	54%	5	38%	0	0%	1	8%
297	TAQUARA	47	0	0%	13	28%	34	72%	0	0%
298	TAQUARI	19	0	0%	0	0%	0	0%	19	100%
299	TENENTE PORTELA	15	12	80%	3	20%	0	0%	0	0%
300	TEUTONIA	18	6	33%	1	6%	1	6%	10	56%
301	TIO HUGO	6	0	0%	0	0%	0	0%	6	100%
302	TIRADENTES DO SUL	9	5	56%	4	44%	0	0%	0	0%
303	TORRES	12	0	0%	0	0%	0	0%	12	100%
304	TRAMANDAI	17	0	0%	0	0%	0	0%	17	100%
305	TRAVESSEIRO	5	2	40%	3	60%	0	0%	0	0%
306	TRES ARROIOS	7	0	0%	4	57%	3	43%	0	0%
307	TRES CACHOEIRAS	3	3	100%	0	0%	0	0%	0	0%

308	TRES COROAS	14	0	0%	0	0%	0	0%	14	100%
309	TRES DE MAIO	19	1	5%	0	0%	14	74%	4	21%
310	TRES FORQUILHAS	9	0	0%	0	0%	0	0%	9	100%
311	TRES PALMEIRAS	12	0	0%	0	0%	0	0%	12	100%
312	TRES PASSOS	37	0	0%	22	59%	15	41%	0	0%
313	TUPANCI DO SUL	4	0	0%	1	25%	3	75%	0	0%
314	TUPANDI	4	0	0%	0	0%	0	0%	4	100%
315	TUPARENDI	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
316	TURUCU	6	0	0%	4	67%	2	33%	0	0%
317	UBIRETAMA	4	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%
318	UNIAO DA SERRA	1	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%
319	UNISTALDA	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
320	URUGUAIANA	33	0	0%	0	0%	0	0%	33	100%
321	VACARIA	28	0	0%	3	11%	25	89%	0	0%
322	VALE DO SOL	21	0	0%	0	0%	0	0%	21	100%
323	VALE REAL	5	0	0%	0	0%	0	0%	5	100%
324	VALE VERDE	7	0	0%	0	0%	0	0%	7	100%
325	VANINI	2	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%
326	VENANCIO AIRES	83	0	0%	37	45%	46	55%	0	0%
327	VERA CRUZ	29	0	0%	0	0%	0	0%	29	100%
328	VERANOPOLIS	8	8	100%	0	0%	0	0%	0	0%
329	VIADUTOS	15	4	27%	11	73%	0	0%	0	0%
330	VICTOR GRAEFF	6	0	0%	2	33%	4	67%	0	0%
331	VILA FLORES	2	0	0%	0	0%	2	100%	0	0%
332	VILA LANGARO	3	2	67%	1	33%	0	0%	0	0%
333	VILA MARIA	19	3	16%	16	84%	0	0%	0	0%
334	VILA NOVA DO SUL	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
335	VISTA ALEGRE DO PRATA	1	1	100%	0	0%	0	0%	0	0%
336	VISTA GAUCHA	3	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%
337	WESTFALIA	5	0	0%	0	0%	5	100%	0	0%

Nº	Município	Escolas								
		Qtde Escolas	Iniciadas		Justificadas		Concluídas		Não iniciadas	
			qtde	%	qtde	%	qtde	%	qtde	%
Totalizadores										
CAPITAL		93	0	0%	0	0%	0	0%	93	100%
GRANDES CIDADES		786	175	22%	11	1%	48	6%	552	70%
PRIORIZADOS		768	127	17%	55	7%	72	9%	514	67%
ABAIXO DA MÉDIA		1440	268	19%	172	12%	138	10%	862	60%
OUTROS		4152	917	22%	633	15%	627	15%	1975	48%
Total		7239	1487	21%	871	12%	885	12%	3996	55%

Apêndice 4. Roteiro das entrevistas semiestruturadas com as perguntas básicas dirigidas aos Secretários de Educação e aos Diretores Escolares.

Questões da entrevista semiestruturada dirigida a(o) Secretária(o) Municipal de Educação e/ou Coordenadora(o) do LSE

1. Qual sua visão ou opinião sobre a questão da qualidade da educação?
2. Como você entende a relação entre infraestrutura escolar e qualidade?
3. Você costuma visitar as escolas? Com que frequência?
4. Você conhece os principais problemas de infraestrutura da rede escolar municipal? Quais são eles?
5. Qual é a idade dos prédios escolares? Quando ocorreram as últimas reformas gerais?
6. Quais os principais problemas relacionados ao entorno das escolas (acesso, localização, pavimentação das ruas, risco de alagamentos, transporte, usos predominantes - bares, oficinas, casas noturnas, indústrias, comércio, etc.)?
7. Você considera que as atividades praticadas no entorno das escolas prejudicam o bom desempenho dos alunos? Quais as mais relevantes? O que o poder público local tem feito para minimizar esses problemas?

As questões de 8 a 14 foram estruturadas para subsidiar as discussões do OBJETIVO 1: Discutir a adesão ao LSE e as estratégias locais para dar conta da sua realização:

8. O que levou o município a tomar a decisão ou o que motivou o poder público municipal a realizar o Levantamento da Situação Escolar?
9. Quais e quando ocorreram as principais ações envolvendo o LSE?
10. Quais foram os critérios que a SME levou em consideração para a composição da equipe responsável pelo LSE? Quais foram as estratégias metodológicas adotadas pela equipe?
11. Faça uma avaliação do processo de capacitação oferecido pelo FNDE.
12. Quais foram as principais dificuldades encontradas na execução do LSE? O FNDE prestou apoio constante, desde capacitação até esclarecimentos de dúvidas durante o processo? Houve retorno imediato do FNDE com orientações para correção de inconsistências ou para adoção de medidas após a validação do diagnóstico?
13. Qual é a avaliação da gestão municipal frente a esse instrumento de diagnóstico?
14. Como o município tem se apropriado dos resultados do diagnóstico?

As questões de 15 a 17 foram estruturadas para subsidiar as discussões do OBJETIVO 2: Identificar a realidade escolar ou as condições de funcionamento de escolas municipais do Rio Grande do Sul através da pontuação obtida no Levantamento da Situação Escolar frente aos Padrões Mínimos de Funcionamento propostos pelo FNDE:

15. Os indicadores dos PMFE definidos pelo FNDE e obtidos através do LSE foram socializados e discutidos com as comunidades escolares? Como se deu esse processo?
16. A partir das estimativas de reestruturação física e aquisições apontadas nos relatórios do LSE, quais foram ou serão as estratégias do poder público municipal para adequar a rede escolar aos PMFE?
17. Qual a política municipal de melhoria da infraestrutura da sua rede escolar?

As questões de 18 a 20 foram estruturadas para subsidiar as discussões do OBJETIVO 3: Analisar a interação entre as condições de funcionamento das escolas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica:

18. Em sua opinião, as condições físicas da escola interferem no desempenho dos alunos? Qual a relação entre as condições de funcionamento do sistema de ensino municipal e o desempenho de seus alunos?

19. Houve investimentos relevantes em infraestrutura desde que o IDEB foi criado? Você lembra ou tem registro de quais melhorias foram implementadas? As escolas demandam melhoria de infraestrutura física? Quais as principais?

20. Considerando que o IDEB se propõe a identificar a qualidade do sistema escolar, a gestão municipal leva em consideração os resultados desse indicador para implementar ações com vista a elevar os índices para atingir a meta do Governo Federal? Relacione as principais ações e informe o grau de destaque que é dado para as condições físicas.

As questões de 21 a 22 foram estruturadas para subsidiar as discussões do OBJETIVO 4: Descrever os encaminhamentos de gestão vinculados ao Levantamento da Situação Escolar e ao Plano de Ações Articuladas:

21. Você tem conhecimento se os resultados do LSE são levados em consideração na elaboração ou revisão dos PPPs das escolas municipais? A comunidade escolar participa ativamente do planejamento e da implementação das ações? Como se dá essa participação?

22. Os planos de ações articuladas (principalmente a edição de 2011) foram elaborados com base no diagnóstico do LSE? Cite algumas ações planejadas que tiveram como subsídio os dados obtidos no levantamento. Qual é a avaliação da gestão municipal frente ao instrumento de planejamento (PAR) vinculado ao instrumento de diagnóstico (LSE)?

Questões da entrevista semiestruturada dirigida a(o) Diretor(a) Escolar:

1. Qual o nível socioeconômico predominante na comunidade escolar?

2. Que grupos étnicos participam na escola?

3. Qual é a predominância da titulação dos professores? Há muita rotatividade no quadro docente?

4. Qual sua visão ou opinião sobre a questão da qualidade da educação?

5. Como você entende a relação entre infraestrutura escolar e qualidade?

6. Você conhece os principais problemas de infraestrutura da sua escola? Quais são eles?

7. Qual é a idade do prédio escolar? Quando ocorreu a última reforma geral?

8. Quais os principais problemas relacionados ao entorno da escola (acesso, localização, pavimentação das ruas, risco de alagamentos, transporte, usos predominantes - bares, oficinas, casas noturnas, indústrias, comércio, etc.)?

9. Você considera que as atividades praticadas no entorno da escola prejudicam o bom desempenho dos alunos? Quais as mais relevantes? O que o poder público local tem feito para minimizar esses problemas?

10. Em sua opinião, as condições físicas da escola interferem no desempenho dos alunos? Qual a relação entre as condições de funcionamento da escola e o desempenho de seus alunos?

11. Houve investimentos relevantes em infraestrutura desde que o IDEB foi criado? Você lembra ou tem registro de quais melhorias foram implementadas? A sua escola demandou melhoria de infraestrutura física? Quais as principais? Essas demandas foram atendidas?

12. Os resultados do LSE são levados em consideração na elaboração ou revisão do PPP? A comunidade escolar participa ativamente do planejamento e da implementação das ações? Como se dá essa participação?

Apêndice 5. Relação dos Documentos Técnicos sobre o LSE conforme a ordem cronológica de elaboração.

Conforme a ordem cronológica de publicação dos documentos técnicos tem-se o seguinte:

Novembro de 2009:

- Proposta, conceitualização, metodologia e cronograma para o desenvolvimento dos estudos e projetos relacionados com a disseminação do LSE;
- Guia do Prefeito e do Secretário Municipal de Educação.

Fevereiro de 2010:

- Planejamento detalhado das atividades, dos insumos e dos custos e cronogramas para capacitação e realização do LSE, em todo o país, em parceria com Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e outras Instituições Públicas Federais ou Estaduais e o detalhamento das atividades a serem processadas para a institucionalização das parcerias;
- Consolidação e atualização das especificações dos PMFE adotados na primeira versão do Sistema LSE (versão preliminar).

Abril de 2010:

- Resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE nos estados do **Ceará, Maranhão e Mato Grosso** e as propostas e orientações técnicas formuladas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no mês de Fevereiro de 2010.

Mai de 2010:

- Resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE nos estados do **Ceará, Maranhão e Mato Grosso** e as propostas e orientações técnicas formuladas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no período de 01 de Março de 2010 a 10 de Abril de 2010;
- Consolidação e atualização das especificações dos PMFE adotados na primeira versão do Sistema LSE e das novas especificações a serem incluídas na segunda versão do LSE (versão final).

Junho de 2010:

- Resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE nos estados de **Alagoas, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina** e as propostas e orientações técnicas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no período de Dezembro de 2009 a Janeiro de 2010.

Julho de 2010:

- Resultados das análises dos índices de cumprimento do PMFE nas escolas da **Região Nordeste**;
- Resultados das análises dos índices de cumprimento do PMFE nas escolas da **Região Norte**;
- Resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE nos estados de **Sergipe, Goiás, Rio de Janeiro e Piauí** e as propostas e orientações técnicas formuladas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no mês de Junho de 2010;
- Análise da situação atual dos PMFE nas escolas cadastradas no LSE no 2º semestre de 2009 em todas as regiões do país;
- Metodologia para avaliação da aplicação dos resultados do LSE no planejamento e gestão da rede escolar;
- Resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE nos estados da **Bahia e Amazonas** e as propostas e orientações técnicas formuladas para correções e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no período de Outubro a Novembro de 2009;
- Resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE nos estados de **Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais** e as propostas e orientações técnicas formuladas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no mês de Fevereiro de 2010.

Agosto de 2010:

- Resultados das análises dos índices de cumprimento do PMFE nas escolas das **Regiões Sudeste e Sul**;
- Resultados das análises dos índices de cumprimento do PMFE nas escolas da **Região Centro-Oeste**.